

EXPERIÊNCIAS DE PROMOÇÃO DA

DIVERSIDADE

*Saberes Contra a Discriminação e
Formas Correlatas de Intolerância*

Maria Helena Santana Cruz
Vera Núbia Santos
Silmere Alves Santos
ORGANIZADORAS



Criação Editora

**EXPERIÊNCIAS DE PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE:
saberes contra a discriminação e formas correlatas de intolerância**

Organizadoras:

Maria Helena Santana Cruz

Vera Núbia Santos

Silmere Alves Santos

ISBN.978-85-8413-687-2

doi.org/10.62665/cried-978-85-8413-687-2

CONSELHO CIENTÍFICO

Ana Paula Procópio da Silva (UERJ)

Denise Bomtempo Birche de Carvalho (UnB)

Jane Cruz Prates (PUC/RS)

Márcia Santana Tavares (UFBA)

Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves (UFS)

Maria Helena Santana Cruz (UFS)

Maria Virgínia Borges do Amaral (UFAL)

CONSELHO EDITORIAL

Ana Maria de Menezes

Christina Bielinski Ramalho

Fábio Alves dos Santos

Gilvan Rodrigues dos Santos

Jodeylson Islony de Lima Sobrinho

Jorge Carvalho do Nascimento

José Afonso do Nascimento

José Eduardo Franco

José Rodorval Ramalho

Justino Alves Lima

Luiz Eduardo Oliveira

Martin Hadsell do Nascimento

Rita de Cácia Santos Souza

Esta obra recebeu apoio do PDPG/CAPES Processo 88881.708118/2022-01. Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PROSS/UFS).

EXPERIÊNCIAS DE PROMOÇÃO DA

DIVERSIDADE

*Saberes Contra a Discriminação e
Formas Correlatas de Intolerância*

**Maria Helena Santana Cruz
Vera Núbia Santos
Silmere Alves Santos**
ORGANIZADORAS



Criação Editora
Aracaju | 2025

Copyright 2025 by Organizadoras

Todos os direitos reservados - Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, com finalidade de comercialização ou aproveitamento de lucros ou vantagens, com observância da Lei em vigência. Poderá ser reproduzido texto, entre aspas, desde que haja expressa marcação do nome do organizador, título da obra, editora, edição e paginação. A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.619/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo da publicação é de inteira responsabilidade de seus autores.

Projeto gráfico: Adilma Menezes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Pedro Anízio Gomes – CRB-8 8846

C957e Cruz, Maria Helena Santana; Santos, Vera Núbia; Santos, Silmere Alves (org.).

Experiências de promoção da diversidade: saberes contra a discriminação e formas correlatas de intolerância / Organizadoras: Maria Helena Santana Cruz, Vera Núbia Santos e Silmere Alves Santos; Prefácio de Elvira Simões Barretto. – 1. ed. – Aracaju, SE: Criação Editora, 2025.

E-book: 4 Kb ou Mb; PDF.

21 cm. : 384 p.

ISBN.978-85-8413-687-2

1. Direitos Civis. 2. PROSS/UFS. 3. Serviço Social. I. Título. II. Assunto. III. Organizadoras.

CDD 361.30981

CDU 364.46

SUMÁRIO

PREFÁCIO	9
APRESENTAÇÃO	11
Capítulo 1	
FORMAÇÃO E EXERCÍCIO PROFISSIONAL NO SERVIÇO SOCIAL: HORIZONTES ANTIRRACISTA E ANTISSEXISTA	22
<i>Larisse Miranda de Brito</i>	
Capítulo 2	
APROXIMAÇÕES ÀS PRODUÇÕES SOBRE GÊNERO NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	41
<i>Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves</i>	
<i>Vera Núbia Santos</i>	
<i>Adriane Alves dos Santos</i>	
<i>Ana Carolyna Ribeiro Sales</i>	
<i>Weslany Thaise Lins Prudêncio</i>	
Capítulo 3	
EXPERIÊNCIAS EDUCACIONAIS DE ACOLHIMENTO MULTIDISCIPLINAR: GÊNERO, RAÇA, CLASSE, ACESSIBILIDADE, DIVERSIDADE E RELIGIÃO EM DISCUSSÃO	70
<i>Ana Paula Leite Nascimento</i>	
<i>Débora Lima Siqueira</i>	
<i>Fábio Kalil de Souza</i>	
<i>Marcelo Ribeiro Santana</i>	
<i>José Rodolfo Silva Siqueira</i>	

Capítulo 4

- A INVISIBILIDADE DA QUESTÃO AGRÁRIA NA FORMAÇÃO
PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NO NORDESTE:
UM DEBATE NECESSÁRIO 98
Ranaelle Souza Silva
Lusitânia Secundo Borges

Capítulo 5

- A CIBERCULTURA E A POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS
NA PÓS-GRADUAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO
DIGITAL PARA DIVERSIDADE 126
Isabelle Pinto Mendonça
Maria Helena Santana Cruz

Capítulo 6

- QUESTÃO SOCIAL E RELAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL COM AS
TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO:
REFLEXÕES ACERCA DA FORMAÇÃO E DO
EXERCÍCIO PROFISSIONAL 150
Susana Almeida Rodrigues
Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves

Capítulo 7

- GÊNERO E SEXUALIDADE EM INTERFACE COM
FEMINIZAÇÃO DO HIV/AIDS 174
Maria Edilma de Jesus Santos

Capítulo 8

- DESDE XICA HÁ RESISTÊNCIA: ENFRENTAMENTO À
TRANSFOBIA ESCOLAR SOB UMA PERSPECTIVA
TRANSFEMINISTA INTERSECCIONAL 200
Samuel Francisco Rabelo

Capítulo 9

- A DESIGUALDADE DE GÊNERO NA REFORMA TRIBUTÁRIA
SOBRE CONSUMO 236

Juliana Campos de Carvalho Cruz

Capítulo 10

- A IMPORTÂNCIA DA PÓS-GRADUAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO
JURÍDICA E O PROFISSIONAL DO DIREITO NO BRASIL 260

Jorge Flavio Santana Cruz

Capítulo 11

- TEMPOS DE CRISE ESTRUTURAL E NOVAS FORMAS DE
ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO: ALGUNS DESAFIOS
PARA O SERVIÇO SOCIAL 284

Wallison Hipólito de Meira

Kathleen Pimentel dos Santos

Capítulo 12

- GÊNERO ENQUANTO CATEGORIA ANALÍTICA FRENTE ÀS
QUESTÕES DA SEXUALIDADE E IDENTIDADE DE GÊNERO:
EM DEFESA DAS PESSOAS LGBTQIAPN+ 306

Silmere Alves Santos

Matheus Andrade de Moraes

Capítulo 13

- 200 DIAS DE IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE
ATENDIMENTO À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA (CRAM)
ARACAJU/SE: AVANÇOS E DESAFIOS 326

Elissandra Barboza Santos Mariano

Edlaine da Silva Sena

Talita Silva Menezes

Silmere Alves Santos

Capítulo 14

QUESTÕES SOBRE AS DESIGUALDADES DE GÊNERO E A SAÚDE MENTAL: PANORAMA DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS NOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO DO BRASIL NO CAMPO DO SERVIÇO SOCIAL	344
<i>Victoria Hellen Feitoza Luz</i> <i>Maria Helena Santana Cruz</i>	
APRESENTAÇÃO DAS/OS AUTORAS E AUTORES	373
APRESENTAÇÃO DAS ORGANIZADORAS	383



PREFÁCIO

É gratificante prefaciар a Coletânea “Experiências de promoção da diversidade: saberes contra a discriminação e formas correlatas de intolerância” que espelha a importante e consolidada trajetória do Grupo de Pesquisa “Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero”, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PROSS/UFS). Grupo esse detentor de uma significativa contribuição para o feminismo acadêmico do Norte e Nordeste, em particular no âmbito do Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

A primorosa organização da coletânea nos brinda com 14 (catorze) capítulos enriquecidos por temáticas caríssimas ao tempo presente, em uma relação dialógica interdisciplinar entre serviço social, educação e direito, abordando questões em torno da exploração e das opressões étnico-raciais, de gênero, de intolerância religiosa, de sexualidade e temas conexos. É importante reconhecer o valor de um livro que representa a resistência feminista acadêmica em conjuntura marcada por restrições, cerceamentos e desafios políticos, evidenciados nas diretrizes políticas do governo Jair Bolsonaro, entre os anos de 2019 e 2022, com resquícios presentes até os dias de hoje.

Fato é que a frente feminista acadêmica do Norte e Nordeste do Brasil traz consigo o lastro de uma história coletiva e consistente. O marco temporal de organização dessa frente está situado no século passado, 1992, com a criação da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero (REDOR). Hoje com 33 anos de existência e com 22 encontros realizados, no decorrer desses anos, permanece promovendo a organização e articulação entre núcleos e grupos de pesquisa, assim como, consolidando estudos feministas na região.

Vale registrar que, para tanto, contou-se com o pioneirismo do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM /UFBA- o mais antigo do país, quando as professoras Analice Alcântara e Cecília Sardenberg, juntamente com demais pesquisadoras da UFBA, promo-

veram um encontro em Salvador no ano de 1992, mediante convite a núcleos e grupos de pesquisas das universidades do norte e nordeste do Brasil, logrando um grande encontro de pesquisadoras feministas e, por decorrência a fundação da REDOR.

A maioria das Universidades do Norte e do Nordeste estavam ali representadas, entre estas a Universidade Federal de Sergipe, por meio do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre a Mulher e Relações de Gênero (NEPIMG), representado por Maria Helena Cruz, Amy Adelina Coutinho de Faria Alves e Ana Maria Vasconcelos Melo, à época pesquisadoras sobre a temática da condição feminina.

A partir dessa experiência inaugural, cada uma de nós que lá estávamos seguimos em nossas universidades a fomentar o fortalecimento dos estudos e pesquisas sobre a mulher e relações de gênero na academia. Nesse trilhar, em 2016, Maria Helena Santana Cruz, uma das organizadoras desta coletânea, coordena o grupo de Pesquisa “Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero (PROSS/UFS/DGP/CNPq), cuja história evidencia a importância da REDOR para o feminismo acadêmico, a exemplo da coletânea em tela.

O livro *Experiências de promoção da diversidade: saberes contra a discriminação e formas correlatas de intolerância* reflete o olhar prospectivo, interdisciplinar e sensível das organizadoras. Vejamos que as três organizadoras têm em comum o atributo de serem professoras, pesquisadoras, assistentes sociais e feministas, somado a trajetórias particulares que a definem: encontramos em Helena Cruz o traço da Educação no seu trilhar profissional, em Vera Nubia a marca das Artes e em Silmere a baliza do direito.

Não à toa esta coletânea traz consigo uma relevante contribuição teórica e histórica para os estudos feministas que se materializa partir da competência discursiva das/os distinguidas/os sujeitos do saber, autores/autoras da presente obra. Vamos Conferir!

Profª Drª Elvira Simões Barretto

PPGSS/UFAL/REDOR

<http://lattes.cnpq.br/8938462538963163>



APRESENTAÇÃO

Esta coletânea **Experiências de promoção da diversidade: saberes contra a discriminação e formas correlatas de intolerância**, reúne textos produzidos por docentes, discente, orientandas ou egressas do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PROSS), pesquisadoras e pesquisadores do **Grupo de pesquisa** “Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero” (PROSS/UFS) de modo a compor um panorama ilustrativo das linhas de pesquisa do Programa. O *corpus* teórico-metodológico utilizado e feminismos abraçados em cada pesquisa, com que autoras/es dialogam e se detêm reflete o entrecruzamento entre diferentes variáveis, com o intuito de deslindar as várias formas de opressão, exploração, mas também lutas e resistências das mulheres e outras minorais para alçarem espaços de poder e decisão, com acesso a políticas públicas de enfrentamento a tantas expressões de violência e desigualdade em suas vidas, sob a convivência da nossa sociedade ainda sexista, machista, racista e trans/homo/lesbofóbica.

Os temas abordados compreendem as questões da diversidade – étnico-raciais, gênero e diversidade sexual, raça, entre outras, questões regionais e culturais, bem como os direitos humanos. São analisados do ponto de vista da sustentabilidade e da inclusão social. No seu constante e incessante devir, as/os autores seguem independente com vários recortes teóricos, articulados, em Diálogos interdisciplinares *construindo objetos teóricos distintos*. Para apreendê-los em toda sua amplitude e complexidade e, pressupõe-se que essas totalidades ou processos não são necessárias ou simplesmente iguais à somatória dos diferentes recortes analíticos, torna-se imprescindível construir abordagens que rompam com os limites disciplinares. Os estudos se voltam precisamente para a análise de processos multidimensionais e multifacetados que transpõem os limites disciplinares. Logo, carecem de abordagens de natureza inter e transdisciplinar.

O grau de envolvimento dos movimentos sociais nessas temáticas é intenso e, em muitos casos, bastante especializado, tendo em vista que o enfrentamento da discriminação, racismo, sexismo, homofobia, miséria, fome e das diversas formas de violência presentes na sociedade brasileira foi protagonizado, por muito tempo, por tais movimentos. Assim, o Estado, ao assumir sua responsabilidade em relação ao resgate das imensas dívidas sociais, dentre elas a educacional, precisa dialogar intensamente com esses atores a fim de desenvolver políticas públicas efetivas e duradoura.

Nessa perspectiva, abrimos o livro com o texto produzido por *Larisse Miranda de Brito* com o título “Formação e exercício profissional no Serviço Social: horizontes antirracista e antissexista” que, através de uma robusta revisão bibliográfica e fundamentado nos pressupostos do método materialista-histórico-dialético busca apreender a realidade a partir das particularidades históricas, inerentes ao surgimento das relações sociais em cada contexto social que constituem a totalidade como resultado do movimento dialético e contraditório no qual reside a própria dimensão ontológica do ser social. A partir de então, a autora intenta contextualizar aspectos da formação e do exercício profissional do Serviço Social no contexto nacional, para concluir com apontamentos acerca da necessária promoção de um processo formacional que dê conta de uma atuação antirracista e antissexista por parte de profissionais da área. Nesse caminho, destaca os avanços e sugere horizontes possíveis para a promoção de uma educação antirracista e antissexista na profissão. A atuação de assistentes sociais não pode prescindir de um aprofundamento das determinações de classe, raça e gênero e o compromisso com uma formação antirracista e antissexista é passo fundamental para um exercício profissional que se ampare nessa direção.

As autoras *Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves, Vera Núbia Santos, Adriane Alves dos Santos, Ana Carolyna Ribeiro Sales e Weslany Thaise Lins Prudêncio* no texto “Aproximações às produções sobre gênero no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da

Universidade Federal de Sergipe”, focalizam a contribuição da Pós-Graduação em Serviço Social da instituição, na produção de conhecimento, especialmente no âmbito de gênero, desde as primeiras defesas de dissertações. Enfatizam o espaço da pós-graduação na produção de conhecimento e tem ao longo de sua trajetória contribuído para a maturidade intelectual de várias profissões, inclusive o Serviço Social. Os dados analisados são oriundos de pesquisa desenvolvida desde 2015 e o capítulo apresenta as 21 dissertações defendidas desde 2013 que estabelecem uma relação com a categoria gênero, sendo dez dissertações que privilegiam a categoria enquanto objeto de pesquisa e 11 que fazem uso do debate sobre gênero de maneira transversal ao tema ou objeto de estudo. A abordagem de gênero se faz presente como uma resposta às demandas da sociedade, algo inerente à direção social preconizada pela profissão nos traços da contemporaneidade. O exame atento de produções na Pós-Graduação da área evidencia que se trata de uma escolha de pesquisa que propõe a revelar e desvelar a dinâmica societal, no que diz respeito ao aprofundamento de tema caro aos estudos feministas.

Ana Paula Leite Nascimento, Débora Lima Siqueira, Fábio Kalil de Souza, Marcelo Ribeiro Santana e José Rodolfo Silva Siqueira apresentam no texto “Experiências educacionais de acolhimento multidisciplinar: gênero, raça, classe, acessibilidade, diversidade e religião em discussão”, uma reflexão teórica sobre o tema por meio de pesquisa qualitativa, levantamento bibliográfico, documental, processo de observação e discussão dos atendimentos e acompanhamentos feitos pela equipe multidisciplinar no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS), no Campus Lagarto, na região Centro-Sul de Sergipe. A atuação perpassa a intervenção multidisciplinar, subsidiada pela prática profissional nas áreas de Psicologia, Pedagogia, Psicopedagogia e Serviço Social junto às estudantes e aos estudantes de cursos do ensino médio integrado, técnico subsequente e superior, bem como às famílias da comunidade estudantil, docentes e demais profissionais. A abordagem dialoga com o debate transversal de mar-

cadres e categorias como gênero, raça, classe, acessibilidade, diversidade e religião, categorias teóricas fundamentais de análises sobre processos educativos no cotidiano da escola. São ressaltados aspectos da diversidade e inclusão da comunidade LGBTQIAPN+ no contexto educacional, enfatizando-se, ainda, a pauta da intolerância religiosa e suas relações no cotidiano da vida e da escola. Ao debruçarem sobre um tema emergente em quaisquer espaços escolares e em todos os níveis de ensino, as autoras e os autores apostam no espaço, ou ambiente, escolar como significativo para implementação de política de inclusão e de acessibilidade, sendo necessário, então, manter-se apto para acolhimento de estudantes, bem como exigente de capacitação de profissionais para a diversidade.

O texto produzido por *Ranaelle Souza Silva e Lusitânia Secundo Borges* tem como título “A invisibilidade da questão agrária na formação profissional em Serviço Social no Nordeste: um debate necessário” e discorre sobre os resultados de uma pesquisa documental com levantamento bibliográfico sobre o tema da (in)visibilidade da questão agrária em universidades públicas da região. As autoras identificam que o curso de Serviço Social se encontra presente em 16 instituições de ensino superior no Nordeste e sinalizam que a questão agrária permeia o cotidiano do trabalho profissional dos/as assistentes sociais, ainda que sua conceituação não seja apreendida e suas manifestações, correlatas à questão social, não sejam reconhecidas enquanto facetas do problema agrário. O distanciamento desse reconhecimento pelo Serviço Social resulta na invisibilização de camadas da sociedade atravessadas pelos agravos da questão agrária, seja mediante atuação direta com as manifestações da estrutura agrária no campo ou escamoteada pelas relações urbanas de onde os embates de classes também se manifestam. As autoras ressaltam a importância da questão agrária na formação profissional para uma atuação que tenha os arcaibos teóricometodológicos necessários para visibilizar as populações rurais e não ignorar as demandas atravessadas pela questão agrária. Ao trazerem essa ênfase, destacam a importância da questão agrária na região,

bem como a centralidade desse debate no processo de formação acadêmica e profissional.

Isabelle Pinto Mendonça e Maria Helena Santana Cruz abordam “A cibercultura e a política de ações afirmativas na pós-graduação: reflexões sobre inclusão digital para diversidade”, e destacam a inclusão digital e Política de Ações Afirmativas na Pós-Graduação no cenário da cibercultura. Metodologicamente, o texto priorizou a abordagem qualitativa e a pesquisa bibliográfica com o apoio de estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.BR). As autoras realizam um paralelo entre os fundamentos das obras de Pierre Lévy (1999), André Lemos (2002) e a Política de Ações Afirmativas na Pós-Graduação para identificação dos sentidos e construção da reflexão, possibilitando inferir que os fundamentos da cibercultura estão postos, constituindo o ciberespaço como espaço de fluxos contínuos, cujos conhecimentos se processam seguindo o movimento dialético da evolução tecnológica. A desigualdade digital configura-se como um obstáculo para a inclusão da diversidade na cibercultura. Entendeu-se que a Educação tem o potencial de construir e fortalecer os caminhos para fortalecer a cidadania e a emancipação na era digital, considerando a centralidade que esse tema tem na atualidade.

No texto “Questão social e relação do Serviço Social com as tecnologias digitais da informação e comunicação: reflexões acerca da formação e do exercício profissional”, *Susana Almeida Rodrigues e Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves* refletem sobre o mundo contemporâneo constantemente impactado com os avanços tecnológicos que penetram o tecido social provocando transformações distintas no cotidiano profissional de diferentes profissões, entre elas o Serviço Social. A partir de dados da dissertação, defendida, em 2022, junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (PROSS/ UFS) o capítulo enfatiza a forma como as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) estão sendo debatidas

no âmbito da formação e do exercício profissional. O capítulo contém dois itens: um deles enfatiza aspectos vinculados às políticas de inclusão a partir das novas expressões originadas da questão social com o avanço tecnológico; e outro que traz alguns informes sobre os reflexos dessa tecnologia na formação e no exercício profissional. Apreender a relação entre as TDIC e a formação e exercício profissional na atualidade é um elemento que se destaca, dada as experiências de implantação das TDIC nas várias formas de inserção profissional da área.

Maria Edilma de Jesus Santos reflete sobre o tema “Gênero e sexualidade em interface com feminização do HIV/AIDS”, aborda sobre concepções das matrizes teóricas que fundamentam as análises de gênero, sexualidade e feminização. A autora aborda as desigualdades com destaque para as diferenças com relação à sexualidade e interface com feminização do HIV/Aids. Compreender o aumento da infecção por HIV em mulheres não é tarefa fácil, visto que a Aids ainda carrega o estigma de doença vergonhosa. A feminização do HIV/Aids se refere à progressão da epidemia para mulheres heterossexuais, a partir da década de 1990 e é um fenômeno complexo, que envolve uma série de fatores, como: estigma e vergonha associados à doença; relações de poder desiguais entre homens e mulheres; condições socioeconômicas e culturais de cada região; falta de ações de prevenção e atendimento adequadas para mulheres. O combate a feminização do HIV/Aids é necessário, entre outras ações, para mudar relações sociais caracterizadas pela dominação/subordinação, olhar criticamente as estruturas de poder estabelecidas, fortalecer ações intersetoriais e institucionalizar o Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Epidemia de Aids e Outras DSTHIV/aids no Brasil. A pesquisa de que derivou o texto, fruto do mestrado em Serviço Social na Universidade Federal de Sergipe, traz importante contribuição para o enfrentamento do estigma e preconceito que ainda circunda o debate sobre a Aids, especialmente sua feminização.

Samuel Francisco Rabelo no texto “Desde Xica há resistência: enfrentamento à transfobia escolar sob uma perspectiva transfeminista

interseccional”, objetiva dar visibilidade ao fenômeno da transfobia escolar e suas formas de enfrentamentos ante uma perspectiva transfeminista interseccional, enquanto possibilidade de práxis políticas que prosperem outros sentidos e possibilitem novos (outros) (des)caminhos de aprendizagens. A transfobia escolar é compreendida como um fenômeno alçado no sistema de gênero, gestado à cisheteronormatividade que tem produzido específicas práticas de invisibilidade, segregação e esvaziamento às experiências escolares de TransVestiGêneres ante a luta por uma inteligibilidade de gênero. Tais vidas são tidas como desertoras da norma, estrangeiras de si mesmas. A pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico e documental e a abordagem transfeminista interseccional, subsidiam a produção do conhecimento no texto abordada. A importância da demarcação da temática é ressaltada, considerando a promoção de (re)existências nos espaços de formação do cotidiano escolar, no encaminhamento de novas estratégias e políticas educacionais. No campo da diversidade, o texto expõe o necessário enfoque do tema no ambiente escolar, o que, *per se*, evoca sua atualidade e importância.

Juliana Campos de Carvalho Cruz e Maria Helena Santana Cruz discorrem sobre “A desigualdade de gênero na reforma tributária sobre o consumo”, com ênfase na relação ente tributação e a desigualdade de gênero enunciada pela citada reforma tributária atual. A abordagem delimita o âmbito da desigualdade de gênero em seu aspecto geral, entre homens e mulheres, não se estendendo a fatores interseccionais como raça, cor, etnia, idade e outras formas de discriminação, tendo em vista a prescrição normativa instituída pela Emenda Constitucional nº 132 que destaca tão somente a dimensão de gênero. A hipótese adotada preconiza que a influência do sistema patriarcal sobre o campo do Direito, no ordenamento jurídico brasileiro, seja nas leis, seja na doutrina e na jurisprudência, e o quanto este pode atuar, por vezes, para a perpetuação daquele. Porém, a inovação trazida pela Emenda Constitucional 132/23 salienta a necessidade de o ordenamento jurídico brasileiro promover a igualdade entre homens e mulheres. As análises

centram-se no **método dedutivo** (do geral para o específico) por meio da abordagem de caráter descritivo e qualitativo, na pesquisa bibliográfica e documental, para análise, síntese de ideias a interpretação do fenômeno. Realiza-se uma revisão/reformulação de modo explícito de informações já contidas nas premissas, leitura de livros, artigos, periódicos no desenvolvimento do tema com o propósito de examinar a desigualdade de gênero na reforma tributária sobre consumo, explicitar informações com base em teorias relacionadas ao tema.

No texto “A importância da Pós-Graduação para a educação jurídica e o profissional do Direito no Brasil”, *Jorge Flavio Santana Cruz e Maria Helena Santana Cruz* realçam a relevância da pós-graduação para o Direito e a formação profissional, tendo em vista uma renovação do debate epistemológico da Ciência Jurídica, que, por um ordenamento filosófico, recai sobre ela mesma e seus mecanismos de produção de saber. A metodologia adotada é regada pela pesquisa qualitativa, mediante bibliografias disponíveis que abordam a importância de se retomar o debate sobre as configurações dos diversos campos do saber, particularmente no campo jurídico, diante das novas demandas de perfis profissionais dotados de novas qualificações adaptáveis a ambientes imprevisíveis e menos estruturados com capacidade de buscar oportunidades de aprendizado. A partir das experiências descritas em artigos e documentos técnicos, focalizam as características específicas, o escopo dos programas de pós-graduação em Direito e alguns aspectos de positividade que instigam os leitores e, em especial, o profissional do campo jurídico que nele se insere.

Wallison Hipólito de Meira e Kathleen Pimentel dos Santos refletem de forma breve sobre o declínio do modelo produtivo baseado no fordismo, e a partir disso, a necessidade de compreender a adoção da reestruturação produtiva e da ideologia neoliberal no texto “Tempos de crise estrutural e novas formas de organização do trabalho, alguns desafios para o Serviço Social”. As análises abordam como as expressões da questão social se apresentam em tempos de crise estrutural do capital, e os principais impactos gerados para os/as tra-

balhadores/as diante dessa nova forma de organização do trabalho. Ademais, colocam ênfase na realidade atual da sociedade brasileira e os desafios da atuação profissional de assistentes sociais nos diversos espaços sócio-ocupacionais nos quais se inserem no Brasil. Destaca-se aqui que esses e essas profissionais têm seu exercício profissional influenciado pelas transformações no mundo do trabalho, o que leva à imperiosa apreensão dessa realidade e dos seus rebatimentos no trabalho profissional.

No texto “Gênero enquanto categoria analítica frente às questões da sexualidade e identidade de gênero: em defesa das pessoas LGBTQIAPN+”, *Silmere Alves Santos e Matheus Andrade de Moraes* contribuem para um debate teórico a partir da correlação entre gênero, enquanto categoria analítica descrita por Scott (1995), e as demandas da população LGBTQIAPN+. O percurso metodológico é abarcado pelo materialismo histórico-dialético com princípios da historicidade, totalidade e contradição, em um diálogo com o conceito de gênero enquanto categoria analítica que considera as relações sociais enraizadas no heterocispatriarcado e como essa estrutura social incide na população LGBTQIAPN+. O debate sobre a sexualidade traz a crítica da normatização, do padrão heterossexual como hegemônico, organizando simbologias, história, poder e subjetividade. As relações sociais revelam-se moldadas a partir dessa estrutura que exclui as diferentes identidades de gênero, oprimindo/dominando o “ser” enquanto identidade. Novas epistemologias permitem avançar criticamente no campo teórico, com críticas oriundas de conceitos *heterocispatriarcais*, a partir de estudos aprofundados sobre as imbricações e consubstancialidades inerentes ao sistema patriarcal, que dá origem a estruturas, processos e mediações culturais.

A partir da experiência e observação sobre o Centro de Referência de Atendimento à Mulher, o texto “200 dias de implantação do centro de referência de atendimento à mulher em situação de violência (CRAM) Aracaju/SE: avanços e desafios”, de autoria de *Elissandra Barboza Santos Mariano, Edlaine da Silva Sena, Talita Silva Menezes,*

Silmere Alves Santos, aborda os primeiros 200 dias de funcionamento do CRAM Aracaju/SE com base nos conceitos de violência de gênero, patriarcado e interseccionalidade. As fontes da pesquisa, foram analisados quantitativamente a partir dos atendimentos realizados entre janeiro e julho de 2024. Os resultados informam que 410 (100%) de atendimentos de mulheres, das quais 192 (46,8%) entraram em acompanhamento sistemático e perfizeram a amostra da pesquisa. Embora o CRAM tenha se estabelecido como ferramenta essencial, há desafios como a necessidade de ampliação de recursos e o fortalecimento da rede de atendimento. As autoras ressaltam como fundamental avaliar a eficácia das políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero, considerando a alta demanda de serviços e o papel do CRAM na rede de atendimento.

Victoria Hellen Feitoza Luz e Maria Helena Santana Cruz no texto “Questões sobre as desigualdades de gênero e a saúde mental”, abordam um tema produto de pesquisa no mestrado em Serviço Social na Universidade Federal de Sergipe, com o objetivo geral, escopo e finalidade, explorar as *determinações sociais* que versam sobre o processo de adoecimento ou o adoecer psíquico de mulheres, a partir da abordagem de gênero, priorizando o município de Aracaju/SE. O conjunto de expressões de gênero, opressão, machismo e relações sociais, possibilita pensar as determinações sociais que apresentam rebatimentos no adoecimento de mulheres. O gênero se constitui como um campo novo nas ciências humanas e sociais e mesmo um novo campo epistêmico das ciências, se constitui como ferramenta analítica importante para compreender o campo da saúde mental, possibilitando uma releitura da classificação diagnóstica de diversos quadros e, talvez, a uma mudança dos índices epidemiológicos que conhecemos.

Ao trazer à baila os resultados de pesquisas e análises, a coletânea busca dar retorno à sociedade de um movimento que lhe é peculiar, qual seja, estimular a reflexão sobre a realidade, de forma a permitir compreender o papel que pesquisadoras e pesquisadores devem na devolutiva do que produzem. As diversas abordagens aqui expostas

também suscitam compreender que o processo de construção do conhecimento exprime caminhos teórico e metodologicamente plural, como se pode observar no conjunto de textos.

Destacamos que essa coletânea teve financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por meio do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) Emergencial de Consolidação Estratégica dos Programas de Pós-Graduação, de agosto de 2022, o que faz com que a responsabilidade social desse retorno seja algo digno de anotação, pois se trata de estímulo à consolidação de Programas de Pós-Graduação.

Esperamos, com esses registros, contribuir para o enraizamento e o aprofundamento de políticas públicas que promovam a igualdade de oportunidades na sociedade, a inclusão social, o crescimento sustentável e ambientalmente justo, em direção a uma sociedade menos desigual, mais compassiva e solidária.

Maria Helena Santana Cruz

Vera Núbia Santos

Silmere Alves Santos

Organizadoras



CAPÍTULO 1

FORMAÇÃO E EXERCÍCIO PROFISSIONAL NO SERVIÇO SOCIAL: HORIZONTES ANTIRRACISTA E ANTISSEXISTA

Larisse Miranda de Brito

1 Introdução

Consideramos que **trabalho** e **questão social** constituem categorias fulcrais para pensar a formação e o exercício profissional no âmbito do serviço social. Isso porque sua emergência, enquanto profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, é resultado do surgimento da questão social, entendida aqui como o conflito de interesses entre capitalistas e trabalhadores e as repostas elaboradas pelo Estado e pelo empresariado, objetivadas nas políticas sociais, a fim de gerir os problemas sociais (ou expressões da questão social) decorrentes dessa disputa. (Carvalho e Iamamoto, 2001; Iamamoto, 2011). Dito de outra maneira, a questão social é reconhecida como alvo de políticas sociais, quando o Estado e empresariado, reconhecem que a organização da classe trabalhadora – quando essa transita da **classe em si** para a **classe para si** – como ameaça para a manutenção do capitalismo enquanto sistema produtivo. A partir de então, elaboram-se respostas às demandas dos trabalhadores objetivadas como políticas sociais.

Deriva daí a contradição inerente às políticas sociais, pois, se por um lado elas resultam de conquistas trabalhistas, por outro representam uma estratégia de consolidação e expansão do sistema capitalista. Nesse sentido, as políticas sociais atuam, ao mesmo tempo, como importantes dispositivos de melhoria das condições de vida da classe trabalhadora, mas também como apaziguadoras das lutas sociais, são instrumentos que operam no sentido de arrefecer a organização

da classe trabalhadora na busca da superação da ordem vigente. Nesse cenário, os assistentes sociais serão inseridos como trabalhadores assalariados na divisão sociotécnica do trabalho, como profissionais responsáveis por intervir, através das políticas sociais, junto às expressões da questão social. Atuam, portanto, na mediação de acesso das classes subalternas aos direitos sociais materializados como políticas sociais (Iamamoto, 2011; Netto, 2011; Martinelli, 2000).

Dessa forma, para pensar a formação e o exercício profissional no âmbito do serviço social torna-se fundamental apreendermos as particularidades inerentes ao processo de formação da classe trabalhadora e da questão social como bases fundamentais para constituição do próprio sistema capitalista. Assim, situaremos nosso debate na realidade brasileira, especialmente no que se refere a formação do Brasil moderno, marcado pela transição do modelo econômico agrário colonial, baseado no trabalho escravo, para o modelo agroexportador baseado no trabalho assalariado, na superexploração do trabalhador e no latifúndio como características fundamentais do surgimento do capitalismo de tipo dependente no contexto nacional.

A partir de uma densa revisão bibliográfica e assentados nos pressupostos do método materialista-histórico-dialético, o qual sugere que a análise da realidade concreta apenas pode ser objetivada a partir da apreensão das particularidades históricas, inerentes ao surgimento das relações sociais em cada contexto social que constituem a totalidade, como resultado do movimento dialético e contraditório no qual reside a própria dimensão ontológica do Ser social. Primeiramente situaremos o movimento histórico de surgimento da classe trabalhadora e suas imbricações com questões de raça e gênero a fim de compreendemos quais as implicações desse processo na constituição da questão social no Brasil. Em seguida, buscamos contextualizar aspectos da formação e do exercício profissional no contexto nacional, para concluirmos com apontamentos acerca da necessária promoção de um processo formacional (Macedo, 2020) que dê conta de uma atuação antirracista e antissexista por parte dos profissionais de serviço social.

2 A emergência da classe trabalhadora: raça, gênero e questão social no Brasil

Amparados nas contribuições de Clóvis Moura (2019) e Florestan Fernandes (1978; 2009), entendemos que o processo de acumulação primitiva do capital no contexto europeu é, também, resultado do trabalho escravo desenvolvido por negros africanos e indígenas no período colonial na América Latina e, em especial, no Brasil, nos primeiros anos da independência nacional. Isso porque, mesmo após sua independência (1822), a elite nacional aliou trabalho escravo ao ainda incipiente trabalho livre assalariado até 1888, sendo o Brasil, o último país a abolir a escravidão. Dessa forma, a emergência do capitalismo no contexto brasileiro, se deu na transição do modelo agrário colonial (baseado no trabalho escravo), para uma economia baseada no trabalho livre que nos primeiros anos conviveu com o escravismo.

Aliado à isso, a América Latina, com destaque para o Brasil, afirmou-se no cenário da divisão internacional do trabalho como um capitalismo de tipo dependente baseado na superexploração do trabalhador, no latifúndio que sustentou/sustenta a exportação de matérias-primas para o mercado internacional, e em um Estado gerido/organizado por uma burguesia que se forma a partir do interesse em proteger as elites internacionais e subsidiar seu enriquecimento, como apontam Fernandes (1978; 2009), Ianni (2004), Moura (2019) e Marini (2011). A dinâmica do capitalismo dependente no contexto brasileiro elabora as condições materiais específicas para a constituição de classes sociais desassociadas de suas funções históricas. Dessa forma, no cenário nacional, a burguesia não cumpriu seu papel de classe revolucionária no sentido de preocupar-se com a autonomia político-econômica do Estado nacional. Ao contrário disso, revelou-se como aliada do capital internacional na manutenção da lógica de dependência econômica através do uso da violência institucionalizada contra os trabalhadores e da superexploração do trabalho, que como sinaliza Marini (2011) se estrutura através do prolongamento das jornadas de trabalho, da extração

da mais-valia absoluta e da redução da possibilidade de consumo por parte do trabalhador.

É também na transição do século XIX para o século XX, que se fortalece nos ambientes acadêmicos e reverbera nos espaços políticos, como apontam Schucman (2013), Schwarcz (1993), Benedicto (2019) a pseudociência eugênica que atribua o atraso nacional à presença do negro entre nós, e propunha como solução: o embranquecimento da população via leis de incentivo à imigração europeia. Essas leis estimulavam a vinda de brancos europeus para o Brasil, através da promessa de um lote de terra, garantia de educação primária para seus filhos e trabalhos nas lavouras de café¹ (ainda com baixa tecnologia) (Elpídio e Silva, 2023). Em contrapartida, a instituição da Lei de Terras em 1850, que previa sua posse apenas através da compra ou da herança, dificultou o acesso da população negra à terra, uma vez que recém liberada do trabalho escravo, não possuía os meios necessários para a compra tampouco gozavam da condição de herdeiros/as de bens.

A transição do modelo de organização de trabalho baseado no escravismo para o trabalho livre não foi acompanhada da elaboração, por parte do Estado, de políticas específicas de “inserção do negro na sociedade de classes” (Fernandes, 1978). Isso significa que a população negra² ficou à margem do acesso à habitação, saúde, educação, trabalho etc. Ao contrário disso, disseminou-se a ideia de que a população recém liberta tinha poucas habilidades para desenvolver atividades de trabalho no contexto industrial, por isso, sua inserção deveria se dar em postos de trabalho desvalorizados com ganhos sa-

¹ É importante destacar que houve duas formas de contratação de imigrantes no contexto nacional, como aponta Ianni 2004. A primeira delas, predominante em São Paulo, sob regime de parceria e a segunda denominada colonato cujo principal interesse era o povoamento das terras não povoadas daquele território. Em função do endividamento causado pelo modelo paulistano, alguns imigrantes organizam-se e conseguem instituir novas formas de contrato, para saber mais sobre o processo consultar Ianni, nas referências finais desse trabalho.

² Sempre que tratarmos da população negra neste artigo, estaremos nos referindo à pretos e pardos

lariais abaixo da média, à exemplo do trabalho doméstico. (Fernandes, 1978; Hasenbalg, 2022).

Para Ferreira e Fagundes (2021), o discurso da baixa aptidão da população negra favoreceu a ideia de que sua contratação no ramo industrial, ainda que em números incipientes, poderia ocorrer desde que recebessem salários abaixo daqueles recebidos por pessoas brancas. Esse cenário impactou, não apenas na exclusão de parte significativa da população negra ao mercado de trabalho, mas também sua baixa presença em postos com melhores índices de remuneração, e, portanto, o impedimento de acesso ao salário e aos direitos trabalhistas, conquistados, posteriormente, a partir da década de 1940. Sua contratação concentrou-se, de acordo com Fernandes (1978; 2009) e Ianni (2004), no setor de serviços, como empregado/as domésticas/os, carregadores/as, etc., engraxates, etc.

Ainda de acordo com Ferreira e Fagundes (2021), esse quadro relegou a população negra nacional, não apenas ao lugar de exército de reserva, mas especialmente à constituição do lupemproletariado (tradução livre). Moura (2019), contudo, considera que dada a marginalização da população negra sua condição transcende tanto ao exército de reserva quanto ao lupensinato inaugurando, portanto, um elemento novo no contexto do capitalismo dependente nacional ao qual, mais tarde, Souza (2022) nomeou **ralé brasileira**.

A falta de acesso a políticas públicas que garantissem sua subsistência fez com que essa população fosse “jogada à própria sorte”, experimentando um pauperismo extremo, o que impactou na informalidade como principal meio de sustento para essa população. (Fernandes, 1978; Ianni, 2004). Esse cenário reflete nos dados atuais quando apontam para a diferença de ocupação de postos de trabalho e recebimentos mensais entre as populações negras e brancas no contexto nacional, pois como comprova o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),

Embora representem a maior parte da população (55,8%) e da força de trabalho brasileira (54,9%), apenas 29,9% [das pes-

soas pretas ou pardas] ocupavam os cargos de gerência, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018. A relativa desvantagem também se aplica ao ganho mensal de cada raça ou cor. Os números apontam que o rendimento médio mensal da pessoa ocupada preta ou parda gira em torno dos R\$1.608 contra os R\$2.796 das pessoas brancas (IBGE, 2018).

Nesse sentido, podemos notar que há uma persistência da superexploração do trabalho, baseada como aponta Marini (2011), nos baixos salários com consequente aumento da mais-valia, prolongamento das jornadas de trabalho e redução da possibilidade de consumo por parte da classe trabalhadora. Não obstante podemos considerar que a superexploração da mão de obra negra, vai atingir especialmente as mulheres negras uma vez que são elas que ocupam os cargos com maior índice de desvalorização, como por exemplo, o trabalho doméstico, regulamentado no país apenas em 2013.

Desse modo, tomando como referência as contribuições de Federici (2017) quando ela expõe o “trabalho invisível” realizado pela mulher no ambiente doméstico e sua função biológica reprodutora, como importantes instrumentos para a reprodução da classe trabalhadora no contexto capitalista, consideramos ser a mulher negra a mais atingida por essa dinâmica. Dialogamos ainda com Bairros (1991) e Gonzalez (2022), quando afirmam que as mulheres negras representam a base da exploração do capitalismo, pois além de serem maioria na ocupação dos serviços domésticos, a exploração de seus corpos é outro componente que aprofunda seu lugar como base da pirâmide na lógica exploratória. A dinâmica de exploração do corpo da mulher negra operou-se tanto pela violação via estupro como tecnologia colonial para reprodução da mão de obra escrava quanto pela objetificação posterior na figura da “mulata exportação”. (Nascimento, 2017).

De acordo com Hasenbalg (2022), entre as décadas de 1940 e 1950, a população negra além de estar inserida de forma precária no

mercado de trabalho nascente, constituía o maior número de desempregados no contexto nacional. A inserção do Brasil no processo de mundialização/internacionalização do capital, marcada pelo período da industrialização pesada (1956-1964) possibilitada pela política desenvolvimentista subsidiada pelo capital internacional, operou poucas mudanças nesse quadro, como aponta Martins (2020). É nesse sentido, portanto, que as distinções de raça operadas pela lógica escravocrata que (re) cria o racismo como materialização da ideia do negro como sujeito sem alma, objeto para o trabalho escravo e símbolo do atraso nacional vai estruturar a sociabilidade brasileira, definir as diferenças de classe e caracterizar a classe trabalhadora no país. Ao mesmo tempo, o impedimento de acesso da população negra a postos de trabalho com maior e melhor remuneração fragiliza sua participação nas lutas trabalhistas (ainda no contexto das décadas de 1940-1930) que resultam no reconhecimento da questão social no contexto nacional.

Ademais, a postura autocrática fundada no autoritarismo e no uso da violência por parte da burguesia nacional, revela uma dificuldade de organização das classes trabalhistas nacionais, novamente incidindo sobre a quase impossibilidade de que essas classes se organizem de modo eficaz para contestação do sistema, à exemplo do aparelhamento de sindicatos, partidos, associações, etc.

Contudo, como nos ensina Karel Kosik (2007), o processo de apreensão da realidade a partir da perspectiva crítica, baseada no pensamento marxiano e no método materialista-histórico-dialético, requer a destruição da pseudoconcreticidade presente na realidade social sob forma de escamotear sua natureza concreta. É no processo de destruição da pseudoconcreticidade que reconhecemos a raça e o racismo como categoriais que estruturam a sociabilidade brasileira e determinam as disposições de classes (Almeida, 2019). Nesse sentido, podemos reconhecer que tanto a formação da classe trabalhadora quanto a emergência da questão social no contexto brasileiro, são marcadas pela raça e pelo gênero como categorias fundantes, não apenas como expressão derivada da disputa entre capitalistas e trabalhadores.

A raça e, por consequência o racismo, estão na base de formação da classe trabalhadora brasileira e, por isso, é categoria fundamental para compreender sua reprodução. Afinal, a população negra vai constituir tanto a parcela da classe trabalhadora superexplorada pelo capital, quanto aquela que experimentou (e continua experimentando) os reflexos mais profundos das desigualdades, das mazelas sociais e do pauperismo como marca de sua reprodução social (Martins, 2020). Nesse sentido, torna-se fundamental que o processo de formação profissional do assistente social possibilite que seus estudantes compreendam a dinâmica histórica que desenha o quadro de empobrecimento da população negra e feminina brasileira atual, afinal, são esses os alvos principais das políticas sociais com as quais esses profissionais atuam na contemporaneidade.

3 Formação e exercício profissional em serviço social

Embora reconheçamos que a emergência das protoformas do serviço social brasileiro remeta à década de 1930, contexto no qual surgem as primeiras Escolas de Serviço social no país, 1936 em São Paulo, 1937 no Rio de Janeiro, foi no bojo da política desenvolvimentista, subsidiada pelos interesses do capital internacional que essa profissão foi inserida na divisão sociotécnica do trabalho. Assim, seus profissionais serão submetidos aos processos de mercantilização, alienação, expropriação e redução de sua autonomia que caracterizam o trabalho assalariado no contexto capitalista, a partir de 1957, quando surge a Lei 3.252, primeira lei de regulamentação da profissão.

Nos primeiros anos de sua existência, os processos de formação foram orientados pela combinação do pensamento cristão e a identidade atribuída pelo sistema capitalista ao Serviço Social, refletindo no positivismo como orientação filosófica para sua atuação profissional. (Martinelli, 2000; Iamamoto, 2003). Dessa forma, o exercício profissional, consoante com o pensamento positivista e a doutrina católica, tinha como principal objetivo conservar a tradição e manter as estratifi-

cações sociais através das distinções de classe. Esse quadro vai sofrer alterações a partir de meados da década de 1960, quando, no contexto da ditadura militar no caso do Brasil, os profissionais latino-americanos buscam refletir acerca da identidade profissional levando em consideração as especificidades de seus territórios de atuação, haja vista o diagnóstico de importação de técnicas alheias aos problemas sociais com os quais se defrontavam.

Esse movimento, conhecido como Movimento de Reconceituação, vai ganhar contornos singulares na realidade brasileira e gerou mudanças significativas tanto na dimensão formativa quanto na prática profissional dela decorrente. Como observa Netto (1991), nos primeiros anos de “revisão” das bases teórico-metodológicas e técnico-operativas da profissão, houve uma reaproximação com teorias científicas que reforçavam o conservadorismo profissional e buscavam construir uma análise da realidade dos sujeitos descoladas dos determinantes históricos. Isso levou a uma prática assentada na culpabilização do indivíduo por suas condições de vida e na tentativa de ajustamento e controle de seus corpos para benefício do *status quo*. Essa tendência, entretanto, irá sofrer profundas mudanças em meados da década de 1970, quando os profissionais de serviço social se engajam na luta contra a ditadura militar e entram em contato com a teoria crítica e análise marxista acerca da estrutura capitalista. Nesse momento, os assistentes sociais iniciam um processo de reflexão acerca de sua formação e exercício profissional que os levam a questionar essa prática neutra calcada em uma análise fragmentada da realidade social.

Para Netto (1991; 2011), o Movimento de Reconceituação pode ser compreendido a partir de três perspectivas distintas materializadas em documentos que condensam as principais ideias defendidas pelos profissionais em cada período. A primeira perspectiva, nomeada “**perspectiva modernizadora**”, pode ser analisada a partir dos documentos de Araxá (1967) e Teresópolis (1970), como resultado de encontros profissionais realizados nas cidades mencionadas. Neles, é possível observar que há uma tentativa de modernização das bases funcionalistas

agregando-se ao estruturalismo e a teoria sistêmica. A ideia subjacente e tributária do positivismo, era de que a maior aproximação com essas abordagens científicas (pretensamente neutras e objetivas) confeririam à profissão um exercício profissional técnico afastando-o da doutrina católica. Dessa forma, os profissionais engajaram-se no melhoramento do método, levando em consideração a máxima funcionalista de atuação no nível microsocial para atenuar as anomias no macro funcionamento da sociedade. A atuação profissional volta-se, dessa maneira, para um viés policaresco, fiscalizador e psicologizante e, ao invés de romper com a doutrina social católica, aprofunda os princípios de dignidade, perfectibilidade e sociabilidade essencial da pessoa humana, cuja base é o Neotomismo.

Na segunda perspectiva, nomeada por Netto (1991; 2011), como “reatualização do conservadorismo” o expressa nos documentos produzidos nos Seminários de Sumaré (1978) e Boa Vista (1984), os profissionais lançam mão, ainda que de maneira incipiente como reconhece o autor, da tradição fenomenológica que, voltada para os estudos da subjetividade e experiências particulares dos indivíduos sociais, recuperou a herança histórica e conservadora da profissão à medida que contribuiu para uma análise do indivíduo descolado dos processos engendrados pela estrutura do sistema produtivo.

As condições materiais e objetivas da realidade brasileira, contribuíram para nuances particulares do Movimento de Reconceituação entre nós, desse modo, é na terceira perspectiva desse processo que aparece a transformação mais profunda pela qual passou a profissão nos últimos anos. Nomeada por Netto (1991), como intenção de ruptura, e materializada em três fases distintas que remetem a aproximação do serviço social com as teorias marxistas. Como resultado da aproximação do serviço social com os movimentos de luta contra a ditadura militar no Brasil, mas também do aumento da demanda por profissionais por parte do Estado, em função da expansão e complexificação da questão social entre nós, assistiu-se a inserção desses profissionais em debates profícuos acerca da produção marxista e marxiana.

O primeiro sinal dessa aproximação foi a criação do Método BH, criado por Professores e estudantes da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/Minas) entre 1972 e 1975. A ideia foi, a partir do método materialista-histórico-dialético, criar um instrumento de atuação profissional que rompesse com a lógica positivista e buscasse a compreensão da questão social através do movimento dialético e da totalidade como dimensões fulcrais da realidade histórica. Sua aplicabilidade, no entanto, apresentou alguns problemas o que não ofusca a importância dessa iniciativa no processo de rompimento do serviço social com suas bases conservadoras. É importante destacar que na década de 1970, surgem os primeiros programas de pós-graduação em serviço social no Brasil, o que favorece uma política formacional (Macedo, 2020) que vislumbresse para além do ensino, a pesquisa como dimensão constitutiva da formação profissional.

Podemos considerar que o método BH, forneceu bases para os debates realizados no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), realizado em São Paulo 1979 – segunda fase – que representou um momento transformador para a profissão à medida que aproximou profissionais e estudantes da luta antiditatorial empreendida por trabalhadores, estudantes e setores da população nacional. Nesse segundo momento, há uma aproximação por um viés militante de inserção na luta da classe trabalhadora e entendimento mais profundo do Assistente Social como categoria constituinte dessa classe. Contudo, é na terceira fase da Intenção de Ruptura que vamos assistir a um aprofundamento teórico-científico das bases conceituais marxianas, a partir da publicação do livro “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil” de autoria de Iamamoto e Carvalho, publicado em meados da década de 1980, e que vai subsidiar uma política formacional e uma ética profissional assentada na defesa dos direitos dos trabalhadores, das classes subalternizadas.

Como resultado desse processo, as questões em torno do currículo tornam-se o centro dos debates no interior da profissão. Dessa maneira, assiste-se entre 1982 e 1985, um maior recurso à Teoria Crí-

tica como principal fundamento teórico-metodológico e técnico-operativo para a formação e o trabalho profissional de assistentes sociais. Assim, a profissão começa a entender a questão social como parte da contradição histórica de existência do capitalismo e posiciona-se agora em defesa da classe trabalhadora. Já no contexto de abertura democrática do país e de promulgação da Constituição Federal de 1988, que assegurou a Seguridade social como tripé: entre previdência, saúde e assistência, o Serviço Social consolida seu Código de Ética Profissional de 1993, no qual expressa sua defesa da classe trabalhadora e compromisso com a construção de uma nova ordem societária, trazendo, portanto, novos horizontes não apenas para a formação, mas especialmente para o trabalho profissional.

O Congresso da Virada, em 1979, marca o ponto de “virada” das bases formativas e práticas da profissão quando seus profissionais assumem um compromisso com a classe trabalhadora e aproximam-se da teoria crítica como fundamento teórico de análise e interpretação da dinâmica histórico-social. A publicação do livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*, de autoria de Raul de Carvalho e Marilda Iamamoto, vai marcar uma aproximação profícua com a teoria marxiana, além de inscrever o serviço social na história de consolidação e expansão do capitalismo no contexto brasileiro, mas também geral.

Os resultados desse processo foi a construção de um projeto ético-político no contexto de redemocratização do Estado brasileiro – expresso na expansão do direitos sociais garantidos na Constituição Federal de 1988 – comprometido com a defesa dos trabalhadores, com a liberdade como valor central e a emancipação humana como objetivo de sua prática profissional. Assim, alia-se à classe trabalhadora na defesa da construção de uma ordem societária sem discriminação de raça, classe e/ou gênero.

A materialização do projeto ético-político pode ser observada, especialmente, no Código de Ética Profissional de 1993 e nas Diretrizes Curriculares (DC) de 1996, documentos que materializam o compromisso ético e político desses profissionais. Esses documentos consolidam

um projeto ético-político profissional assentado na defesa da autonomia, emancipação e plena expressão dos indivíduos sociais, tendo a liberdade como valor central na construção de uma nova ordem social sem dominação de classe, raça e gênero. Propõe, portanto, a construção de uma ética contra hegemônica orientada por princípios democráticos e revolucionários inspirados na tradição marxista (Barroco, 2010).

É importante observar que os valores éticos e normativos presentes no projeto ético-político profissional e expressos em documentos que orientam a formação e a prática do/a assistente social, não imprimem sobre essa categoria profissional a responsabilidade pela construção dessa nova ordem societária. Conclama, entretanto, que seus profissionais, nos processos de produção de conhecimento e exercício profissional apropriem-se da teoria crítica e do método à ela subjacente (o materialismo-histórico-dialético) para uma análise e intervenção social comprometida com a destruição da pseudoconcreticidade (Kosik, 2007) que atua como véu que acoberta a concretude das desigualdades sociais forjadas pela estrutura capitalista revestindo-as de uma espécie de culpabilização individual pelas mazelas experimentadas pelos sujeitos em suas experiências cotidianas.

Nesse sentido, torna-se fundamental que ao analisar o trabalho como dimensão fundante do Ser social que no contexto capitalista, assume sua forma alienada através da exploração da força de trabalho como elemento fulcral para a obtenção de lucro, distinção de classes e aprofundamento das desigualdades sociais, a formação em serviço social aponte para o racismo estrutural como elemento fulcral das determinações do trabalho e da questão social no contexto brasileiro. Dessa forma, sinalizamos para a importância de que os conteúdos consonantes aos núcleos (fundamentos teórico-metodológicos da vida social; fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e do serviço social; fundamentos do trabalho social) que estruturam os currículos, tragam um diálogo profícuo com a produção de conhecimento de intelectuais marxistas que apontam para as bases raciais da construção histórica brasileira.

Como supramencionado, as protoformas do serviço social surgem na década de 1930, período em que a teoria eugenista ganhava força entre os intelectuais brasileiros, especialmente aqueles envolvidos com a criação de universidades no país. Obviamente o serviço social não passou ao largo dessa produção, tampouco seus profissionais não foram invadidos pelas ideias racistas de inferioridade negra. Assim, urge compreendermos a história do serviço social a partir de uma ótica antirracista como pano de fundo para a construção de um exercício profissional coerente com o horizonte pressuposto em nosso Código de Ética.

É nesse sentido que apontam os debates promovidos pelas organizações políticas da categoria nos últimos anos, notadamente, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) e, sobretudo a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social que em 2018, divulgou os subsídios para a o debate sobre a questão étnico-racial na formação em serviço social como fruto dos trabalhos do Grupo Temático de Pesquisa “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia e Sexualidades” criado em 2010, no contexto do Encontro Nacional de Pesquisadores e Pesquisadoras em Serviço Social (ENPESS). Os subsídios apontam para a necessidade de vincular as dimensões de ensino, pesquisa e extensão ao debate antirracista, para isso considera fulcral que os núcleos de ensino de forma interdependente e conectada apresentem os fundamentos sócio-históricos das clivagens raciais que desembocam no racismo brasileiro e repercutem na distinção de classes e nas frações que compõem as classes no contexto nacional.

O documento supramencionado, sinaliza para a necessidade de reconhecermos, a partir do acúmulo histórico de pesquisas desenvolvidas sobre a raça e diferenciações de gênero como elementos estruturais e estruturantes da sociabilidade brasileira, mas do trabalho e da questão social que como mencionamos no início desse capítulo, constituem categorias fulcrais para compreendermos o surgimento, a

formação e o exercício profissional do serviço social. Nesse sentido, o documento sugere ações necessárias nas dimensões do 1) ensino; 2) da extensão; 3) da pesquisa; 4) da produção de conhecimento. No primeiro ponto, aponta, entre outras coisas, para a necessidade de criar disciplinas específicas que abordem conteúdos relacionados ao debate étnico-racial. Além disso, assinala a importância da realização de oficinas e encontros sobre o tema e sua articulação com o estágio supervisionado. A segunda dimensão, sinaliza para a realização de atividades de extensão mediadas pelo tema da raça e do racismo como principais objetivos de suas ações. O terceiro e quarto pontos, sugerem a criação de núcleos que busquem desenvolver pesquisas cujo debate étnico-racial seja o principal assunto de interesse e, a partir, de então, engajar seus membros em publicações científicas para publicização dos resultados dos estudos empreendidos. Além disso, o documento sugere a realização de oficinas formativas junto aos professores como modo de divulgação dos debates mais recentes.

Destaca-se a iniciativa do ABEPSS itinerante cujo objetivo principal é desenvolver e fortalecer estratégias político-pedagógicas que enfrentem a precarização do ensino superior no contexto neoliberal. Assim, o tema escolhido para esse ano foi o debate sobre as DC, o debate étnico-racial e os projetos pedagógicos, no qual estive presente e pude atestar a potência da troca de ideias entre professores que vêm abordando o tema racial e como isso repercute em nossas práticas pedagógicas.

Ao apontar o antirracismo e o antissexismo como horizonte possível para a formação e o exercício profissional no âmbito do serviço social, é preciso que reconheçamos que “nossos passos vêm de longe”, assim, é importante historicizarmos a luta de assistentes sociais no contexto brasileiro acerca do debate étnico-racial. Nesse sentido, Abdias Nascimento (2017), aponta para a participação do assistente social negro Sebastião Rodrigues na criação do Teatro Experimental do Negro Brasileiro (TEN), uma das primeiras formas de organização da luta negra no Brasil moderno. O resgate dessas memórias pode subsi-

diar processos formacionais implicados com o debate em torno da luta de classes e suas intersecções com a questão racial e de gênero.

4 Conclusão

Antirracismo e antissexismo: horizontes possíveis

Construir uma formação e um exercício profissional antirracista e antissexista é historicizar a unidade dialética da classe, da raça e do gênero, no contexto de formação do capitalismo dependente entre nós. Dessa forma, reconhecemos a importância dos passos dados pela profissão nos últimos anos, ao mesmo tempo em que sinalizamos a necessidade de avançarmos contra o racismo institucional presente nas políticas e nas instituições do Estado brasileiro como expressão do racismo estrutural. A promoção do pluralismo acadêmico, como prevê nosso Código de Ética/1993, garante, portanto uma formação pautada na diversidade de saberes, contrária as intolerâncias e discriminações pautadas em uma espécie de ortodoxia que não contribui para o avanço do conhecimento científico.

Dessa forma, lançar mão do marxismo negro como base para o debate do trabalho, da questão social e da política social é um dos caminhos possíveis para o desvelamento da persistência da dinâmica racial presente no capitalismo dependente não apenas no Brasil, mas especialmente na América Latina. É, portanto, como exercício de fidelidade ao método materialista-histórico-dialético, que a destruição da pseudoconcreticidade revela as particularidades do contexto nacional no que se refere a elaboração de condições materiais específicas que retroalimentam o racismo estrutural/institucional que impactam diretamente no fato de ser a população negra e, especialmente, as mulheres negras as mais atingidas pelas expressões da questão social.

Os horizontes apontados pelo documento construído pela ABEPSS em 2018, dá conta da necessária articulação dos núcleos de formação com as dimensões da extensão e da pesquisa. Desse modo, urge que façamos um levantamento profundo das produções científicas

cas no âmbito do serviço social nos últimos anos, que tragam a análise étnico-racial e de gênero como interesse fundamental para, a partir, de então construirmos um conteúdo sólido que subsidie os processos pedagógicos-formativos que sirvam de aporte teórico-metodológico para a dimensão técnico-operativa profissional.

Dessa forma, acreditamos que uma formação antirracista e antissexista realiza aquilo que está previsto não apenas nas DC, mas especialmente em nosso Código de Ética quando permite que através da nossa relativa autonomia possamos construir uma prática profissional como práxis que constrói relações baseadas na igualdade de raça e gênero na contracorrente do racismo e do sexismo alimentados pelo sistema e sociabilidade capitalista. Dessa forma, realizar uma formação antirracista e antissexista no serviço social é ratificar nosso compromisso ético com a classe trabalho e executar aquilo que está expresso em nosso projeto ético-político profissional: o compromisso com a emancipação humana e com a construção de uma nova ordem societária sem discriminação de raça, etnia, gênero, classe.

Referências

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli carneiro, Pólen. 2019.
- BAIRROS, L. Mulher negra: o reforço da subordinação. In: LOVELL, Peggy. (org.) **Desigualdade racial no Brasil contemporâneo**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1991.
- BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- BENEDICTO, Ricardo, Matheus. Universalização da Educação e Repúdio da Cultura afro brasileira e africana. In: Ricardo Benedicto Matheus. **Afrocentricidade, Educação e Poder: Uma crítica afrocêntrica ao eurocentrismo no pensamento educacional brasileiro**. São Paulo. 2016. 298 f. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração: Filosofia e Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016. Disponível em: <> Acesso em: Junho de 2019.
- BRASIL. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília, 1993

_____. **Lei de Regulamentação da Profissão**. Lei 8.662/93. Brasília, 1993b

ELPÍDIO, M. H.; SILVA, M. C. Questão racial, eugenia e moralização da “questão social”: um debate necessário para o serviço social brasileiro. In: **Anais do 9 encontro Internacional de Política Social e 16º Encontro Nacional de Política Social**, 2023

FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Trad.: Coletivo Sycorax. 2 ed. Elefante: São Paulo, 2017.

FERNANDES, F. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. São Paulo: Ática, 1978.

FERREIRA, C. C. C.; FAGUNDES, G. G. Dialética da Questão Social e a Unidade de Classe, gênero e raça. In: **Revista Temporalis**, [S. l.], v. 21, n. 42, p. 62–76, 2021, Brasília, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/36500>. Acesso em: 20 nov. 2024

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 14 ed. São Paulo: CORTEZ, 2001

_____. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 2004

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

IANNI, O. **Raças e classes sociais no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

GONZALEZ, L.; HASENBALGH, C. **Lugar de negro**. São Paulo: Zahar, 2022.

IBGE. **Desigualdades por Cor ou Raça no Brasil**. 2018. Disponível em: << <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/21039-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca-no-brasil.html> >> Acesso em Outubro de 2024

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

MACEDO, R. S. **A Teoria Etnoconstitutiva de Currículo: teoria-ação e sistema curricular formacional**. 2 ed. Curitiba: CRV, 2020

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STE-DILE, João Pedro (Org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão popular, 2011

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social Identidade e Alienação**. São Paulo: Cortez, 2000.

MARTINS, T. C.; SILVIA, N. F. **Racismo Estrutural, Institucional e Serviço Social**. (Orgs.). São Cristóvão, SE : Editora UFS, 2020

MOURA, C. **Sociologia do Negro Brasileiro**, 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do Negro Brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8 ed. Cortez: São Paulo, 2011

SCHWARCZ, Lilian Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930**. Companhia das Letras: São Paulo, 1993

SHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**. São Paulo: USP, 2012. Tese (Doutorado). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Área: Psicologia Social. São Paulo, 2012.

SOUZA, J. **A Ralé Brasileira: quem é e como vive**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.



CAPÍTULO 2

APROXIMAÇÕES ÀS PRODUÇÕES SOBRE GÊNERO NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves

Vera Núbia Santos

Adriane Alves dos Santos

Ana Carolyna Ribeiro Sales

Weslany Thaise Lins Prudêncio

1 Introdução

Em agosto de 2011, é implantado o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (PROSS/UFS), após a aprovação em março pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). A partir de setembro de 2013, as primeiras dissertações começaram a ser defendidas, de modo que, até setembro de 2024, o Pross atingiu o número de 125 dissertações, contribuindo para o fortalecimento do conhecimento produzido na área de Serviço Social. O programa caracteriza-se como Acadêmico na modalidade presencial e possui uma área de concentração, denominada “Serviço Social e Política Social”, e duas linhas de pesquisas: “Trabalho, Formação Profissional e Serviço Social” e “Políticas Sociais, Movimentos Sociais e Serviço Social”. Esse dado é importante para salientar que o produto do Pross/UFS enseja a formação de pesquisadoras e pesquisadores na área, que tenham como ponto de partida o aprofundamento teórico-metodológico de temas que se articulem com as demandas tradicionais ou emergentes na profissão, bem como dar condições para essas pessoas prepararem-se para o exercício docente.

Um aspecto que também deve ser destacado é a necessidade de os Programas de Pós-Graduação terem aproximação com os temas que se vinculam às suas linhas de pesquisa, pois expressam a busca de profissionais em articular esses temas com a realidade do exercício profissional. Nesse sentido, na particularidade do Pross/UFS, desde 2015, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic)¹, vem sendo desenvolvida uma pesquisa que objetiva mapear os conteúdos das dissertações de modo a ter uma compreensão do que vem sendo produzido bem como de apreender particularidades que evidenciem o aporte do Pross/UFS para o contexto mais amplo do conhecimento sobre a nossa profissão (Gonçalves, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2021, 2022, 2023, 2024). Outro ponto a destacar é o envolvimento de estudantes da graduação de forma voluntária, quer através do Programa de Iniciação Científica Voluntário (Picvol), quer na modalidade colaborador/a voluntário/a. Esses pontos são fundamentais para ressaltar o espaço de formação que se tornou a pesquisa, além de ser o local, por excelência, para a produção de conhecimento.

Há o reconhecimento de que os programas de Pós-Graduação (*Lato Sensu* e *Stricto Sensu*) se tornaram propulsores do amadurecimento intelectual da profissão em decorrência, principalmente, de exigências formais de realização de pesquisas para a elaboração das monografias, dissertações e teses. Foi com o amparo nesses cursos, instituídos a partir da década de 1970, que se iniciou um processo de disseminação da publicação do que é produzido no âmbito da academia. Aliado ao crescimento dos cursos de Pós-Graduação, temos que sinalizar a relevância da apropriação da teoria social de Marx, como principal direção social vinculada ao currículo de 1982, e a orientação da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS) em tornar a pesquisa uma disciplina obrigatória na Graduação. São aspectos relevantes para a maturidade intelectual

¹ A pesquisa é coordenada pela Prof.^a Dr.^a Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves e, a partir de 2023, incorporou a Prof.^a Dr.^a Vera Núbia Santos. Destaque-se que Ana Carolyna Ribeiro Sales e Weslany Thaise Lins Prudêncio são egressas do Pibic e discentes do Pross/UFS.

do Serviço Social e para o seu reconhecimento no âmbito de instituições de fomento como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Capes, que passam a integrar o Serviço Social como área específica de pesquisa e produção de conhecimento.

Segundo Guerra (2009, p.702, grifo no original), “[...] a pesquisa garante o *estatuto de maioridade intelectual* para a profissão: além de possibilitar aos seus protagonistas uma contribuição efetiva às diversas áreas de conhecimento [...]” e, destacamos, foram muitos os desafios até conseguir se consolidar como área de conhecimento. Segundo Sposati (2007), as Ciências Humanas e Sociais eram desvalorizadas em relação às Ciências Exatas, consideradas as ciências puras, quanto à base científica para a realização de pesquisas: a Física, a Matemática e demais áreas exatas eram valorizadas por obterem resultados precisos. Nesse ínterim, havia uma falsa crença de que eram as únicas capacitadas para produzir conhecimento. Somente após muitas lutas, as pesquisas em Ciências Humanas e Sociais são reconhecidas, apesar de permanecerem as desigualdades quanto ao aporte financeiro nas chamadas públicas, por exemplo.

A conjuntura brasileira ainda passa pela reconfiguração das perdas significativas para as humanidades desde que os governos conservadores instituídos a partir de 2016 efetivaram uma regressão no âmbito das conquistas de lutas dos direitos humanos para garantias a direitos sociais. Ferreira (2016) sinalizou o retrocesso já na interinidade do Governo Temer, que, ao prometer um ministério de notáveis, “[...] causou no mínimo assombro ao não incluir sequer uma mulher no seu seletor ‘rol de notáveis’”, desconsiderando todos os indicadores que apontavam o papel das mulheres e a centralidade das relações de gênero no país. Seria uma resposta à divulgação da carta por ele enviada à então presidenta Dilma Rousseff em dezembro de 2015?² Independentemente

² O teor da carta, divulgado amplamente pela imprensa, ampliou o desconforto do então vice-presidente, que, ao assumir a interinidade, e após o golpe jurídico-parlamentar que confirmou o *impeachment* da presidenta, tornou-se o titular do cargo máximo do executivo Federal, sendo motivo de muitas galhardias nos círculos sociais. CF. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/leia-integra-da-carta-enviada-pelo-vice-michel-temer-dilma.html>

dessa particularidade, a gestão Temer foi, porque não apontar, temerária para a educação superior no país, e os cortes de recursos, associados com a aprovação da Emenda Constitucional 95 (Brasil, 2016), selaram um retrocesso significativo para a pesquisa e a Pós-Graduação no país.

Stampa (2023, p. 33) destaca que o Governo Bolsonaro (2019-2022) foi responsável pela agudização do “problema do desfinanciamento das instituições de pesquisa e Pós-Graduação no Brasil”, num cenário de ataques de setores conservadores em estreita vinculação com a defesa do capital, na direção da “desqualificação da produção do conhecimento voltada para a defesa dos direitos humanos e, também, desprezo às questões que dizem respeito à defesa da natureza, de forma geral” (Stampa, 2023, p. 32). A conjuntura brasileira, fortemente afetada pela conjuntura mundial, faz da educação um dos pilares da ideologia neoliberal e, nas universidades públicas, o desmonte do ensino torna-se evidente. Nesse sentido, a autora destaca que os desafios para o Serviço Social passam pela defesa da Educação no país, o que torna fundamental para a Pós-Graduação, de a área não se dissociar de uma “[...] autonomia intelectual, acadêmica, científica e tecnológica rumo a um país soberano, independente das amarras da subserviência ao capitalismo financeiro internacional” (Stampa, 2023, p. 51).

Muitos são os desafios, e os estudos que expressem a realidade cotidiana passam pela percepção da trajetória dessas demandas no movimento que se manifesta do projeto profissional da categoria. No tocante ao tema de gênero, pode-se destacar no Serviço Social um aporte que remete ao estímulo ao debate desde os anos 1990, com a inclusão de eixo temático nos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (Cbas) e nos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (Enpess). Embora se configure uma categoria de análise no campo interdisciplinar, há um debate que se intensifica no interior da profissão, com muitas produções vinculadas aos Programas de Pós-Graduação na área.

Observamos, no conjunto dos programas da nossa área, avaliados e reconhecidos pela Capes, que, em 24 dos 38 programas, há a indicação de linhas de pesquisa que abordem gênero em alguma linha de

pesquisa³. No caso do Pross/UFS, essa descrição pode ser localizada no Regimento Interno (UFS, 2023), que a destaca no Artigo 4º, Inciso II:

- a) Trabalho, Formação Profissional e Serviço Social: linha que contempla o Serviço Social em suas múltiplas possibilidades de investigação e ação, articuladas a partir das categorias “Trabalho” e “Formação Profissional”. Assim, objetiva o conhecimento acerca do trabalho como atividade humana e suas conexões com o fundamento da “questão social”, em suas diversas expressões. Sob o ângulo do trabalho, apresentam-se ainda as preocupações com as condições e relações de trabalho nos diferentes espaços sócio ocupacionais do assistente social, das questões ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas inerentes ao exercício profissional, além das particularidades e fundamentos do processo de formação profissional de assistentes sociais no Brasil, na região Nordeste e no estado de Sergipe, e
- b) Políticas Sociais, Movimentos Sociais e Serviço Social: linha que visa à compreensão dos fundamentos, teorias, impactos e mecanismos de gestão da política social na perspectiva dos direitos da cidadania, particularmente os sociais. Contempla ainda investigações sobre os movimentos sociais como sujeitos, na relação com o Estado e outros atores da sociedade civil. Enfatiza a relação do Serviço Social com as políticas sociais e movimentos sociais bem como as relações de gênero, meio ambiente, étnico-raciais e geracionais, dentre outras expressões transversalmente presentes nas demandas pelas políticas e serviços sociais.

³ O acesso às instituições com programas da área de Serviço Social deu-se pelo link <https://sucupira.capes.gov.br/programas?area=-avaliacao32=&search=&size=20&page=0>. Destacamos que há programas os quais não disponibilizam na sua página a descrição das linhas de pesquisa, como a UFS (embora essa esteja disponível no Regimento Interno), e há um programa que ainda não possui página (e não iniciou as atividades da Pós-Graduação).

A indicação de ênfase em relações de gênero na linha de pesquisa “Políticas Sociais, Movimentos Sociais e Serviço Social” expressa a aproximação do Programa a um debate que se amplia, e não poderia ser diferente, uma vez que, como sinalizado, o curso iniciou em 2011.

Uma das decisões teórico-metodológicas da equipe, para facilitar a análise dos dados da pesquisa, foi a de classificar o total das dissertações em eixos temáticos a partir de critérios amplamente discutidos entre os componentes. A constituição dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTP) da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), assim como das chamadas públicas para inscrição e publicação em eventos científicos da categoria, a exemplo do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (Cbas), foram elementos considerados para a categorização das dissertações em eixos temáticos, o que levou à constituição de dez eixos para a distribuição das dissertações: 1) Fundamentos, Formação Profissional e Projeto Ético-Político; 2) Saúde; 3) Trabalho; 4) Educação; 5) Assistência Social; 6) Gênero, Violência e Exploração; 7) Questão Agrária e Questão Urbana; Meio Ambiente; 8) Controle Social, Participação e Gestão de Políticas; 9) Raça/ Etnia; 10) Previdência. A classificação das dissertações teve por critérios: título da dissertação, resumo, palavras-chave e sumário.

É com a perspectiva de valorizar o conhecimento resultante de um Programa de Pós-Graduação em Serviço Social que a pesquisa vem sendo desenvolvida apresentando inúmeros resultados⁴. De acordo com os resultados, constatamos a existência de 21 dissertações no Pross/UFS que possuem relação com a categoria gênero, sendo dez dissertações que privilegiam a categoria enquanto objeto de pesquisa e 11 que fazem uso do debate sobre gênero de maneira transversal ao tema ou objeto de estudo. Para o presente texto, pretendemos privilegiar as aproximações às dez dissertações que se encontram no eixo temático denominado “Gênero, Violência e Exploração”, separando em dois itens específicos as aproximações às dissertações cujo gênero é

⁴ O acúmulo dos resultados tem sido apresentado em diversos eventos na área e áreas afins, bem como publicado em periódicos e capítulo de livro.

categoria central e tema transversal (11 dissertações vinculadas aos demais eixos, mas que trazem abordagens de gênero como transversal), além da introdução e das considerações finais.

2 Aproximações às dissertações do PROSS/UFS: gênero como categoria central

O debate sobre gênero vem percorrendo, desde meados do século 20, uma trajetória permeada de conflitos, desafios e conquistas para torná-lo consolidado no âmbito acadêmico, principalmente. As desigualdades entre homens e mulheres são históricas e ganham relevância em determinados contextos conjunturais. A literatura enfatiza que o termo gênero tem uma abrangência maior do que o termo sexo. Enquanto o último refere-se ao sentido biológico, o primeiro denota uma construção histórica, cultural, política, econômica e social.

Os estudos de gênero conformam uma epistemologia e, nesse sentido, como uma ferramenta de análise a partir de marcadores sociais próprios. Observamos um número crescente das análises das relações sociais que se amparam nesses marcadores como centrais, o que faz com que a categoria gênero passe a explicar um movimento da sociedade a partir das suas relações. Assim, pode-se afirmar que há um movimento e modificações constantes das relações sociais de gênero, acompanhando as transformações advindas da sociabilidade do modo de produção.

No Pross/UFS, esse movimento é destacado pela percepção do crescente número de produções que se visualiza, seja nos trabalhos em eventos da categoria, seja nas demais produções bibliográficas que se espraiam no contexto da maturidade intelectual de uma profissão reconhecida como área de conhecimento pelas principais agências de fomento do país. Observamos que, em 24 programas de Pós-Graduação da área, há linhas de pesquisa que expressam, diretamente, ou na sua ementa, a análise de gênero, como sinalizado no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1 – Programas de Pós-Graduação na área de em Serviço Social com gênero em linhas de pesquisa⁵, por região

SIGLA/NOTA/CURSOS	LINHAS DE PESQUISA
REGIÃO NORTE	
UFPA/Nota 5/Mestrado e Doutorado	-Serviço Social e Direitos Humanos na Amazônia
UFAM/Nota 4/Mestrado	-Questão Social, Direitos Humanos e Sustentabilidade
UFT/Nota 3/Mestrado	-Serviço Social, Diversidade e Direitos Humanos
REGIÃO NORDESTE	
UEPB/Nota 3/Mestrado	-Gênero, Diversidade e Relações de Poder
UFAL/Nota 5/Mestrado e Doutorado	-Direitos, Movimentos Sociais, Relações de Exploração Agrária, Urbana e de Opressão
UFMA/Nota 6/Mestrado e Doutorado	- Violência, Família, Criança, Idoso e Gênero
UERN/Nota 3/Mestrado	-Serviço Social, Feminismo, Relação Étnico/Racial e Movimentos Sociais
UFRN/Nota 4/Mestrado e Doutorado	-Ética, Gênero, Cultura e Diversidade
UFPE/Nota 6//Mestrado e Doutorado	-Relações Sociais de Gênero, Geração, Raça/Etnia e Sexualidade
UFPI/Nota 5/Mestrado e Doutorado	-Políticas Públicas e Relações de Classe, Gênero, Raça, Etnia e Gerações
UECE/Nota 4/Mestrado	-Questão Social e suas expressões de Gênero, Geração, Raça/Etnia, Sexualidade e Classes
UFBA/Nota 3/Mestrado	-Questão Social e Diversidade Humana
REGIÃO CENTRO-OESTE	
UNB/Nota 6/Mestrado e Doutorado	-Exploração e Opressão de Sexo/Gênero, Raça/Etnia e Sociedade
REGIÃO SUDESTE	
UERJ/Nota 6/Mestrado e Doutorado	-Identidades, Cultura, Política Pública e Serviço Social
UFF/Nota 5/ Mestrado e Doutorado	-Gênero, Raça, Identidade de Gênero e Política Social
PUCSP/Nota7/Mestrado e Doutorado	-Serviço Social, Classe, Raça, Etnia, Gênero e Sexualidade -Classe, Movimentos Sociais, Sujeitos Coletivos e Territórios

⁵ As informações sobre as linhas de pesquisa foram extraídas da Plataforma Sucupira. As linhas que não possuem o termo na sua nomenclatura possuem na ementa a indicação da categoria.

REGIÃO SUDESTE		
UFRJ/Nota 5/Mestrado e Doutorado	e	-Temas Urbanos e Movimentos Sociais
UFV/Nota 5/Mestrado e Doutorado	e	-Família, Espaço e Sociedade
UFES/Nota 6/Mestrado e Doutorado	e	-Política Social, Movimentos Sociais e Serviço Social
UNIFESP/Nota 3/Mestrado		-Trabalho, Desigualdades Sociais e Opressões/Resistência -Serviço Social, Questão Social e Política Social
REGIÃO SUL		
PUCRS/Nota 7/ Mestrado e Doutorado	e	-Serviço Social, Direitos Humanos, Desigualdades e Resistência
UCPEL/Nota 5/ Mestrado e Doutorado	e	-Questão Social, Trabalho, Sociabilidades e Resistências Políticas -Direitos Humanos, Seguridade e Acesso à Justiça
UFSC/Nota 5/ Mestrado e Doutorado	e	-Questão Social, Trabalho e Emancipação Humana -Serviço Social, Direitos e Política Social na América Latina
UNIPAMPA/Nota A//Mestrado		-Serviço Social, Direitos Humanos, Identidades e Desigualdades

Fonte: Elaborado pela equipe de pesquisa.

Importa destacarmos que as linhas de pesquisa se expressam como característica da área de Serviço Social, as respostas ao que demanda a profissão na atualidade: a atenta percepção do que permeia a realidade social.

No tocante ao Pross/UFS, embora as duas linhas de pesquisa não estejam descritas na página, as dissertações que apontam para a centralidade da categoria gênero foram localizadas e inseridas no eixo temático “Gênero, Violência e Exploração” da pesquisa Produção de Conhecimento do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. A intenção é visualizar como aparece o debate e o que está sendo pesquisado e em qual linha se evidencia. Nessa direção, a ênfase desse item é privilegiar as dissertações que elegeram gênero como a categoria central de análise, de acordo com o Quadro 2.

Quadro 2 – Dissertações do Pross/UFS que discutem gênero como categoria central (2013-2024)

RECORTES DE PESQUISA	DISSERTAÇÕES
Violência	Permanência e mudanças: uma análise sobre a efetividade da Lei Maria da Penha a partir da experiência dos profissionais do Centro de Referência de Atendimento à Mulher em situação de violência de Tobias Barreto/SE (Oliveira, 2014)
	A violência doméstica contra mulher na experiência da equipe de trabalho da 6ª Delegacia em São Cristóvão/SE (Cruz, 2014)
	Violência de gênero: uma análise da rede de atendimento à mulher (Vasconcelos, 2016)
	A Rede de Proteção Social e o enfrentamento à violência doméstica contra crianças e adolescentes (Brito, 2016)
Relações de Gênero / Desigualdades	As relações de gênero nas residências universitárias do Campus I da UNEB (Santana, 2019)
	Diferenciais de Gênero no Adoecimento Mental da População do Município de Aracaju/SE (Luz, 2022)
	Mulheres Soropositivas (HIV/AIDS) na Atenção Básica no Município de Itabaiana- SE (Santos, 2022)
Trabalho	Prostituição feminina: uma análise a partir da categoria trabalho e gênero (Santana, 2013)
Exploração	Representações de Gestores e Profissionais da Rede de Enfrentamento ao tráfico de pessoas com fins de exploração sexual em Sergipe (Lisboa, 2015)
Controle Social	Desafios da participação da mulher no Conselho Estadual de Saúde em Alagoas (Correia, 2018)

Fonte: Elaborado pela equipe de pesquisa.

Chama a atenção nesse Quadro 2 que o debate está presente nas duas linhas de pesquisa. No entanto, das dez dissertações, oito estão vinculadas à linha Políticas Sociais, Movimentos Sociais e Serviço Social e duas à linha de pesquisa Trabalho, Formação Profissional e Serviço Social, ressaltando que ambas as linhas possuem possibilidade de aprofundar o estudo de gênero. Outro aspecto relevante é que, com a exceção dos anos de 2017, 2020, 2021, 2023 e 2024, houve dissertações com a centralidade na categoria gênero.

No exercício de aproximações temáticas, foram destacados os recortes/objetos de pesquisa, considerando que envolvem interesses diversos, entre eles, violência, relações de gênero/desigualdades, traba-

lho, exploração e controle social. Observamos que, entre 2013 e 2016, houve uma preocupação marcante em estudar aspectos relacionados à violência doméstica contra mulheres, criança e adolescente, vinculando, inclusive, à rede de proteção integral às vítimas de violência. Nessa direção, foram identificadas 4 dissertações com foco de pesquisa na violência de gênero, sendo duas defendidas em 2014 e duas em 2016. No ano de 2022, as duas dissertações defendidas trazem a categoria gênero vinculadas à Política de Saúde.

Oliveira (2014) se propôs a analisar a efetividade da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) a partir das ações desenvolvidas pela equipe técnica profissional do Centro Regionalizado de Referência de Atendimento à Mulher (CREAM) em situação de violência de Tobias Barreto/SE. A pesquisa apontou que, mesmo com a efetivação dos CREAMs, algumas problemáticas circundam a sua efetivação, tal como baixo orçamento, equipes reduzidas e estrutura dos serviços. Ainda, a autora chama a atenção de que qualquer serviço/programa de prevenção da violência deve levar em conta a complexidade desse fenômeno que possui raízes macroestruturais, formas de expressão conjunturais e atualizações na cotidianidade das relações interpessoais.

Cruz (2014) buscou analisar as concepções dos/as profissionais da 6ª Delegacia Metropolitana do Conjunto Brigadeiro Eduardo Gomes, em São Cristóvão/SE, por serem responsáveis pelos atendimentos às mulheres em situação de violência doméstica. A autora buscou destacar a valorização da formação, assim como as demandas por novas competências requeridas no exercício das atividades desenvolvidas pelas profissionais dessa delegacia. A autora enfatiza que, no atendimento a essa demanda, é recorrente o uso de ações coercitivas pela força policial, o que torna necessária uma reformulação do sistema policial brasileiro que corresponda às demandas do Estado Democrático de Direito.

Vasconcelos (2016) tem como finalidade averiguar de que forma os profissionais que fazem parte da Rede articulam os seus serviços e ações para a oferta de atendimento integral à mulher vítima de violên-

cia. A autora desenvolveu discussão acerca das relações desiguais de gênero, dos aspectos da violência de gênero, da Rede e subtipos, da proteção social e atendimento integral, tendo como base as políticas de Saúde, Assistência Social, Segurança Pública e Justiça. A autora ressalta que a violência de gênero se revela através de expressões variadas e complexas, demandando intervenções de diferentes atores e segmentos sociais, com vistas ao seu enfrentamento. Destaca também que a premissa da intersetorialidade dos serviços da Rede não se faz presente e que, na maioria das vezes, são estabelecidas parcerias eventuais. Esse aspecto, a ausência de comunicação formal entre os integrantes da Rede, constitui-se em uma das limitações para a atuação nesse contexto, além da ausência de qualificação profissional para tal.

Brito (2016) se propõe a analisar o trabalho de gestoras, profissionais e conselheiras da rede de proteção social a crianças e adolescentes em Itabaianinha/SE, sob a perspectiva de gênero. A pesquisa associa o fenômeno da violência doméstica com a violência de gênero a partir dos seus fundamentos, demonstrando como essa categoria transversaliza a violência praticada contra crianças e adolescentes, sendo perpassada por relações de poder e dominação. O estudo aponta que as profissionais entrevistadas reconhecem a relevância da capacitação profissional na perspectiva de gênero para a atuação nas políticas ligadas a crianças e adolescentes, mas não se referem a nenhuma experiência neste sentido, no atendimento às vítimas de violência doméstica, demonstrando essa fragilidade da rede.

Quanto às pesquisas que abordam as relações de gênero/desigualdades, foram encontradas três, sendo uma de 2019 e duas de 2022. Santana (2019) buscou conhecer as vivências dos estudantes moradores/as das residências universitárias do campus I da Universidade do Estado da Bahia (Uneb). A pesquisa constatou que as relações de gênero influenciam as trajetórias estudantis, principalmente quando associado à classe social. Dessa forma, foi apontada a insuficiência de ações desenvolvidas para as mulheres residentes, além do comprome-

timento da assistência para mães estudantes. Contudo, a autora observou que a naturalização da discriminação relacionada ao gênero e à orientação sexual impossibilitou que algumas pessoas reconheçam as desigualdades de gênero em sua vivência. Os dados apontam para a necessidade de condições de permanência dos estudantes, não apenas pelo provimento de recursos materiais, mas também levando em consideração os aspectos simbólicos e afetivos da vida dos/das estudantes, por meio de apoio psicossocial.

Luz (2022) destaca a importância de estudar a saúde mental da mulher, trazendo uma análise da realidade em que ela está inserida, considerando seus impactos diretos. Ao realizar um mapeamento da produção de conhecimento sobre a temática gênero e saúde mental da Pós-Graduação em Serviço Social do Brasil, a autora concluiu que há uma abrangente produção de conhecimento sobre gênero nos anos de 2014 a 2019, e que há um amplo quantitativo de dissertações sobre saúde mental, porém não é notória uma correlação com o tema gênero. Ao caracterizar os tipos de transtornos mentais mais recorrentes dos serviços de saúde mental de Aracaju, a autora identifica uma porcentagem alta do sexo feminino em transtornos de humor, estando relacionados às várias jornadas de trabalho, condições econômicas, culturais, entre outras.

Santos (2022) tem como objeto de estudo as vulnerabilidades e necessidades que permeiam as mulheres soropositivas (HIV/aids), em específico as mulheres do município de Itabaiana, mesorregião do Agreste de Sergipe. A priori, a autora apresenta que há uma desigualdade de gênero no âmbito da saúde, demarcada por um processo histórico e social, a qual se apresenta nas situações de vulnerabilidade e insatisfação das necessidades vivenciadas pelas mulheres com HIV/aids nos serviços de saúde. A pesquisa aponta que a categoria gênero, enquanto ferramenta analítica, possibilita entender os efeitos produzidos pelas relações de poder patriarcais na vida de mulheres com HIV/aids, uma vez que o corpo feminino serve de território de identidades e objeto de hierarquia social.

Em relação ao recorte/objeto de pesquisa de trabalho, foi identificada a dissertação de Santana (2013), que tem como objetivo analisar a prostituição feminina a partir das categorias trabalho e gênero. A autora considera que a sociedade patriarcal se constitui como uma categoria importante para analisar o fenômeno da prostituição, uma vez que é determinante nas relações entre os sexos, que passam a ser baseadas em desigualdade e hierarquia, inclusive na esfera do trabalho, o que contribuiu para a prática da prostituição. Ao se fundamentar na perspectiva marxista, dando ênfase nas categorias trabalho produtivo e improdutivo, o estudo apreende a prostituição como um serviço. Para a autora, a prostituição não pode ser entendida como um trabalho, do ponto de vista marxiano, já que ocorre mediante uma permuta por renda, e que a mulher não vende a si própria, mas, sim, presta serviços sexuais.

Tendo como foco a exploração, a dissertação de Lisboa (2015) buscou analisar o tráfico de pessoas como expressão da violência de gênero, apontando as interfaces entre desigualdade de gênero, violência e trabalho. Para a autora, as relações de dominação-exploração de mulheres na sociedade patriarcal têm servido para legitimação e naturalização dessa violência que atinge, majoritariamente, as mulheres, de modo que ainda se apresenta determinada dificuldade no reconhecimento da importância da abordagem de gênero na atuação em rede de prevenção e enfrentamento do tráfico de pessoas.

A dissertação de Correia (2018) tem como recorte de pesquisa o controle social, realizando uma discussão sobre a temática da participação das mulheres nos espaços de controle social, definindo que seu objeto de pesquisa está centrado nas relações de gênero presentes no contexto do Conselho Estadual de Saúde de Alagoas. A autora apreendeu que há uma fragilidade entre os/as conselheiros/as acerca da relevância da abordagem de gênero e diversidade na política de saúde, além da ausência da participação da mulher no espaço do Conselho de Saúde do Estado, fragilizando a representação nos espaços democráticos, o que demonstra uma regressão de lutas e conquistas alcançadas pelas lutas feministas.

O conjunto dessas dissertações evidencia que a categoria gênero já se materializa no Pross/UFS como um marcador que busca explicitar as desiguais relações de gênero na sociedade, e que, em quaisquer espaços, faz-se necessário recorrer a essa análise, seja para compreender os sujeitos sociais que acessam seus direitos na condição de usuárias dos serviços e das políticas, seja para apontar a evidente e crucial capacitação de trabalhadoras e trabalhadores para essa apropriação.

3 Aproximações às dissertações do Pross/UFS: gênero como categoria transversal

A categoria gênero também perpassa a análise de outras temáticas no Pross/UFS, o que sugere a possibilidade de novas aproximações. Em algumas dissertações, a categoria gênero passou a ser trabalhada articulada a outras temáticas determinantes, por exemplo, trabalho, raça/etnia. O objeto de pesquisa nessas dissertações está relacionado a um dos dois eixos, mas o debate de gênero aparece para complementar a pesquisa e dar visibilidade às particularidades. Observa-se que é nessa transversalidade que aparece o preconceito, a discriminação decorrente de gênero.

Constata-se que a riqueza dos objetos de pesquisa se faz presente assim como a criatividade do/a pesquisador/a na tentativa de apreender do concreto demandas que são estudadas e ganham visibilidade sob a ótica do conhecimento. Nessa perspectiva, vão ser apresentadas as dissertações tomando por referência dois eixos temáticos, trabalho e etnia/raça, utilizados pela equipe de pesquisa para classificar as dissertações. São dissertações que revelam a importância que o marcador de gênero assume nas pesquisas por trazer aspectos que permitem visualizar as especificidades, as discriminações e as intolerâncias existentes na sociedade.

Das 11 dissertações identificadas que utilizam gênero de forma transversal, nove estão relacionadas ao eixo temático trabalho e duas ao eixo temático de etnia/raça. A partir do conjunto das dissertações,

vimos que, principalmente a partir de 2022, de um total de no mínimo 10 dissertações defendidas por ano, pelo menos duas utilizam a categoria gênero de forma transversal. Em 2022, existem duas e, em 2023 e 2024, três para cada ano. Outro dado interessante que os resultados revelam é que estão presentes nas duas linhas de pesquisa do Pross.

A categoria trabalho assume relevância no Serviço Social a partir da apropriação da teoria social de Marx como fundamento da formação profissional com o currículo de 1982 e a sua reafirmação nas diretrizes curriculares de 1996. O reconhecimento do trabalho na centralidade do ser social tem possibilitado compreender as mudanças nos padrões de acumulação do capital e seus rebatimentos nas demandas e respostas profissionais, suscitando um terreno fértil para a pesquisa (ABESS/CE-DEPSS, 1997).

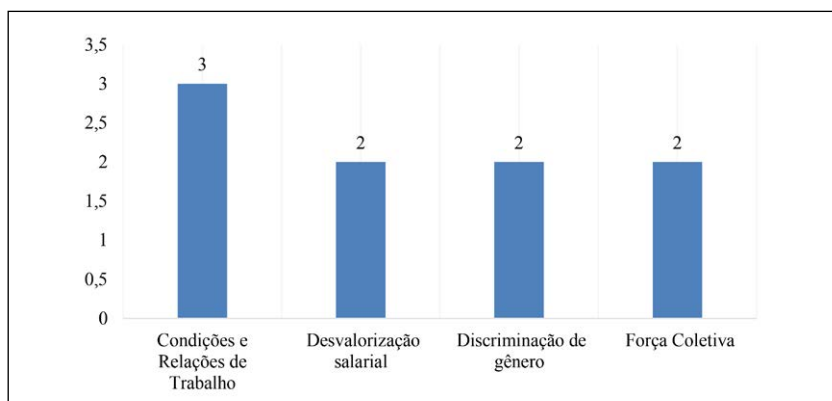
Em geral, as dissertações partem da compreensão ontológica do trabalho, revelando que a sua essência ultrapassa as funções econômicas. Algumas focalizam as transformações do mundo do trabalho, especialmente as ocorridas no contexto do neoliberalismo, provocando diversas modificações e variadas configurações nas relações sociais que organizam e hierarquizam a sociedade. Outro aspecto detectado é que, ao mesmo tempo em que há o realce para o trabalho enquanto fonte criadora, ele é apontado como fonte de alienação e de desigualdades, na perspectiva adotada por Marx (2014) nos seus estudos.

Os Gráficos 1 e 2 a seguir indicam as particularidades de gênero que são abordadas nas pesquisas que têm como objeto de pesquisa outras temáticas. Chamamos a atenção de que o objeto de pesquisa vinculado ao eixo temático principal da dissertação não será destacado, mas, sim, o que é apresentado sobre gênero relacionado à temática principal estudada.

As análises efetuadas pela equipe de pesquisa sinalizam a presença de alguns aspectos comuns, entre eles: as condições e relações de trabalho, provocando, entre outros aspectos, a precarização do trabalho; o adoecimento mental; a desvalorização salarial/profissional vinculada à condição de ser mulher; a discriminação e desvalorização

profissional do trabalho exercido por mulheres em profissões que são predominantemente masculinas; e a força da organização coletiva para garantir direitos sociais. Esses aspectos são importantes e estão presentes nos resumos das dissertações que, para ilustrar, vão ser apresentados para realçar esses pontos comuns.

Gráfico 1 – Eixo temático Trabalho e Transversalidade de Gênero



Fonte: Elaborado pela equipe de pesquisa.

Três dissertações privilegiam como objeto de pesquisa **as relações e condições de trabalho**, fazendo articulação com a categoria de gênero no decorrer da pesquisa.

A dissertação intitulada “Precarização e Divisão Sexual do Trabalho: particularidades de catadores/as de resíduos sólidos no contexto brasileiro” (Melo, 2021) tem como prioridade a análise do trabalho dos/as catadores/as de resíduos sólidos, no marco temporal de 2014 a 2019. A autora problematiza a divisão sexual do trabalho, enfatizando as mudanças do mundo do trabalho, as contradições do sistema capitalista e as condições de trabalhos. O debate de gênero destaca que as mulheres são maioria no segmento de catadores/as, mas vivencia um trabalho subalterno e segregacionista, enfrentando situações peculiares, como dificuldades de reconhecimento, ausência de representação social nos órgãos públicos/locais, número reduzido de políticas públi-

cas voltadas para suas particularidades, além de desigualdade salarial e de atribuições específicas no setor de reciclagem, exclusivamente, pela condição de ser mulher.

A dissertação intitulada “As relações de trabalho e de gênero na percepção dos profissionais que atuam no CAPs AD no município de Aracaju” (Santos, 2017) traz como particularidade a intervenção dos profissionais que atuam no CAPS AD no município de Aracaju/SE. Na fundamentação da dissertação, desenvolve-se concepções sobre trabalho, o trabalho em saúde, contexto contemporâneo do trabalho, o trabalho no SUS para situar a forma preconceituosa com que é abordada a questão do uso de drogas em geral, e especialmente a questão de gênero. Chama a atenção para o agravamento dessa situação quando se trata da dependência química feminina, o que torna a discriminação e o estigma ainda maiores, principalmente pelo papel social atribuído à mulher na sociedade. A autora sinaliza para a relevância da formação continuada dos profissionais quanto à transversalidade de gênero na rede de trabalho, visando aprimorar as competências, responsabilidades políticas, institucionais e governamentais que incluam as mulheres e ultrapassem as assimetrias de gênero.

A dissertação cujo título é “Condições e relações de trabalho que adoecem assistentes sociais inseridos (as) na política de assistência social: determinações de classe, raça e gênero” (Géssica Silva, 2023) faz uma análise sobre as condições de trabalho e seus impactos sobre a saúde dos/as trabalhadores/as do Serviço Social na política da assistência social. A pesquisa traz uma reflexão em torno dos principais motivos causadores de adoecimentos dessa categoria, que é composta majoritariamente por mulheres, negras, pretas e pardas.

Segundo a autora, há um aumento significativo nos casos de adoecimento entre os assistentes sociais inseridos na política de assistência, que apresentam sintomas como depressão, ansiedade, insônia, cansaço físico e mental, esgotamento, abatimento, entre outros, o que evidencia a falta de interesse do poder público em promover ações que possam fortalecer a categoria, reconhecendo assim a falta de cuidado

com a classe dos/as assistentes sociais inseridos em múltiplos espaços ocupacionais. Aponta a relevância teórica de aprofundar a temática sobre a divisão sexual do trabalho, além das desigualdades sociorraciais que caracterizam o mercado de trabalho, com recorte para os rebatimentos aos/as profissionais do Serviço Social.

Em relação à desvalorização salarial/ profissional vinculada à condição de ser mulher, há duas dissertações. A dissertação “Estudo sobre a Desvalorização Profissional a partir da Discriminação Salarial dos(as) Assistentes Sociais: Análise de Editais de Instituições Públicas em Sergipe (2011-2022)” (Almeida, 2022) teve como finalidade o estudo da desvalorização profissional dos(as) assistentes sociais a partir da discriminação salarial na contratação de profissionais do Serviço Social, para espaços sócio-ocupacionais distintos, nos editais de processos seletivos. Em relação a gênero, a autora, entre outros aspectos, problematiza o fato de o Serviço Social ser uma profissão predominantemente feminina, ressaltando aspectos da exploração e dominação que subordinam as mulheres aos homens e ao capital. Também sinaliza para a relação de subalternidade encontrada em vários âmbitos da sociedade, incluindo as relações interpessoais, a política e o mercado de trabalho desde a saída da mulher do espaço privado do lar para o público. A autora aponta que a sociedade capitalista, patriarcal, é a principal causa das problemáticas que dizem respeito à desigualdade de gênero.

A dissertação “Serviço Social e Trabalho: Uma Análise dos Formatos de Contratação das Assistentes Sociais Atuantes em Aracaju/SE” (Silva, 2024) faz uma análise das relações contratuais a que estão submetidos os/as assistentes sociais em Aracaju/SE, no serviço público. O autor questiona de que forma os marcadores de raça e gênero repercutem nos contratos precarizados tendo como arcabouço teórico a reestruturação produtiva e seus rebatimentos no mundo do trabalho, em especial, no serviço público. Entre os resultados, sinaliza a contratação predominante através de processos seletivos em detrimento de concursos públicos, e a presença do recorte de raça e gênero nos contratos precarizados de profissionais com salários reduzidos.

Quanto à discriminação e desvalorização profissional do trabalho exercido por mulheres em profissões que são predominantemente masculinas, ou seja, a discriminação de gênero está presente em duas dissertações. A dissertação intitulada “Garimpo de Silêncios, Experiências do Trabalho de Mulheres nas Lavras Diamantinas (Igatú, Andaraí, décadas de 1930 a 1970)” (Jesus, 2019) tem como objeto de estudo as experiências do trabalho de mulheres no garimpo. Associa a categoria gênero à de trabalho, mostrando que o garimpo não é um espaço de trabalho apenas para homens, mas também para mulheres. Sinaliza que as necessidades de subsistência associadas ao processo de decadência da mineração fizeram com que as mulheres comesçassem a trabalhar no garimpo, mas a sua inserção ocorreu de forma desigual, principalmente em relação ao salário e ao preconceito gerado entre as pessoas.

Outra dissertação “Do Apagamento à Visibilidade: um estudo sobre a representatividade das motoristas de ônibus da cidade do Natal/RN, sob a lente da TRS” (Ferreira, 2023) investiga a representatividade das mulheres motoristas de ônibus, uma profissão tradicionalmente masculina. A autora, com base na teoria da reprodução social e na perspectiva de feministas marxistas, traz o debate de gênero ao revelar como essas mulheres desafiam a divisão tradicional entre esfera pública e privada, contribuindo para mudanças na estrutura de poder capitalista. Além de revelar nos resultados que essas mulheres, ao enfrentarem preconceitos, promovem transformações sociais e individuais, desenvolvendo estratégias para combater a discriminação, a violência e superar desigualdades estruturais.

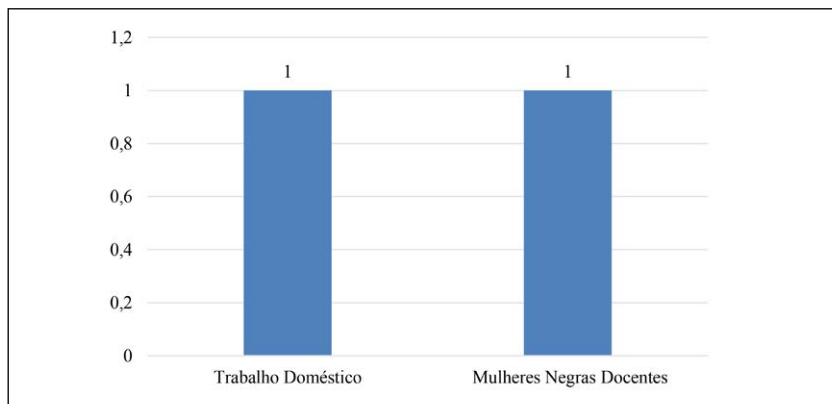
Ainda no eixo temático trabalho, há duas dissertações que apresentam o debate de gênero relacionando-o, por exemplo, à força da organização para garantir direitos sociais. Uma delas é a dissertação “Mulheres do Alto Sertão Sergipano e o Valor-de-Use das Plantas Medicinais: resistência ao modelo metabólico do capital” (Lisboa, 2024) que tem entre os seus objetivos investigar práticas políticos-pedagógicas de mulheres em suas estratégias de valor de uso de plantas medicinais

populares no Alto Sertão de Sergipe. Entre outros itens, verifica o trabalho das mulheres sob a perspectiva do valor de uso das plantas medicinais, apontando os arranjos de políticas públicas que têm alterado as condições objetivas de vida das mulheres. Ressalta os movimentos sociais, em especial, a luta das mulheres camponesas e expropriação do fundo público em detrimento dos interesses da elite oligárquica financeira. Frisa a distância das práticas de saúde popular, embora se verifique a apropriação de retóricas em defesa das lutas das mulheres no campo e na cidade.

A outra dissertação “Vivências em Rede: avanços e desafios das catadoras de mangaba em Sergipe” (Mendonça, 2024) analisa os avanços e desafios das mulheres extrativistas catadoras de mangaba pertencentes ao Projeto Rede Solidária de Mulheres, a partir das contradições inerentes à realidade e às correlações de força que impulsionam a constituição da sua identidade como sujeitos sociais em luta por direitos. Em relação a gênero, a autora evidencia as estratégias de luta coletiva para garantir a cata da mangaba como processo de trabalho, mostrando a relevância da participação das mulheres nas associações de catadoras de mangaba para ultrapassar as barreiras que tornavam o trabalho na cata de mangaba invisível indo de encontro à lógica do capital, enfatizando o descaso governamental em relação à conquista de direitos sociais.

O Gráfico 2 apresenta as dissertações vinculadas ao eixo Etnia/Raça que trazem a categoria gênero de forma transversalizada na análise do objeto de estudo. Observa-se que, na produção da área, a relação Gênero e Etnia/Raça tem se destacado na perspectiva de compreender esses marcadores como centrais para interpretar uma determinada compreensão da formação social brasileira e os rebatimentos nas condições de vida de mulheres de pessoas negras ou indígenas⁶.

⁶ Destacam-se nas referências indicadas na Plataforma Antirracista da ABEPS várias produções que apontam para essa relação. A Plataforma Antirracista foi lançada durante o XVII ENPESS, em 2022.

Gráfico 2 – Eixo temático Etnia/raça e transversalidade de gênero

Fonte: Elaborado pela equipe de pesquisa.

São duas as dissertações que têm como temática principal **etnia/raça**, estabelecendo a articulação com o debate de gênero. Ambas sinalizam o marcador de raça como estruturante da formação sócio-histórica brasileira, retomando aspectos da colonização, escravidão até a libertação. A dissertação com o título “Conformação da questão social que alicerça o trabalho doméstico sobre a força de trabalho das mulheres negras em Sergipe” (Ramos, 2022), ao recuperar a trajetória da colonização e o desenvolvimento econômico do Estado de Sergipe, mostra que a população negra, após libertação, foi destituída de quaisquer oportunidades de especialização da sua força de trabalho, passando a ocupar os espaços laborais mais marginalizados e mal remunerados. A autora problematiza a categoria gênero ao mostrar que o trabalho doméstico foi a alternativa para as mulheres racialmente discriminadas que migraram para os centros urbanos. Ao analisar esses determinantes histórico-estruturais da realidade social sergipana, em suas articulações, afirma que eles conformam os traços mais estruturantes da questão social em Sergipe e, ao mesmo tempo, são alicerces do trabalho doméstico, podendo, portanto, enfatizar uma conformação da questão social que alicerça o trabalho doméstico sobre a força de trabalho das mulheres negras.

A dissertação intitulada “Quebrando o Silêncio: mulheres negras docentes na graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas” (Gildete Silva, 2023) situa a trajetória das professoras negras no curso de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e traz como arcabouço a ausência da questão racial no debate da formação sócio-histórica brasileira na academia. Ao fazer o percurso histórico, destaca os marcadores de raça, gênero e classe como estruturantes do capitalismo periférico e dependente, no Brasil, bem como a persistente desigualdade racial e de gênero no ambiente acadêmico. A dissertação adentra no debate de gênero ao explorar a trajetória das professoras negras na Ufal, identificando e analisando as barreiras que enfrentam e a dinâmica do racismo estrutural na academia. O estudo das experiências dessas professoras permite uma reflexão crítica sobre os desafios e estratégias de resistência, promovendo um debate necessário para a transformação das estruturas acadêmicas e sociais.

As dissertações que transversalizam a categoria gênero nas suas análises destacam-se pela pertinência do debate no momento atual, em que ascende o conservadorismo na sociedade brasileira, e o Serviço Social, na direção social preconizada desde os anos 1980, aponta para um movimento de reflexão coletiva e de necessidade de apontar caminhos para uma nova ordem social, sem exploração ou opressão das classes trabalhadoras, classes que têm gênero, raça, etnia e outros marcadores sociais que são exigidos à percepção pela própria dinâmica da sociedade.

4 Considerações Finais

A pesquisa sobre a produção de conhecimento do Pross/UFS tem um alcance que possibilita pensar a formação pós-graduada em Serviço Social a partir do significado que o programa tem para um estado da Região Nordeste e as perspectivas que o tornam necessário para a qualificação profissional, e, mais além, para o que preconiza no projeto profissional no Brasil. Constatamos que a conjuntura repercute nas

tendências de pesquisa e essas tendências evidenciam a necessidade de o Programa manter nas suas linhas de pesquisas a possibilidade de aprofundamento de temas tradicionais ou emergentes nos objetos de estudos.

Observamos, por exemplo, que, no início do Programa, a violência foi um dos objetos de pesquisa priorizados nas dissertações. A Lei Maria da Penha, aprovada em 2006, motivou o interesse de estudantes pela temática, que ingressaram no curso a partir de 2011, e a categoria gênero é fundamental para compreender as lutas das mulheres e suas conquistas, no que percebemos a sua importância em ocupar o debate acadêmico ao mesmo tempo que serve de incentivo para novas pesquisas, inclusive aquelas que permitem trazer gênero como transversal na análise de determinados objetos. Essa é uma tendência que, sinalizamos, está em expansão. Novos caminhos surgem. Cabe a nós compreender as dinâmicas neles instituídas, para que se efetive o processo de continuidade na direção social por nós escolhida há quatro décadas, na imprecisão do movimento do real.

Ressaltamos, ainda, que o estudo de gênero se faz presente como uma resposta às demandas da sociedade, algo inerente à direção social preconizada pela profissão nos traços da contemporaneidade. Em concordância com Stampa (2023), trata-se de uma produção crítica radical à ordem burguesa e aos rebatimentos nas expressões da questão social, ressaltando dialeticamente a desigualdade de classe bem como as opressões de gênero, de orientação sexual, de raça, de geração e ciclos de vida do modelo de sociabilidade vigente.

Referências

ABESS/CEDEPSS. Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social (com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). In: **Cadernos ABESS**, nº 7, São Paulo, Cortez Editora, 1997.

ALMEIDA, Leislayne Lima de. **Estudo sobre a desvalorização profissional a partir da discriminação salarial dos(as) assistentes sociais: análise de editais de instituições públicas em Sergipe (2011-2021)**. 2022. Dissertação (Mes-

trado em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 130 f, 2022. Disponível em: <http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/17536>. Acesso em: 1º nov. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 15 dez. 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 1º nov. 2024.

BRITO, Inácia Batista de. **A rede de proteção e o enfrentamento à violência doméstica contra crianças e adolescentes**. 2016. Dissertação (mestrado em Serviço Social) Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, p.127. 2016. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/6212>. Acesso em: 6 nov. 2024.

CORREIA, Niedja Tavares. **Desafios da participação das mulheres no Conselho Estadual de Saúde de Alagoas**. 2018. Dissertação (mestrado em Serviço Social) Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 148 f, 2018. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/14015>. Acesso em: 6 nov. 2024.

CRUZ, Adriana do Nascimento. **Violência doméstica contra a mulher na experiência da equipe de trabalho da 6ª Delegacia em São Cristóvão – Sergipe**. 2014. Dissertação (mestrado em Serviço Social) Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, p.144. 2014. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/6191>. Acesso em: 3 nov. 2024

FERREIRA, Leydiane Alves. **Do apagamento à visibilidade: um estudo sobre a representatividade das mulheres motoristas de ônibus da cidade do Natal/RN**. 2023. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 113 f, 2023. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/19419>. Acesso em: 2 nov. 2024.

FERREIRA, Antonio Oneildo. Todo ponto de vista é a vista de um ponto ou em defesa da igualdade de gênero no governo. **Migalhas de peso**, 1/6/2016. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/amp/depeso/240054/todo-ponto-de-vista-e-a-vista-de-um-ponto-ou-em-defesa-da-igualdade-de-genero-no-governo>. Acesso em: 3 nov. 2024.

GONÇALVES, Maria da Conceição Vasconcelos. **A produção do conhecimento do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social: uma análise das**

dissertações. Projeto de Pesquisa, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, Universidade Federal de Sergipe, 2015.

GONÇALVES, Maria da Conceição Vasconcelos. **Produção de conhecimentos e educação**: análise das dissertações do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Projeto de Pesquisa, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, Universidade Federal de Sergipe, 2016.

GONÇALVES, Maria da Conceição Vasconcelos. **A produção de conhecimento do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social a partir das dissertações**. Projeto de Pesquisa, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, Universidade Federal de Sergipe, 2017.

GONÇALVES, Maria da Conceição Vasconcelos. **Análise da produção de conhecimento do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social a partir das dissertações**. Projeto de Pesquisa, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, Universidade Federal de Sergipe, 2018.

GONÇALVES, Maria da Conceição Vasconcelos. **Produção de conhecimento do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social**: análise das dissertações defendidas em 2018. Projeto de Pesquisa, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, Universidade Federal de Sergipe, 2019.

GONÇALVES, Maria da Conceição Vasconcelos. **Produção de conhecimento do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social**: análise das dissertações defendidas em 2020. Projeto de Pesquisa, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, Universidade Federal de Sergipe, 2021.

GONÇALVES, Maria da Conceição Vasconcelos. **Produção de conhecimento do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social**: análise das dissertações defendidas em 2021 e 2022. Projeto de Pesquisa, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, Universidade Federal de Sergipe, 2022.

GONÇALVES, Maria da Conceição Vasconcelos. **Produção de conhecimento do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social**: análise das dissertações defendidas em 2023. Projeto de Pesquisa, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, Universidade Federal de Sergipe, 2023.

GONÇALVES, Maria da Conceição Vasconcelos. **Produção de conhecimento do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social**: análise das dissertações defendidas em 2024. Projeto de Pesquisa, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, Universidade Federal de Sergipe, 2024.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. CFESS/ABEPSS (org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

JESUS, Daniella Silva dos Santos de. **Garimpo de silêncios experiências do trabalho de mulheres nas Lavras Diamantinas (Igatu, Andaraí, décadas de 1930 a 1970)**. 2019. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 178 f, 2019. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/14020>. Acesso em: 5 nov. 2024.

LISBOA, Lucivânia de Oliveira. **Representações de gestores e profissionais sobre o trabalho da rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas com fins de exploração sexual em Sergipe**. 2015. Dissertação (mestrado em Serviço Social) Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 121 f, 2015. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/6204>. Acesso em: 5 nov. 2024

LISBOA, Maria Flavia Andrade Araujo. **Mulheres do Alto Sertão Sergipano e o valor-de-uso das plantas medicinais: resistência ao modelo metabólico do capital**. 2024. Dissertação (mestrado em Serviço Social) Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2024.

LUZ, Victoria Hellen Feitoza. **Diferenciais de gênero no adoecimento mental da população do município de Aracaju/SE**. 2024. Dissertação (mestrado em Serviço Social) Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 104 f, 2024. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/17542>. Acesso em: 2 nov. 2024.

MARX, Karl. **O capital: Crítica da economia política**. Livro 1: O processo de produção do capital. Boitempo Editorial, 2014.

MELO, Tatiane Cravo de. **Precarização e divisão sexual do trabalho: particularidades de catadores/as de resíduos sólidos no contexto brasileiro**. 2021. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 157 f, 2021. Disponível em <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/16069>. Acesso em 3 nov. 2024.

MENDONÇA, Maria da Conceição Souza. **Vivências em rede: avanços e desafios das catadoras de mangaba em Sergipe**. 2024. Dissertação (mestrado em Serviço Social) Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2024.

OLIVEIRA, Maria de Fatima da Silva. **Permanências e mudanças: uma análise sobre a efetividade da Lei Maria da Penha a partir da experiência dos profissionais do Centro de Referência de Atendimento à Mulher em situação de vio-**

lência de Tobias Barreto/SE. 2014. Dissertação (mestrado em Serviço Social) Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, p.148. 2014. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/6190>. Acesso em: 2 nov. 2024.

RAMOS, Mayara Augusta Monteiro. **Conformação da questão social que alicerça o trabalho doméstico sobre a força de trabalho das mulheres negras em Sergipe**. 2022. Dissertação (mestrado em Serviço Social) Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 106 f, 2022. Disponível em: <http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/17546>. Acesso em: 6 nov. 2024.

SANTANA, Francine Melo Rosa Alves de. **As relações de gênero nas residências universitárias do Campus I da UNEB**. 2019. Dissertação (mestrado em Serviço Social) Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão. 2019, 165 f, 2019. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/14023>. Acesso em: 6 nov. 2024.

SANTANA, Maísa Aguiar. **Prostituição feminina: uma análise a partir das categorias trabalho e gênero**. 2013. Dissertação (mestrado em Serviço Social) Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão. 2013, 91 f, 2013. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/6229>. Acesso em: 6 nov. 2024.

SANTOS, Maria Edílma de Jesus. **Assistência às mulheres soropositivas (HIV/AIDS) na atenção básica no município de Itabaiana (SE)**. 2022. Dissertação (mestrado em Serviço Social) Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 175 f, 2022. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/17541>. Acesso em: 6 nov. 2024.

SANTOS, Thalyta Rayanna Fontes Rocha. **As relações de trabalho e gênero na percepção dos profissionais que atuam no CAPs AD no município de Aracaju**. 2017. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 157 f, 2017. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/6226>. Acesso em: 5 nov. 2024.

SILVA, Géssica Azevedo da. **Condições e relações de trabalho que adoecem assistentes sociais inseridos (das) na política de assistência social: determinações de classe, raça e gênero**. 2023. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 146 f, 2023. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/19800>. Acesso em: 2 nov.2024.

SILVA, Gildete Ferreira. **Quebrando o silêncio: um estudo acerca das mulheres negras docentes da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas**. 2023. Dissertação (mestrado em Serviço Social) Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 93 f, 2023. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/19415>. Acesso em: 2 nov. 2024.

SILVA, Rafael Barbosa Calumbi. **Serviço social e trabalho**: Uma Análise Dos Formatos De Contratação Das Assistentes Sociais Atuantes Em Aracaju/Se. 2024. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2024.

SPOSATI, Aldaíza. Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 10, p. 15-25, 2007.

STAMPA, Inez. Desafios para o serviço social em contexto de desfinanciamento da pesquisa e da pós-graduação no Brasil. *In*: SANTOS, Vera Núbia; GONÇALVES, Maria da Conceição Vasconcelos; SILVA, Nelmiros Ferreira (orgs.). **Pesquisa e pós-graduação em serviço social**: questões em evidência. Aracaju: Criação Editora, 2023.

VASCONCELOS, Silva Catarina Dourado. **Violência de gênero**: uma análise da rede de atendimento à mulher. 2016. Dissertação (mestrado em Serviço Social) Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, p. 158, 2016. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/6214>. Acesso em: 5 nov. 2024.



CAPÍTULO 3

EXPERIÊNCIAS EDUCACIONAIS DE ACOLHIMENTO MULTIDISCIPLINAR: GÊNERO, RAÇA, CLASSE, ACESSIBILIDADE, DIVERSIDADE E RELIGIÃO EM DISCUSSÃO

Ana Paula Leite Nascimento

Débora Lima Siqueira

Fábio Kalil de Souza

Marcelo Ribeiro Santana

José Rodolfo Silva Siqueira

1 Introdução

Este trabalho se constitui de um exercício de reflexão teórica, a partir de referenciais bibliográficos e estudos de pesquisadoras e pesquisadores, e das experiências profissionais no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS), no contexto do Campus Lagarto, situado no município de Lagarto, na região Centro-Sul do estado de Sergipe. A atuação perpassa a intervenção multidisciplinar, subsidiada pela prática profissional nas áreas de Psicologia, Pedagogia, Psicopedagogia e Serviço Social neste ambiente institucional junto às estudantes e aos estudantes de cursos nos níveis do ensino médio integrado, técnico subsequente e superior, bem como às famílias da comunidade estudantil, docentes e demais profissionais que trabalham no IFS.

Nossa abordagem dialoga com o debate transversal de alguns marcadores e algumas categorias como gênero, raça, classe, acessibilidade, diversidade e religião. Assim, apresentamos análises sobre educação, gênero e racialidade no cotidiano da escola; trouxemos pontos acerca da instituição educacional como local de formação, transformação social e de combate à discriminação para pessoas com deficiência

ou com necessidades específicas. Também ressaltamos aspectos da diversidade e da inclusão da comunidade LGBTQIAPN+ no contexto educacional; por fim, enfatizamos a pauta da intolerância religiosa e suas relações no cotidiano da vida e da escola.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa é qualitativa, com o recorte da particularidade do estudo de caso das experiências na instituição educacional que as autoras e os autores desenvolvem o seu exercício profissional. Realizamos levantamento bibliográfico e documental para os fundamentos da análise e interpretação dos dados, recorrendo ao processo de observação e discussão dos atendimentos e acompanhamentos feitos pela equipe multidisciplinar, tendo em vista a necessidade de produzir conhecimento que leve em consideração os diálogos teóricos e técnicos entre a realidade em si das situações vivenciadas pelo público atendido, os saberes e a experiência prática da atuação profissional.

Na organização e análise dos dados, buscamos dar centralidade à perspectiva crítica e propositiva, ressaltando algumas contribuições profissionais mediante as ações e atividades promovidas como mecanismo de fortalecer as experiências multidisciplinares de acolhimento e inclusão, de combate às práticas de discriminação e violências de gênero, raça, LGBTQIAPN+fóbicas, e de intolerância religiosa. Desse modo, fizemos exercícios de interação e aproximações sucessivas entre teoria e prática, por compreendermos que essas dimensões não estão dissociadas e que não há dicotomia entre elas, pois interagem na dinâmica da realidade social.

2 Educação, gênero e racialidade no cotidiano da escola

Esta reflexão parte de lembranças, narrativas construídas a partir da observação, que não se propõe a relatar verdades absolutas (se é que estas possam existir em termos de relações humanas), mas a provocar questionamentos e a deslocar o plano da câmera imaginária, com que analisamos esse fenômeno.

O que pode haver além do racismo explícito, com palavrões ou agressões físicas, que passa despercebido no cotidiano escolar? Qual o local de fragilidade acadêmica e relacional da estudante negra dentro de uma escola pública de ensino médio? Talvez, não exista uma resposta unificada para tais questionamentos, mas, a partir da observação de situações e dinâmicas que acontecem no dia a dia de uma instituição de educação, podemos ter algumas pistas que nos ajudem a analisar e constituir um olhar mais apurado para os fenômenos que acontecem nas fronteiras de raça, gênero e classe que compõem a vida e as relações das estudantes e dos estudantes, e de tudo que interfere em sua saúde mental.

A rede de educação técnica federal tem como um de seus objetivos preconizados pela lei, chegar em regiões longínquas e superar o déficit educacional das jovens e dos jovens em situações de vulnerabilidades socioeconômicas no Brasil. Segundo as estatísticas que encontramos em Frigotto (2018), apenas 50% da juventude brasileira chegam ao ensino médio e boa parte frequenta a educação noturna concomitantemente ao trabalho, ou faz supletivos.

Para ilustrar ainda mais esses marcadores de diferença entre os gêneros e as etnias, quando pensamos no público em geral do IFS, há de se considerar que, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2018, houve um contraste em que 67,6% das mulheres negras completaram o ensino médio, enquanto 81,6% das mulheres brancas conseguiram atingir o mesmo grau de escolaridade, no Brasil como um todo. (IBGE, 2019).

Apesar da proposta de democratização da educação, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são essencialmente espaços geridos, em sua maioria esmagadora, por homens brancos advindos das ciências exatas. Essa distribuição dos cargos de poder, que não é uma exclusividade das instituições de educação, reflete o papel socialmente e historicamente outorgado às mulheres, e principalmente às mulheres negras na nossa sociedade. “A mulher negra, elemento no qual se cristaliza mais, a estrutura da dominação, como Negra e como

mulher, se vê, desse modo, ocupando os espaços e os papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão”. (Nascimento, 2021, p.58).

Ao pesquisar a depressão em mulheres negras, Martins, Lima e Santos (2020) expressam que a mulher racializada existe na nossa sociedade como um ser de poucos recursos econômicos, cercada por simbologias machistas e racistas que tendem sempre à manutenção dessas mulheres nesse lugar de vulnerabilidade, cuja superação torna-se quase impossível. Sobre essa dificuldade de ascensão social, Beatriz Nascimento (2021, p. 59) pontua:

Como a educação é um requisito para o acesso às melhores ocupações na hierarquia de empregos, deduz-se que as populações de cor e as mulheres brancas não estariam capacitadas para assumir os empregos de maior status e, consequentemente, de maior remuneração. A mulher negra tem possibilidades menores do que qualquer um dos outros grupos.

Para Carneiro (2023), o conceito de epistemicídio se efetiva através de múltiplas ações que se articulam e se retroalimentam. Essas ações se relacionam nos mais diversos contextos, tanto com o acesso e/ou a permanência no sistema educacional, quanto com o rebaixamento da capacidade cognitiva da comunidade estudantil negra. É ainda mais visível e destruidor quando pensamos no processo educacional das jovens negras periféricas ou de zonas rurais. Para a filósofa, a exclusão racial que se dá através de tecnologias que controlam o acesso, sucesso e permanência no sistema de educação é tão sofisticada que, a cada momento em que se ensaia uma democratização do acesso à educação, o dispositivo de racialidade se rearticula e produz deslocamentos que visam à manutenção da exclusão racial na prática. “Na condição de libertos indesejáveis como cidadãos, os negros passam a estar sujeitos a procedimentos educacionais de contenção, exclusão e assimilação”. (Carneiro, 2023, p. 96).

Na realidade de uma escola, que, por vezes, é a melhor oportunidade educativa em regiões longínquas ou de extrema vulnerabilidade,

os Institutos Federais atraem estudantes que enxergam ali uma oportunidade de elevar o padrão econômico de suas famílias a partir da educação. Observar o cotidiano destas e destes estudantes, suas questões e dificuldades ampliadas pelo desafio de permanecer e concluir os seus estudos, adotar e se tornar adultos e adultos tidos como funcionais para a sociedade, paralelamente, a um diagnóstico psiquiátrico, coloca em xeque questões importantes sobre o funcionamento dessas instituições e o modo como lidamos com o adotar, a normalidade e os medicamentos de uso prolongado em geral.

Partindo do pressuposto que as estudantes negras já saem muito atrás na “corrida” da escolarização e são uma parte considerável daquelas e daqueles estudantes que buscam suporte psicológico na escola, pudemos deslocar o olhar para fenômenos que ocorreram na instituição que atuamos, mas que sempre analisamos a partir de um viés que desconsiderava os marcadores etnicorraciais. Diante dessa possibilidade de revisitar acontecimentos nessa unidade escolar, foi possível rever nossas impressões sobre a vivência das estudantes negras com as quais tivemos proximidade durante o período em que frequentaram a escola.

Realiza-se, então, um esforço para misturar as tramas, de modo a minimizar a possibilidade de identificação e personalização das situações por respeito ao direito delas de contar suas próprias histórias, caso assim desejem em outro momento. Também destacamos que não haverá alusões às situações que foram contadas durante acompanhamento psicológico e multidisciplinar, apenas sobre situações que se tornaram públicas no cotidiano escolar e previamente autorizadas.

Estudantes negras (pretas e pardas) sempre foram uma parte considerável das estudantes que buscavam atendimento psicológico e multidisciplinar. Por muitas vezes, por causa de dificuldades no processo de aprendizagem, sendo que muitos dos problemas vinham não necessariamente da capacidade delas de aprender, mas de uma ansiedade quanto a não se sentir capaz de se igualar às demais e aos demais estudantes, pensamento que, por vezes, era sutilmente confirmado pelas pessoas as quais lidavam com elas na escola.

Muitas alunas com baixíssima autoestima intelectual eram sempre desacreditadas e secundarizadas no processo educacional, a não ser que fossem tão excepcionais que a instituição não pudesse negar, ainda que se tentasse. Sobre esse fenômeno, Sueli Carneiro (2023) complementa que a subjetividade produzida pelo dispositivo de racialidade nas negras e nos negros em relação à atividade intelectual aflora a insegurança internalizada acerca das capacidades acadêmicas, às vezes descamba em uma atitude de certo desprezo pelos espaços de conhecimento formal, o que tem efeitos paralisantes a respeito do progresso acadêmico das negras e dos negros.

Ainda sobre essa experiência subjetiva paradoxal das jovens negras dentro dos espaços educacionais, hooks (1995, p. 472) afirma:

[...] há sempre a necessidade de demonstrar e defender a humanidade dos negros, incluindo sua habilidade e capacidade de raciocinar logicamente, pensar coletivamente e escrever lucidamente. O peso desse fardo inescapável para alunos negros no meio acadêmico branco muitas vezes tem determinado o conteúdo e caráter da atividade intelectual Negra. Esses conflitos parecem particularmente agudos para as negras que também têm que lutar contra aqueles estereótipos racistas/sexistas que o tempo todo levam outros (e até nós mesmos) a questionar se somos ou não competentes, se somos capazes de excelência intelectual.

E quando uma estudante foge dessa ordem convencionadamente *natural* das coisas e consegue driblar o sistema feito para impossibilitar qualquer tipo de destaque intelectual? E quando não se podia negar a capacidade para o aprendizado da jovem negra? Quando isso ocorre, quase que por via de regra, o sistema encontra outras formas de deslegitimar ou invisibilizar a existência daquelas alunas nessas posições de reconhecimento educacional.

Nas experiências de atividade profissional dentro da escola, refletindo sobre estudantes que eram consideradas e considerados *mode-*

los dentro da escola, recordamos de que, em sua maioria esmagadora, eram jovens brancos, em minoria, alguns alunos pretos, mestiços e algumas meninas brancas, e quase não conseguimos lembrar de alunas negras que tinham ocupado esse espaço de destaque intelectual e recebido comentários elogiosos nas conversas entre gestoras e gestores, professoras e professores, e equipe técnica. “Na escola ou no trabalho esperam sempre que você seja o incapaz ou o gênio. Quanto ao primeiro, a frase que surge é ‘Mas ele é preto’; quanto ao último: ‘ele é preto, mas [...]’. Quer dizer, conhece e permanece no seu lugar, no seu papel, na representação”. (Nascimento, 2021, p. 43).

As jovens garotas, em geral, que ousaram se impor na pirâmide social escolar, e que ainda o fazem sem seguir a cartilha do embranquecimento/masculinização das suas atitudes e da resignação política e moral ao sistema dominante, em geral, sofrem retaliações. Por vezes, muito duras e cruéis. Sendo ainda mais cruéis para as raríssimas jovens negras que encontram a coragem e as condições que permitem galgar esses espaços exclusivos e restritos. Algumas das situações que mais vemos acontecer, no cotidiano da escola, são casos de assédio moral e sexual, tão comuns e naturalizados nas instituições que abrigam adolescentes e jovens.

3 Instituição educacional: local de formação, transformação social e de combate à discriminação para pessoas com deficiências ou com necessidades específicas

O direito de acesso à educação de qualidade é um direito fundamental e um pilar essencial para o desenvolvimento pleno de todos os indivíduos, e quando tratamos de pessoas com deficiência ou com necessidade educacional específica, esse acesso gera uma transformação proporcionalmente amplificada. Na história recente, temos presenciado uma transformação no direito garantido para pessoas com este perfil acessarem as instituições de educação, no entanto a realidade dessas alunas e desses alunos frequentemente revela desafios significativos re-

lacionados a episódios de discriminação e consequente exclusão desses espaços. Assim, acabar com esses episódios exige um compromisso profundo e multifacetado por parte das instituições educacionais, educadoras, educadores, estudantes e sociedade em geral.

Abordaremos algumas contribuições de pesquisadoras e pesquisadores que exploram a temática e que já estão evidenciadas em suas produções, bem como apontaremos algumas experiências da atuação profissional desenvolvida na nossa instituição educacional para possibilitar um aprofundamento das reflexões e, dessa forma, caminharmos para alcançar uma perspectiva de plena acessibilidade e com estratégias de prevenção de casos de discriminação e preconceito mais eficientes.

Existem diversos caminhos a serem percorridos para termos escolas mais inclusivas com base na literatura. Um deles aponta para o caminho que tem se observado colher bons frutos ao combate à discriminação, que é a formação continuada de professoras, professores, e demais profissionais que trabalham na escola sobre as diversas deficiências e as necessidades específicas do público-alvo da instituição.

Promover atividades que resultem na sensibilização, no sentido de formação, de profissionais da instituição tende a alcançar um nível de compreensão mais profundo e empático da causa, permitindo que as educadoras e os educadores consigam adaptar suas práticas pedagógicas e desenvolvam estratégias de acessibilidade e de inclusão. A educação sobre as deficiências deve ser parte integrante do currículo de formação docente e também de programas de desenvolvimento profissional ao longo da carreira (Pimentel, 2012).

Alguns estudos têm evidenciado que a falta de conhecimento e compreensão sobre deficiências pode levar a atitudes discriminatórias e práticas pedagógicas inadequadas. Diante disso, as instituições educacionais precisam assumir com maior ênfase o papel de responsabilidade pela promoção de estratégias que direcionem o corpo de profissionais para o acesso a esses conhecimentos. Como exemplo, a promoção de workshops, treinamentos e atividades de conscientiza-

ção é crucial para garantir que toda a comunidade escolar esteja preparada para oferecer um ambiente inclusivo. Além disso, a formação deve abranger aspectos como a utilização de tecnologias assistivas e a adaptação de estratégias de ensino, promovendo a acessibilidade e o suporte adequado para cada aluna e aluno.

Nesse prisma, a instituição na qual trabalhamos tem oferecido algumas capacitações para as equipes profissionais, mas o número de atividades não tem sido o esperado e suficiente para resultar na qualificação necessária. Importante frisar também um gargalo observado nesse aspecto das capacitações de formação continuada, que é a baixa adesão, pois o resultado naturalmente não atingirá seus objetivos. Então, para que as formações continuadas alcancem as metas esperadas, é preciso, em paralelo, pensar formas de garantir um esforço e disponibilidade para a participação efetiva nessas atividades, e assim trilhar um caminho que resulte na garantia ao estabelecido em legislação específica, que é promover a oferta de uma educação de qualidade para estudantes com deficiência ou com necessidades educacionais específicas.

Outro caminho que as pesquisadoras e os pesquisadores vêm apontando como de grande importância vai em linha das adaptações, pois a inclusão efetiva requer adaptações curriculares e metodológicas que considerem as necessidades individuais das alunas e dos alunos com deficiência. Isso pode incluir ajustes no material didático, uso de tecnologias assistivas e métodos de ensino diferenciados. A implementação dessas adaptações demanda uma atuação colegiada, que deve ser feita com a colaboração de especialistas e com o envolvimento das famílias, garantindo que cada estudante tenha acesso ao currículo de forma equitativa, e assim conseguir atingir os objetivos de aprendizagem definidos para a sua particularidade (Aranha, 2005).

A elaboração do Plano de Ensino Individualizado (PEI) é o passo inicial para os casos em que se faz necessária a aplicação de adaptações. Através do PEI, torna-se possível que as adaptações não sejam apenas reativas, mas, sim, integradas ao planejamento pedagógico

desde o início e, consequentemente, obter maior assertividade nas estratégias escolhidas. A inclusão de práticas como o uso de recursos multimodais e a personalização das atividades podem promover um aprendizado mais acessível e envolvente para todas as estudantes e todos os estudantes.

No chão da escola, podemos apontar que esse é um recurso de grande dificuldade de implementação, e as motivações são variadas, partindo desde a argumentação de não possuir formação adequada que possibilitasse identificar quais adaptações a estudante e o estudante necessitam, até a episódios em que um PEI é elaborado, mas que o programado nunca é colocado em prática. É importante reconhecermos que adaptar um currículo, metodologia, recursos didáticos ou os instrumentos avaliativos não é uma tarefa trivial, porém não podemos utilizar dessa complexidade para deixarmos de nos inquietar e buscar estratégias para garantir esse direito às nossas e aos nossos estudantes, pois estaremos garantindo apenas que estejam no espaço físico da escola, mas sofrendo discriminação e negligência justamente por quem assumiu o papel inverso.

O ambiente escolar também pode ser trabalhado para se tornar adequado à política de inclusão e acessibilidade. Para isso, é necessário proporcionar condições que valorizem a diversidade e promovam a aceitação. A construção de uma cultura escolar inclusiva envolve a promoção de atividades e eventos que celebrem a diversidade e a diferença, e igualmente incentivem o respeito mútuo entre toda a comunidade estudantil.

Além de programas de conscientização e campanhas de prevenção à discriminação para ajudar a cultivar uma atmosfera de apoio e compreensão, um ambiente inclusivo também deve contemplar a acessibilidade física, como a adequação de espaços e a eliminação de barreiras arquitetônicas, bem como a acessibilidade atitudinal, que envolve a mudança de comportamentos e atitudes discriminatórias.

Como exemplo da importância de promover essas atividades, podemos citar uma ação que desenvolvemos na instituição quando recebemos uma estudante com deficiência visual, em que foi promovida

uma atividade com a turma no sentido de sensibilizar e integrar colegas em uma perspectiva de valorizar as diferenças, resultando em um momento em que interagiram com contribuições ricas, e como consequência, foi observado em momentos posteriores colegas da turma se disponibilizando no apoio da colega e relatando trocas de aprendizagem, a exemplos de situá-la nos espaços da instituição, ajuda com os materiais didáticos e em momentos de convivência social.

Nas instituições educacionais, estudantes com deficiências ou com necessidades educacionais específicas devem ter voz ativa na construção do seu próprio caminho formativo. Isso significa envolver nossas e nossos estudantes nas discussões sobre suas necessidades e adaptações e garantir que suas opiniões e sentimentos sejam ouvidos e respeitados. A autonomia e a participação ativa são fundamentais para o desenvolvimento da autoestima e da confiança das alunas e dos alunos, além de promover um ambiente escolar mais inclusivo (Freire, 2015).

A participação pode ser incentivada por meio de conselhos estudantis, grupos de apoio e projetos liderados por estudantes com deficiências ou necessidades educacionais específicas. Essas iniciativas não apenas fortalecem a autoestima, mas também proporcionam oportunidades para todas as alunas e todos os alunos aprenderem sobre a diversidade e desenvolverem empatia.

Na instituição que atuamos, existe o Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas (Napne), e que possui como objetivo, dentre outros, promover a autonomia, autoestima e protagonismo das estudantes e dos estudantes que recebem acompanhamento, e como resultado, têm sido realizadas as atividades em grupo, e envolver nas definições de estratégias de acessibilidade para suas especificidades, e também conseguindo que desenvolvam atividades culturais ou sobre seus potenciais em eventos institucionais.

Estratégias para a prevenção e combate à discriminação não surtem efeito apenas com uma aplicação. Na verdade, deve ser um processo contínuo e adaptável. Para isso, é essencial que as escolas implementem mecanismos de monitoramento e avaliação para identificar

áreas de melhoria e garantir que as práticas inclusivas estejam sendo efetivamente aplicadas. O envolvimento de diferentes atrizes e atores da comunidade acadêmica, principalmente das alunas e dos alunos, familiares, educadoras e educadores, é crucial para ajustar estratégias e promover um ambiente escolar cada vez mais inclusivo, pois isso gera uma base de dados que sustenta monitoramento e o processo avaliativo das ações mais eficientes (Aranha, 2005).

Portanto, podemos ressaltar que nossa sociedade está no caminho destinado à implementação de uma cultura de maior respeito à diversidade e de garantia de direitos à inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiências ou com necessidades educacionais específicas a espaços sociais importantes como é a escola, porém isso não significa dizer que já estamos próximos a atingir um nível pleno de garantias e de ausências de episódios de discriminação, pelo o contrário, há ainda um longo caminho a trilhar e barreiras a serem desconstruídas para alcançarmos melhores condições, não é hora de acomodar-se.

4 Diversidade e inclusão da comunidade LGBTQIAPN+ no contexto educacional

Vivemos em uma sociedade gendrada, por isso, impõe-se no atual momento histórico-cultural a inclusão da educação em diversidade de gênero na agenda das políticas públicas de educação, como prática social de acolhimento e respeito às identidades de gênero, do fortalecimento da diversidade e dos direitos humanos. A prática social nas escolas expressa valores e estereótipos da sociedade, que decorre dos vieses da estratificação social de gênero e sexual, nos vários níveis, refletindo-se na forma como são incluídas as questões de gênero e sexualidades nos currículos, nas possibilidades ou recusas da equidade de gênero nos percursos acadêmicos e profissionais, e também nas políticas públicas desenvolvidas. (Nascimento, 2019).

Em razão desse contexto, a abordagem de gênero se constitui como uma ferramenta indispensável para compreender diversos pro-

cessos sociais em educação, entre eles, a formação das juventudes. A partir do gênero, pode-se perceber a organização concreta e simbólica da vida social e as assimetrias de poder nas relações entre as sujeitas e os sujeitos sociais. Assim, o seu estudo é um meio de decodificar e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana. Estudos apontam a necessidade de avaliar a configuração das relações de gênero nos diferentes contextos educacionais e institucionais, isto porque, possivelmente, refletiriam ou mesmo exacerbariam muitas das desigualdades sociais (de gênero, classe, etnia/raça, idade/geração, orientação sexual, territorialidade, religião, entre outros marcadores sociais e culturais). (Cruz, 2005; Nascimento, 2019).

Apreende-se o gênero como “uma construção social, contrapondo-se ao determinismo biológico, mas sem a intencionalidade de defesa de um determinismo cultural de construção do gênero e [...] sem restringir o gênero das/dos sujeitas/os às possibilidades binárias como homem-mulher”. (Nascimento, 2019, p. 133). Portanto, concebemos o gênero como “múltiplas formas de construção sociocultural, que implicam [...] em diversidades de identidades e expressões dos gêneros, [...] modos de existências que subvertem a naturalização e fixidade das feminilidades e masculinidades hegemônicas estereotipadas [...] do ideário conservador sexista”. (Nascimento, 2019, p. 133)

A diversidade sexual e de gênero refere-se à variedade de identidades e expressões que vão além das normas tradicionais estabelecidas pela sociedade. Ela abrange a ampla gama de orientações sexuais, como heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade e pansexualidade, bem como identidades de gênero, incluindo cisgênero, transgênero, não-binário e gênero fluido. A compreensão e o respeito pela diversidade sexual e de gênero são fundamentais para a promoção da igualdade e da justiça social. Muitas culturas e sociedades têm reconhecido essas variações ao longo da história, mas, ainda assim, enfrentam desafios significativos, como discriminação e falta de aceitação.

Reconhecer a diversidade sexual e de gênero significa aceitar que cada indivíduo tem o direito de expressar sua identidade e viver con-

forme suas próprias experiências e sentimentos. Isso também implica o compromisso com a criação de ambientes inclusivos e seguros para todas, todos e todes, onde cada pessoa possa ser livre, autêntica e viver com dignidade. A inclusão e o respeito são essenciais para a construção de uma sociedade mais justa, onde a singularidade de cada indivíduo é valorizada e celebrada. Ter diálogo aberto com a comunidade estudantil e profissionais que trabalham na escola e desenvolver práticas de formação em educação e diversidade são ferramentas educacionais que contribuem para fortalecer a aceitação e diminuir preconceitos, e assim promover um mundo mais acolhedor para todas, todos e todes.

O acolhimento e a orientação a jovens LGBTQIAPN+ nas escolas podem garantir um ambiente educacional inclusivo e seguro, pois, muitas vezes, enfrentam bullying, discriminação e falta de compreensão por parte de colegas, educadoras e educadores. Trabalhar o tema da diversidade e inclusão LGBTQIAPN+ no cotidiano da escola tem sido uma experiência transformadora. Desde o início, partimos da perspectiva pedagógica que não se tratava apenas de abordar um assunto, mas de criar um ambiente seguro e acolhedor para adolescentes e jovens que se reconhecem e se expressam na diversidade de ser e existir enquanto comunidade LGBTQIAPN+.

Começamos com uma série de oficinas e palestras, em que convidamos profissionais e ativistas para compartilhar suas histórias. Ao ouvir relatos pessoais, muitas e muitos estudantes se identificavam e fortaleciam suas identidades, abrindo caminhos para a visibilidade também de suas histórias. Com a implementação de ações de sensibilização e espaços de formação, a equipe multidisciplinar passou a contribuir na produção de uma cultura de respeito e empatia, obtendo resultados importantes para o acolhimento da comunidade LGBTQIAPN+.

Foram realizados também eventos coletivos na instituição para promover inclusão e conhecimento, trazendo profissionais de referência na sociedade, tais como: delegado de polícia da Rede Nacional de Operadores da Segurança Pública LGBTI (RENOSP-LGBTI+); delegada de polícia do Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis

(DAGV); e parlamentar representante da comunidade LGBTQIAPN+ na Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe (Alese).

Na sala de aula, promovemos atividades interativas que incentiavam o respeito e a empatia. Criamos um espaço para que pudessem expressar suas opiniões sem medo de julgamentos. Para boa parte, foi um alívio poder falar sobre suas experiências, suas lutas e suas vitórias. Houve resistência inicial de uma parte da comunidade estudantil. Foi um desafio que provocou reflexões para a equipe multidisciplinar. Com diálogo aberto e fundamentado, conseguimos mostrar a importância da diversidade, não apenas como um conceito, mas como uma realidade que enriquece a vida escolar. Observamos, aos poucos, que a mentalidade foi mudando.

O mais gratificante foi perceber que, ao longo do processo, não apenas adolescentes e jovens LGBTQIAPN+ se sentiram mais acolhidos, acolhidos e acolhidos, mas todas, todos e todes aprenderam a valorizar a diversidade em suas várias formas. A união de diferentes vozes e histórias fez com que a nossa escola se tornasse um lugar mais diverso, vibrante e inclusivo. Dessa forma, é crucial que as escolas ofereçam espaços seguros, confidenciais e acolhedores onde adolescentes e jovens possam expressar suas preocupações e buscar apoio. Além disso, incluir discussões sobre diversidade sexual e de gênero no currículo ajuda a educar, formar e orientar toda a comunidade estudantil, familiares e profissionais que trabalham na escola sobre a importância da inclusão e do respeito às diferenças e à diversidade.

O acolhimento efetivo também envolve a criação de políticas contra a discriminação e o apoio a grupos e associações estudantis que promovam a visibilidade e a defesa dos direitos da população LGBTQIAPN+. Nesse direcionamento, as escolas não apenas ajudam a construir uma comunidade mais inclusiva, mas também contribuem para o acesso, o bem-estar emocional e psicossocial, a permanência e o êxito acadêmico de adolescentes e jovens LGBTQIAPN+.

Por isso, buscamos orientar a nossa prática profissional a partir da condução socioeducacional como uma abordagem integral que visa

apoiar e orientar no desenvolvimento pessoal e social, promovendo um ambiente inclusivo e acolhedor. Esse processo envolve a educação sobre diversidade sexual e de gênero, o suporte emocional e psicológico necessário para enfrentar desafios específicos. A condução socioeducacional também envolve a promoção da visibilidade e da representação positiva de identidades LGBTQIAPN+ no currículo escolar e em atividades extracurriculares. Isso não só fortalece a identidade de adolescentes e jovens LGBTQIAPN+, mas educa colegas sobre diversidade e inclusão.

Para a criação de um ambiente educativo seguro e não discriminatório, educadoras e educadores precisam receber formação inicial e continuada que possibilitem entender as questões as quais afetam adolescentes e jovens LGBTQIAPN+ e saber como oferecer suporte e acolhimento. Programas educativos que abordem a diversidade de forma positiva ajudam a desmistificar preconceitos e promovem uma cultura de respeito. Além disso, é fundamental que as instituições educacionais ofereçam suporte emocional através de aconselhamento e grupos de apoio específicos. Esses serviços devem estar disponíveis de forma confidencial, acessível e acolhedora, permitindo que adolescentes e jovens se sintam seguros e seguros para compartilhar e discutir suas experiências e preocupações.

A abordagem com famílias e comunidades igualmente se faz necessária para falar da diversidade, do acolhimento e da inclusão da comunidade LGBTQIAPN+, do reconhecimento e da valorização das demandas e necessidades que atravessam o cotidiano de suas trajetórias de vida. Informar e orientar mães, pais e demais responsáveis sobre questões LGBTQIAPN+ podem ajudar a criar uma rede de apoio mais ampla e compreensiva. Trabalhar em conjunto com organizações comunitárias e defensoras dos direitos LGBTQIAPN+ fortalece as redes de suporte e proporciona recursos adicionais de acolhimento para adolescentes e jovens LGBTQIAPN+.

Com esse olhar, em nossa atuação profissional multidisciplinar, realizamos intervenções de atendimento, acolhimento, acompanha-

mento e orientação a adolescentes e jovens LGBTQIAPN+, familiares e profissionais que trabalham na escola para abordar a necessidade de reconhecimento, positividade e acolhimento às identidades LGBTQIAPN+ e suas diversas expressões sociais, culturais e políticas. Importante trazer a experiência de alguns atendimentos a estudantes dos cursos do ensino médio integrado e do superior com identidades transgêneras e não-binárias, que apresentaram demandas as quais necessitaram da intervenção da equipe multidisciplinar junto às famílias, docentes e demais profissionais, e setores institucionais para garantir o respeito e o direito do uso do nome social, considerando a identidade de gênero da comunidade estudantil atendida.

A escuta e o acolhimento multidisciplinar a adolescentes e jovens LGBTQIAPN+ se mostraram como mecanismos de fortalecimento das identidades de gênero, apontando a urgência e o compromisso de desenvolver ações institucionais de reconhecimento e valorização da diversidade de gênero e sexual, preservação da segurança e da vida, e de permanência estudantil. Esses atendimentos resultaram em encaminhamentos institucionais da mudança do uso do nome de registro civil nos documentos e nas atividades institucionais para o uso do nome social, e o uso de banheiros, vestiários, alojamentos e demais espaços segregados por gênero na instituição, não obstante tenhamos nos deparado com discursos e práticas que tentaram dificultar a garantia desses direitos à comunidade LGBTQIAPN+.

Na conversa com familiares, docentes e demais profissionais que trabalham na instituição educacional, identificamos posicionamentos conservadores, baseados em pilares do fundamentalismo religioso, e em práticas discriminatórias, preconceituosas e excludentes. Nos atendimentos com mães e pais, ouvimos relatos de desconforto e medo pelo histórico de violências que tinham conhecimento do que acontecia na sociedade pelo preconceito e não aceitação das pessoas transgêneras, seja no convívio social familiar, na escola, no trabalho, na comunidade local e na sociedade em geral. Familiares também relataram alguns desafios vivenciados e enfrentados face à dinâmica da

transição da identidade de gênero por não saberem como lidar com o contexto das mudanças e a pressão familiar, social e religiosa.

Nos relatos estudantis, foram compartilhadas questões enfrentadas no cotidiano familiar e escolar que estão relacionadas às diversidades de gênero e sexual, elementos das subjetividades que envolvem suas representações sociais e de gênero, e ainda indicadores de adoecimento e sofrimento emocional e psíquico diante de tudo que enfrentavam nesses espaços. A narrativa estudantil manifestava sempre o desejo de ser reconhecida e respeitada sua identidade de gênero, assim como respeitado e garantido o nome social ao invés de continuar a ser chamada pelo nome de registro civil, visto que familiares e docentes ainda chamavam pelo nome de registro, desrespeitando suas existências e identidades transgêneras.

No acolhimento multidisciplinar, buscamos mais informações do contexto sociofamiliar e de como se sentiam no ambiente escolar, a fim de que pudéssemos viabilizar mecanismos de acolhimento, positividade, reconhecimento e fortalecimento de suas identidades de gênero, tornando a escola um ambiente seguro e acolhedor. A partir dessas abordagens, agendamos reuniões com familiares e docentes para discutir os direitos da comunidade LGBTQIAPN+ e a gravidade dos atos de (re)produção de práticas transfóbicas. Nessas ocasiões, informamos sobre a importância de respeitar e acolher as identidades de gênero de adolescentes e jovens LGBTQIAPN+ e orientamos quanto à necessidade de assegurar esse direito, como forma de respeitar e legitimar suas identidades, existências e expressões, e contribuir para o bem-estar, a saúde e os projetos de vida nos diversos aspectos.

Nossas orientações reforçaram o acolhimento e o respeito às diferenças e às diversidades de gênero e sexual, destacando a importância do uso do nome social, momento em que compartilhamos e conversamos sobre resoluções internas do IFS e outras externas de amplitude nacional que tratavam do uso do nome social e da garantia das condições de acesso, permanência e êxito de pessoas travestis e transexuais. O intuito foi possibilitar que conhecessem as prerrogativas

da lei e estreitar os diálogos a respeito das demandas e dos direitos da comunidade LGBTQIAPN+ para que possamos contribuir com ações de acolhimento, de modo a garantir direitos às pessoas com identidades, vivências e trajetórias transgêneras, tendo em vista que é papel do IFS promover “ações regulares que integrem suas atividades educativas com o objetivo de combater a discriminação de qualquer natureza e, em particular, de combate à LGBTfobia em suas várias formas de expressão”. (IFS, 2018).

5 Intolerância religiosa, cotidiano e escola: poucas palavras, algumas reflexões

Diariamente temos algumas necessidades e muitos desejos. As necessidades são primárias – no sentido de primeiras - e importantes para a nossa sobrevivência, como alimentar-se, descansar, vestir-se, abrigar-se, entreter-se e outras. São mais facilmente quantificáveis e o mercado tem opções de respostas/atendimento para todas elas. Já os desejos vão além; o mercado não responde. Exemplificamos: o mercado possibilita a aquisição de uma casa (necessidade), mas não pode torná-la um lar (desejo); o mercado possibilita múltiplas formas de entretenimento, contudo não dá significado à vida. Na sua origem latina, Petrini (2003) explica que desejo vem do termo *desiderium* -de (em relação a)+sidera (de sideral, às estrelas)-, isto é, “a respeito das estrelas”. Nessa compreensão, desejo é ter algo na alma que vai às “estrelas”, ao infinito. O mercado aqui não responde. Mas o que vem por trás de nossos desejos e qual sua relação com o tema deste tópico? Uma resposta pode ser encontrada no que Mahfoud (2012, p. 15) retomou de Luigi Giussani conhecido como “experiências originárias ou elementares”.

“Experiências elementares” são aquelas presentes nos “corações” de todos os humanos; e alguns as consideram nascentes das religiões. São, portanto, naturais e espontâneas e tendem ao infinito. Também, segundo o autor, elas nos movem (é o motor da inteligência,

da razão, do ser). Todas e todos as compartilhamos, mas cada indivíduo responde de uma maneira diferente a elas, as quais se revelam ou afloram à sua consciência na forma de desejos. Assim, as mais comuns são as de liberdade, de justiça, do amor, de sermos reconhecidos, da verdade, de amarmos e sermos amados, da imortalidade, entre outras. Desejamos tudo isso, eles são a exteriorização dessas experiências. O mundo moderno, porém, não dá conta deles, não os supre.

Como resultado, deparamo-nos com a desproporção: mais e mais desejamos ser amadas e amados, mas podemos não alcançar plenamente esse ideal, então continuamos perseguindo-o. A desproporção gera inquietação, que nos mobiliza para uma busca permanente. Tornamo-nos impotentes porque nunca nos satisfazemos, afinal desejar é aquela aspiração insaciável, inacessível em sua plenitude, pois voa para o “infinito”, vai às “estrelas”. Percebe-se que as experiências elementares estão aí no jogo da vida nos arrastando de um sentimento a outro; de uma forma de ser e estar no mundo que muda, tanto nós quanto ele. Aí, muitas vezes, não encontramos uma satisfação plena dessas experiências travestidas de desejos, restando perguntar: qual a saída quando estamos naquela encruzilhada que nos coloca experiências elementares, quando acalentamos desejos profundos insaciados?

A busca por alguém ou algo além, transcendente (ao que é humano), é um caminho para a questão. Cada indivíduo segue o seu, com exceções. E principalmente como meio para encontrar respostas às questões universais da humanidade e compreender, interpretar, explicar a realidade, a religião - sentido de *religare*, do latim - tem sido forma de conhecimento milenar profícua, sendo portanto inerente à experiência humana. Das mais brandas às mais hostis, a expressão da religião, como uma cosmovisão, tem orientado o comportamento de indivíduos em suas vidas privadas e nas suas relações sociais, econômicas, políticas e culturais. Vale adicionar que, na safra científica, há estudos seminais os quais apontam que viver a espiritualidade, livre de excessos ligados à religião, pode contribuir para a construção de sentido da vida e saúde mental das sujeitas e dos sujeitos (Monteiro; Reichow;

Sais; Fernandes, 2020; Margaça; Rodrigues, 2019; Miranda; Lanna; Felipe, 2015; Oliveira; Junges, 2012; Murakami; Campos, 2012; Moreira-Almeida; Lotufo Neto; Koenig, 2009).

Do outro lado, há também registros de determinadas expressões de religiosidade produzirem adoecimento emocional, sem desconsiderar a convergência de outros fatores associados como raça, contexto familiar e classe social. No contexto brasileiro, tem sido divulgado pelas grandes mídias situações de violência e discriminação contra pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ por parte de religiosas e religiosos (sobretudo, algumas igrejas evangélicas), além de casos não divulgados de adolescentes e jovens - em formação de identidade de gênero e sexual -, que sofrem tais processos em suas famílias e comunidades religiosas. Ao invés de serem acolhidas e amadas em função de seus modos de vida, são rejeitadas e excluídas nesses grupos, o que, aliados a outros fatores, têm gerado casos de transtornos mentais como ansiedade, depressão e estresse intenso, impactando a vida escolar.

A nosso ver, tais práticas hostis, além de tudo isso, promovem uma forma de intolerância religiosa contra pessoas LGBTQIAPN+, que antes de tudo é uma rejeição da diversidade de expressão de gênero e sexual presente na sociedade contemporânea ocidental. A comunidade LGBTQIAPN+ responde de forma defensiva ao sofrimento psíquico gerado por determinadas igrejas sob forma de LGBTQIAPN+fobia. Por conseguinte, nesse clima de tensão que orbita a relação entre a comunidade LGBTQIAPN+ e algumas igrejas evangélicas, acirram-se preconceitos e rejeições de ambos os lados que nutrem um ciclo vicioso de rivalidades e conflitos cuja solução acena de longe ou parece inalcançável. De um lado, é combatido um falso moralismo e fanatismo de tais religiosas e religiosos; do outro, os modos de vida dessas pessoas, desaguando numa coexistência desarmonica e antagônica.

O Brasil, segundo o último censo (IBGE, 2022), como é cediço, ainda apresenta perfil religioso com pluralidade de igrejas e estabelecimentos, com maioria de base judaico-cristã como católicos, seguidos de evangélicos em número de ampla diversidade, além das religiões

espíritas e outras em menores percentuais como as de matriz africana, judaica e os que não professam religião. Assim, o país é, sem dúvidas, um lugar de muitos credos e espiritualidades e daqueles que se declaram sem religião. Ante tal diversidade, a expressão das religiosidades coexiste em variegados espaços sociais, ora pacificamente, ora com embates e conflitos, resultado de suas diferenças doutrinárias e normativas, como é o caso de algumas igrejas evangélicas como foi citado, em particular neopentecostais, contra símbolos e práticas de religiões de matriz africana e/ou católica.

Para fazer frente a esses conflitos e cenários de discriminação e intolerância religiosa, a família e a escola são grupos sociais essenciais para a formação do indivíduo no sentido de respeitar e valorizar a referida pluralidade. Como a escola espelha mudanças que acontecem na sociedade, é valioso que a formação das estudantes e dos estudantes integre o acolhimento das diferentes expressões religiosas e espiritualidades como condição da natureza humana, possibilitando uma coexistência pacífica e frutífera entre elas. Isso se faz por meio de diálogos, debates e rodas de conversas com o fito de esclarecer e informar adolescentes e jovens, porque entendemos que, na base do preconceito e discriminação, há a ignorância; combinados com a parceria entre escola e famílias (estas também podem ser auxiliadas a superar possíveis preconceitos e práticas de intolerância).

Esse contexto inclusivo e tolerante é o que se espera de uma sociedade democrática, que respeite as diferentes religiões existentes. A liberdade religiosa prevista na Constituição Federal de 1988 perpassa tal contexto e deve ser reivindicada e defendida sempre que pessoas, grupos ou instituições intentarem contra o livre exercício de qualquer religião, cuja expressão, como dito, é imanente à espécie humana; e, portanto, uma tentativa de objetá-la se faz contra a própria espécie. Nessa compreensão, vale sublinhar que a falta de tolerância por parte de religiosas e religiosos ou não em relação às diferentes formas de se relacionar com o sagrado e se viver a espiritualidade se torna um desamor, o que contradiz a essência das religiões, voltadas a promover em

última instância a reconexão com o divino, considerado fonte do bem e do amor.

6 Considerações finais

A atuação multidisciplinar se enraíza como referência na criação de alianças para o debate de categorias e marcadores sociais e culturais que precisam ter espaço de abordagem no ambiente educacional, como as categorias de análises discutidas neste trabalho - gênero, raça, classe, acessibilidade, diversidade e religião - e que demandam aprofundamento na formação inicial e continuada. As alianças são fortalecidas também a partir das experiências práticas de acolhimento multidisciplinar às estudantes e aos estudantes, suas famílias e profissionais que trabalham na escola. Esse processo constrói redes que reverberam em diferentes dimensões da vida e das sociabilidades humanas para além dos muros institucionais, tendo em vista a necessidade de produzir relações entre escola, família e comunidade.

A violência estrutural do racismo, que permeia a cultura, as relações e as instituições, afeta diretamente a saúde mental das pessoas negras. Os corpos das adolescentes e jovens negras sofrem maior impacto e agravos na saúde mental e autoestima no processo educacional. A trajetória das mulheres no ambiente educacional é marcada por violências. As mulheres racializadas têm de lidar com variadas modalidades de violências - psicológicas, simbólicas, sexuais e até físicas - que traumatizam suas subjetividades para o resto da vida. Crescer em uma escola que espelha a estrutura de uma sociedade racista pode ser uma experiência desencorajadora da permanência e conclusão do itinerário educativo. Apesar das opressões e violências de que são vítimas, a resistência das adolescentes e jovens negras ecoa suas vozes. Através desse mover-se coletivo, surgem forças e estratégias que atuam para realizar mudanças na estrutura racista e patriarcal da sociedade, e reaviva a esperança para provocar essas mudanças também no cotidiano da escola.

O combate à discriminação de pessoas com deficiências ou necessidades educacionais específicas no ambiente escolar tem aumentado, mas ainda é um desafio complexo como vimos até aqui e, por isso, continua essencial para garantir que toda a comunidade estudantil tenha acesso a uma educação de qualidade. Por meio da formação continuada de profissionais, adaptações curriculares, criação de um ambiente inclusivo, participação das alunas e dos alunos, monitoramento contínuo e envolvimento da comunidade, podemos construir escolas mais justas e igualitárias. A verdadeira inclusão vai além da acessibilidade física e curricular. Trata-se de criar um espaço onde todas as pessoas se sintam valorizadas e respeitadas a partir de suas diferenças, contribuindo para um futuro mais inclusivo e equitativo para todas, todos e todes.

O atendimento, a escuta, o acolhimento e o acompanhamento a adolescentes e jovens LGBTQIAPN+ devem se referenciar em uma abordagem transversal e multidisciplinar que combina educação, apoio emocional e inclusão. Com esse alinhamento, é possível promover um desenvolvimento saudável e positivo, garantindo que adolescentes e jovens, independentemente de sua identidade de gênero ou sexual, tenham a oportunidade de se desenvolver, nutrir e galgar seus projetos de vida, acadêmicos e profissionais em um ambiente seguro e acolhedor. Essa experiência no contexto educacional nos ensinou que diversidade e inclusão são pilares essenciais para a formação de sujeitas e sujeitos sociais que tenham práticas cotidianas com maior empatia, acolhimento e respeito à diversidade humana.

Ao tratarmos sobre intolerância religiosa pontuamos que a religião é inerente à humanidade (das brandas às que praticam terrorismo em nome de Deus), porquanto presente em diferentes culturas e épocas; e que a expressão da religiosidade de cada pessoa é única e inviolável desde que se respeite a vida e a dignidade alheias. Por intermédio da religião, a pessoa busca se conectar com uma dimensão transcendente movida por sua necessidade originária de dar sentido à própria existência. Nesse lume, o exercício da religião pode colaborar para que cada

pessoa conecte-se com sua essência, um encontro consigo, para dar significado à vida e auxiliar na promoção de sua saúde mental (ou não, em caso de fanatismo). Intolerar ou se opor à pessoa em seus credos e práticas religiosas implica, portanto, uma violência simbólica contra ela e contra o que é originariamente humano. Para combater a referida intolerância, família e escola podem se somar na formação de pessoas acolhedoras do rosário de expressões religiosas presentes na sociedade, entendendo-as como parte dela.

Revisitar os fundamentos teóricos e refletir sobre o exercício profissional com o olhar multidisciplinar abriram possibilidades de se aproximar ainda mais das demandas objetivas e subjetivas que emergem da realidade social e são trazidas, pela comunidade estudantil, por suas famílias e profissionais que trabalham na instituição educacional em que atuamos, para a análise e a intervenção da equipe multidisciplinar. Esse movimento de discussão e construção coletiva dos saberes, a partir das experiências, nos auxiliou a compreender alguns fenômenos que se manifestam na vida social e no cotidiano da vida escolar.

Para fortalecer as experiências práticas pedagógicas de acolhimento multidisciplinar, faz-se necessário, cada vez mais, promover debates, atividades, ações - projetos, programas e serviços - que contribuam para desconstruir, combater e romper desigualdades e violências de gênero, raça, classe e barreiras visíveis e “invisíveis” que reforçam práticas de opressões, exclusão, racismo, discriminação, LGBTQIAPN+-fobia, intolerância religiosa, violências e negligências institucionais. E ainda é importante articular redes de acolhimento e suporte no âmbito institucional, familiar, da comunidade e na relação junto aos movimentos sociais e órgãos de defesa dos direitos humanos e enfrentamento a essas práticas discriminatórias, que devem ser denunciadas e repudiadas, em defesa da vida e do respeito à pessoa humana.

Referências

ARANHA, Maria Salete Fabio. **Projeto Escola Viva**: garantindo acesso e permanência de todos os alunos na escola - necessidades educacionais especiais dos alunos. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/visaohistorica.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 07 set. 2024.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do Outro como não ser e como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Editora ZAHAR, 2023.

CRUZ, Maria Helena Santana. **Trabalho, gênero, cidadania**: tradição e modernidade. São Cristóvão: UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.) **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018.

HOOKS, bell. Intelectuais Negras. **Revista Estudos Feministas**, n. 2, v. 3, 1995.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 41, 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 15 out. 2024.

IFS. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe. **Resolução nº 38/2018/CS/IFS, de 06 de setembro de 2018**. Aprova o Regulamento do Uso do Nome Social e dos Espaços Segregados por Gênero no âmbito do IFS. Aracaju, 2018. Disponível em: http://www.ifs.edu.br/images/arquivos/Diae/CS_38_-_Aprova_o_Regulamento_do_Uso_do_Nome_Social_e_dos_Espaos_Segregados_por_.pdf. Acesso em: 11 out. 2024.

MAHFOUD, M. **Experiência Elementar em Psicologia**: aprendendo a reconhecer. Belo Horizonte: Universa e Artesã Editora, 2012.

MARGAÇA, C; RODRIGUES, D. Espiritualidade e resiliência na adultez e velhice: uma revisão. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 31, n. 2, p. 150-157, 2019. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.22409/1984-0292/v31i2/5690>>. Acesso em: 14 jul. 2024.

MARTINS, T. V.; LIMA, T. J. S.; SANTOS, W.S. O efeito das microagressões raciais de gênero na saúde mental de mulheres negras. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 7, p. 2793–2802, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020257.29182018>. Acesso em: 15 out. 2024.

MIRANDA, S. L., LANNA, M. A. L; FELIPPE, W. C. Espiritualidade, Depressão e Qualidade de Vida no Enfrentamento do Câncer: Estudo Exploratório. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 35, n. 3, p. 870-885, 2015. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/1982-3703002342013>>. Acesso em: 14 jul. 2024.

MONTEIRO, Daiane Daitx; REICHOW, Jeverson Rogério Costa; SAIS, Helenice de Freitas; FERNANDES, Fernanda de Sousa. Espiritualidade / religiosidade e saúde mental no Brasil: uma revisão. **Acad. Paul. Psicol.**, v. 40, n. 98, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X202000100014>. Acesso em: 13 jul. 2024.

MOREIRA-ALMEIDA, A., LOTUFO NETO, F.; KOENIG, H. G. Religiousness and mental health: a review. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 28, n. 3, p. 242-250, 2006. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/S1516-44462006005000006>>. Acesso em: 14 jul. 2024.

MURAKAMI, Rose; CAMPOS, José Gomes. Religião e Saúde Mental: desafio de integrar a religiosidade ao cuidado com o paciente. **Rev. Bras. Enferm.**, v. 65, n. 2, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-71672012000200024>>. Acesso em: 13 jul. 2024.

NASCIMENTO, Ana Paula Leite. **Juventudes em cena no cotidiano escolar: movimentos de (re)produção de silenciamentos, regulações de gênero, subversões e resistências** (São Cristóvão, Sergipe). 2019. 317f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

OLIVEIRA, Márcia Regina; JUNGUES, José Roque. Saúde mental e espiritualidade/religiosidade: a visão de psicólogos. **Rev. Estud. Psicol.**, v. 17, n. 3, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-294X2012000300016>>. Acesso em: 13 jul. 2024.

PETRINI, G. C. **Pós-modernidade e família**: um itinerário de compreensão. São Paulo: EDUSC, 2003.

PIMENTEL, Suzana Couto. **O professor e a educação inclusiva**: formação, práticas e lugares. Salvador: EDUFBA, 2012. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/12005>>. Acesso em: 08 set. 2024.



CAPÍTULO 4

A INVISIBILIDADE DA QUESTÃO AGRÁRIA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NO NORDESTE: UM DEBATE NECESSÁRIO

Ranaelle Souza Silva
Lusitânia Secundo Borges

1 Introdução

O presente capítulo tem por objetivo analisar a presença da discussão sobre questão agrária na formação profissional em Serviço Social em instituições públicas de ensino superior da região Nordeste, enquanto prática de inclusão do Brasil não-urbano a partir de sua construção social, histórica e econômica.

Trata-se, portanto, de discorrer sobre os resultados de uma pesquisa documental com levantamento bibliográficos sobre a questão agrária no Nordeste. No processo, identificou-se que o curso de Serviço Social está presente em 16 instituições de ensino superior nordestino. Na investigação, analisou-se as Propostas Pedagógicas Curriculares (PPCs) dos cursos de Serviço Social por meio da identificação das disciplinas ofertadas nos cursos relacionadas à questão agrária, foi feito, também, o mapeamento dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) apresentados com o mesmo intuito, assim com realizou-se a busca por pesquisas que abordassem a temática.

Compreende-se que o estudo sobre o objeto desta pesquisa é primordial para analisar os possíveis avanços e estagnação das abordagens da questão agrária no período de formação das/os assistentes sociais nordestinos. Isto porque, toda demanda imediata que chega ao assistente social é dotada de leis tendenciais históricas, ou seja, de le-

galidade social que legitima e impõe fatores outros como norma institucional e/ou estrutural, legitimando as expressões da questão agrária e social (Netto, 2009). Portanto, a (in)visibilidade da questão agrária no processo formativo indicam como o Serviço Social nordestino tem se aprofundado na temática, essencial para desvelar as particularidades das demandas e conjunturas relacionadas ao problema agrário.

Destarte, analisar-se-á, primeiramente, como a questão agrária se desenvolveu no Brasil e como suas manifestações se relacionam com as estruturas sociais, econômicas e políticas do Nordeste. Em seguida, tratar-se-á da relação da questão agrária com o Serviço Social desde o processo formativo da profissão a partir da compreensão do elo entre as questões agrária e social, constituindo-se enquanto objeto da profissão. Por fim, far-se-á a interpretação dos resultados da pesquisa evidenciando as contradições observadas e considerações mais pertinentes relativas ao objeto em discussão. Neste sentido, conclui-se que a presença da questão agrária nos cursos pesquisados ainda é incipiente e distante da atual urgência de apropriação e aprofundamento do tema por parte da profissão e do âmbito da formação do Serviço Social nordestino.

2 A Questão Agrária na Composição Socioeconômica do Nordeste

O problema que constitui a questão agrária, entendido enquanto “o conjunto de inter-relações e contradições derivado de uma estrutura fundiária altamente concentrada que, por seu turno, também determina a concentração de poder econômico, político e simbólico, criando estruturas de sujeição da população rural” (Mendonça, 2006, p. 78 *apud* Nakatani; Faleiros; Vargas, 2012, p. 214) é resultado do processo histórico no Brasil desde a invasão portuguesa. Para colonizar o novo território invadido, foram implementadas leis que regiam sobre o uso e povoamento da terra, através dos sistemas de sesmarias e capitanias hereditárias, de modo que a posse da terra permanecesse pertencente à Coroa.

Portanto, o atual nível de concentração fundiária é resultado da sequência de leis que versavam sobre a terra, após transformá-la em propriedade e, principalmente, em mercadoria. Esta mudança tem como marco a Lei de Terras de 1850 que em seu art. 1º estabelecia a aquisição das terras da União somente através da compra e venda. Tal lei, para além de regulamentar as formas de aquisição da terra, também serviu para restringir o acesso à terra pela população negra ex-escravizada e liberta, além da população originária, por temer perder o poder político-econômico-social adquirido mediante o monopólio da terra. Deste modo, o Brasil imperial fez uma escolha política, econômica e social pelo grande latifúndio em detrimento da economia de pequenas propriedades (Nakatani; Faleiros; Vargas, 2012).

Assim, frente ao exposto, pode-se dizer que em decorrência do modelo de gênese e desenvolvimento interno brasileiro basear-se numa desigualdade de investimentos entre as regiões, em paralelo ao modelo de dependência ao mercado internacional, a região Nordeste começa a perder seu protagonismo econômico 20 anos depois da Lei de Terras. Ou seja, tais ações resultaram na perda dos mercados internacionais de açúcar e algodão até 1900 e dos mercados nacionais até 1950 (Galvão, 1997). Paralelo a isso, as indústrias, ainda incipientes, sucumbiram à integração econômica nacional promovida pela inauguração de rodovias que ligavam todo o país, ainda que à época dava-se início às políticas desenvolvimentistas do capitalismo monopolista nos espaços em urbanização.

Nessa direção, infere-se que a crise do latifundiário nordestino, provocada pela perda do mercado internacional e dependência dos programas econômicos do Governo Federal, foi uma das justificativas usadas pelas elites agrárias para atacarem as relações de trabalho e a organização social da produção, objetivando sustentar seus lucros. Em decorrência do poder político-policial anuído pelo Estado, as elites agrárias estabeleceram formas violentas para controlar a mão de obra no campo, incluindo a diminuição dos salários dos trabalhadores, dando origem à superpopulação relativa disponível. Portanto, de acor-

do com alguns estudiosos do tema, a omissão do Estado em relação à população é estruturante na realidade nordestina e, tal fato, vem favorecendo até os dias atuais o controle social pelas próprias elites agrárias, com a continuidade de aspectos do coronelismo (Galvão, 1997; Gorender, 2013).

Sabe-se que o desenvolvimento do capitalismo é intrínseco a separação do indivíduo dos meios de vida e subsistência, além da concentração fundiária. A construção do rural brasileiro é atravessada por essa estruturação fundiária, que se constitui enquanto o núcleo da questão agrária, legando às populações rurais, do campo, das florestas e das águas o desemprego, os conflitos por terra, as degradações humana e ambiental. Dessa forma, a estrutura histórica, social, econômica e política que se relaciona com as diversas populações e comunidades não-urbanas estão diretamente ligadas à questão agrária. No Nordeste, o desdobramento histórico dessa região também está intrinsecamente ligado ao problema da terra.

Compreende-se que os problemas estruturais do campo são expressões do problema agrário, tendo, enquanto marco de expansão, o avanço do capitalismo no campo a partir da década de 1960, com a chamada Revolução Verde. Esta “revolução” caracteriza-se pela modernização tecnológica para o setor agrícola, com políticas governamentais de financiamento, expansão da fronteira agrícola e incentivo à exportação de produtos. O preço para que este avanço de produção capitalista no campo ocorresse foi a perpetuação da concentração fundiária e, por conseguinte, das desigualdades no campo, além da degradação ambiental, fruto do desmatamento e envenenamento químico do solo e água.

A forma como se construiu a modernização da agricultura, principalmente a partir de 1960 com a Revolução Verde, fez com que o processo fosse qualificado de “doloroso” por alguns estudiosos, pois não só expulsou milhares de pequenos produtores, meeiros, posseiros e outros povos tradicionais de suas

terras [...], como também reorganizou as culturas, as formas de plantar e colher segundo uma lógica mercantil. [...] A chamada “modernização do campo”, na realidade, foi a entrada mais incisiva do capital em área rural viabilizada pelo Estado brasileiro. O atual modelo de desenvolvimento agrário foi construído de maneira a beneficiar o capital e, pela configuração política e extensão do território, pode conciliar interesses da oligarquia agrária e dos grandes capitalistas. O resultado desse processo no que diz respeito diretamente aos trabalhadores está nos índices de conflitos agrários existentes, no trabalho assalariado rural extremamente precário ou em condições análogas à escravidão, na pobreza rural e na ausência de cidadania desses segmentos sociais; quando se trata dos povos tradicionais, em especial as diversas etnias indígenas, o destino é ainda pior, pois resultou num verdadeiro genocídio de várias nações (Carmo; Sant’Ana, 2019, p. 150-151).

Assim, não coincidentemente, o período inicial da (Contra)-Revolução Verde coincide com a supressão das Ligas Camponesas pelo golpe empresarial-militar de 1964. As Ligas, fundadas a partir da década de 1955 em Pernambuco, foram o principal movimento de trabalhadores, camponeses e arrendatários do campo nordestino. Estes tinham enquanto pauta de luta a busca por melhores condições de vida e trabalho, reforma agrária e o fim da violência no campo. Além de organizar e politizar os camponeses, as Ligas buscavam promover, entre a população rural, “uma maior consciência de sua exploração de classe”, também elevando tanto o conhecimento das motivações da luta quanto a própria Liga para outros territórios regionais e nacionais (Lima, 2021, p. 66).

Ainda, no primeiro ano de ditadura, foi promulgado o Estatuto da Terra no Brasil, legislação que versa sobre o uso e propriedade das terras. Em uma análise superficial, o Estatuto pode aparentar a defesa da efetivação da reforma agrária, haja vista que prevê a avaliação do uso

social da terra e determina um órgão, atual Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), responsável por implementar a reforma agrária no país. Entretanto, tal legislação vem sendo utilizada para dirimir as movimentações dos trabalhadores rurais, paralelamente ao incentivo ao aumento da produção e produtividade no campo, não diminuindo os níveis de concentração fundiária, pouco representando uma reforma agrária efetiva e eficaz (Almeida, 2019).

Em continuidade, ressalta-se que antes de ter seu governo deposto pelo golpe, João Goulart havia proposto reformas de base, como reformas agrária, educacional, administrativa, tributária e urbana. Apesar de declarar que “desapropriaria, para fins de reforma agrária, as propriedades mal-usadas a até 100 km das margens das rodovias federais” (*Ibid.*, 2019, p. 86), a reforma agrária ficou apenas no campo do discurso. Como resposta às propostas reformistas e no combate ao fantasma do comunismo, o governo de João Goulart é deposto 18 dias depois da declaração, em 31 de março de 1964 e 7 meses antes da substituição da Lei de Terras pelo Estatuto da Terra no Brasil.

Desde o processo de redemocratização do país em 1985, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) analisa os inalterados índices de concentração fundiária no país. Até 2006 o nível de concentração manteve-se praticamente sem mudanças, sofrendo um novo aumento na análise de 2017, quando atingiu 0,867 pontos no índice de Gini, o mais elevado em todo o período (IBGE, 2020). Estes dados demonstram que o Estatuto da Terra não representa um plano de reforma agrária no país, ocorrendo apenas algumas políticas de reordenamento fundiário, com o intuito de limitar as movimentações sociais por reforma.

Assim, infere-se que a concentração de terras, a pobreza, a ausência e/ou atraso na chegada do Estado, os níveis de analfabetismo, adoecimentos, conflitos por terra, entre outras questões, são elementos que constituem as facetas que estruturam a questão agrária no Brasil e, mais especificamente no Nordeste. Tal fato, contribui para que a região concentre a maior proporção de população rural do país, com 26,87% (IBGE, 2011) da população residindo em áreas não-urbanas

e também apresenta graves índices de desigualdades quando comparados a população urbana. Entretanto, ressalta-se que as expressões da questão agrária não se manifestam apenas nos dados negativos da qualidade de vida, mas sobretudo na possibilidade de existência de diversas comunidades tradicionais e povos originários que têm seus territórios sendo invadidos pelo avanço da fronteira agrícola.

É sabido que as disputas por território não ocorrem de forma pacífica, ao contrário, têm-se agravado nos últimos anos com os conflitos violentos. O biênio 2016–2017, marcado pelo Golpe contra o governo de Dilma Rousseff e retomada da direita ao Poder Executivo do país, também se destaca pelo maior registro de assassinatos por conflitos no campo: 64 e 71, respectivamente. Os dados são do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino da Comissão Pastoral da Terra (CPT) publicados em 2021, que analisa anualmente os conflitos por terra, água, trabalhistas e outros de menor incidência, envolvendo garimpos ou resultados da seca.

A partir do período mencionado, anteriormente, também se verificou o aumento dos conflitos no campo, com ocorrências superiores a 1.500 em todos os anos entre 2016 e 2023. Neste último ano foram registrados 2.203 conflitos (CPT, 2024, p. 21), a maior ocorrência na série histórica dos últimos 10 anos. Ou seja, mesmo com o retorno do governo Lula à presidência, os conflitos seguiram crescente. Ou seja, apesar da reaproximação do governo junto aos movimentos sociais, observa-se a continuidade da política de desresponsabilização do Estado em relação à reforma agrária, com a continuidade da política de Titulação de Domínio de lotes assentamentos, incentivando a venda e, portanto, contribuindo com o mercado e especulação de terras (Alentejano *et al.*, 2024).

Nessa direção, pontua-se que o Nordeste é a segunda região com maior concentração de conflitos no campo da última década, com 32% do total, perdendo apenas para o Norte, com 35% (*Ibid.*, 2024). Em 2023 a região Nordeste liderou em número conflitos por água com 71 ocorrências, ficando em segundo lugar em todas as outras violações, a

saber: conflitos por terra (470), violência contra a ocupação e a posse (530), conflitos trabalhistas (63) e violência contra a pessoa (665) (CPT, 2024).

Referente aos dados apresentados de maior incidência dos conflitos no Norte e Nordeste, a Diretoria da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), aponta que

Embora haja queda no total de ocorrências, a base de casos permanece altíssima e revela como o campo brasileiro segue sendo usado como plataforma de valorização e reprodução de um capital que explora, devasta e mata. Acelerando-se a partir de 2019, o desmonte dos órgãos de fiscalização (do trabalho, do desmatamento, da mineração ilegal, do meio ambiente, das atividades predatórias da natureza) certamente vem contribuindo para a manutenção e aumento da violência e da impunidade (ABRA, 2022, p. 26-27).

Entre os estados nordestinos, a Bahia e o Maranhão lideram as ocorrências de violência contra a ocupação e posse da terra (202 e 171) e contra a pessoa (249 e 206), dos conflitos por terra (172 e 170) e por água (34 e 22), empatando na segunda posição apenas em relação aos conflitos trabalhistas, com 13 ocorrências, enquanto o Piauí obteve 14. O estado de Pernambuco também se destaca ao aparecer em terceira colocação em todos os conflitos, com exceção dos conflitos por água e trabalhistas (CPT, 2024).

Nesse caminho destaca-se os altos números na Bahia e Maranhão, exatamente os dois estados que constituem a região de fronteira agrícola do Matopiba, junto aos estados do Tocantins e Piauí. A prática do avanço da fronteira agrícola recebeu incentivo estatal aliado ao capital internacional ainda no Governo Dilma, com a criação da Agência de Desenvolvimento do Matopiba em parceria com o Ministério da Agricultura (Mapa) e com as empresas privadas internacionais *Freedom Partners* e *The Boston Consulting Group* (BRASIL, 2016). Isto é, os es-

tados do Nordeste com os maiores números de conflitos são os que estão “nos *fronts* de expansão/invasão do capital” (Porto-Gonçalves *et al.*, 2022, p. 100), objetivando a produção de *commodities* junto aos latifundiários nacionais e ao capital financeiro internacional. Estas disputas por terra possuem consequências diversas:

A expropriação das comunidades causa pobreza, fome e necessidade de seus moradores se submeterem a condições degradantes de trabalho nas fazendas, muitas vezes análogo à escravidão, ou a migrarem para as cidades. A elevação do desemprego piora as condições habitacionais nas cidades, como resultado da expansão do capital financeiro e especulativo no campo brasileiro (Pitta; Boechat; Mendonça, 2017, p. 176).

Vê-se que a questão agrária restringe o acesso à terra no país e relaciona-se com outras particularidades que estruturam as relações sociais no Brasil, tais quais as questões de gênero e raça. Em boletim emitido pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) em 2022, percebe-se a relação transversal entre as estruturas ao demonstrar que cerca de 65,5% do total da população feminina rural desocupada eram negras, e a proporção entre as desempregadas com domicílio rural era ainda maior, 77,6% do total. Entre as mulheres assalariadas, a desigualdade de gênero se faz presente, com a diferença salarial quando comparada aos homens chegando a 16,2%.

As desigualdades sociais no rural brasileiro, também, podem ser observadas nos dados apresentados pelo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 2010, que avalia a longevidade por saúde, educação e renda. Segundo dados do Boletim Regional, Urbano e Ambiental do Ipea (2019), o IDHM rural nacional foi de 0,586, valor baixo quando comparado ao IDHM urbano de 0,750. Quando observadas por regiões, o rural nordestino apresenta baixo IDHM em todos os estados, mas médio nos espaços urbanos dos estados da Bahia, Piauí,

Maranhão, Paraíba e Alagoas, e alto nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Sergipe (Pereira; Castro, 2019).

No que diz respeito aos indicadores educacionais, ainda existem discrepâncias históricas no meio rural do Nordeste, como evidenciado pelo alto índice de analfabetismo, que ainda é uma realidade para 24,64% da população. Os estados de Alagoas, Piauí e Paraíba se destacam negativamente pelos piores índices no rural, sendo 41,7%, 38,7% e 37,5% respectivamente. Os números da população rural com ensino fundamental completo acima dos 18 anos são baixos nos estados da Bahia (21,8%), Alagoas (20,4%) e Piauí (20,4%) (*Ibid.*, 2019).

Compreende-se, a partir dos dados apresentados, que a expansão da agropecuária e mineral no território nordestino não incidiu no desenvolvimento com qualidade de vida de suas populações. De maneira oposta, o alargamento produtivo correspondeu a regra da sociedade burguesa do capital, na qual o aumento da capacidade produtiva de riqueza possui relação direta e causal com o crescimento da pobreza (Netto, 2001).

3 A Relação entre o Serviço Social e a Questão Agrária

Como já exposto, o problema que constitui a questão agrária é intrínseco ao desenvolvimento do capitalismo e suas manifestações não se restringem ao território ou a aspectos rurais, como o acesso à terra para plantar e trabalhar. Mais do que isso, a questão agrária está relacionada às questões urbana — com a concentração das terras urbanas e especulação imobiliária, por exemplo — e ambiental — com o desmatamento, degradação do solo e envenenamento dos lençóis freáticos, etc. Assim o mundo rural e a questão agrária não são universos à parte da cidade e do urbano. Inversamente, os problemas que constituem a questão agrária possuem rebatimentos na sociedade urbana e, nos aspectos econômicos, relaciona-se com o tipo de industrialização, ao fornecer aportes para que ocorra (Lusa, 2022).

Em relação ao Serviço Social, o problema agrário configura-se enquanto objeto do trabalho profissional em função da sua relação com a questão social. Almeida (2019, p. 19) determina que as questões agrária e social se relacionam enquanto particularidades “no interior de uma totalidade regida pelo capital”. Assim, a relação entre a questão agrária e a questão social, enquanto partes de uma totalidade específica do modo de produção capitalista, correspondem às consequências inerentes ao desenvolvimento desse modelo socioeconômico. Tais consequências, manifestadas nas múltiplas desigualdades sociais, motivam lutas sociais e políticas por parte da classe trabalhadora que, ao se reconhecer enquanto classe explorada, busca por cidadania.

O Estado é então impelido a intervir tanto nas relações entre as classes antagônicas quanto na “organização e prestação dos serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social” através das políticas públicas e sociais (Iamamoto; Carvalho, 2014, p. 84). Reconhece-se que tais políticas emergem da luta social em intensos conflitos entre as classes, estabelecendo direitos, programas e serviços sociais à população. É para a materialização desses serviços que a profissão de Serviço Social emerge. Ao atuar diretamente com a realidade social é imprescindível uma formação profissional que compreenda as relações sociais que a constitui.

O objeto de trabalho, aqui considerado, é a questão social. É ela, em suas múltiplas expressões, que provoca a necessidade da ação profissional junto à criança e ao adolescente, ao idoso, a situações de violência contra a mulher, a luta pela terra etc. Essas expressões da questão social são a matéria-prima ou o objeto do trabalho profissional. Pesquisar e conhecer a realidade é conhecer o próprio objeto de trabalho, junto ao qual se pretende induzir ou impulsionar um processo de mudanças. Nesta perspectiva, o conhecimento da realidade deixa de ser um mero pano de fundo para o exercício profissional, tomando-se condição do mesmo, do conhecimento do objeto junto ao qual incide a ação transformadora ou esse trabalho (Iamamoto, 2000, p. 61).

A questão agrária está presente no cotidiano do trabalho profissional de assistentes sociais ainda que sua conceituação não seja apreendida e suas manifestações, correlatas à questão social, não sejam reconhecidas enquanto facetas do problema agrário. A ausência desse reconhecimento pelo Serviço Social resulta na invisibilização de camadas da sociedade atravessadas pelos agravos da questão agrária, seja mediante atuação direta com as manifestações da estrutura agrária no campo ou escamoteado pelas relações urbanas de onde os embates de classes também se manifestam. Sant'Ana problematiza o não reconhecimento dessa relação apontando que:

as particularidades da questão social resultantes do embate advindo das relações capitalistas na agricultura compõem a questão agrária, e a não apreensão das mediações que a constituem irá inviabilizar uma análise da realidade a partir do mundo do trabalho. O serviço social vai se relacionar com as manifestações singulares resultantes desta problemática como se elas não fossem resultados da luta de classes; o trabalhador ou ex trabalhador será visto a partir da sua condição de usuário, será aquele que não tem comida, saúde, habitação, trabalho [...] (Sant'Ana, 2012, p. 152).

No espaço de formação, as Diretrizes para o Curso de Serviço Social, com base no Currículo Mínimo aprovado em 1996, apresentam fundamentos para guiar uma formação e atuação profissional que compreenda a realidade da sociedade na qual estão inseridas. No 2º art. de seus princípios sobre a formação profissional, as Diretrizes exigem “rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção; e reprodução da vida social” (ABEPSS, 1996, p. 6). É a partir desse processo de formação crítica, que o/a assistente social desenvolverá as competências teórico-metodológicas e ético-políticas necessárias

para, no cotidiano profissional, “compreender e intervir no real a partir de uma perspectiva de totalidade” (Sant’Ana, 2012, p. 148).

Nesta perspectiva, para que se efetive o disposto nas Diretrizes Curriculares, que implicam na “Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país” (ABEPSS, 1996, p. 7), faz-se necessário que toda a categoria do Serviço Social busque por “uma perspectiva de totalidade que permita identificar que a “questão social” é composta por “n” particularidades, muitas advindas da forma como os embates de classes se apresentam na configuração das questões urbana e agrária” (Carmo; Sant’Ana, 2019, p. 154).

Assim, a questão agrária é uma categoria primordial a ser tomada como uma das perspectivas de análise da realidade brasileira para fundamentar a compreensão de como o capitalismo impacta nas relações sociais considerando seus rebatimentos no campo e no urbano a partir da estrutura fundiária e exploração do trabalho.

4 A (In)Visibilidade da Questão Agrária na Formação Profissional em Serviço Social no Nordeste

Inicialmente, cabe sinalizar que o debate sobre a formação profissional em Serviço Social passa, inexoravelmente, pela compreensão que o processo de formação é permeado pela existência de uma dimensão tanto objetiva, quanto subjetiva; é tanto uma formação geral como profissional e política, reafirmando o seu aspecto histórico e social e sua relação com o mundo do trabalho. Nessa direção acrescenta-se, com outras palavras, que profissionalizar, significa formar sujeitos para viverem do fruto do seu trabalho, mas também significa ter clareza que essa inserção desenvolve no sujeito uma identidade sócio-profissional que se constrói pelo partilhamento de regras socialmente pactuadas (Ramos, 2006 *apud* Borges, 2015). Por outro lado, mas na mesma direção, apreende-se que

o termo “formação” tem, portanto, um sentido multidimensional, que ultrapassa os limites estreitos do mundo do trabalho, significando o processo de conscientização através do qual o homem e as mulheres — pela realização de suas qualidades e capacidades (intelectuais, morais, físicas, estéticas) — se situa no conjunto da sociedade e da cultura, aí atuando e participando criticamente (Deluiz, 1995, p. 178, grifo nosso).

Isso significa dizer que se defende, no âmbito da formação profissional em Serviço Social, que o ensino na área não deve se furtar de um processo formativo crítico que situe os educandos sobre o processos de dominação-exploração que caracterizam a formação sócio-histórica brasileira, sem deixar de considerar as especificidades regionais, uma vez que estas são cravejadas de particularidades. Com outras palavras, acrescenta-se que uma formação emancipadora e crítica passa, necessariamente, por um processo de ensino-aprendizagem contextualizado.

Portanto, situar os educandos sobre a questão agrária no Nordeste e trazê-la para a centralidade dos projetos políticos pedagógicos é condição *sine qua non* para uma formação que promove a inclusão e a diversidade, pois é sabido que o Serviço Social ocupa um lugar nos espaços sócio-ocupacionais que tem como centralidade a questão agrária. Nessa direção, defende-se a necessidade de repensar sobre questões epistemológicas e pedagógicas no âmbito das instituições de ensino, e na especificidade da formação em Serviço, frente à necessidade preeminente de valorização, no espaço acadêmico, de um saber contextualizado e de uma formação que possibilite uma crescente e crítica aproximação entre o mundo do trabalho e o mundo da formação.

Correia e Borges (Correia, 2003, p. 22 *apud* Borges, 2015) ao debaterem sobre a relação entre o mundo do trabalho e o mundo da formação, chamam atenção para uma ideia presente nos diferentes segmentos da formação a qual se baseia, entre outros, no “pressuposto de que as situações de formação são exteriores ao exercício do trabalho [...]”. Nessa linha de reflexão expressam:

Esta “exterioridade” temporal e institucional da formação relativamente aos contextos onde se espera que os indivíduos venham a exercer as suas competências constrói-se paradoxalmente, através da institucionalização de uma espécie de isomorfismo estrutural entre a organização pedagógica do campo da formação e estes contextos sociais [...] (Correia, 2003, p. 22 *apud* Borges, 2015).

Neste sentido, apreende-se que a fundamentação teórico metodológica adquirida durante o processo de formação profissional na graduação deva caminhar no sentido de promover competências críticas capaz de qualificar no seu processo de intervenção a dimensão técnico-operativa da profissão, pois uma profissão interventiva exige, com amplamente divulgado na literatura da área, conhecer os sujeitos, o fenómeno, sua cultura, entre outros. Ou em outros termos, para conhecer e intervir sobre o objeto é imperativo conhecer suas determinações, ou seja, os elementos geradores da questão agrária, em sua totalidade, bem como os elementos condicionantes que influenciam ou determinam, uma vez que é sabido que a teoria influencia tanto na direção dos fins com nas buscas dos meios ou ainda, na instrumentalidade da profissão. Ademais, não se pode prescindir de possibilitar aos educandos, no processo de formação, o conhecimento sobre as mediações que perpassam o objeto, a exemplo da política agrária brasileira e suas especificidades na região Nordeste, pois se comprometer em formar profissionais generalistas exige não se abstrair de um forte e sólida formação, assim como deve caminhar para a interação entre os diversos saberes.

Posto isso, cabe afirmar que um dos meios para superar e avançar frente a essa delonga entre os projetos políticos-pedagógicos e saberes contextualizado é por meio da fomentação de pesquisas que possibilitem desvelar a realidade, como um caminho para a construção de uma nova síntese, frente a invisibilidade da questão agrária no curso de Serviço Social da região Nordeste do Brasil.

Assim posto, frisa-se que os achados evidenciam que o curso de bacharelado em Serviço Social está presente em 16 instituições públicas de ensino da região Nordeste, a saber: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE); Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab); Universidade Estadual do Ceará (UECE); na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Universidade Federal da Bahia (UFBA); Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Universidade Federal do Piauí (UFPI); Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Universidade Federal de Sergipe (UFS) e na Universidade de Pernambuco (UPE).

Nestas 16 instituições foram identificados 17 cursos de Serviço Social, pois a UFAL conta com dois cursos de Serviço Social. Entretanto, foram analisados apenas 13 dos 17 totais por ausência de dados da UFCG e UPE, e exclusão do IFCE por se tratar de um instituto e não de uma universidade.

Como resultado, verificou-se que todos os PPCs das instituições de ensino acatam os princípios dispostos nas Diretrizes Curriculares de 1996 propostas pela ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) em seus aspectos teóricos. Tais princípios determinam que a formação profissional de assistentes sociais deve ater-se ao rigor teórico-metodológico para compreensão da realidade social e, portanto, objetivam na estruturação das disciplinas para abarcar as particularidades que constituem as relações sociais e de (re)produção do capital na sociedade brasileira.

Todavia, para a efetivação das diretrizes faz-se necessário a inclusão no escopo das disciplinas e bibliografias sugeridas o arcabouço teórico relativo à totalidade e particularidades da estrutura socioeconômica nacional e regional. Evidenciou-se nas discussões apresentadas

que a questão agrária é essencial para compreender a realidade social que compõem estruturalmente a região Nordeste.

Neste aspecto, a partir da análise dos PPCs e das matrizes curriculares, verificou-se a existência de 12 disciplinas (Tabela 1) ofertadas pelos cursos de Serviço Social que possuem como objetivo principal ou bibliografia complementar a abordagem de algum aspecto da questão agrária e/ou suas manifestações. Destas 12 disciplinas, 7 são obrigatórias, 2 optativas e 2 eletivas. Das ementas das disciplinas obrigatórias, presentes em 7¹ das 13 instituições de ensino, estas dedicam-se às transformações históricas e socioeconômicas com a invasão do capitalismo no campo a partir do movimento de modernização conservadora no século XX. Visam abordar os movimentos sociais de trabalhadores rurais, a concentração fundiária desde o período colonial e a relação entre questão agrária, urbana e ambiental.

Quadro 1 - Disciplinas que abordam a questão agrária nos cursos de Serviço Social no Nordeste

Disciplina	Universidade	Tipo de oferta
Formação Sócio-Histórica do Nordeste e do Piauí	UFPI	Obrigatória
Movimentos Sociais e Serviço Social	UFS	Obrigatória
O Mundo Rural e o Serviço Social	UFPE	Eletiva
Questão Agrária	UERN	Optativa
Questão Agrária e Urbana no Brasil	UFRN	Obrigatória
Questão Agrária no Brasil	UFPB	Optativa
Questão Ambiental e Políticas Públicas	UFMA	Optativa
Questão Social Urbana e Rural	UECE	Obrigatória
Questão Urbana e Rural	UNILAB	Obrigatória
Seminário de Políticas Sociais Setoriais	UFAL	Obrigatória
Serviço Social e Questão Social I	UFMA	Obrigatória
Tópicos Especiais em Questão Agrária no Brasil	UEPB	Eletiva

Fonte: Elaboração das autoras, 2024.

¹ UFMA, UFAL, UNILAB, UECE, UFRN, UFPI e UFS.

Os dados revelam que as disciplinas optativas, presentes em 3² das 13 instituições, objetivam discutir o desenvolvimento da questão agrária no Brasil, considerando também aspectos regionais e sua relação com a questão ambiental. Já, ambas, as disciplinas eletivas³ possuem como ementa a formação do rural brasileiro, estabelecendo relações entre o Serviço Social e os conflitos no campo. Os cursos da UFBA e UFRB foram os únicos a não ofertar disciplinas, sejam obrigatórias ou optativas, sobre a questão agrária e suas manifestações. Tal evidência apresenta uma contradição frente à necessidade de uma formação baseada em saberes contextualizados e que preze por trazer à tona as particularidades que determinam o objeto de intervenção da profissão, uma vez que a Bahia está no *ranking* dos Estados com os maiores conflitos agrários, como aqui, já apontado.

Logo, constata-se que ainda que os PPCs comunguem teoricamente com os princípios determinados pela ABEPSS ao se tratar da questão agrária, mas apenas 53.84% das universidades pesquisadas implementaram obrigatoriamente o estudo da temática na grade curricular da graduação. Em linhas gerais, evidencia-se a necessidade de maiores esforços de aproximação das universidades públicas do Nordeste aos aspectos da realidade histórico-social de contextos não-urbanos da região, pois nas análises dos PPCs percebeu-se que não é proposto quaisquer discussões sobre esses contextos em outras disciplinas.

Ademais, sabe-se que a citação de disciplinas nos PPCs não incide necessariamente na sua implementação ao longo da graduação. Isto porque sua oferta depende da disponibilidade de professores, das preferências quanto aos assuntos tidos como relevantes para serem abordados no processo de ensino-aprendizagem da instituição e seu direcionamento político. Ou seja, apenas nos cursos que possuem as disciplinas sobre questão agrária de forma obrigatória é que se poderia afirmar que a temática vem sendo abordada.

² UERN, UFMA e UFPB.

³ UEPB e UFPE.

Os cursos do estado da Bahia destacam-se pela não oferta de disciplinas pelos departamentos de Serviço Social que abordem a questão agrária, apesar de, como se demonstrou anteriormente, o estado baiano possuir a maior densidade populacional rural e liderar os índices de conflitos no campo. Neste aspecto, o processo formativo acaba tratando o trabalho na sua perspectiva urbana, desconsiderando os problemas da questão urbana inerentes à questão agrária, tal qual a especulação imobiliária. A ausência de discussões sobre o processo histórico e a atual configuração da questão agrária resulta na insuficiência da apreensão das particularidades da realidade social no qual os usuários dos serviços estão inseridos. Ianni (1984, p. 246 *apud* Lusa, 2012, p. 97) determina como fator da invisibilidade do rural no Brasil, que “na escala da cidadania — e no Brasil há uma larga escala de cidadãos de primeira, segunda e diversas outras classes — o trabalhador rural está sempre nos últimos lugares”.

Ressalta-se, ainda, que a ausência de aprofundamento sobre esse público, pautada também em sua participação social, pode incidir na reprodução de estereótipos sociais baseados em uma construção da identidade social a partir dos setores dominantes. Ou seja, muitas vezes indivíduos deixam de buscar por direitos por serem colocados em situação de subalternidade e invisibilidade, adotando ao silenciamento imposto enquanto parte da identidade do seu ser social. Nesta perspectiva, Castells (1999, p. 23 *apud* Perico, 2009, local. 38) expõe que “as identidades também podem ser formadas a partir de instituições dominantes. Só assumem essa condição quando e se os autores sociais as internalizam, ao construir seu significado com base nessa internalização”.

Portanto, contemplar as singularidades dessas populações, principalmente com as conquistas dos movimentos sociais de trabalhadores(as) rurais, é construir uma formação que considere a importância delas sem menosprezar o território social de onde residem a partir do qual formam seus modos de ser. Neste aspecto, as pesquisas são fundamentais para conhecer os fenômenos sociais, suas transformações

e seus impactos na vida em sociedade. Na área das ciências sociais aplicadas, as pesquisas também são essenciais para promover embasamento para formulação de políticas públicas. No caso do Serviço Social, as pesquisas proporcionam reflexões teórico-metodológicas e comunicam o compromisso com a atuação profissional nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, atendendo às diferentes demandas.

Entretanto, os dados revelaram que em relação à existência de grupos de pesquisas e extensão somente a UEPB e a UFAL possuíam projetos de extensão e pesquisa durante o período de levantamento dos dados. A UEPB com o projeto de extensão intitulado “Ação Cultura Camponesa: Núcleo de Estudos Rurais” e a UFAL o Grupo de pesquisa e extensão denominado “Estado, Direito e Capitalismo Dependente” e a linha de pesquisa “Capitalismo dependente, questão agrária e movimentos sociais”.

Isto é, não apenas a perspectiva histórica da questão agrária no processo de formação da sociedade brasileira está presente no processo formativo, como sua atualidade segue sendo negligenciada, não sendo objeto de pesquisa e articulação com as diversas camadas da sociedade em 84% dos cursos de Serviço Social em universidades públicas do Nordeste.

Ressalta-se positivamente a estrutura curricular do curso de Serviço Social da UFMA, que continha duas disciplinas relacionadas à questão agrária. Sendo uma obrigatória denominada “Serviço Social e Questão Social II” e a disciplina optativa nomeada “Questão Ambiental e Políticas Públicas”. A primeira busca relacionar questão agrária e social a partir do desenvolvimento do capitalismo no campo, com aspectos particulares da realidade maranhense. A segunda, visa problematizar a relação entre as desigualdades sociais e as questões ambientais, inserindo nesta análise os movimentos sociais.

Como demonstrado anteriormente, o Maranhão é um dos estados com maior ocorrência de conflitos no campo, em que a violência é um dos indicativos de como a questão agrária estrutura as relações sociais. O compromisso do curso com o ensino acerca da atualidade da ques-

tão agrária possibilitou que esta fosse colocada na ordem do dia dos TCCs (Tabela 2) do curso, em contraposição às demais universidades. Assim, entre o período de 2008 a 2022 foram produzidos 11 trabalhos que abordam diretamente a questão agrária ou suas expressões, como os movimentos dos trabalhadores rurais, a precarização do trabalho rural, sindicalismo rural, a relação entre questão agrária e o Serviço Social e a relação campo-cidade.

Quadro 2 - TCCs sobre questão agrária nos cursos de Serviço Social do Nordeste de 2010 a 2023

Autoria	Título	Universidade
ASEVEDO, Keith Fernanda Brito de	As margaridas vão à luta: resistência, mobilizações e reivindicações dos trabalhadores rurais do Maranhão.	UFMA
AZEVEDO, Thaise Cristina Gomes	O bairro Maracanã no município de São Luís/MA e a relação campo-cidade	UFMA
BARBOSA, Hayanne Roseline Oliveira	“Aqui não tem nada”: movimento pendular do campo à cidade na expropriação de trabalhadores da Comunidade de Capela (Ceará-Mirim/RN)	UFRN
BATISTA, Ederson Breno da Silva	A atuação da burguesia agrária brasileira e a consolidação do poder político e econômico do agronegócio	UFRN
CAMPOS, Ayana Curvelo Pinheiro	Os CBAS e a questão agrária: aproximações, dilemas e contradições	UFBA
CAMPOS, Felipe	Formação da classe camponesa e marcos regulatórios da terra no Brasil: um esboço da luta de classes no campo	UFBA
CASTRO, Juliana	O serviço social no enfrentamento da questão agrária no MST	UFMA
COELHO, Camila Villça	O Movimento das Mulheres Rurais no povoado de Nova Esperança na Bahia	UFBA
CORDEIRO, Krishna Melania Santos.	Organização e autonomia da luta dos trabalhadores do campo no Brasil: um estudo sobre o MST com o PT no governo do país	UFMA
CRUZ, Angell de Melo	Sindicalismo rural e a memória de Margarida Maria Alves no município de Lagoa Grande - PB	UEPB
DINIZ, Leandro Almeida	Questão agrária e Serviço Social: uma abordagem sobre o XV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social - ENPESS	UECE
LIMA, Letícia Camila Santos	Agricultura Familiar em questão, o caso do Projeto de Assentamento Rural Padre Josimo, em Presidente Vargas/MA	UFMA

Autoria	Título	Universidade
LIMA, Vítor Matheus Canuto de	Agenda agrária do Banco Mundial e a reforma agrária de mercado: uma análise necessária	UFRN
MELO, Núbia Rafaela do Nascimento Silva; FAUSTINO, Paloma Rafaelle de Lima	Mulheres trabalhadoras rurais do Sertão Central de Pernambuco nos espaços de organização social: amarras e conquistas contra o patriarcado	UFPE
MONTENEGRO, Davi Gomes	“A crise agrária” de Alberto Passos Guimarães	UFBA
MORAIS, Ana Clea Paiva	A relação entre questão agrária e serviço social: uma abordagem a partir do ENPESS	UFBA
PAIVA, Ana Teresa Santos	Da cancela da fazenda para os hospitais: O trabalho no campo e as implicações na saúde dos trabalhadores rurais.	UFBA
REGO, Juliana Oliveira	IGREJA EM SAÍDA: a Comissão Pastoral da Terra e os conflitos agrários no Maranhão na última década	UFMA
ROCHA, Maricleide Cutrim	Sindicalismo Rural em Questão: o caso do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Pinheiro - MA (STTR-PHO)	UFMA
SÁ, Distaine Sousa de	A questão agrária na produção científica do Serviço Social	UFS
SANTOS, Nilma Angelica dos	Da casa aos sindicatos e associações: mulheres trabalhadoras rurais de Brejo-MA construindo sua participação política frente à expansão do monocultivo da soja	UFMA
SILVA, Ana Beatriz Martins	A relação Serviço Social e Movimentos Sociais: o trabalho do assistente social no Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST)	UFMA
SILVA, Aylana Cristina Rabelo	Serviço Social e Questão Agrária: possibilidades e desafios na efetivação do Projeto Ético Político na FETAEMA	UFMA
SILVA, Marilene Salete dos Santos	Questão agrária, relações de gênero e MST: os desafios das mulheres em participar das instâncias políticas organizativas no assentamento Novo Horizonte/AL	UECE
SILVA, Taiane Macêdo	A Relação entre Questão Agrária e o Serviço Social: uma análise dos textos publicados no ENPESS 2014	UFBA
SOUSA, Francisca Geneide de	Desertificação, questão agrária e questão social no assentamento Rodeador no município de Irauçuba-CE	UECE
SOUSA, Luiza Carvalho Pereira	A saúde do trabalhador rural e a precarização do trabalho: um estudo sobre o município de Chapadinha - Maranhão	UFMA
VIEIRA, Claudimir Gultarte	A questão agrária piauiense: a formação social do campesinato e as relações capitalistas de trabalho	UECE

Fonte: Elaboração das autoras, 2024.

Na UECE, que também dispõe de disciplina obrigatória sobre a questão agrária, foram identificados 4 TCCs produzidos na última década (2010-2020). Esses trabalhos focaram em aspectos diversos da questão agrária: sendo elas produções do XV ENPESS, a transversalidade com a questão de gênero de mulheres assentadas do MST, a relação com as questões ambiental e social e organização de movimentos sociais rurais. No caso da Unilab, que também está presente no território cearense, nenhum Trabalho de Conclusão de Curso foi identificado por se tratar de um curso novo que ainda não graduou turmas.

No estado da Bahia, que divide com Maranhão os altos índices de conflitos no campo, apenas na UFBA foram registrados trabalhos sobre a questão agrária. Entre os anos 2013 a 2023, apenas 7 trabalhos de conclusão foram apresentados, representando um saldo positivo apesar da não ocorrência de disciplinas e projetos de pesquisa voltadas à temática. No caso da UFRB, apesar de estar localizada no interior baiano, não foram identificadas quaisquer produções sobre ou relacionadas à questão agrária.

Foram identificados apenas um trabalho nas federais de Sergipe, Rio Grande do Nordeste e estadual da Paraíba. No primeiro, o trabalho investigou as produções sobre questão agrária no Serviço Social; no segundo, a transversalidade da questão de gênero com trabalhadoras rurais; e, no último, o sindicalismo rural. A coleta de dados foi realizada tanto nos espaços documentais virtuais dos cursos quanto nos Repositórios Institucionais. Assim, seja por falta de divulgação da produção científica ou pela inexistência desta, não foram identificadas outras produções nos cursos pesquisados.

As disciplinas que abordam a questão agrária nos PPCs e matrizes curriculares são otimistas quanto a não invisibilização completa da temática. O debate sobre a questão agrária é indispensável para compreender como o capitalismo se desenvolveu no Brasil e como as questões de gênero e raça nos espaços não-urbanos e urbanos também são afetadas pelas manifestações que constituem o problema agrário brasileiro.

Assim, avalia-se como primordial que o atendimento das demandas profissionais e a realização de pesquisas, dentro e fora da academia, suscitem a apreensão das particularidades históricas e socioeconômicas que constituem o Brasil e suas regiões. Os atuais movimentos político-econômicos promovidos no Legislativo pela Bancada Ruralista são exemplos de como este problema é sobretudo político, com os deputados e senadores que a compõe atacando rotineiramente a política de reforma agrária, a demarcação de terras para povos indígenas e comunidades tradicionais, às políticas de proteção ambiental e os direitos trabalhistas rurais.

5 Considerações Finais

De certo modo, podemos assumir que tanto a questão agrária quanto a questão social e o próprio Serviço Social emergem a partir de necessidades inerentes ao desenvolvimento do capitalismo, desde a concentração fundiária até o pauperismo e os movimentos da classe trabalhadora reivindicando seus direitos civis, políticos e sociais. No Brasil, que nunca passou por uma reforma agrária, os elementos que constituem a questão agrária assumem certa centralidade no estabelecimento do modo de produção capitalista, desde a contribuição à acumulação primitiva europeia e brasileira, até o processo de urbanização.

A história e os dados do Nordeste demonstram como a questão agrária se configura enquanto uma característica que estrutura e atravessa as relações sociais, com rebatimentos diversos na vulnerabilização das condições de vida das populações urbanas e, principalmente, não-urbanas. Apesar dos impactos sociais, econômicos, políticos e culturais, o Serviço Social ainda não acompanha as discussões publicadas por outras áreas de conhecimento, tampouco realiza maiores contribuições sobre a própria atuação profissional relacionada às manifestações da questão da agrária, deixando a população rural à margem do arcabouço teórico-metodológico e, por conseguinte, da atuação profissional.

Com base nas análises realizadas, ficou perceptível quanto a continuidade da invisibilidade histórica da questão agrária na formação acadêmico-profissional em Serviço Social. Tal fato, inexoravelmente, representa um distanciamento entre o mundo da formação e o mundo do trabalho ressoando na atuação profissional, uma vez que é sabido que o exercício diário e cotidiano é atravessado pela questão agrária, estejam elas ambientadas no rural ou no urbano, pois a questão agrária não diz respeito apenas a conflitos agrários, mas também à própria dinâmica histórica de constituição e desenvolvimento do capitalismo no país. Como aqui já ressaltado, e, portanto, a sua ausência, também terá rebatimentos na compreensão da totalidade das relações sociais no Brasil dificultando a apreensão e a intervenção sobre como ela se manifesta nas singularidades da vida dos sujeitos que são usuários das ações profissionais dos/as assistentes sociais.

Referências

ALENTEJANO, Paulo *et al.* Ruptura política e contrarreforma agrária: geografia dos conflitos no campo brasileiro. *In*: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo Brasil 2023**. Goiânia: CPT Nacional, 2024. p. 24-36.

ALMEIDA, José Amilton de. **A unidade estrutural entre questão agrária e questão social no capitalismo brasileiro**. Orientadora: Cristina Simões Bezerra. 2019. 131 f. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/9917>. Acesso em: 12 ago. 2023.

ANDRADE, Sandra M. C. de. A questão agrária no Nordeste. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, n. 11. v. 2. 1997. Disponível em: http://produtos.sea-de.gov.br/produtos/spp/v11n02/v11n02_13.pdf. Acesso em: 05 jul. 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL — ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em: 14 set. 2024.

BORGES, Josefa Lusitânia de J. **Saúde da família e formação médica no Brasil e Portugal**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2018.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pesca e Abastecimento. **Dilma e Kátia Abreu anunciam criação da Agência de Desenvolvimento do Matopiba**. 12 mai. 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/dilma-e-katia-abreu-anunciam-criacao-da-agencia-de-desenvolvimento-do-matopiba>. Acesso em: 12 out. 2024.

CARMO, Onilda A.; SANT'ANA, Raquel S. Questão social e o debate do urbano e do rural: os desafios dos tempos atuais. In: SOUZA, Edvânia Â. de.; SILVA, Maria L. de O. e. (org.). **Trabalho, Questão Social e Serviço Social: a Autofagia do Capital**. São Paulo, Cortez, 2019.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA — CPT. **Conflitos no campo Brasil 2023**. Goiânia: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino , CPT Nacional, 2024.

DELUIZ, Neise. **Formação do trabalhador: Produtividade & cidadania**. Rio de Janeiro: Shape Editora, 1995.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS — DIEESE. **Boletim Especial: A inserção das mulheres no mercado de trabalho**. 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/mulheresRurais2023.html>. Acesso em: 20 set. 2024.

DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REFORMA AGRÁRIA — ABRA. Violência, desmonte de políticas públicas e pilhagem dos territórios: o projeto nacional atual para o campo brasileiro. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA — CPT. **Conflitos no campo Brasil 2021**. Goiânia, Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, CPT Nacional, 2022. p. 24-31

GALVÃO, Olímpio J. de A. Aspectos do desenvolvimento do Nordeste: das suas elites agrárias e da sua integração tardia na economia nacional. **Ciência & Trópicos**, v. 21, n. 2, 1993. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/540>. Acesso em: 15 jul. 2024.

GOENDER, Jacob. Gênese e desenvolvimento do capitalismo brasileiro. In: STÉLIDE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990**. v. 6, 1ª ed. São Paulo, Expressão Popular, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3ª ed. São Paulo, Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41ª ed. São Paulo, Cortez Editora, 2014.

IBGE. **Atlas do espaço rural brasileiro**. 2ª ed. Rio de Janeiro, 2020.

IBGE. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2011.

LIMA, Maria do Socorro de Abreu e. As ligas camponesas e seu impacto político na Região Nordeste. In: MOTA, Ana Elizabete; VIEIRA, Ana Cristina; AMARAL, Angela (org.). **Serviço Social no Nordeste: das origens à renovação**. São Paulo, Cortez Editora, 2021.

LUSA, Mailiz Garibotti. **A (in)visibilidade do Brasil rural no Serviço Social: o reconhecimento dos determinantes a partir da análise da mediação entre a formação e o exercício profissional em Alagoas**. Orientadora: Maria Carmelita Yazbek. 2012. 400 f. Tese (Doutorado) – São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17616>. Acesso em: 10 ago. 2024.

LUSA, Mailiz Garibotti. Serviço Social e questão agrária no Brasil: notas para um debate necessário. **Serviço Social em Revista**, Brasília, v. 25, n. 1, p. 84-105, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/44001>. Acesso em: 15 out. 2024.

NAKATANI, Paulo; FALEIROS, Rogério Naques; VARGAS, Neide César. Histórico e os limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira. **Serviço Social & Sociedade**., São Paulo, n. 110. p. 213-240, abr./jun. 2012.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**. Brasília, ano 2, n. 3, p. 9-30. jan./jul. 2001.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método da teoria social. In: CFESS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, CFESS/ABEPSS, 2009.

PEREIRA, Evelyne Medeiros. A questão regional e o Nordeste no desenvolvimento do capitalismo brasileiro. In: MOTA, Ana Elizabete; VIEIRA, Ana Cristina; AMARAL, Angela (org.). **Serviço Social no Nordeste: das origens à renovação**. São Paulo, Cortez Editora, 2021.

PERICO, Rafael Echeverri. **Identidade e território no Brasil**. Brasília, IICA, 2009.

PITTA, Fábio T.; BOECHAT, Cássio A.; MENDONÇA, Maria L. A produção do espaço na região do MATOPIBA: violência, transnacionais imobiliárias agrícolas e capital fictício. **Estudos Internacionais**. Brasília, v. 5, n. 2, p. 155-179, 2017. Disponível em: <http://doi.org/10.5752/P.2317-773X.2017v5.n2.p155>. Acesso em: 20 ago. 2024.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter *et al.* Expropriação, Violência e R-existência: uma geografia dos conflitos por terra no Brasil (2021). *In*: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA — CPT. **Conflitos no campo Brasil 2021**. Goiânia, Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, CPT Nacional, 2022. p. 86-102

SANT'ANA, Raquel Santos. **Trabalho bruto no canavial**: questão agrária, assistência e serviço social. São Paulo, Cortez Editora, 2012.



CAPÍTULO 5

A CIBERCULTURA E A POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA PÓS-GRADUAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DIGITAL PARA DIVERSIDADE

Isabelle Pinto Mendonça
Maria Helena Santana Cruz

1 Introdução

No cenário da pós-modernidade a comunicação, a tecnologia e a sociedade são pilares de uma nova cultura vigente no mundo contemporâneo, cujos avanços tecnológicos e as constantes novidades de informações vão transformar o pensamento social, as inter-relações humanas e impactar na busca de diferentes formas de viver e interagir com o mundo. Assim, a educação continuada no nível de pós-graduação representa um importante caminho para repensar o sistema cultural vigente e fazer fluir os novos sentidos para produção de conhecimentos conectados com as inovações tecnológicas e com as necessidades da sociedade na atualidade.

O estudo objetiva refletir sobre inclusão digital e política de ações afirmativas na pós-graduação no cenário da cibercultura. Parte-se dos fundamentos apresentados nas obras de: Pierre Lévy (1999) e André Lemos (2002) para embasar a reflexão a respeito da desigualdade no Brasil, diversidade e inclusão digital.

A cibercultura é um fenômeno que se expressa com a cultura digital, é difundida com o advento da internet, da globalização e ganha evidência com a formação do ciberespaço. A relação da cibercultura com a Educação é potencializada pela internet que interconecta a diversidade de pessoas e conhecimentos em redes, transcendendo as barreiras

de tempo-espaço, democratizando o acesso à informação, incluindo e colocando os indivíduos como protagonistas do processo de formação, à medida que estes figuram como produtores e consumidores do ciclo frequente do conhecimento.

Nesse contexto a Política de Ações Afirmativas no Ensino Superior é um instrumento de promoção da inclusão e da diversidade, cujos critérios do acesso e permanência precisam ser debatidos, pois, frente a um cenário de contínua evolução implica também nas condições de acesso as ferramentas adequadas para efetivar um processo de educação que capacite os estudantes para enfrentar os desafios da cibercultura.

Metodologicamente, foi priorizada a abordagem qualitativa e a pesquisa bibliográfica aplicando-se o método da análise de conteúdo, conforme proposta de Bardin (1977). Inicialmente procedeu-se a leitura dos livros de Pierre Lévy (1999) e André Lemos (2002), por conseguinte foi realizada a etapa da codificação, depois a categorização, sendo destacadas duas categorias: inclusão digital e diversidade. Utilizou-se também dados estatísticos de pesquisas realizadas pelos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.BR). Por fim fez-se a inferência e realizou-se um paralelo entre o conteúdo das obras analisadas e o histórico da política de ações afirmativas na pós-graduação para identificação dos sentidos e construção da reflexão. Assim foi possível concluir que os fundamentos da cibercultura estão postos como um cenário para a rede digital, constituindo o ciberespaço como espaço de fluxos contínuos cujos conhecimentos se processam seguindo o movimento dialético da evolução tecnológica. Contudo a desigualdade digital emerge como um obstáculo a ser enfrentado para inclusão da diversidade na cibercultura. Para tanto, a Educação tem o potencial de construir e fortalecer os caminhos para o alcance da cidadania e da emancipação na era digital.

2 Sobre a Cibercultura e a Política de Ações Afirmativas na Pós-Graduação

Na obra de Lévy (1999) analisou-se sobre a cibercultura e seus fundamentos. E na obra de André Lemos (2002), o enfoque esteve no contexto da globalização, também no acesso da informação por meio dos recursos tecnológicos. O foco da análise realizada recaiu sobre o conhecimento que está em movimento contínuo, por isso, o papel da Educação faz-se essencial no tocante a estruturação, compreensão e organização das formas de aquisição, desenvolvimento e propagação do conhecimento no contexto da cultura digital.

2.1 A Cibercultura

O desenvolvimento dos meios de comunicação e as inovações tecnológicas advindas com os usos da internet possibilitou uma conexão em rede e um sistema cultural que tem como base novos valores e modos da sociedade se relacionar em um mundo globalizado.

Conceitualmente a cibercultura refere-se ao “[...] conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço” (Lévy, 1999, p. 17). O ciberespaço trata-se tanto de uma infraestrutura em que se desenvolve a cibercultura, como também de espaço digital que possibilita a conexão global de comunicação entre pessoas e informações em rede.

Lévy (1999) percebe o ciberespaço como um labirinto móvel, em expansão e sem um plano possível para explicar a ideia do universal, ou seja, que não teria um sentido único. O autor chama “essa universalidade desprovida de significado central, esse sistema da desordem, essa transparência labiríntica, [...] de ‘universal sem totalidade’” (Lévy, 1999, p. 111). Ademais, pontua que a universalidade do ciberespaço não é neutra, pois o processo de interações e interconexões traz implicações na vida em sociedade, como por exemplo, na esfera econômica, política e cultural.

O marco da primeira revolução ecológica das mídias, que representou uma revolução da comunicação, possibilitou a ultrapassagem da cultura e tradição da oralidade para a escrita. As mídias de massa: imprensa, rádio, cinema, televisão dão continuidade a linhagem cultural do universal totalizante iniciado pela escrita, pois a mensagem passou a ser lida, vista, ouvida e direcionada aos receptores, cujas habilidades de interpretar despertaram um plano cognitivo e emocional da comunicação (Lévy, 1999).

Assim, o ciberespaço compreende um movimento social, com prática de comunicação interativa, recíproca, comunitária, como horizonte de um mundo virtual vivo e totalizável em que cada indivíduo participa e contribui. E a cibercultura é norteadada por três princípios básicos: a interconexão, a criação de comunidades virtuais e a inteligência coletiva. Enquanto a cibercultura refere-se ao universal sem totalidade, o ciberespaço, além da infraestrutura, também abarca a diversidade de informações, indivíduos em rede, os quais são responsáveis por produzir, consumir e alimentar a internet (Lévy, 1999).

Assim o ciberespaço e a cibercultura não tem um lugar fixo, um ambiente específico que lhes sejam característicos, logicamente que as máquinas representam a estrutura e o canal que possibilitam o uso internet e a rede de conexão, contudo, a cibercultura é um conceito que transcende esses aspectos, uma vez que conectam-se a lógica de fluidez, de dinamicidade, de virtualidade, potencialidades e interações, estando para além do sentido de territorialização ou delimitação espacial. O ambiente da internet é nesse aspecto plural, amplo e apresenta uma série de possibilidade, as quais impactam positivamente e negativamente na vida das pessoas em sociedade.

A cibercultura produz uma nova relação com o espaço, o tempo, a sociedade e a educação. Lévy (1999, p. 144) explica que “qualquer reflexão sobre o futuro dos sistemas de educação e de formação na cibercultura deve ser fundada em uma análise prévia da mutação contemporânea da relação com o saber”. Apresenta como primeira constatação a velocidade do surgimento e de renovação dos saberes

e como segunda diretriz: a constatação a respeito da nova natureza do trabalho, em que o conhecimento não para de crescer. Por conseguinte, revela como terceira constatação: que o ciberespaço suporta tecnologias intelectuais que amplificam, exteriorizam e modificam numerosas funções cognitivas humanas: memória, imaginação, raciocínio que favorecem novas formas de acesso à informação, como por exemplo, os hipertextos, novos caminhos para desenvolvimento do raciocínio e apreensão do conhecimento.

Também, Lévy (1999) fala de um saber fluxo e sinaliza sobre duas grandes reformas necessárias nesse campo: em primeiro lugar o acolhimento do ensino de Educação a Distância (EAD) com inserção de hipermídias, redes de comunicação interativas e outras tecnologias intelectuais do campo da cibercultura. A segunda reforma diz respeito ao reconhecimento das experiências adquiridas, de maneira que o poder da aprendizagem não fica centralizado na instituição da escola ou universidade, mas em todo lugar, sendo que a aprendizagem tem o potencial de acontecer em rede e o professor, de assumir o papel de animador da inteligência coletiva (Lévy, 1999).

Destaca-se desse contexto, um exemplo importante em que Lévy considera sobre o ciberespaço, a cidade e a democracia eletrônica, considerando sobre as cibercidades ou cidade digital de Amsterdã, cujos serviços gratuitos e disponíveis na internet, desempenham o papel de sensibilizar os dirigentes econômicos e políticos para as novas aberturas de possibilidades sobre uma comunicação global, em grande escala, com uma palavra de ordem e implícita, como uma espécie de valor: o acesso é para todos, subtendendo assim a luta contra a exclusão e os desequilíbrios entre info-ricos e info-pobres (Lévy, 1999). Ademais, sinaliza um certo mal-estar no tocante a questão da “duplicação das formas institucionais habituais no ciberespaço” (Lévy, 1999, p. 188) que a seu ver não podem se tornar uma política geral das relações entre o ciberespaço e o território.

Outro exemplo relevante indicado por Lévy (1999) refere-se à substituição, em que argumenta que “os novos instrumentos de tra-

balho cooperativo online permitem a participação na vida econômica internacional a partir da sua própria casa ou de centros locais de onde, para grande número de atividades, não sendo necessário deslocar-se fisicamente (Lévy, 1999, p. 189). A seu ver, o referido raciocínio tende a se estender as universidades e as unidades de formação profissional de modo que sejam criadas as teleuniversidades. Nesse sentido a substituição seria uma forte tendência que acompanha o conceito de desterritorialização.

Nesta perspectiva, o autor André Lemos (2002), no livro de título: “Cibercultura: Tecnologia e vida social na cultura contemporânea”, explica sobre a condição pós-moderna e a cibercultura, indicando cronologicamente que “a ideia de pós-modernidade aparece na segunda metade do século XX com o advento da sociedade de consumo e dos mass media, associados a queda das grandes ideologias modernas e de ideias centrais como história, razão, progresso” (Lemos, 2002, p. 67). Também, o autor explica que “pós-modernidade é a expressão do sentimento de mudança cultural e social correspondente ao aparecimento de uma ordem econômica chamada de pós-industrialismo”.

Lemos (2002, p. 72), considera que “a pós-modernidade é o terreno de desenvolvimento da cibercultura. Ela se caracteriza por uma condição sociocultural [...], instituindo uma nova forma de relação espaço-temporal.” Também diferencia a modernidade da pós-modernidade, indicando que na primeira há uma linearidade quanto ao tempo e a segunda envolve a “[...] compressão do espaço e do tempo, onde o tempo real (imediato) e as redes telemáticas, desterritorializam (desespacializam) a cultura, tendo um forte impacto nas estruturas econômicas, sociais, políticas e culturais.

Em um resgate histórico faz-se importante indicar a respeito do ambiente comunicacional contemporâneo, considerando que as “novas tecnologias de comunicação (NTC) tiveram seu boom, não no século XX, [...], mas no século XIX” (Lemos, 2002, p. 72). Nessa diretriz datas importantes são apontadas por Lemos (2002) para indicar a evolução das tecnologias:

Será no século XIX que diversas inovações mediáticas aparecerão, a começar em 1837 com o telégrafo elétrico, o telefone em 1875, o telégrafo por ondas hertzianas em 1900 e um ano antes, o cinema. Em 1964, o primeiro satélite de comunicação, o Telsat, revoluciona nossa visão de mundo e instaura um espaço de informação cobrindo todas as áreas do planeta¹²⁰. A grande novidade do século XX será as novas tecnologias digitais e as redes telemáticas¹²¹. O que chamamos de novas tecnologias¹²² de comunicação e informação surge a partir de 1975, com a fusão das telecomunicações analógicas com a informática, possibilitando a veiculação, sob um mesmo suporte - o computador -, de diversas formatações de mensagens (Lemos, 2002, p. 73).

A revolução digital trouxe novos recursos de interatividade e comunicação em que emergem hipermídias¹, tais como: vídeos, mensagens instantâneas, áudios, sons, links, textos, conexão e interatividade entre pessoas, recursos, sistemas culturais, integrando de modo global, diferentes formas de ser e pensar, abarcando a diversidade. Contudo, “pensar essa nova forma de comunicação exige esforços teóricos consideráveis [...]” (Lemos, 2002, p. 73). Esse fato implica em desafios quando refletido em um contexto de desigualdades, sobretudo se pensado em condições de desigualdades ocasionadas pelo sistema capitalista.

Compreende-se, porque a cibercultura constitui-se como um novo campo conceitual que vai integrar uma gama de saberes, dedicando-se a estudar novas práticas sociais e novos hábitos que a so-

¹ “Neste cenário, não apenas no campo educacional, mas em toda a sua dimensão espacial/global, a hipermídia passou a ser a linguagem do ciberespaço e da cultura em movimento constante e evolutivo, em que seus valores se reafirmam, pressupondo um mundo de operações, funções e significações diferenciadas, vividas e experienciadas pelas pessoas. Ela possui como anteparo uma série de mídias alocadas num mesmo suporte e apresenta, através dessa união, uma personalidade diferente, repleta de interatividade, caminhos e opções para os seus adeptos e/ou usuários. Dessa forma, compõe-se como um “mix” de linguagens, unindo várias mídias que se complementam, sustentando-se como linguagem híbrida [...]” (França, 2009, p. 58).

cidade desenvolve em suas relações sociais, tendo as tecnologias como mediação, ou seja, os caminhos que a sociedade vem percorrendo integrado ao uso das tecnologias, com produção novos costumes, sentidos, novas formas de se comunicar, produzir e propagar conhecimento.

2.2 A Política de Ações Afirmativas na Pós-Graduação

Na estrutura do Estado democrático brasileiro, a Política Social está prevista na Constituição Federal de 1988, inserida na composição da ordem social e tem dentre os principais fundamentos: a justiça social e a cidadania.

Conforme dispõe o artigo 193, parágrafo único da CF/1988, “[...] o Estado exercerá a função de planejamento das políticas sociais, assegurada, na forma da lei, a participação da sociedade nos processos de formulação, de monitoramento, de controle e de avaliação dessas políticas” (Brasil, 1988). Assim, a Política de Ações Afirmativas situa-se na função Estatal de planejamento das Políticas Sociais e, considera a participação da sociedade para formular, operacionalizar, monitorar o processo que configura o controle social².

O histórico entorno do debate da Política de Ações Afirmativas não é recente. No âmbito internacional, Feres Júnior et al. (2018, p. 52) indica que: “a Índia, por seu turno, é pioneira na implantação de programas de ação afirmativa (políticas de reserva) no mundo (1950) e, portanto, acumula uma experiência que a torna um objeto de estudo importante.” Os referidos autores sinalizam a importância histórica da Conferência de Durban que coloca em discussão a questão do racismo (Feres Júnior et al., 2018).

No âmbito do Ensino Superior no Brasil, especificamente no nível da educação continuada, dentre as contribuições da Política de Ações Afirmativas no país, encontra-se o fato de que: “[...] a academia teve um

² A noção de controle social aqui abordada refere-se ao sentido evidenciado em Gurgel e Justen (2013, p. 358) da “ideia da participação popular e do controle social, na acepção de controle do aparelho público pela sociedade civil [...]”.

papel importante na crítica ao que se convencionou chamar de ideologia da democracia racial” (Feres Júnior, 2004, p. 298).

“Desde o final da década de 1990 já havia um debate, ainda incipiente, a respeito do acesso à pós-graduação” (Venturini; Feres Júnior, 2020, p. 885), sendo que a Universidade do Estado da Bahia foi a primeira universidade pública a instituir, em 2002, uma política de ação afirmativa voltada para o ingresso de negros e indígenas em cursos de pós-graduação” (Feres Júnior *et al.*, 2018, p. 137). Ademais, as dificuldades sobre a implementação de cotas étnico-raciais para a Pós-graduação também é uma expressão que reflete os baixos índices de docentes negros/os ocupando as cátedras das universidades públicas (Venturini; Feres Júnior, 2020, p. 885).

A Lei 12.711/2012 também chamada de Lei de Cotas constitui um importante passo para a luta da implementação de ações afirmativas na educação pública, visto que, conforme dispõe o art. 3º, “[...] em cada instituição federal de ensino superior, as vagas [...] serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos, indígenas e quilombolas e por pessoas com deficiência [...]” (Brasil, 2012). No ano de 2022 a referida Lei completou dez anos e, no ano de 2023, ganhou atualização por meio de Lei 14.723/2023, que ficou conhecida como Nova Lei de Cotas, a qual trouxe para o âmbito da Pós-graduação *stricto sensu* o reconhecimento da Política de Ações Afirmativas para os cursos de mestrado e doutorado do ensino superior público.

Art. 7º-B. As instituições federais de ensino superior, no âmbito de sua autonomia e observada a importância da diversidade para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, promoverão políticas de ações afirmativas para inclusão de pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência em seus programas de pós-graduação *stricto sensu*” (Brasil, 2023a).

Embora o reconhecimento pela Lei 14.723/2023 da Política de Ações Afirmativas na Pós-graduação tenha se limitado ao artigo 7º-B, a

abrangência de ações afirmativas também para os cursos de mestrado e doutorado do ensino superior público brasileiro possui significado no sentido da inclusão da diversidade em nível da educação continuada. Até a implementação da Lei 14.723/2023, não existia uma legislação federal que reconhecesse a Política de Ações Afirmativas na pós-graduação brasileira, de modo que as ações afirmativas estavam sendo implementadas de forma autônoma, por cada Programa de Pós-graduação acadêmicos, ou eram “[...] instituídas por leis estaduais ou resoluções dos conselhos universitários aplicáveis a todos os programas de uma universidade [...]” (Feres Junior *et al.*, 2018, p. 133). Contudo, anteriormente o reconhecimento legal em 2023, o Ministério da Educação (MEC) já vinha instituindo normatizações, como por exemplo, a Portaria Normativa nº 13, que foi publicada no ano de 2016, “[...] determinando prazo de 90 dias para que as instituições federais de ensino superior apresentassem propostas para a inclusão de pretos e pardos, indígenas e pessoas com deficiência em seus programas de pós-graduação” (Feres Junior *et al.*, 2018, p. 133).

Nesse contexto é relevante sinalizar sobre a escassez dos dados sobre os perfis dos estudantes de pós-graduação no país. De acordo com Feres Junior *et al.* (2018, p. 134): “assim como poucos são os trabalhos que tratam da criação de medidas de inclusão na pós-graduação, também são escassos os dados a respeito da participação dos diversos grupos étnico-raciais nesse nível educacional”.

Recentemente, em 09 de abril de 2024, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) instituiu, através da Portaria nº 99, o Censo da Pós-Graduação que abarcará todos os Programas do nível acadêmico de mestrado e doutorado, reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC) do Brasil. A referida medida proporcionará informações sobre as condições de classe, raça, gênero, assim como sobre os fatores sociais, culturais e demais dados demográficos que possibilitarão o levantamento estatístico a respeito de docentes e discentes dos cursos *stricto sensu* no país (Brasil, 2024a). Conforme disposto no art. 1º, o Censo visa “[...] subsidiar a tomada de decisões

e a condução das políticas públicas, especialmente as de ações afirmativas e inclusivas, para o aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG)” (Brasil, 2024a, p. 1).

Outro alcance da Lei de Cotas também se encontra no tocante ao acompanhamento e avaliação da Política de Ações Afirmativas:

Art. 6º O Ministério da Educação e os ministérios responsáveis pelas políticas de promoção da igualdade racial, de implementação da política indígena e indigenista, de promoção dos direitos humanos e da cidadania e de promoção de políticas públicas para a juventude serão responsáveis pelo acompanhamento e avaliação do programa especial de que trata esta Lei, ouvida a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) (Brasil, 2023a).

Além do MEC foram incluídos para acompanhamento da mencionada Política Pública na Educação Superior, “[...] outros ministérios como responsáveis pelo acompanhamento da política de cotas: Igualdade Racial; Direitos Humanos e da Cidadania; Povos Indígenas e Secretaria Geral da Presidência da República” (Brasil, 2023b). Os referidos ministérios são representativos do público-alvo de beneficiários da Política de Ações Afirmativas na Educação Superior, tanto para o nível da graduação como para o nível da pós-graduação.

Conforme Venturini e Feres Junior (2020, p. 882), “a pós-graduação brasileira é marcada por intensas desigualdades regionais, étnico-raciais e econômicas, o que ensejou a criação de ações afirmativas em prol de estudantes pertencentes a grupos dela historicamente excluídos. Sabe-se que no Brasil os grupos de minorias sociais estão em situação de desigualdades socioeconômicas em comparação a população da cor branca.

Segundo a Agência IBGE Notícias (2023), que divulgou informações oficiais do país, com as estatísticas sobre o último Censo demográfico: em termos de rendimento-hora em 2022, no mercado de trabalho, “por nível de instrução, a maior diferença (37,6%) estava no nível

superior completo: R\$ 35,30 para brancos e R\$ 25,70 para pretos ou pardos” (IBGE, 2023). Esse dado reflete para o público-alvo das ações afirmativas, tanto no nível da graduação, como na Pós-graduação, sendo que pretos, pardos e outras minoria sociais, independentemente do nível de instrução enfrentam desafios no mercado de trabalho.

Nesse sentido, o pensamento de Fraser (2007)³ desvela para a sociedade contemporânea sobre o aspecto da injustiça econômica, cultural e simbólica, que reverbera na sociedade por meio da dominação da cultura e exclusão de grupos que caracterizam como de minorias sociais, cujos sujeitos são invisibilizados e passam pelo processo de ocultamento. Revela um cenário cujas medidas necessárias para os enfrentamentos de injustiças perpassam pela redistribuição e pelo reconhecimento, de forma que o Estado promova políticas sociais capazes de garantir que as minorias acessem a geração de riquezas, sendo que a Educação se configura assim como um caminho fundamental.

O campo da injustiça cultural também implica na teoria do reconhecimento, na vertente de envolver mudanças culturais, cuja Educação se faz uma via de ação para promoção dos enfrentamentos dos desrespeitos, que contribui significativamente para o enfrentamento das injustiças e para o reconhecimento das identidades, das diversidades que compõe campo real do cotidiano. Portanto, a Política de Ação Afirmativa na Educação Superior tem o potencial para afirmar e reconhecer as identidades ocultas do projeto de estruturação da sociedade. E pensar sobre a inclusão da diversidade, no contexto da cibercultura, no Ensino Superior faz-se importante para estimular a reflexão sobre caminhos capazes de transformar a realidade.

³ Nesse sentido, a teoria da redistribuição e do reconhecimento ganha evidência, de maneira que Fraser (2007) sobressalta o movimento da transformação sociocultural, bem como a lutas sociais a favor de direitos historicamente silenciados e minimizados.

2.3 Reflexões Sobre Inclusão Digital para Diversidade, Política de Ações Afirmativas na Pós-Graduação e a Cibercultura

No mundo contemporâneo a multiplicidade cultural, de raças, classes e gêneros são expressões da pluralidade presente no cenário da cibercultura. Contudo, a luta por reconhecimento da diversidade pelo Estado brasileiro não é recente e tem decorrência do empenho dos movimentos sociais e de mobilização social. A Política de Ações Afirmativas na Educação Superior é um exemplo que contempla a inclusão da diversidade no país, porém, os desafios tecnológicos para o público-alvo das cotas na Pós-graduação, das Universidades Públicas, refletem as desigualdades econômicas por quais passam os referidos grupos que compõem as minorias sociais no Brasil, fato que representa implicações no sentido da inclusão e permanência.

No contexto da cibercultura os avanços no processo de comunicação proporcionam o desenvolvimento de interações entre os sujeitos, de produção de conhecimento, o consumo das informações e tem o potencial de propiciar a inclusão da diversidade na cidadania digital. Contudo o acesso ao ciberespaço, através dos recursos e inovações tecnológicas em contínua transformação, ainda não é garantido democraticamente aos cidadãos. De acordo com a notícia publicada pelo IBGE (2024), dentre o motivo da não utilização da *internet* nos domicílios do país encontra-se a dificuldade de brasileiros em custear os preços dos serviços para acesso à rede (IBGE, 2024). “De 2022 a 2023, a proporção de domicílios com microcomputador recuou de 40,2% para 39,0%” (IBGE, 2024).

Segundo Almeida *et al.* (2005, p. 55) “A exclusão sócio-econômica desencadeia a exclusão digital, ao mesmo tempo que a exclusão digital aprofunda a exclusão sócio-econômica.” As experiências vividas por pessoas socialmente incluídas no sistema econômico, social e cultural vigente, não expressam-se do mesmo modo das experiências de pessoas que estão marginalizadas da sociedade digital, uma vez que as primeiras têm possibilidades reais de acompanhar as inovações, enquanto para as segundas, existem barreiras interrelacionadas ao fenô-

meno da exclusão digital, de maneira que no processo das dificuldades de acesso e inclusão no ciberespaço existe a intersecção com outros sistemas de opressões, como por exemplo: exclusão, preconceito e pobreza, os quais possuem um nível de dificuldade mais elevado para superação.

Yamin e Gaviraghi (2023) abordam a questão na perspectiva da brecha digital, a qual revela-se, dentre as expressões da questão social⁴, como produto das desigualdades na sociedade capitalista que proporciona a exclusão digital, em um novo cenário relacionado a desproporcionalidade socioeconômica e de níveis de escolaridade.

[...] a brecha digital é constituída pela parcela mundial que se encontra excluída do cenário de disponibilização da informação através das TICs ou que tem acesso restrito e/ou de baixa qualidade a elas. Assim, a brecha digital está diretamente relacionada com a desigualdade social em suas diversas facetas, como a má distribuição de renda, baixo poder de aquisição, níveis excludentes de escolaridade etc (Yamin; Gaviraghi, 2023, p. 11).

Nesse sentido a exclusão digital é um fenômeno da cibercultura não dissociado das bases estruturantes do nível sociocultural, político-econômico e educacional da nação. Conforme Sorj e Guedes (2005, p. 102) a questão “[...] diz respeito às consequências sociais, econô-

⁴ “A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana - o trabalho -, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do “trabalhador livre”, que depende da venda de sua força de trabalho como meio de satisfação de suas necessidades vitais. A questão social expressa portanto *disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais*, colocando em causa as relações entre amplos seguimentos da sociedade civil e o poder estatal” (Iamamoto, 2001, p. 16-17).

micas e culturais da distribuição desigual do acesso a computadores e Internet”. De forma prática, “os ricos são os primeiros a usufruir as vantagens do uso e/ou domínio dos novos produtos no mercado de trabalho, enquanto a falta destes aumenta as desvantagens dos grupos excluídos” (Sorj; Guedes, 2005, p. 102).

Para Grossi; Costa e Santos (2013), a exclusão digital no Brasil reflete a desigualdade social. Nessa diretriz, o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.BR), através dos resultados da pesquisa: TIC Domicílios 2023, apontou que “apesar do avanço entre as classes C e DE, [...] os domicílios desses grupos seguiam conectados em proporções inferiores às dos domicílios das classes A e B, nos quais o acesso já era praticamente universal” (CGI.BR; 2023, p. 65). Outros dados importantes divulgados na mesma pesquisa revelaram sobre os instrumentos utilizados para acesso à internet, sendo o celular indicado como o principal recurso dos brasileiros (CGI.BR, 2024). “A pesquisa tem indicado que a existência de computador e Internet nos domicílios é uma característica associada à sua localização e condição socioeconômica, indo de 10% entre aqueles das classes DE até 97% entre os da classe A” (CGI.BR, 2024, p. 27). Esses dados revelam sobre a qualidade no acesso. Em 2022, foi constatado que “indivíduos das classes A (91%) e B (68%) ou com Ensino Superior (80%) utilizaram o computador em maiores proporções, sendo que 59% da população já usou alguma vez um computador (de mesa, notebook ou tablet)” (CGI.BR, 2023, p. 26).

Nessa perspectiva é possível constatar ainda que a desigualdade digital reflete a desigualdade de classe, raça e gênero. O dado exposto pelo CGI.BR (2023), na pesquisa da TIC Domicílios 2022, comunicou que dentre os usuários de internet que utilizaram apenas o telefone celular para conexão no ano de 2022, a maioria correspondeu a população parda (67%) e preta (63%), assim como, a classe social C (68%) e DE (84%) (CGI.BR, 2023, p. 27). Segundo Macaya, Ribeiro e Lima (2024, p. 3): “disparidades entre mulheres e homens são perpetuadas no acesso ao digital, o que cria desafios para a implementação de serviços e informações digitais pelos governos, impedindo que grupos vulnerabili-

zados, inclusive as mulheres, possam acessar [...]”. A garantia de acesso pleno é fundamental na era digital, sendo que no atual momento do governo eletrônico (e-Gov) a relação entre Estado e tecnologias digitais nos serviços públicos é essencial para o alcance adequado a serviços, informações que garantam a transparência e o controle social. Porém o problema da exclusão digital atinge sobretudo os grupos de minoria, que ficam a margem da cidadania digital (Macaya; Ribeiro; Lima, 2024).

Reflete-se com base no pensamento de Gonzalez (2020) que existe um descompasso entre as populações negras e não negras na sociedade. Considerando a intersecção entre gênero, raça e classe: “enquanto a remuneração média da mulher negra é de R\$ 3.040,89, correspondendo a 68% da média, a dos homens não-negros é de R\$ 5.718,40 — 27,9% superior à média. Elas ganham 66,7% da remuneração das mulheres não negras” (Brasil, 2024b). Na medida que no país, pretos e pardos, mulheres e demais integrantes de grupos vulnerabilizados, estão socialmente alocados nas classes de menor poder aquisitivo e tem menores oportunidades para acessar o progresso, pensar sobre a Política de Ações Afirmativas na Educação Superior e no contexto da cibercultura faz-se importante, uma vez que a sociedade caminha para a consolidação digital. Macaya, Ribeiro e Lima (2024, p. 2), destacam para o período da Contemporaneidade, sobre a relevância de “[...] implementar um governo digital inclusivo em que ninguém seja deixado para trás”.

A inclusão da diversidade nas Universidades Públicas do Brasil tem apoio na Política de Cotas, a qual promoveu a ampliação do acesso da diversidade no ensino federal. No ano de 2022, a Lei 12.711/2012 completou 10 anos e os dados do Censo da Educação Superior de 2022, indicaram que “a rede federal de educação superior vem aumentando gradativamente a participação no número de matrículas da rede pública ao longo dos anos [...] a rede federal foi a categoria que apresentou maior crescimento no número de matrículas no intervalo de 2012 a 2022 (23,7%)” (Brasil, 2022, p. 19). Com a atualização da Lei de cotas, através da Lei 14.723/2023 “[...] as instituições federais de ensi-

no superior passam a promover políticas de inclusão de pretos, pardos, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência também nos programas de pós-graduação stricto sensu (PPG), que abrangem os cursos de mestrado e doutorado” (CAPES, 2023a).

Nesse cenário, a inclusão e a permanência estabelecidas na Lei de Cotas adentra na pauta da Agenda Governamental. No âmbito da Pós-graduação, merece destaque as medidas para apoiar a diversidade na Pós-graduação promovidas pelo Programa Abdias Nascimento que visa o desenvolvimento acadêmico dos estudantes beneficiários da Política de Ações Afirmativas dos cursos de mestrado e doutorado e conta com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do MEC que são os principais responsáveis pela iniciativa (CAPES, 2023b).

Art. 2º São objetivos do Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento: I - promover, por meio da concessão de bolsas de estudos, a formação de estudantes brasileiros pretos, pardos e indígenas, estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, conferindo-lhes a oportunidade de novas experiências educacionais e profissionais voltadas à educação, à competitividade e à inovação em áreas prioritárias para a promoção da igualdade racial, do combate ao racismo, do estudo e valorização das especificidades socioculturais e linguísticas dos povos indígenas, da acessibilidade e inclusão no Brasil, e da difusão do conhecimento da História e Cultura Afro Brasileira e Indígena (Brasil, 2023c).

O Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento, disposto na Portaria do MEC nº 1.191, de 27 de junho de 2023 abarca ainda iniciativas como o Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG): Políticas Afirmativas e Diversidade, cujo principal objetivo consiste em “apoiar a formação de recursos humanos de alto nível e a pesquisa acadêmico-científica, por meio do financiamento de proje-

tos em temas relacionados às políticas afirmativas e à diversidade [...]” (CAPES, 2023b). Também tem como escopo o alcance da igualdade de direitos e promoção de políticas públicas (CAPES, 2023b).

No critério Educação, também a pesquisa: TIC Domicílios 2023, comunica sobre a desigualdade digital em referência ao uso da internet para estudo por conta própria, anunciando que “[...] essa atividade apresentou um maior percentual entre aqueles com melhores condições socioeconômicas, tendo sido mais mencionada pelos que estudaram até o Ensino Superior (72%) e que pertencem à classe A (75%), [...]” (CGI.BR, 2024, p. 83).

Ante ao exposto é importante refletir sobre a inclusão digital e em como reduzir as distâncias sociais em termos de tecnologia digitais para potencializar a integração entre ensino, pesquisa, extensão no ambiente da Pós-graduação em conexão com a cibercultura.

No tocante a inclusão digital, as condições de gênero, raça, classe, idade, interferem nas condições de acesso e permanência na vida universitária. De modo específico, dentre os estudantes de pós-graduação, é possível refletir sobre os esforços dos acadêmicos para superar questões como pobreza, discriminação, lacunas no sistema educacional básico, médio e superior, desempregos ou subempregos, falta de acesso à internet, baixa qualidade dos equipamentos tecnológicos, dentre outros aspectos que repercutem no desenvolvimento dos cursos e no acesso as oportunidades.

Considerando que no ambiente da Pós-graduação, esses estudantes ao entrarem na universidade se deparam com a realidade educacional voltada ao projeto de educação que subteme um nível elementar de conhecimento digital, pensar sobre a inclusão digital na promoção de políticas públicas direcionadas a diversidade na Pós-graduação, alinha-se a perspectiva de promoção do acesso e permanência nos cursos de mestrado e doutorado.

Considera-se relevante compreender, para a inclusão da diversidade na sociedade em rede (Castells, 2006, p. 487) que “[...] o futuro da educação superior não será on-line, mas em redes entre nós de infor-

mática, salas de aula e o local onde esteja cada aluno. A comunicação mediada por computadores está se difundindo em todo o mundo [...]”. Castells (2006) comunica a interação crescente da sociedade com as tecnologias, como tendência de consolidação de ordem global com a estruturação da internet.

“Desafios postos, torna-se necessário ir além desses obstáculos e considerar as possibilidades de transformação social [...]; no contexto da cultura digital, é evidenciar o forte vínculo entre cultura e educação, condição necessária para que as mudanças se dêem [...]” (Pretto; Assis, 2008, p. 74). O sentido da inclusão digital alinhado ao processo educacional torna-se “[...] um processo que começa no acesso e passa pela alfabetização digital, pelo ensino dos direitos e deveres da cidadania, pelo desenvolvimento das habilidades de pesquisa e produção na internet, e até pela programação” (Dias, 2011, p. 74). Nesse aspecto, o nível da Pós-graduação potencializa o processo da formação crítica possibilitando a “[...] formação para o uso crítico da internet e na produção de conteúdo local, fazendo dos alunos também autores” (Dias, 2011, p. 80).

Portanto, são necessárias políticas de enfrentamento a desigualdade digital no nível da Pós-graduação, que viabilizem as condições de inclusão, permanência e que considerem que a Educação constitui um caminho para oportunizar a superação dos desequilíbrios constatado, à medida que esta Política Pública pode alcançar a pluralidade de realidades existentes na sociedade, conduzir a inserção na cibercultura e direcionar para o sentido da emancipação e da cidadania digital, a partir da formação crítico-científica.

3 Considerações Finais

O estudo refletiu sobre o contexto da cibercultura e a inclusão digital da diversidade presente na Política de Ações Afirmativas na Pós-graduação. Inicialmente contactou-se que o desenvolvimento dos meios de comunicação e tecnologias digitais permitiram a interligação mundial

por redes digitais, através de conexão da todas as esferas da sociedade cultural, sociopolítica e econômica, cujas transformações implicaram no desenvolvimento de inovações nas práticas, nas interações e formas de viver no mundo inteiro.

Neste cenário o sistema educacional, tanto no nível de base, como na graduação e pós-graduação, configura-se como um recurso essencial para difundir aos cidadãos, na perspectiva democrática, os conhecimentos necessários para acompanhar a evolução da sociedade ao momento da cibercultura. Identificou-se com base em dados estatísticos que ainda na atualidade o Brasil enfrenta a exclusão digital e nesse sentido, localizou-se na Política de Educação um importante recurso de enfrentamento da questão, capaz de abranger a diversidade de realidades que compõem o corpo social do país.

Ademais, refletiu-se sobre a Política de Ações Afirmativas na Pós-graduação, considerando que esta constitui-se como uma política pública de inclusão da diversidade que na esfera da Educação, possui a potencialidade de integrar e conduzir os beneficiários ao acesso a oportunidades de progresso na sociedade vigente. Assim, o sentido da inclusão digital no espaço da educação continuada, atua como um caminho pelo qual os indivíduos possam alcançar a emancipação e cidadania na era digital, além de capacitar esse público-alvo específico, para a formação crítico-científica e para a multiplicação do conhecimento em múltiplos cenários sociais.

Portanto, a consideração dos desafios apresentados torna-se necessário para refletir no sentido da necessidade de transformação de uma sociedade, cuja desigualdade digital está comunicando que as desigualdades socioeconômicas impactam na inclusão de pessoas advindas dos grupos das minorias sociais, no cenário da cibercultura.

Referências

ALMEIDA, Lília Bilati de; PAULA, Luiza Gonçalves de; CARELLI, Flávio Campos; OSÓRIO, Tito Lívio Gomes; GENESTRA, Marcelo. O retrato da exclusão digital

na sociedade brasileira. **JISTEM - Journal of Information Systems and Technology Management**, v. 2, n. 1, 2005.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: abr. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Básica 2022**: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2022.

BRASIL. Portaria CAPES nº 99, de 9 de abril de 2024. Institui o Censo da Pós-graduação stricto sensu brasileira. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2024 (2024a). Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=14703#anchor> Acesso em: 05 abr. 2024.

BRASIL. **Brasil é pioneiro na elaboração de Relatório que mostra desigualdades salariais entre mulheres e homens**: “Não é permitido que alguém ganhe menos porque é mulher, tendo a mesma competência”, diz Luiz Marinho durante solenidade. [S. l.]: Ministério do Trabalho e Emprego, 25 mar. 2024. Atualizado em 01 abr. 2024 (2024b). Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Marco/brasil-e-pioneiro-na-elaboracao-de-relatorio-que-mostra-desigualdades-salariais-entre-mulheres-e-homens> Acesso em: 03 set. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, a. 149, n. 169, 30 ago. 2012.

BRASIL. Lei nº 14.723 de novembro de 2023. Altera a Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2023 (2023a).

BRASIL. Planalto. **Presidente Lula sanciona PL que atualiza Lei de Cotas**: Texto altera mecanismo de ingresso de cotistas ao ensino superior, ajusta cri-

tério de renda para reserva de vagas e inclui estudantes quilombolas como beneficiários. [S. l.]: Ministério da Saúde, 13 de nov. 2023 (2023b). Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/11/presidente-lula-sanciona-pl-que-atualiza-lei-de-cotas>. Acesso em: 30 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 1.191, de 27 de junho de 2023. Recria o Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 28 jun. 2023 (2023c).

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Governo Federal inclui pós-graduação na Lei de Cotas**: Presidente Lula sancionou a atualização da legislação para ampliar a presença de grupos sub-representados na educação superior. [S.l.]: CAPES, 14 nov. 2023. Atualizado em 19 dez. 2023 (2023a). Disponível em: Acesso em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/governo-federal-inclui-pos-graduacao-na-lei-de-cotas>. Aceso em: 03 set. 2024.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG)**: Políticas Afirmativas e Diversidade. [S.l.]: CAPES, 2023. 29 jun. 2023. Atualizado em: 30 nov. 2023 (2023b). Disponível em: Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) - Políticas Afirmativas e Diversidade — CAPES (www.gov.br) <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/programas-estrategicos/formacao-de-recursos-humanos-em-areas-estrategicas/programa-de-desenvolvimento-da-pos-graduacao-pdpg-politicas-afirmativas-e-diversidade>. Acesso em: 03 set. 2024.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 9. ed. rev. ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CGI.BR - Comitê Gestor da Internet no Brasil. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros**: TIC Domicílios 2022 [livro eletrônico]. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. 1. ed. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2023. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20230825143720/tic_domicilios_2022_livro_eletronico.pdf Acesso em: 03 set. 2024.

CGI.BR - Comitê Gestor da Internet no Brasil. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros**: TIC Domicílios 2023 [livro eletrônico]. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. 1. ed. São Paulo: Comitê Gestor da Internet do Brasil, 2024. Disponível

em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20240826111431/tic_domicilios_2023_livro_eletronico.pdf Acesso em 03 set. 2024.

DIAS, Lia Ribeiro. Inclusão digital como fator de inclusão social. In: BONILLA, MHS., and PRETTO, NDL., orgs. **Inclusão digital**: polêmica contemporânea [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 61-90. ISBN 978-85-232-1206-3. SciELO Books.

FERES JÚNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto; DAFLON, Verônica Toste; VENTURINI, Anna Carolina. **Ação afirmativa**: conceito, história e debates. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

FERES JÚNIOR, João. **Ação Afirmativa no Brasil**: fundamentos e críticas. In: Econômica, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 291-312, dezembro 2004.

FRANÇA, George. **Os ambientes de aprendizagem na época da hipermissão e da Educação a Distância**. Perspectivas em Ciência da Informação [online]. 2009, v. 14, n. 1. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-99362009000100005>. Acesso em: 29 Agosto 2024.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Revista Estudos Feministas**, v. 15, n. 2, p. 291-308, maio, 2007.

GONZALEZ, Léila. 2020. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**: Ensaio, Intervenções e Diálogos. Rio Janeiro: Zahar.

GROSSI, Márcia Goretti Ribeiro; COSTA, José Wilson da; SANTOS, Ademir José dos. **A exclusão digital**: o reflexo da desigualdade social no Brasil. Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente, SP, v. 24, n. 2, p. 68-85, maio/ago. 2013. Disponível em: https://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/a_exclusao_digital.pdf Acesso em: 30 ago. 2024.

GURGEL, Claudio; JUSTEN, Agatha. Controle social e políticas públicas: a experiência dos Conselhos Gestores. In: **Revista de Administração Pública**, v. 47, n. 2, p. 357-378, mar. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/mFj8HXxTXyW9hKvxbhbcKwm/#> Acesso em: jun. 2024.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis**, Ano II, nº03. ABEPSS, 2001.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Em 2022, rendimento-hora dos trabalhadores brancos (R\$ 20,0) era 61,4% maior que o dos pretos ou pardos (R\$12,4)**. [S. l.]: Agência IBGE Notícias/Esta-

tísticas Sociais, 06 dez. 2023. Atualizado em 06 dez. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38543-em-2022-rendimento-hora-dos-trabalhadores-brancos-r-20-0-era-61-4-maior-que-o-dos-pretos-ou-pardos-r-12-4>. Acesso em: 02 set. 2024.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Internet foi acessada em 72,5 milhões de domicílios do país em 2023**. [S. l.]: Agência IBGE Notícias/Estatísticas Sociais, 16 ago. 2024. Atualizado em 16 ago. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41024-internet-foi-acessada-em-72-5-milhoes-de-domicilios-do-pais-em-2023>. Acesso em: 30 ago. 2024.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Editora 34. 1999.

LEMONS, André. **Cibercultura**: Tecnologia e vida social na cultura contemporânea. Editora Sulina. 2002.

MACAYA, Javiera F. Medina; RIBEIRO, Manuella Maia; LIMA, e Camila dos Reis. Governo digital inclusivo: diferenças de gênero no acesso a serviços públicos online. Tecnologias para os serviços públicos. In: **Panorama Setorial da Internet**. Número 2 Junho, 2024 Ano 16. Disponível em: <https://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/6/20240730183750/ano-xvi-n-2-tecnologias-para-os-servicos-publicos.pdf> (cgi.br) Acesso em: 03 set. 2024.

PRETTO, Nelson De Luca; ASSIS, Alessandra. Ensaio: cultura digital e educação: redes já! In PRETTO, NL., and SILVEIRA, SA., orgs. **Além das redes de colaboração**: internet, diversidade cultural e tecnologias do poder. [online]. Salvador: EDUFBA, 2008. pp. 75-83. ISBN 978-85-2320-889-9. SciELO Books.

SORJ, Bernardo; GUEDES, Luís Eduardo. Exclusão digital: problemas conceituais, evidências empíricas e políticas públicas. **Novos estudos CEBRAP**, n. 72, p. 101-117, jul. 2005.

VENTURINI, Anna Carolina; FERES JÚNIOR, João. Política de ação afirmativa na pós-graduação: o caso das universidades públicas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 50, n. 177, p. 882-909, jul./set. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053147491> Acesso em: 29 ago. 2024.

YAMIN, Estêvão; GAVIRAGHI, Fabio Jardel. Questão social, brecha digital e tecnologia: expressões de desigualdade na sociedade da informação. **Serviço Social & Sociedade**, v. 146, n. 3, p. e6628318, 2023.



CAPÍTULO 6

QUESTÃO SOCIAL E RELAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL COM AS TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: REFLEXÕES ACERCA DA FORMAÇÃO E DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL¹

Susana Almeida Rodrigues
Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves

1 Introdução

Os avanços tecnológicos que penetram no tecido social vêm, ao longo da história, provocando transformações distintas no mundo contemporâneo. Os impactos provocados por este avanço são apreendidos cotidianamente pelas diferentes profissões, entre elas o Serviço Social, das quais se passa a exigir uma contínua revisão teórica-metodológica que as capacite a responder às novas demandas que surgem a partir desse cenário de inovação.

Apesar de essas situações promoverem o convívio com a diversidade de saberes, elas incitam outras exigências para o exercício e a formação profissional, uma vez que o acesso à informação não ocorre de forma igualitária, pois este acesso é influenciado por distintos marcadores, a exemplo: gênero, etnia/raça, classes sociais, além das tecnologias

¹ O artigo é oriundo da dissertação *O Serviço Social frente às tecnologias digitais da informação e comunicação: uma análise a partir de dissertações e teses (1990-2021)*, de autoria de Susana Almeida Rodrigues, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves, defendida em 2022, junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (PROSS/UFS). A dissertação foi realizada com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), - Código de Financiamento 001.

digitais. Nessa direção, destacamos que estes recortes de gênero, etnia/raça, classe e tecnologias digitais passaram a ocupar muitas pautas, por isso esteve presente inclusive na realização de cursos e de eventos tais como, o 12º Fórum da Internet no Brasil², promovido pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), na cidade de Natal, em junho de 2022. Este encontro incluiu na sua programação o tema “Diversidade e Gênero nas TIC: uma agenda para inclusão e representatividade”.

À vista disso, a pretensão deste artigo é trazer algumas reflexões sobre o acesso às Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC), enfatizando a forma como estão sendo debatidas no âmbito da formação e do exercício profissional. Sabemos que o uso das TDICs pode atender a distintas finalidades, por isso, também podem ser responsáveis por efeitos negativos, como a promoção de discriminação e acentuação das desigualdades sociais.

A intenção deste texto é apresentar as TDICs enquanto uma possibilidade de estratégia para a educação, que pode contribuir no debate, na socialização, na formação e na divulgação de diversas temáticas, entre elas, gênero, saúde, etnia/raça, mas que também poderá desconstruir processos consolidados. Com isso, queremos salientar que não exporemos uma discussão centrada especificamente sobre gênero ou sobre educação, mas pretendemos mostrar alguns resultados de uma pesquisa exploratória acerca da presença das referidas tecnologias na formação e no exercício profissional de assistentes sociais, entre os anos de 1990 e 2021, que poderão ter implicações semelhantes em outras áreas de conhecimento. A pesquisa teve como suporte fontes bibliográficas e documentais para a realização da análise da produção do conhecimento da pós-graduação em Serviço Social, pautando-se nas dissertações e teses publicadas que versam sobre esta temática.

É fundamental salientar que a concepção de tecnologia adotada tem como base textos de autores que apresentam coerência com

² Disponível em: <https://cgi.br/noticia/releases/especialistas-aprofundam-debate-sobre-diversidade-e-genero-na-tecnologia-no-12-forum-da-internet-no-brasil/>
Acesso em 05.nov.24.

o materialismo histórico, por compreender estas tecnologias como um produto histórico, que serve à vida humana, mas que têm seus limites e potencialidades gerenciados pelos preceitos da sociedade capitalista.

O capítulo destacará, principalmente, dois itens: um deles enfatiza aspectos vinculados às políticas de inclusão a partir das novas expressões originadas pela questão social com o avanço tecnológico; e outro que traz alguns informes sobre os reflexos dessa tecnologia na formação e no exercício profissional.

2 Questão Social, Instrumentalidade e Políticas de Inclusão Digital

O desenvolvimento das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) tem provocado mudanças profundas na sociedade, alterando as dinâmicas de trabalho, as formas de acesso à informação e as relações sociais. No âmbito do Serviço Social, esse cenário exige dos profissionais uma reflexão crítica sobre o uso das TDICs e a sua instrumentalidade. Ou seja, é necessário compreender que os instrumentos e as técnicas utilizadas no cotidiano profissional só ganham uma direção condizente com o projeto ético-político da profissão quando articulados a uma base teórico-metodológica crítica.

Além disso, é fundamental ter a compreensão sobre a maneira como o Estado tem respondido a essas novas configurações da questão social e quais políticas públicas têm sido implementadas para garantir o acesso às TDICs. As políticas de inclusão digital, por exemplo, são fundamentais para minimizar as desigualdades no acesso às tecnologias. Esse tipo de possibilidade balizado por essas tecnologias nos ajuda a entender melhor o cenário em que o profissional de Serviço Social está inserido, pois estes profissionais mediam e são testemunhas das dificuldades que determinada parcela da população, aquela excluída deste novo letramento digital, enfrenta para acessar os serviços que, neste novo momento, estão em processo massivo de digitalização.

Ressaltamos que a questão social tem sua origem atrelada à contradição “capital x trabalho”, refletida na realidade de uma exploração exacerbada, uma vez que os sujeitos têm dificuldades em acessar itens básicos. Logo, ocorre uma generalização da miséria, produto da disparidade entre uma alta capacidade produtiva e de uma crescente concentração da acumulação do capital.

Se, anteriormente, a pobreza foi resultado da escassez de recursos, no estágio mais avançado do capitalismo - caracterizado pela inserção e pelo desenvolvimento da tecnologia - a capacidade de produção nunca foi tão ampla. No entanto, as desigualdades persistem, acompanhadas de novas formas de exploração e de maiores mecanismos de alienação.

Conforme aponta Netto (2001), ao discutir a construção do Estado de Bem-Estar Social na Europa e a movimentada economia norte-americana - apesar da impressão de que a questão social havia sido superada - os intelectuais marxistas alertavam que as reconhecidas melhoras nas condições de vida da classe trabalhadora não modificavam a natureza exploratória, uma vez que ela continuou a se expressar por meio dos processos de pauperização relativa. Isso foi notório no fim dos anos dourados, pois, no início dos anos de 1970, a crise se estabeleceu e acabou com a imagem de que havia harmonia entre os interesses. O capitalismo é, como diz Netto (2001), globalizado, transnacional e pós-fordista e mostrou sua essência e revelou a “nova questão social”. Inclusive, podemos afirmar com facetas assumidas, por exemplo, em decorrência do uso de Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação, tal como a exclusão digital.

Um aspecto vinculado a essa afirmação que merece ser analisado são dados estatísticos a respeito do acesso à internet na sociedade brasileira. Na dissertação, da qual este texto deriva, foram utilizados diferentes índices, porém há uma defasagem em virtude do tempo transcorrido desde que a pesquisa foi defendida. Recorremos, então, ao Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGIB), instituição que realizou uma série histórica focada no tema, atualizada e que permite uma vi-

são mais ampliada destes números. Os dados mais recentes segundo o CGIB revelam que, em 2023, 84% dos domicílios brasileiros tiveram acesso à internet e 89% da população brasileira com 10 anos ou mais já utilizou a internet. Estes números superam os do ano de 2022, em que as taxas eram de 80% e 86%, respectivamente. Houve, também, uma ampliação na proporção de usuários utilizando a *internet*, motivada pelo crescimento entre as mulheres e pelo aumento da renda familiar entre três e cinco salários-mínimos. É importante destacar essas dimensões, pois a inclusão/exclusão digital é marcada e influenciada por fatores interseccionais, como fica demonstrado acima.

De acordo com dados do Comitê supracitado, ainda existem, aproximadamente, 12 milhões de domicílios sem acesso à internet, que não dispõem deste recurso por motivos, como: o custo elevado das bandas largas (55%), a falta de habilidade dos moradores com os aparatos tecnológicos (50%) e o desinteresse em obter este serviço (49%). Outro dado avaliado pela pesquisa é a cifra de 20 milhões de brasileiros com 10 anos ou mais anos que nunca acessaram a *internet*, essas porcentagens são discriminadas da seguinte maneira: indivíduos com 60 anos ou mais (42%), das classes D e E (22%) e sujeitos com escolaridade até o Ensino Fundamental (18%). As principais razões relatadas para essa exclusão são a falta de habilidade com o computador (67%) e o desinteresse (65%). O que chama atenção nesses dados, são os motivos referidos para o não acesso em relação à classe e à faixa etária dos indivíduos, evidenciando a relevância do nível da escolaridade no interesse, no desenvolvimento de habilidades e na compreensão do uso da tecnologia.

A pesquisa aponta o aparelho celular como o principal dispositivo de acesso à *internet*, atingindo o percentual de 99% dos entrevistados; em segundo lugar está o aparelho televisivo mencionado por 58% da amostra e enfatiza o aumento do uso deste dispositivo desde 2014 (quando era 7%). A pesquisa indica, ainda, que 30% dos usuários acessam à internet exclusivamente pelo celular (50% na classe D e E), 29% utilizam o celular, a televisão e o computador (57% na classe A) e 28%

utilizam o celular e a televisão. Logo, percebemos as diversas barreiras que persistem no alcance de uma inclusão digital efetiva. Embora o acesso a aparelhos e à internet tenha números relativamente expressivos, as limitações expostas – que afetam, principalmente, a classe trabalhadora – demonstram a perpetuação das desigualdades, a prevalência dos interesses do capital e a subutilização da potencialidade da tecnologia como uma ferramenta emancipatória.

Assim, apesar dos altos índices de inserção da *internet* nos domicílios, é fundamental analisar a qualidade e a forma de acesso a essa tecnologia que, muitas vezes, se mostra insatisfatória e custosa, revelando aspectos discriminatórios relativos a indicadores tais como idade, gênero, etnia/raça e classe social. É pertinente destacar que o acesso à *internet* pelo celular não pode ser automaticamente entendido como uma apropriação plena da tecnologia, nem como um sinal de que esses usuários dominam ou fazem uso completo da rede (Carmo, Duarte e Gomes, 2020).

Cada vez mais se faz necessário desenvolver competências digitais para garantir a participação plena na sociedade, uma vez que há uma estreita relação entre essas competências, o trabalho e o exercício da cidadania. Considerando que a realidade brasileira é marcada por profundas desigualdades, o uso dessas tecnologias gera um movimento duplo, tanto de inclusão quanto de exclusão.

A exclusão digital ocorre de três formas fundamentais: a primeira é a falta de acesso à *internet*; a segunda diz respeito ao acesso limitado a sistemas de comunicação com baixa capacidade técnica; e a terceira, considerada a mais grave pelos estudiosos do tema, é quando a conexão à rede não implica no seu uso adequado. Esta última inclui não saber como buscar informações ou como aplicá-las na vida cotidiana, o que amplia a exclusão educacional e cultural, aspectos essenciais na era digital (Castells, 2005 *apud* Bonilla e Oliveira, 2011).

É importante reconhecer que a inclusão digital não se dá apenas pelo fornecimento de computadores ou de *internet*, mas, sim, pela inserção do indivíduo em um processo mais amplo de exercício da cida-

dania (Lemos, 2011, *apud* Bonilla e Pretto, 2011) exigindo uma formação crítica e contínua.

Em 2019, a Aliança para a Internet Acessível, uma iniciativa da *World Wide Web Foundation*, discutiu o conceito de “conectividade significativa” e, para tal levou em consideração não apenas o acesso, mas, também, as condições necessárias para incluir o sujeito na sociedade digital. Em 2024, o Comitê Gestor da *Internet* no Brasil lançou um documento intitulado “Conectividade Significativa: propostas para medição e o retrato da população no Brasil”, no qual ressaltou que a inclusão digital atravessa por dificuldades quanto ao acesso e as condições necessárias para tal e que, para que todos possam se beneficiar das potencialidades da *internet*, é preciso esboçar um conjunto de iniciativas para combater os processos de exclusão digital.

Neste contexto, o Serviço Social, assim como outras profissões, precisou apropriar-se do processo de informatização, de seus instrumentos de trabalho e de reconhecimento das disputas de poder nesse “novo espaço”. Isso porque há uma correlação de forças oriunda própria da estrutura social capitalista, que ocasiona uma tendência expressiva conservadora que promove uma inclusão digital sem autonomia, com usuários tendo menos poder comunicacional e interatividade direcionada, o que contraria as liberdades fundamentais que fizeram a *internet* ser considerada, pela ONU em 2011, como um direito humano (Silveira, 2011).

Muitas das ações voltadas ao combate à exclusão social são acompanhadas de um discurso governamental de ampliação do acesso e melhoria, sugerindo que essas medidas seriam capazes de reduzir a desigualdade social. No entanto, observamos que, geralmente, esses programas e ações são isolados, desarticulados das demais políticas públicas e ignoram a complexidade dos processos vividos pelas comunidades (Bonilla; Oliveira, 2011). Essa precariedade se torna evidente nos dados supracitados, visto que a inclusão digital deve ser olhada a partir de uma perspectiva multilateral e intersetorial.

Durante a pandemia no Brasil, houve um aumento nas exigências de competências digitais para o acesso a bens e serviços essenciais ao

exercício da cidadania. Em 2020, por exemplo, o auxílio emergencial, adotado na sociedade brasileira, foi disponibilizado por meio de aplicativos, o que exigiu rápida adaptação dos profissionais, incluindo os do Serviço Social. Embora essa inovação tivesse o objetivo de evitar aglomerações, acabou impondo dificuldades aos indivíduos em situação de vulnerabilidade social. A falta de acesso à internet e a carência de habilidades para lidar com os processos digitais acarretou o aumento de golpes e de pagamentos a intermediários que faziam o requerimento ao benefício.

Neste contexto, é fundamental discutir e compreender quais respostas o Estado tem dado à população. A política social é o meio pelo qual o Estado responde às demandas da sociedade e, sendo produto do sistema capitalista, reflete a correlação de forças existente nele. Segundo Behring (2009), a política social é uma materialização do binômio concessão/conquista, cujos limites e possibilidades variam conforme a conjuntura histórica.

Portanto, essa política não pode ser dissociada de seu contexto histórico. É necessário analisá-la levando em consideração o processo de construção e as circunstâncias conjunturais em que é conquistada ou concedida. A popularização da *internet* no Brasil começou nos anos 1990, durante uma fase de ofensiva neoliberal. E, por mais que a Constituição de 1988 tenha trazido avanços nos direitos sociais, sua efetivação enfrentou obstáculos. A concepção de “Estado mínimo”, que remonta ao liberalismo clássico, voltou à cena com o neoliberalismo, propondo um Estado restrito às atividades essenciais (Santos, 2015).

O avanço do neoliberalismo colocou as políticas sociais em uma posição cada vez mais seletiva e focalizada, tratando direitos conquistados como um assistencialismo. Foi nesse contexto que a *internet* começou a se popularizar e que as inovações tecnológicas passaram a ser utilizadas para atender aos objetivos do Estado neoliberal, mas orientando a vigilância, fiscalização, gestão e controle da sociedade (Santos, 2015).

Todavia, há uma crescente interdependência entre a sobrevivência do trabalhador e a sua inserção no mercado de trabalho. Esta relação exige não apenas o acesso à tecnologia, mas, também, o pleno desenvolvimento de habilidades digitais específicas. Por isso, é preciso que, junto ao avanço tecnológico, sejam criados mecanismos para capacitar os trabalhadores nesse novo cenário, principalmente para aqueles mais distantes dos recursos otimizados na sociedade digital.

Essa questão está diretamente relacionada ao modelo de (des)financiamento da seguridade social, sendo a assistência social a política mais desvalorizada dentre as três que a compõem. Segundo Salvador (2012), desde 2003, os recursos destinados à assistência social estão concentrados, sobretudo, no pagamento de dois benefícios: o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e as transferências de renda com condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF). Há um consenso sobre a importância e necessidade desses programas, contudo, não há uma ampliação de políticas que promovam a autonomia da população para que ela goze, efetivamente, o exercício da cidadania.

O discurso dominante, muitas vezes, atribui a limitação de recursos à falta de orçamento, porém, existe uma grande concentração de renda destinada ao pagamento dos juros da dívida pública. Além disso, existe uma estratégia de sucateamento das políticas sociais, com o objetivo de legitimar ações de privatização e refilantropização dessas políticas.

Outro exemplo extraído do período pandêmico no contexto político-econômico brasileiro foi o atraso nas ações do Estado para a prevenção e o controle do vírus, cuja negligência foi justificada pela falta de recursos, tanto para a compra de vacinas quanto para o fornecimento de subsídios à população. No entanto, dados revelam que o orçamento federal continuou priorizando o pagamento de juros e amortizações da dívida pública. Em 2020, com o “Orçamento de Guerra” autorizado pela Emenda Constitucional 106/2020, os gastos com a dívida pública chegaram a R\$ 1,381 trilhão, um aumento de 33% em relação a 2019, beneficiando, substancialmente, grandes bancos e investidores (Fattorelli; Ávila; Muller, 2020).

Salvador (2012) ressalta que o orçamento público é um espaço de disputa política, que flutua à mercê dos interesses predominantes. A partir da década de 1980, o capital financeiro assumiu uma hegemonia, uma vez que as políticas neoliberais enfraqueceram o Estado e a proteção social, especialmente devido aos juros da dívida, agravando a crise estrutural do capitalismo. Essa dinâmica ajuda a explicar por que políticas de inclusão digital têm dificuldades em atingir seus objetivos no Brasil.

A primeira iniciativa de ampliação da *internet* ao público começou em 1995, com a implementação da infraestrutura necessária fomentada pelo governo federal, que definiu parâmetros para a operação de empresas privadas fornecedoras de acesso (Monteiro, 2001). Um exemplo de política voltada à inclusão digital é o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo), criado em 1997, que visava difundir a tecnologia nas escolas. Atualmente, o ProInfo é regido pelo Decreto 6.300/2007 e tem como objetivo promover o uso pedagógico das Tecnologias da Informação e Comunicação nas escolas públicas de ensino básico (Carmo; Duarte; Gomes, 2020). No entanto, os autores destacam que o programa enfrenta desafios que limitam sua eficácia.

Os autores Carmo, Duarte e Gomes (2020) demonstram que, em estudos publicados em 2015, mesmo após 18 anos de existência, o ProInfo ainda não havia atingido seus objetivos em decorrência: da falta de manutenção de equipamentos, da ausência de integração política e da precariedade de suporte técnico.

Entre 2000 e 2002, o governo, na tentativa de acompanhar as tendências globais, tentou instituir mecanismos para melhorar a infraestrutura tecnológica e os meios eletrônicos. A partir de 2005, houve incentivos fiscais para a compra de equipamentos de informática, com a criação de programas como o “Cidadão Conectado” (PCC). Segundo Cláudio Sabia, esses estímulos à produção tecnológica foram delineados na Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, realizada em 2001, encontro que instituiu o período de 10 anos para o cumprimento das demandas e expectativas (Carmo; Duarte; Gomes,

2020). Embora os dados mais recentes indiquem um aumento na inserção tecnológica ao longo desse período, o acesso autônomo e pleno ainda está distante do ideal.

Em 2008, foi lançado o projeto “Territórios Digitais”, uma medida importante para levar *internet* à zona rural, com o objetivo de oferecer conexão e equipamentos a espaços públicos conhecidos como “Casas Digitais”. Esse projeto fazia parte das estratégias do governo federal para combater a pobreza em áreas rurais de menor IDH. Para sua implementação, cinco etapas foram observadas: preparação da infraestrutura física, instalação da antena de conexão, instalação de equipamentos, implementação de recursos adicionais e capacitação da comunidade.

Entretanto, a falta de dados e transparência sobre as ações de inclusão digital dificulta uma avaliação mais aprofundada da situação da população rural. O mesmo acontece com outro projeto encabeçado pelo Programa Nacional de Educação em Reforma Agrária (PRONERA), criado em 1998, que visava promover a inclusão digital por meio do acesso a computadores. No entanto, essa política também carece de informações detalhadas. O único instrumento de avaliação existente é o relatório do Instituto de Economia Aplicada, que apresenta dados de alguns cursos relacionados à área tecnológica, mas que tampouco menciona se o objetivo de entrega de equipamentos e conexão foi atingido. Em 2020, o PRONERA foi descontinuado com a extinção da coordenação responsável pela educação no campo (Carmo, Duarte, Gomes, 2020).

Atualmente, programas como o Programa Banda Larga nas Escolas (PBLE) e o Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), instituído pelo decreto nº 7.175/2010, têm como objetivo ampliar o acesso à *internet* de alta velocidade. Carmo, Duarte e Gomes (2020) observaram que, ao tentar compilar os programas ativos até o início de 2020, encontraram no site do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) ações como: Territórios Digitais, Centro de Recondicionamento de Computadores, Programa Nacional de Formação de Agentes de Inclusão Digital, Telecentros, Governo Eletrônico de Atendimento ao

Cidadão (GESAC) e o Sistema Integrado de Monitoramento (SIMMC). Contudo, há uma lacuna entre a propaganda de inclusão digital e a falta de relatórios concretos sobre essas ações.

Dessa forma, percebemos que muitos projetos ficaram inacabados, sem se concretizarem na realidade.

3 Rebatimentos na Formação e Exercício Profissional

O desenvolvimento das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação — no atual estágio do capitalismo e na forma como é apropriada — acentua o abismo da desigualdade social. Este panorama pautado na inovação digital nos obriga a repensar nos desafios à formação e ao exercício profissional do assistente social, hipótese que guiou a dissertação e que servirá de suporte para pontuar alguns resultados nesse artigo. Mas, antes, ressaltamos que as reflexões são oriundas da análise de cinco trabalhos acadêmicos, sendo três dissertações (Figueiredo, 2005; Bogado, 2006 e Santos, 2018) e duas teses (Veloso, 2006 e Mangini, 2015).

Um ponto inicial a ser colocado é o impulso da formação na modalidade do ensino à distância (EAD), a partir da década de 1990. A agenda neoliberal começou a fazer parte do Estado brasileiro, trazendo um impacto na política da educação do ensino superior. Um dos indicadores dessa lógica neoliberal foi o projeto de regulamentação e expansão de cursos na modalidade EAD, tanto no público quanto no privado, mas sendo mais predominante neste último.

Dessa forma, o Serviço Social, assim como outras áreas de conhecimento, começou a adotar essa lógica sob a chancela do setor privado. Os primeiros cursos de Serviço Social na modalidade EAD começaram a se popularizar nos anos 2000, mas, desde o início, as entidades representativas da categoria alertavam para incompatibilidade da formação profissional do assistente social com essa alternativa. No entanto, a opção por essa forma, na maioria das vezes, revelava a priorização na obtenção de um título superior e não em priorizar a qualidade

do curso. Ademais, outros outros fatores tornam o ensino a distância atrativo, tais como, uma mensalidade de menor valor, economia com os custos de transporte com a alimentação e com o tempo gasto no deslocamento.

Além de uma maior expansão de instituições de ensino da rede privada, enfatizamos o desinteresse do governo na expansão do ensino público, assim como o preterimento de outros serviços públicos. Essa afirmação é reiterada por medidas como a aprovação da Emenda Constitucional 95 (Brasil, 2016), que congelou os investimentos por vinte anos e os constantes cortes no orçamento da educação, que gerou, em 2024, uma greve que perdurou por 45 dias, que mobilizou, por meio da paralisação, 64 universidades públicas.

No caso do Serviço Social, a pesquisa sobre perfil dos/as assistentes sociais desenvolvida pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) chama atenção para a quantidade de 23.417 estudantes que concluíram a graduação na modalidade de ensino a distância, em instituições privadas com fins lucrativos, ou seja, 52,97% de um total de 44.212 estudantes que concluíram o curso em outros tipos de instituição³. (CFESS, 2022, p.50).

Estes dados vêm reforçar a utilização das TDICs, como ferramenta para construir uma formação, atravessada pela lógica neoliberal, mais barata, tradicional e acrítica, que se utiliza de todo e qualquer avanço para a expansão da sua ideologia e maximização de suas taxas de lucro. Esta constatação fortalece a importância de nos contrapormos a essa tendência e reforçarmos uma formação de qualidade, crítica, articulada ao entendimento da indissociabilidade das três dimensões: teórico metodológica, ético política e tecno-operativa.

Os dados revelaram que há lacunas na formação profissional quando o assunto é tecnologia, a discussão teórica acerca da temática

³ A pesquisa usou sete tipos de instituição de ensino: instituição privada com fins lucrativos; instituição pública federal; instituição privada filantrópica; instituição pública estadual; instituição privada confessional; instituição privada comunitária e instituição pública municipal.

se mostra pequena e os profissionais só têm contato com o tema já no exercício profissional, qualificando-se por exigência dos seus postos de trabalho, o que pode ser perigoso, devido à ausência de um entendimento crítico desses instrumentos. Vimos que, nas Diretrizes Curriculares de 1996, para os cursos de Serviço Social, há uma menção à tecnologia feita sem se preocupar em uma caracterização. Acreditamos que o ano de sua aprovação coincide com a fase inicial da inserção da tecnologia na vida social, mas, mesmo assim, a flexibilidade adquirida com a implantação das diretrizes curriculares é justificada, exatamente, em razão das transformações vivenciadas na década de 1990, ano em que se popularizou a internet.

Nesse interim, devemos lembrar que Marx nos ensina que a tecnologia, em conjunto com outros elementos sociais, provoca transformações significativas na sociedade. Argumento elaborado a partir de sua experiência na Revolução Industrial e o contato com a inovação tecnológica decorrente dela. Nesta perspectiva, Mangini (2015, p.54) aponta que “[...] Marx não foi um pensador dedicado à análise abstrata da tecnologia, e seu interesse nessa temática estava associado à necessidade de perscrutar seu objeto de estudo: o capital e seu processo de valorização”.

Por isso, cumpre reforçar que o mundo já passou e está passando por várias revoluções responsáveis pela introdução de distintas tecnologias, que ensejam mudanças na divisão social do trabalho, entre outras. Em meados do século XVIII, tivemos a primeira Revolução Industrial com a máquina a vapor, que favoreceu o capitalismo concorrencial que introduziu novas modalidades na organização do trabalho.

A partir da segunda metade do século XIX até primeira metade do século XX (1945), outra revolução provocada pela descoberta de novas fontes de energia - entre elas, o petróleo, o aço, o urano, a água/ usinas hidroelétricas - mudanças significativas na economia, no mundo do trabalho e no social, e nas formas de comunicação com o aparecimento do telefone (1875), do rádio (1896) e da televisão (1926). Nessa esteira de desenvolvimento, temos a chamada terceira Revolução Industrial

(1950-2010), desencadeada a partir da década de 1970 com a eletrônica e o surgimento da informática, as quais possibilitaram a introdução de novas técnicas de produção, repercutindo em diferentes áreas de conhecimento e em processos educativos.

Temos, ainda, de mencionar a denominada de quarta Revolução Tecnológica ou Industrial, a Indústria 4.0, a partir de 2011, com base no mundo digital, que proporcionou maior velocidade, amplitude, profundidade e impacto sistêmico. Assim, as tecnologias e, principalmente as digitais, têm provocado transformações significativas no ensino e no exercício profissional, dentro da lógica contraditória intrínseca à estrutura capitalista. Em concordância com Veloso (2006, p. 46), ratificamos que “[...] o problema não está na tecnologia em si, mas no uso social que se faz dela.”

É fundamental pontuar que a tecnologia é compreendida, predominantemente nos textos analisados, como um produto histórico, importante para o desenvolvimento da comunicação e para evolução de outros mecanismos que demandam uma troca rápida de dados. Todavia, a tecnologia apresenta, também, nas suas contradições, inúmeras possibilidades, porém seu limite é imposto pela sociedade capitalista.

É evidenciado, ainda, que, tratando-se da tecnologia, as expressões da questão social tendem a se ampliar, constituindo novas demandas que exigem do/as profissionais novas habilidades e compreensões. Assim, esse aspecto implica na carência de inovações não só na atuação profissional - que é o lugar em que se sente a necessidade imediata de adaptação -, mas, também, na formação, pois ela deveria abordar o debate dessa temática desde a etapa da graduação.

Podemos deduzir que os sistemas e as redes que se estabelecem como meios de informação e comunicação no mundo digital também são instrumentos do Serviço Social e impactam no seu exercício profissional, transformando o processo de trabalho e exigindo a atualização na sua formação. Não se trata apenas do aprendizado do manuseio de ferramentas e, sim, da compreensão dos elementos por trás do uso que se faz delas, isto é, de ter uma perspectiva crítica.

Na sociedade contemporânea, podemos afirmar que a cidadania está atrelada ao uso das TDICs, logo, negar o acesso a elas é negar um direito. Os/as profissionais, entre eles o/a assistente social, precisam ter essa compreensão para estabelecer uma comunicação mais eficaz com os usuários durante sua atuação.

Para ilustrar temos o uso das redes sociais virtuais pelos órgãos públicos em todas as esferas - como é o caso do *Instagram* de prefeituras - dos governos estaduais, do senado federal, dentre outros, que utilizam dos mais diversos recursos proporcionados pelas redes para divulgar informações relativas aos serviços prestados e às formas de acessá-los.

Os autores analisados argumentam que as TDICs, quando compreendidas em sua essência, podem potencializar a comunicação com o usuário, constituindo-se como um potencial meio de organização social sem limites espaciais.

Esse aspecto deveria perpassar toda a formação profissional, desde a graduação, para a consolidação de uma postura de apreensão crítica. No entanto, há indícios de que esse processo só ocorre majoritariamente por meio de cursos extras de capacitação e qualificação ou pós-graduações. Essas extensões são, em grande parte, oferecidas para quem já está no mercado de trabalho (Veloso, 2006).

Ou seja, o Veloso chama atenção para a necessidade de um debate mais amplo, alertando que este deveria ser um tema mais explorado nas graduações e não só na educação continuada. Em sua pesquisa realizada por meio de entrevistas, Veloso relatou que uma parte dos participantes alegou que “[...] o início da sua qualificação não ocorreu no momento da graduação, mas sim depois de terem se inserido no mercado de trabalho, como decorrência de uma exigência deste”(Veloso, 2011, p. 182).

Ele alerta, ainda, que durante o exercício profissional nos deparamos com novas exigências com as quais os assistentes sociais devem lutar para acessibilizar e mediar a relação entre os usuários e as TDICs, uma vez que entendemos que esse contato e letramen-

to digital são partes do direito do cidadão. Isto é, ao mesmo tempo em que há uma parcela de usuários com acesso às TDIC e que faz uso como meio de comunicação, há outra parcela que não alcança as tecnologias e há, também, aqueles que têm o acesso, mas não dispõem de habilidades digitais. Esses dois últimos grupos enfrentam uma maior agudização das expressões da questão social, demandando atenção dos/as profissionais para atingi-los para, assim, evitar a marginalização e a exclusão digitais. Ressaltamos que, nos últimos vinte anos, houve uma melhora na expansão das tecnologias, levada a cabo pela pressão social advinda da compreensão do acesso à informação como um direito, e pelo fato de ela ser funcional e necessária aos interesses do capital. Todavia, não podemos nos esquecer do seu lado contraditório e da sua ineficiência no atendimento de interesses diferenciados dos hegemônicos.

Através da reflexão suscitada pelo autor acima, o/a assistente social, bem como outros profissionais, quando diante das TDICs, depara-se com uma mudança no seu processo de trabalho, necessitando de uma visão crítica para direcionar sua ação de modo a honrar com seu compromisso com o usuário e com o projeto ético político da profissão. Isto é: saber se posicionar frente aos direitos.

Bogado (2006), assim como Veloso (2006), demarca essas potencialidades ao fazer referência ao uso das tecnologias para contribuir de forma relevante para o trabalho do/a assistente social. Tanto Bogado quanto Veloso, compreendem que as TICs, por si só, não carregam ideologias, e que os instrumentos e o seu direcionamento dependem do profissional que os utilizam. Portanto, elas tanto podem, simultaneamente, favorecer o acesso aos direitos ou negá-los.

Sinalizamos os questionamentos abordados por Bogado (2006) sobre qualificação dos profissionais, apontando para as vantagens e desvantagens do uso das TICs quando uma nova tecnologia se apresenta. Muito disso pode estar ligado ao fato de essas tecnologias estarem emaranhadas a uma lógica capitalista, cuja implementação tem se mostrado como meio de reduzir o “trabalho vivo” ou de controlar “o tra-

balho contratado”. Outro ponto colocado e que tem demonstrado sua atualidade é a importância dos indicadores para uma apreensão mais consistente da realidade, esse e outros dilemas aparecem no Brasil um pouco mais tarde, por conta da posição periférica do país.

De modo geral, esses desafios acarretam desafios e problemáticas para o exercício profissional, dada a necessidade de desenvolver habilidades digitais para lidar com as novas ferramentas e com o controle do trabalho. Santos (2018), com base em Antunes, afirma que essa fase do uso de sistemas ligados à rede constitui em um deslocamento do saber intelectual e cognitivo para os computadores, destacando que isso “[...] demonstra, a permanente tendência de alteração da composição orgânica do capital e de conversão do trabalho vivo em trabalho morto adentrando todos os espaços ocupacionais” (Santos, 2018, p. 112).

Santos, assim como outros autores analisados e o nosso entendimento, chama a atenção para a implicação dessas mudanças na formação e no exercício profissional para apreender as novas demandas, para reconhecer os encaminhamentos pertinentes para solucioná-las diante de novas ferramentas tecnológicas, que exigem habilidades digitais. Os autores descrevem o trabalhador um agente, como multifuncional, polivalente, dessa maneira, Mangini (2015, p.75) supõe que, ao ser potencializada a acumulação capitalista, “[...] as personificações do capital passaram a valorizar a reconstituição do elo entre concepção e execução, fragilizado com a divisão social do trabalho. Isso se expressa nas categorias da multifuncionalidade, da polivalência e da interdisciplinaridade”. Em suma, apreendemos, a partir dos trabalhos analisados, que a relação do Serviço Social com as TDICs se dá dentro do caráter contraditório das relações capitalistas, por isso, reforçamos que não se pode perder de vista a instrumentalidade e a discussão da formação e do exercício profissional dentro delas.

Essa aproximação com a realidade permite desvelar tanto as potencialidades quanto aos limites impostos pelo modo como vem se materializando, por isso os autores demonstram esse movimento atra-

vés de vantagens e desvantagens do uso dessas tecnologias da informação ligadas à rede de *internet*.

Entre as vantagens, constam o acesso rápido aos dados, sistematizações que permitem agrupar e relacionar indicadores, criar estatísticas de forma simples e alternativas, que proporcionam o desvelamento de elementos da realidade social sob a qual se atua.

Em relação às desvantagens, é sinalizado o seu uso predominantemente imposto pelo capital, como uma forma de exploração do trabalho, permitindo, também, a aceleração do ritmo de trabalho, o controle e a vigilância. O Serviço Social percebe essas mudanças na sua atuação profissional ao constatar o seu tempo de atendimento controlado e registrado em suas plataformas, por utilizar sistemas de informação, por lidar com as demandas de aprimoramento de suas habilidades digitais, entre outras situações apresentadas no cotidiano. Entretanto o enfrentamento dessas questões depende de uma formação crítica que aborde a realidade que se impõe na sociedade contemporânea.

4 Considerações Finais

Diante do exposto, é crucial que o Serviço Social, assim como as outras profissões, se aproprie tanto do debate quanto da prática das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação, visto que as mudanças, resultantes da inserção massiva das tecnologias, dão novas roupagens as expressões da questão social que se apresentam como demandas no processo de trabalho.

As tecnologias fazem parte do processo sócio-histórico da sociedade e, ao longo de sua história, tem possibilitado avanços da humanidade, como vimos nas reflexões acima. No decorrer da história, as chamadas Revoluções Industriais, que representaram profundas transformações nos modos de produção, propiciaram avanços tecnológicos que mudaram a sociedade e as relações.

O desenvolvimento das TDICs, potencializa descobertas na comunicação, no armazenamento e na sistematização de dados vincu-

ladas as diferentes áreas de conhecimento tais como, a saúde, o meio ambiente, gênero, entre outras. Concomitantemente, o seu caráter contraditório, inerente ao capitalismo, implica na acentuação e na ampliação das desigualdades sociais, no que concerne tanto ao acesso a essas tecnologias, como, também, no descompasso entre as classes no que se refere ao desenvolvimento de habilidades digitais.

O entendimento geral das pesquisas analisadas sumariza as vantagens e desvantagens existentes assim como os limites e potencialidades na relação do Serviço Social com a tecnologia, sobretudo no que diz respeito ao seu exercício e à formação profissional. As TDICs são instrumentos que ganharam direcionamento a partir da materialização da intencionalidade de cada profissional, o que reforça a importância da discussão da instrumentalidade.

Os dados revelam as dificuldades do acesso e do uso das tecnologias por parte dos usuários, o que acentua e amplia as expressões da questão social e demanda do profissional de Serviço Social uma formação que abarque essa realidade na totalidade e uma atuação que se utilize das TDICs de forma crítica.

Muitas vezes, as resistências no uso das TDICs pressupõe uma percepção reduzida às limitações das tecnologias, fruto das lacunas na formação. Podemos legitimar este diagnóstico através da ínfima presença deste tema na graduação, período no qual deveria haver uma apresentação das críticas, dos avanços e das possibilidades de apropriação desses instrumentos. A nossa sugestão e contribuição é lutar para que o tema seja tratado e estudado como uma disciplina específica e íntegra, por fim, na ementa em voga nos cursos de Serviço Social.

Em suma, no incongruente sistema capitalista, as TDICs, que são empregadas de acordo com os interesses do mercado, guardam potencialidades de uso na direção dos compromissos e lutas dos profissionais, inclusive, dos assistentes sociais. Contudo, elas podem, a partir da materialização da intencionalidade do profissional que atua, servir para o aprimoramento da comunicação entre os pares e os usuários. Ademais, essas ferramentas devem promover aproximações da reali-

dade com base na maior capacidade de armazenamento, sistematização, troca e articulação de dados, meios de organização da sociedade civil, entre outros usos que exigem uma apropriação crítica dos instrumentos. Porém, isso só pode ser feito mediante a articulação da teoria, ética e prática.

Observamos que muitos projetos desenvolvidos acabam ficando incompletos, sem atingir a concretização necessária para o público-alvo. Do mesmo modo, identificam-se deficiências em termos de atualização e transparência dos dados, o que compromete uma avaliação mais consistente dessas políticas de inclusão. A tecnologia, nesse contexto, poderia exercer um papel fundamental, promovendo uma socialização mais efetiva dos dados, o que facilitaria a realização de pesquisas na área e permitiria uma vigilância mais precisa sobre a efetividade, eficácia e eficiência das iniciativas em desenvolvimento, além de oferecer um diagnóstico das regiões com menor inclusão digital.

Entretanto, a prática demonstra que a tecnologia não alcança plenamente seu potencial, tampouco atua no aprimoramento da qualidade de vida da classe trabalhadora e na viabilização de uma coleta e uso de dados mais eficiente. Observamos que a falta de interesse, gestão e financiamento pinta em um cenário de retrocesso, agravando ainda mais essa questão, já que ela permeia diversas políticas públicas de inclusão. A caminhada ainda é longa para materializar o acesso à internet como um direito humano reconhecido, ainda que em 2011 a ONU já o tenha promulgado. Ainda precisamos colocar as TDICs na centralidade de políticas públicas inclusivas, de modo a diminuir as desigualdades sociais, a discriminação e o preconceito de gênero, etnia/raça e de classe.

Referências

AGÊNCIA SENADO. **Brasil tem 11 milhões de analfabetos aponta IBGE**. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/omuni/2020/11/brasil-tem-11-milhoes-de-analfabetos-aponta> Acesso em: fev. 2022.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16. Ed. São Paulo: Cortez, 2015.

BEHRING, E. Política Social no contexto de crise capitalista. *In: Serviço Social: direitos e competências profissionais*. Brasília: CFESS, 2009.

BOGADO, F. T. **Influência das tecnologias de informação no processo de trabalho do Serviço Social**. 01/02/2006 180 f. Mestrado em Serviço Social e Política Social Instituição de Ensino: Universidade Estadual de Londrina, Londrina Biblioteca Depositária: Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas da UEL. Disponível em: www.bdt.d.ibict.br/vufind/Record/Uel_e224d4fe4e346f6c6684fae40de88e2d Acesso em: dez. 2021.

BONILLA, M. H. S; PRETTO, L. N. (org.). **Inclusão digital**: polêmica contemporânea. Salvador: EDUFBA, 2011. V. 2. 188p. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ri/4859/1/repositorioInclusao%20digital-polemica-final.pdf>. Acesso em: 22 de set. 2020.

BONILLA, M. H. S; OLIVEIRA, P. C. S. **Inclusão digital**: ambiguidades em curso. *In: Inclusão digital: polêmica contemporânea*. Salvador: EDUFBA, 2011. V. 2. P. 23-48. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ri/4859/1/repositorioInclusao%20digital-polemica-final.pdf>. Acesso em: 22 set. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 15 dez. 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/omunicação/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 4 nov. 2024.

CARMO, P.; DUARTE, F.; GOMES, A. B. **Inclusão Digital como Política Pública**: Brasil e América do Sul em perspectiva. Instituto de Referência em Internet e Sociedade: Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <https://irisbh.com.br/publicacoes/inclusao-digitalcomo-politica-publica-brasil-e-america-do-sul-em-perspectiva/> Acesso em: 4 de agosto de 2021.

CFESS. **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil**: Formação, Condições de Trabalho e Exercício Profissional. Brasília/DF, 2022. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf> Acesso em: 04 nov.2024.

CGIB. Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: **TIC Domicílios 2023** [livro eletrônico] = Survey on the use of information and communication in Brazilian households: ICT Households 2023 / [editor] Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. – 1. Ed. – São Paulo: Comitê Gestor da Internet do Brasil, 2024.

FATTORELLI, M. L.; ÁVILA, R.; MULLER, R. **Gastos com a dívida pública cresceram 33% em 2020**. In: Auditoria Cidadã Da Dívida Pública. Disponível em: <https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/gastos-com-a-divida-publica-cresceram-33-em2020/> Acesso em: 19 nov. 2021

FIGUEIREDO, K. A. **Novos Desafios para o Serviço Social na Era das Comunicações**. 01/06/2005 150 f. Mestrado em Serviço Social Instituição de Ensino: Universidade do Estado do Rio De Janeiro, RIO DE JANEIRO Biblioteca Depositária: CEDOM-UERJ Disponível em: http://www.bdtu.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1195 Acesso em: nov. 2021.

MANGINI, F. N. R.. **O conhecimento profissional do assistente social: tecnologia para a transformação social**. 10/07/2015. 229 f. Doutorado em Serviço Social Instituição de Ensino: Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária da UFSC. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/157388> Acesso em: dez. 2021.

MONTEIRO, L. **A internet como meio de comunicação: possibilidades e limitações**. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXIV. In: Congresso Brasileiro da Comunicação. Campo Grande: MS. Set. 2001. Disponível em: http://www.academia.edu/download/57799090/Internet_como_meio_comunicacao.pdf. Acesso em: 10 de nov. 2020. Monteiro, 2001.

RODRIGUES, S. A. **O Serviço Social frente às tecnologias digitais da informação e comunicação: uma análise a partir de dissertações e teses (1990-2021)**. 2022. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 145 f, 2022. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/17544>.

SALVADOR, E. **Fundo público e o financiamento das políticas sociais**. Serviço Social em Revista. Londrina, v. 14, n.2, p. 5 04-22, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/12263/11632>. Acesso em: 10 mar. 2021.

SANTOS, C. P. dos. **Trabalho, tecnologia, controle e disciplina no capitalismo contemporâneo**. Rizoma Editorial, 2015.

SANTOS, F. dos. **Os sistemas de informação no Serviço Social: reforço da racionalidade formal-abstrata no exercício profissional dos/as assistentes sociais**. Dissertação. Universidade Federal de Sergipe. 2018.

SILVEIRA, A. S. **Para além da inclusão digital**: poder comunicacional e novas assimetrias. P. 49-59. In: *Inclusão digital: polêmica contemporânea*. Salvador: EDUFBA, 2011. V. 2. 23-48 p. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=gsjFAwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=one-page&q&f=false> Acesso em: 23 set 2020.

SCHWAB, K. **A quarta revolução industrial**. Tradução: Daniel Moreira Miranda. São Paulo: Edipro, 2016.

VELOSO, R. dos S. **Tecnologia da Informação**: contribuição importante para o exercício profissional? 01/11/2006, 230 f. Doutorado em Serviço Social Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: ESS Disponível em: <https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-71643/tecnologia-da-informacao--contribuicao-importante-para-o-exercicio-profissional> Acesso em: jan. 2022.



GÊNERO E SEXUALIDADE EM INTERFACE COM FEMINIZAÇÃO DO HIV/AIDS

Maria Edilma de Jesus Santos

1 Feminismo: um pouco de sua história

O acesso entre os direitos das mulheres e as lutas para igualdade das minorias em geral estiveram entrançados. No momento colonial (1500-1822), pouco foi adquirido. Vivia-se uma cultura arraigada de repressão as minorias, desigualdades e de patriarcado. As mulheres eram propriedades de seus pais, marido ou qualquer que fosse o chefe superior da família. Nesse período, a luta das mulheres era centrada em algumas carências excessivamente marcantes a época a saber: direito a vida, educação, política, direito ao divórcio e ao mercado de trabalho (Follador, 2009).

Com o movimento feminista desde final do Século XIX, as mulheres mobilizaram-se no Brasil e no mundo na luta pelos direitos civis, políticos e sociais. A autora Constância Lima Duarte, no artigo “Feminismo e Literatura no Brasil” (2003), relata que a história do feminismo no Brasil, a partir do século XIX, embasado no argumento de Eva Atermam Blay, em quatro imprescindíveis momentos ou ondas. No Brasil e em outros países, a história dos movimentos feministas é relatada como se fosse estruturada por ondas (Marlise 2010). A divisão dos feminismos em ondas é uma forma de definir características e ênfases de um momento específico, conforme uma separação cronológica dos acontecimentos (Drummond, 2020)

A primeira onda feminista, data do início do século mencionado, sendo a educação a demanda mais emergente para aquele momento.

Esse direito era reservado até então ao homem e pouquíssimas mulheres privilegiadas. Apesar de que, essas percebiam uma educação focada as prendas do lar e ao casamento. Folgado (2009) aponta que a primeira lei concernente à educação feminina, que data de 1827, salienta que as meninas podiam frequentar a escola somente até o nível elementar, sendo-lhes negado o ingresso nas instituições de ensino superior. Dava-se ênfase às prendas domésticas, como a costura, em prejuízo a escrita e aritmética. Cabe elencar que a primeira escola Brasileira pública feminina data de 1927. Até então, a educação para mulheres se dava em conventos ou poucas escolas nas casas das professoras ou no ensino individual. O nome de maior visibilidade nesse período é o de Nísia Floresta.

A segunda onda aflora por volta de 1870, quando as mulheres passaram a lutar por mais educação e pelo voto direito. Sob a ótica que “a ignorância de seus direitos era o grande inimigo das mulheres, de acordo com as palavras de outra grande célebre feminista da época, também mencionada por Duarte (2003), Francisca Senhorinha da Mota Diniz, as mulheres solicitavam o direito de estudar em universidades e posteriormente, uma vez diplomadas, exercerem a profissão almejadas. No concerne ao voto feminino, as lutas estavam apenas iniciando, sobretudo, se verificarmos que a questão do voto em nosso País foi bastante demorada, o que potencializou ainda mais a demanda das mulheres pelo o direito a educação.

A terceira onda deu-se no começo do século XX e tinha como demanda preponderante a cidadania. Além do reivindicar por amplificação do estudo e trabalho, exacerbou-se também demanda pelo voto. Nesse momento, presenciou-se campanha pelo voto no Brasil, bem como passeatas turbulentas. Contudo, a mulher conquistou esse direito apenas em 1932, durante o governo de Getúlio Vargas, que cede aos apelos e insere ao novo Código Eleitoral o direito de voto à mulher, nas mesmas condições que aos homens, suprimindo os analfabetos; e o Brasil passava a ser o quarto país nas Américas, ao lado do Canadá, Estados Unidos e Equador, a conceder o voto às mulheres. (Duarte, 2003).

A quarta onda feminista, por vezes é considerada como uma nova etapa na luta em prol dos direitos para as mulheres. Argumentamos que os feminismos contemporâneos fazem parte de uma quarta onda porque têm adotado, dentre outras características, a mobilização via meios de comunicação digitais, a interseccionalidade e a organização na forma de coletivos. O termo quarta onda não vem sendo adotado apenas na academia, mas também por ativistas e jornalistas (Drummond, 2020). E o seu uso não é exclusivo do Brasil: a denominação também é utilizada por diversos veículos de comunicação de fora do país e ativistas feministas ao redor do mundo para entender uma nova fase do feminismo (Drummond, 2020).

As seguintes características são atribuídas à quarta onda: 1. o alargamento da concepção de direitos humanos, abarcando sexo, gênero, cor, raça, sexualidade, idade, geração, classe social, etc.; 2. a ampliação e diversificação da base das mobilizações sociais e políticas; 3. o foco no sidestreaming feminista, ou seja, na perspectiva que reforça a discriminação de gênero, mas vai além dela; 4. o foco no mainstreaming feminista, pelo qual ganham visibilidade e destaque as novas formas de relação com o Estado e com suas muitas instituições; 5. A nova forma teórica – transversal e interseccional; 6. uma retomada e uma aproximação entre o pensamento, a teoria e os movimentos feministas (Matos, 2014).

A literatura que enfatiza a crescente utilização das redes sociais digitais pelos feminismos da quarta observa a presença de organizações feministas que apenas utilizam o espaço virtual sem promover atividades presenciais. Matos (2014) ressalta como característico da quarta onda o alargamento da concepção de direitos humanos abarcando sexo, gênero, cor, raça, sexualidade, idade, geração, classe social. Estaríamos diante de uma nova geração de feministas que articula as desigualdades relacionadas especialmente ao gênero e à raça e com isso problematiza as múltiplas formas de opressão social.

As ondas de mobilização política não ocorrem por ciclos homogêneos: em todos os períodos estão presentes características de ondas anteriores ou posteriores. A imagem das ondas carrega justamente o

sentido de que os fenômenos coexistem, embora fiquem mais evidentes em determinados períodos. Uma nova onda não representa uma ruptura em relação às mobilizações políticas anteriores. Pautas de períodos anteriores, como a própria participação das mulheres na política, continuam a ser tema de debates e de mobilizações políticas, assim como as ruas não foram substituídas pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Nesse sentido, uma nova onda não significa que o campo dos movimentos sociais esteja assumindo características novas e absolutamente estranhas em relação aos ciclos anteriores.

Contemporaneamente, a importância da atenção para as diversas desigualdades que se inter cruzam está presente na ideia de interseccionalidade. A ideia e a importância da interseccionalidade como modo de conceber as injustiças sociais foi construída pelos movimentos sociais, em especial pelos feminismos negros. A própria luta desses movimentos contribuiu para que pesquisadoras/ativistas adentrassem no universo acadêmico, ajudando a construir e a difundir o conceito como lente analítica para a compreensão das desigualdades sociais, em especial àquelas envolvidas na vivência de mulheres negras Por conta da relação entre militância e universidade a interseccionalidade.

O movimento feminista é movimento legitimado que procura alterar as relações entre homens e mulheres. Além de ter embate sobre as estruturas, política, econômicas, sociais e culturais e de ter propiciado grandes conquistas em todas as áreas, ainda conserva sua luta em busca de transformações. Conforme Cruz o “feminismo pode ser definido como movimento social organizado que abriu novas perspectivas e que trouxe novas questões aos campos disciplinares, à produção do conhecimento e à ciência, bem como desencadeou mudanças na ordem social e política” (Cruz, 2006, p. 143). No Brasil, o movimento feminista teve maior destaque partir da década de 1970 vinculado a outros movimentos sociais do período, sobretudo, o movimento de mulheres que tinha um traço mais popular, sendo formado por mulheres das periferias que lutavam por transporte, creches e melhores condições de vida.

2 Considerações sobre Gênero

É importante destacar que o conceito de gênero está relacionado diretamente à história do movimento feminista da contemporaneidade, sendo constituído deste movimento. O conceito de gênero surgiu em meados dos anos 1930 e 1970 com o movimento feminista com o intuito de diferir e separar o sexo – categoria analítica marcada pela biologia e por uma abordagem essencializante da natureza ancorada no biológico – do gênero, dimensão esta que evidenciaria traços de construção histórica, social e sobretudo política que provocaria análise relacional. (Matos, 2008). O uso do conceito dissipou-se imediatamente nas ciências a partir dos anos 1980 com referência à organização social da relação entre os sexos. A gramática define a palavra gênero como forma de classificar fenômenos, propondo uma relação entre categorias consentindo que haja distinções. Até então, vinham se colocando de forma figurada os termos gramaticais, em que tão somente eram lembrados traços sexuais ou de caráter.

Apesar de inúmeras conquistas nas diversas áreas de conhecimento e da vida social, insistem nichos patriarcais de resistência. Desde que lembremos do salário inferior, da presença incoerentemente desigual de mulheres em assembleias e em cargos de direção, e da ancestral violência que continua sendo praticada com a mesma covardia e abuso da força física. Sem dúvida vivemos outros e novos tempos, e o movimento feminista parece atravessar um necessário e relevante período de amadurecimento e reflexão (Duarte, 2003).

O sistema sexo/gênero é um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e na qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas. Conforme Rubin, Gênero é uma divisão dos sexos imposta socialmente. É um produto das relações sociais de sexualidade. Os sistemas de parentesco baseiam-se no casamento. Por isso eles transformam pessoas do sexo masculino e pessoas do sexo feminino em “homens” e “mulheres”, sendo que cada um é uma metade incom-

pleta que só pode completar-se unindo-se à outra. Homens e mulheres são, naturalmente diferentes (do ponto de vista anatômico) (...). Mas a ideia de que homens e mulheres são duas categorias mutuamente excludentes deve ter origem em algo que não uma posição “natural”, que na verdade não existe. Longe de ser uma expressão de diferenças naturais, a identidade de gênero é a supressão das semelhanças naturais. Ela exige a repressão: no homem, de qualquer versão de traços “femininos”; nas mulheres, a de traços definidos como “masculinos”. (Rubin, 2017, p. 31).

A divisão dos sexos resulta na repressão de algumas características de personalidade de praticamente todo mundo, homens e mulheres. O mesmo sistema social que oprime as mulheres em suas (do sistema) relações de troca, oprime a todo mundo em sua insistência numa rígida divisão de personalidade. Ao entender o sexo como uma matéria-prima, Rubin isenta-o de questionamentos a respeito do seu caráter de construído sócio culturalmente. Sexo fica salvaguardado na sua própria “natureza”. Gênero, pelo contrário, fica aberto à mudança histórica e, conseqüentemente, à agenda de lutas feministas (Henning, 2008).

Assim, o ensaio de Rubin mostrou-se bastante relevante para dar um passo rumo à desnaturalização das desigualdades de gênero, o que justifica a sua indiscutível influência, principalmente até o início da década de 1990, quando novas acepções ganharam mais força. Vale frisar que o termo gênero é muito confundido com o termo “sexo”, sobre essa questão Cruz (2008), explica que a palavra sexo é derivada do latim, *sexus*, faz referência a condição biológica que diferencia macho e fêmea. Gênero é uma categoria também derivada do latim *genus*, corresponde ao código de conduta que rege a organização das relações sociais entre homens e mulheres. Cruz esclarece: “O conceito de gênero é introduzido para afirmar algo mais amplo que sexo e como produto social apreendido, institucionalizado e transmitido de geração em geração” (Cruz, 2008, p. 244)

Para compreender o conceito de gênero é importante fazer uma relação entre identidade feminina e masculina, estas que não são na-

turais, mas fruto de período histórico relevante. A célebre Simone de Beauvoir (1980) destaca que “ninguém nasce mulher, mas torna-se mulher”. Assim, denuncia o papel imposto pela sociedade machista, que considera o poder masculino superior e a submissão feminina como algo natural.

Dessa forma, gênero é uma categoria que não trata de diferença sexual, mas sim de relação social entre homens e mulheres, entendendo como se constrói enquanto sujeitos sociais. Tal categoria não se caracteriza apenas como analítica e descritiva, é também histórica. Entendemos que a categoria gênero se manifesta com o intuito e o objetivo de dar conta da discussão sobre a subordinação da mulher, sua reprodução e as várias e diversas formas que sustentam a dominação masculina na sociedade, através das desigualdades de gênero impostas. “A construção de gênero pode, pois, ser compreendida como um processo infinito de modelagem-conquista dos seres humanos, que tem lugar na trama das relações sociais entre mulheres, entre homens e entre mulheres e homens” (Saffioti, 1992, p. 211).

De acordo com Pedro (2009) as relações de gênero presentes no patriarcado pressupõem que o órgão sexual determina as funções sociais. Desse modo, a sociedade constrói uma identidade social, que é edificada através dos diferentes papéis que são conferidos a homens e a mulheres. Conforme Parker (2004) as características da vida sexual, principalmente a brasileira, marcada pela ideia de um povo sexual e profundamente patriarcal, em que, desde a Brasil colônia as proibições fortalecem as divisões de gênero, propiciando a existência de perfis cotidianos. As teorias do patriarcado elucidam (Peterson, 1999), a subordinação feminina erguida a partir da necessidade masculina de superioridade.

Compreender a expressão da diferença é essencial para discutir a igualdade. O gênero é definido como “um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (Scott, 1990, p. 14). Gênero é empregado para nomear as relações so-

ciais entre os sexos. “o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o primeiro modo de dar significado às relações de poder.” (Scott, 1990, p.21). Conforme Scott o termo gênero não deve ser confundido com mulher, ele é muito mais abrangente, insere o homem e a mulher nas relações de poder, se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” designados aos homens e às mulheres, e pode ser combinado a outras categorias como classe social e raça/etnia, o que acusa as desigualdades e jogo de poder presentes nessa relação.

Pougy (2012) salienta que as relações de gênero se referem às relações de poder entre sujeitos históricos, não se restringindo às relações entre homens e mulheres. Para além do sexo, gênero relaciona-se à construção do masculino e do feminino, processo no qual a história e a totalidade precisam ser restabelecidas como axiomas no conhecimento dos fenômenos sociais. No que tange às relações de poder, percebemos que se evidenciam inúmeras expressões das desigualdades de gênero, que são postas e vivenciadas pelas mulheres há muito tempo, em consequência de gestos e atos violentos, discriminação, preconceito, imposição de suas vontades.

O conceito de poder não remete apenas ao âmbito da esfera micropolítica, de confronto entre classes sociais ou entre elas e o Estado, mas tem uma intensa relação ao contexto da vida cotidiana. O poder se expressa de maneira sutil, entretanto, no âmbito das relações de gênero, atitudes de poder abusivo podem suscitar diversos problemas, precipuamente para mulheres que sofrem algum tipo de violência em detrimento do excesso de poder que o homem acredita deter sobre ela.

Para Foucault (1984), o poder se manifesta em duas dimensões, sendo elas: macro e micro, que se assentam no âmbito das discussões das relações de gênero, pois a mulher detém o poder tanto quanto o homem, no entanto, o que ocorre é que a mulher, inúmeras das vezes, exerce o poder no plano microsocietal, em decorrência das condições de desigualdades impostas a ela no plano macro. Podemos entender que a mulher não é por natureza dominada, todas detêm o poder, tanto

quanto os homens. Contudo, as mulheres exercem tal poder em escala menor que os homens, o que inúmeras vezes nos leva a compreender que a mulher não detém poder algum (Foucault, 1984). A mulher exerce o poder na maioria das vezes em uma proporção bem menor do que homens, uma vez que historicamente foi dado este poder ao homem, o que agrava e aumenta quadro de violência contra ela.

Desde do momento em que conceito de gênero passa a ser percebido, é possível averiguar com mais nitidez as discriminações relacionadas a gênero, que, até então visualizadas com naturalidade para a maior parte das sociedades e, através dessa naturalização, cada sociedade estabelece seus conceitos de comportamentos considerados. Em geral, a mulher deve demonstrar características como sensibilidade, docilidade, protetora da prole e do lar, procriadora dentre outras que apresentam o sexo vulnerável. Nessa linha de reflexão, a sexualidade feminina foi historicamente construída com relação ao gênero como impura e passiva, devendo ser realizada a partir do sentimento de amor puro e não de desejo. Quando se refere da prevenção das doenças sexualmente transmissíveis, principalmente a AIDS, o gênero só poderia prejudicar negociação do uso do preservativo pela mulher, visto que a construção da sexualidade feminina conforme o gênero privilegia o aspecto maternal e da procriação, em oposição à proposta de prevenção do HIV/AIDS (Seixas, 1998).

3 Pensando a Sexualidade

As reflexões sobre sexualidade, sexo e gênero estão intrinsecamente relacionadas e, é a partir da desconstrução de certas normativas e padrões patriarcais que percebemos a insuficiência de categorias identitárias e a necessidade de revisão da estrutura heterocêntrica na qual a sociedade ocidental está apoiada. Vale destacar que o sexo e a sexualidade estão diretamente relacionados, porém, cada um com sua especificidade e seus significados. Chauí (1984) define o sexo como dado físico-biológico, assinado pela presença de órgão genital e de es-

pecificidades fisiológicas entre homem e mulher, incluindo a necessidade de reprodução, o prazer, o desejo e os afetos. Dessa forma, o sexo não é apenas o ato sexual, mas também um ato dominante de se falar sobre sexualidade.

A sexualidade é mais ampla se refere à prática, linguagem, modo de pensar, sentir, agir, desejos, fantasias atração que não se reduzem necessariamente ao ato sexual apenas, mas tem ligação com a história e cultura e mudam conforme essas mudam. Embora a sexualidade possa incluir todas estas dimensões, nem todas são sempre experimentadas ou expressadas. Para a Organização Mundial da Saúde a sexualidade é um traço essencial do ser humano durante toda sua vida e engloba o sexo, as identidades e os papéis de gênero, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução.

O historiador filósofo Foucault em “A história da sexualidade I: a vontade do saber” (1988) mostra em suas discussões que a história da sexualidade não é uma narrativa da progressão do que seria universal na história, a sexualidade conforme muda com o tempo torna-se algo novo no tempo. A sexualidade na atualidade é tão diferente de outros tempos e outras culturas que não se pode falar de uma história única de sexualidade. Durante o século XVIII, a sociedade ocidental vive em um crescente processo de repressão sexual, em que todas as práticas sexuais que não considerados sadias, leia-se dentro da lógica heteronormativa, são consideradas erradas. Nesse sentido, Foucault (1988) destaca que em meados do século mencionado o sexo se torna questão de polícia todo aparato jurídico e político vai debruçar sobre o sexo para não apenas classificar suas variações, mas para geri-lo.

Bandeira (1999) expõe que a sexualidade é uma construção histórica e cultural. Isto é, não há uma sexualidade posta como “única”, ou mesmo como “modelo”, mas sim diferentes performances que variam de acordo com as situações culturais e sociais próprias. Os diversos discursos ligados pela cultura e pela história começam a regular os indivíduos, assim como criar as identidades sociais dos sujeitos. O século XIX foi marcado pela efervescência de teorias sobre a sexualidade,

momento este em que há um nivelamento do sexo, segundo mecanismos de recrutamento e controle.

Foucault (1998) ressalta que foi um período de moralismo e fundamentalismo religioso de que o sexo era reprimido. Nesse sentido, o discurso da repressão funcionava com o discurso com outros discursos que a repressão era reforma de fazer proliferar mais de saber sobre o sexo, justamente porque no proibido alguns julgavam estar escondida a verdade do ser. Na perspectiva foucaultiana os discursos atravessam a sociedade são inspecionado e sofrem influências de regras institucionais, sociais e detentoras de saberes que, por sua vez, garantem a verdade. Por esse motivo, o discurso vai além do falar, já que entra no jogo de entender o que é dito (e por quem é dito) e se adéqua em relação a tudo isso. *os discursos sobre sexualidade e sexo, determinados a partir das relações de poder, são chamados por Foucault como scientia sexualis*, ou “ciência do sexo”, amoldando, por meio de um conjunto de regras, o discurso sobre o sexo, além de propiciar tendências que validam preconceitos, conectando as relações de poder à formação do conhecimento científico. Louro (2010, p.12) também elucida que “é no âmbito da cultura, do poder, do discurso e da história que se definem as identidades sociais, e não apenas a identidade de gênero, mas todas elas: de raça, de nacionalidade, de classe, dentre outra.

A sexualidade remete, portanto, a uma série de crenças, comportamentos, relações e identidades sociais historicamente construídas. Criou-se um estereótipo de que falar sobre tal temática da sexualidade era proibido. E, desse modo, a história desses discursos, por meio dos quais a sexualidade é constituída, se estabelece uma relação de poder. Sobre a concepção moral religiosa da sexualidade Foucault (1998) mostra como a pastoral cristã com sua prática de confissão foi um elemento chave na produção do discurso sobre o sexo em especial, a partir da contra reforma que acelerou o ritmo da confissão numa tentativa do catolicismo se manter forte frente ao protestantismo em ascensão. Vê-se que a sexualidade dentro da concepção religiosa possui um viés

punitivo no que se refere a esta temática, fazendo predominar a ‘moral dos bons costumes’, com características principais de limitar a sexualidade ao sexo (coito vaginal), destacando a repressão ao sexo, reduzindo a condição de pro criativo e vinculando-o ao matrimônio.

Outra concepção existente acerca da sexualidade é a histórico-cultural. Esta vertente entende que a sexualidade é socialmente construída a partir dos processos de apropriação de cada sujeito, sendo mediadas pelas relações de gênero, pelos valores, relações de poder, regulamentos e normas sociais, que se transformam em cada momento histórico. (Gesser, 2010). Conforme Jeffrey Weeks (1999) a sexualidade embora tenha como suporte o corpo biológico, deve ser vista como uma construção social, uma invenção histórica, pois o sentido e a importância a ela atribuída são criadas em situações sociais concretas. E, a partir da proposta por uma análise mais crítica em relação ao discurso da sexualidade e do sexo para além do discurso da repressão que os atravessam, acredita-se no caráter múltiplo desses discursos segundo o estabelecimento de relações de poder¹.

A sexualidade feminina foi e ainda o é, apesar de contemporaneamente vivermos sob outros padrões de moral, ética e comportamento, objeto de interdição em diversos campos. Isto se deu razão da formação da nossa sociedade que recebeu interferência da Europa ocidental que, pautada na ética e na moral do Cristianismo, outorgou o corpo e o sexo como lócus “proibidos”. A sexualidade da mulher quase sempre esteve condicionada a vontade do homem, em primeira instância do pai e em segunda do marido, com sua sexualidade regularizada pelos padrões Cristãos, validada pelo do casamento e pelo cumprimento da função reprodutora.

¹ Essa relação de poder é mais expressiva no público feminino, pois entendemos que a mulher exerce o poder na maioria das vezes em uma escala bem menor do que homem, uma vez que historicamente foi dado este poder ao homem, o que agrava e intensificada as manifestações das desigualdades de gênero, que são impostas e vivenciadas pelas mulheres há muito tempo, em decorrência de gestos e atos violentos, discriminação, preconceito, imposição de suas vontades principalmente no que diz respeito a sexualidade.

São percebidos desafios nas lutas por direitos, na área da sexualidade, têm trazido importantes avanços no que tange à ampliação de possibilidades de escolha, ao maior conhecimento acerca dos corpos e à valorização da equidade nas relações. As reivindicações feministas e o entendimento relacional da sexualidade colaboram para nos fazer refletir, enquanto seres sexuais, na problematização da junção entre feminilidade, passividade e submissão, bem como para o fortalecimento da compreensão de que as mulheres desejam, e também, procuram e “experimente” o prazer.

Diante do exposto, faz-se necessário pensar a sexualidade sob a perspectiva feminista como uma construção sócia histórica e política, engendrada por pertencimentos sociais como gênero, classe, raça, geração, entre outros. Para Bleier (1984), vivemos em uma sociedade fundamentada nas tradições dualistas, na qual os pares contrapostos são vistos como opostos e excludentes, além de fixos nas suas diferenças. No que tange à questão de gênero, o dualismo aponta que o homem é ativo dentro de uma relação sexual e a mulher é completamente passiva, ao aplicar a construção da sexualidade. Este método cria a identidade de gênero e a identidade sexual, resultando basicamente em dois tipos de seres: homens sexualmente ativos e mulheres sexualmente passivas.

Nessa discussão, é notório apontar à interface gênero/sexualidade, tomando como apontamento o pressuposto de que o sentido do exercício da sexualidade é ajustado também pelas relações de gênero estabelecidas em dada sociedade. As relações de gênero são determinantes das concepções de sexualidade de homens e mulheres, tendo em vista que persiste uma certa relativização dos rígidos padrões de gênero existentes na sociedade brasileira. No entendimento de Parker (1991), as relações de gênero patriarcais, ainda presentes na sociedade brasileira, firmam padrões de atitudes perante o sexo de homens e de mulheres.

Dessa forma, o binômio, passividade/feminino versus atividade/

masculino é a lógica que atravessa as relações entre homens e mulheres. Observamos que tanto os homens quanto as mulheres partilham ideias de que, para os homens, o sexo é um imperativo biológico, uma “necessidade” que deve ser saciada. Já para as mulheres o sexo decorre da “vontade”, que deve ser provocada pelos homens. Essas normas de gênero colaboram para aumentar a vulnerabilidade ao HIV, tanto de homens quanto de mulheres. Observa-se que as relações de gênero interferem e regulam o exercício da sexualidade feminina ao determinarem que “o amor é a única forma legitimada das mulheres para o exercício da sexualidade”.

4 A Feminização da Aids: A “invisível” vulnerabilidade feminina.

O objetivo deste tópico é discutir acerca das categorias de feminização e vulnerabilidades aplicadas à compreensão da AIDS e refletir sobre as consequências científicas e políticas que as conceptualizam. A forma preconceituosa com que AIDS foi vista desde o seu surgimento na década de 1980 e a divulgação de que o grupo de risco seria formado por homens homossexuais contribuiu com a negligência ou omissão em relação aos contágios em mulheres, havendo expressivo crescimento de casos notificados.

As mulheres são mais vulneráveis ao vírus HIV por causa da própria anatomia feminina e, precipuamente, porque elas não sabem negociar sexo seguro, em razão do fator submissão, que está incutido na socialização das mulheres no contexto brasileiro e latino-americano. A feminização da AIDS que vem ocorrendo não é consequência apenas desse tipo de violência, mas de outros que acometem grande percentual de mulheres em nosso país. As mulheres que estão se infectando são as mais pobres, menos escolarizadas, negras e pardas, por via heterossexual, de parceiro único e com histórico de múltiplas violências.

A estigmatização das mulheres reforça-se no perfil de feminização apresentado pela aids, relacionada à heterossexualização (cada

vez mais mulheres que nunca tiveram uma relação extraconjugal são infectadas pelo HIV através de seus parceiros), pauperização (mulheres em condições de pobreza extrema cada vez mais infectadas), enegrecimento (mulheres negras), juvenalização (a faixa etária de 13 a 19 anos, é onde o número de casos é maior entre as mulheres) e interiorização (aumento do número de mulheres infectadas no interior do país) (Aguiar, 2012). Um estigma vai levando ao outro, marca e exclui uma pessoa.

A estigmatização na AIDS mascara a verdade, cria pré-conceitos, gera silêncio, negação, medo, culpa, cria rótulos negativos, baixa-estima e faz com que assuntos como a sexualidade feminina seja tratada como um tabu, gerando estigmas de gênero, onde a mulher com HIV/aids é vista como promíscua. O gênero se encontra na base da maioria dos modelos epidemiológicos, utilizados para descrever o HIV/AIDS. (Andrade; Cruz, 2018). A perspectiva de gênero apresenta-se como um conceito de grande relevância para discutir o enfrentamento da feminização do HIV/AIDS, sem deixar de lado outras categorias com igual importância, tais como, desigualdade, raça, etnia, questões importantes para se repensar as políticas nacionais desde os anos 1990.

Atrelado ao processo de feminização discute-se a vulnerabilidade feminina, que é assinalada pela subordinação da mulher ao desejo masculino em relações desiguais de gênero, de forma a determinar relações conflituosas na sua própria sexualidade, pois a mulher assume a passividade quanto à tomada de decisões. O conceito de vulnerabilidade passa a ser utilizado para explicar as várias dimensões da pandemia, e passa a ser aplicado para evidenciar as desigualdades que vivem as mulheres, veio a ter visibilidade, no meio científico, no início da década de 1990 por conta da necessidade da busca de ações para o enfrentamento do HIV/AIDS.

Ao incorporar o conceito de vulnerabilidade, o movimento feminista articulou a perspectiva de gênero como uma categoria de análise sobre as relações de poder que são estruturantes, e perpassam as dimensões culturais, sociais e políticas. E a vulnerabilidade se dá pela desigualdade

de gênero e pelo fato das mulheres não se perceberem expostas à pandemia, mesmo que elas tenham poder aquisitivo, alto nível de escolaridade e independência financeira a vulnerabilidade persiste.

Rompe-se com a ideia de comportamento de risco, o qual busca propiciar elementos para avaliar as distintas chances que o sujeito tem de se contaminar, dado o conjunto formado por características individuais e sociais do seu cotidiano julgadas pertinentes para sua maior exposição ou menor chance de proteção (Ayres, 1997). Guerra (2013) esclarece que a vulnerabilidade é entendida como um conjunto de fragilidades sociais, englobando as socioeconômicas. Lima e Moreira (2008) apontam que a vulnerabilidade das mulheres ao HIV é resultante de um assujeitamento feminino nas relações conjugais, ou seja, o “posicionamento socialmente instituído de submissão e obediência ao homem que é aspecto que propicia uma grande exposição das mulheres a AIDS. Podemos observar a intrínseca relação existente entre a feminização da AIDS e as desigualdades de gênero, em decorrência da posição de subalternidade socialmente atribuída às mulheres, que lhes coloca em maior vulnerabilidade quanto à contaminação pelo vírus HIV. (Andrade; Cruz, 2018).

O silêncio sobre o que acontece no privado tem contribuído com a proliferação do HIV entre a população feminina. Assim, é válido considerar as relações de gênero como determinantes no processo saúde-doença das mulheres, pois influenciam o seu comportamento diante do autocuidado. Cada vez mais as mulheres estão contraindo o HIV, e mais casos são descritos em pessoas com baixa renda e em cidades pequenas. Para Dowsett (2000,) uma das maneiras mais usuais de descrever o HIV/Aids é distinguir, como categoria primária de análise, a taxa de infecção entre mulheres e homens. Trata-se de um critério importante porque a taxa de infecção das mulheres vem crescendo mais rápido que a dos homens, em muitos países e regiões, incluindo o Brasil. Essa diferença se dá até certo ponto devido à biologia feminina (em parte pelo fato de mulheres serem mais facilmente infectadas durante a relação vaginal que os homens), mas deve-se também a causas

estruturais, pelo acesso desigual a recursos sociais e econômicos, o que leva as mulheres frequentemente à falta de poder, maior pobreza e desigualdade.

Ao longo da trajetória do HIV/AIDS, a doença deixou de ser exclusivamente um problema de saúde, passando a se caracterizar também como uma questão de ordem socioeconômica. É pertinente salientar que a questão cultural patriarcal atravessa todas as camadas sociais e alcança não só a vida privada das mulheres, mas também a vida pública. Streck (2012) interpela de forma especial as igrejas cristãs que adotam exclusivamente o modelo patriarcal, onde dentro de casa se reitera o que é transmitido na igreja: Deus é pai Senhor todo-poderoso sobre a criação, e o marido detém o poder sobre sua família e compreende a submissão feminina como uma virtude.

No entender Rocha (2011) o conceito de vulnerabilidade passa a ser aplicado para explicar as diversas dimensões da pandemia, e é utilizado para mostrar as desigualdades em que vivem as mulheres. Essas concepções possibilitam verificar a questão do HIV/AIDS a partir de uma totalidade, de maneira integral, atendendo diferentes pontos da vida do sujeito, não apenas pela ótica biomédica.

A categoria de gênero “pode constituir-se como elemento tanto da organização social, quanto das relações de poder, de dominação e de subordinação, que são construídas nas culturas, a partir da distinção de masculino e feminino, estabelecendo e organizando as relações sociais em geral” (Bandeira, 1999, p. 188). O uso da noção de gênero implica ponderar as relações entre os sexos, as relações de poder e de hierarquia. É importante pensar nas relações de gênero como fenômeno que mascara fortemente o processo de feminização da AIDS, requer, antes de tudo, compreender a desigualdade entre homens e mulheres, desigualdade esta que contribui para a naturalização dos papéis que são impostos às mulheres pela sociedade, tais como: genitora, cuidadora do lar, dependente (emocional e financeiramente) do marido, etc.

Segato (1997) defende que somente desvelando os papéis de dominação nas relações de gênero na sociedade é que poderemos

romper com o que o senso comum concebe enquanto ser mulher e ser homem, possibilitando que ambos possam transitar nas posições que a estrutura social pressupõe. A interface entre AIDS e mulher, ainda na atualidade, é problemática. Isso pelo motivo de, embora existam evidências de que o curso do HIV em mulheres é diferente do que ocorre em homens, ainda são raros os estudos acerca da história da AIDS em mulheres e poucas as ações efetivas de políticas públicas que contemplem – realidade que pode ser evidenciada na própria história da pandemia que propagou a difusão do vírus no público feminino somente uma década após a descoberta da doença.

Em estudos realizados, Bastos e Coutinho apontam que as pesquisas sobre HIV/AIDS no Brasil, utilizam o termo “Ciência da aids” e atribuem a impossibilidade de não considerar os fatores socioculturais e as questões de gênero como determinantes na história científica que contorna a doença. Dessa forma, os autores elencam três fatores na história científica que contribuíram para a negligência da saúde das mulheres em relação ao HIV /AIDS -1) a própria definição da síndrome em mulheres; 2) as normas específicas que regulamentam a inserção de mulheres em ensaios clínicos e a relação dessa participação com o acesso a antirretrovirais; e 3) a disponibilidade da comunidade científica em desenvolver métodos de prevenção controlados por mulheres (Bastos e Coutinho,1999).

Para Moreira e Lima (2008), o parco do estudo sobre mulher e HIV/AIDS é decorrente da invisibilidade da temática “feminização” consequente da não divulgação do fenômeno fora dos meios científicos e acadêmicos diante do pouco apoio das redes de comunicação. Esses fatores trouxeram implicações para a saúde das mulheres, colocando-as por um extenso período em exposição de risco, sem a possibilidade de cuidado e controle de seu corpo. A entrada das mulheres no cenário da AIDS é simultaneamente ao rompimento da disseminada ideia de “grupo de risco”, noção que preponderou no imaginário social, predominando suas marcas até na contemporaneidade, tendo entre seus efeitos o fato de as próprias mulheres não se avistarem incluídas, ou

mesmo atinente a essa categoria, aliado ao fato destas não serem vistas como um coletivo vulnerável à doença e tampouco centro de ações de prevenção (Brasil, 1995).

A forma preconceituosa com que Aids foi vista desde o seu advento e a suposição e propagação de que o grupo de risco seria constituída por homens homossexuais colaborou com a negligência ou omissão no que tange aos contágios em mulheres. Tinha-se a *crença* de que o HIV/Aids estava limitado a grupos de alto risco. Mas no decorrer dos anos e com a evolução das pesquisas, constatou-se que as mulheres e também as crianças estavam expostas aos mesmos riscos.

Convém ressaltar que, no começo da década de 1990, Europa Ocidental, nos EUA e África Subsaariana, a Aids era a causa primordial de morte de mulheres jovens e de crianças (Panos Institute; Abia; Sos Corpo, 1993). Conforme Baston (Baston *apud* Silva, 2016) a epidemia de Aids no Brasil, nos anos iniciais, alcançou de forma desproporcionalmente maior os homens. Distintamente da África Subsaariana em que atingiu severamente desde o princípio, as mulheres. No decorrer do tempo, verificou-se o papel das desigualdades sociais e de gênero na contínua transformação da pandemia brasileira com uma participação proporcional cada vez maior dos mais pobres e das mulheres entre os novos casos de AIDS.

A não prioridade das mulheres no cenário da pandemia fez com que as ações dirigidas a este grupo populacional fossem restritas à identificação de gestantes com o vírus, objetivando à prevenção da transmissão de mãe para filho; as não gestantes tinham o acesso ao diagnóstico e tratamento limitado e tardio (Villela; Barbosa, 2017).

Observa-se um crescimento de casos do HIV/AIDS em gestantes nos últimos anos salientado, como já foi salientado. De acordo com as informações do último boletim epidemiológico nacional, em um período de dez anos, houve um aumento de 21,7% na taxa de detecção do HIV em gestante: em 2009, registraram-se 2,3 casos/mil nascidos vivos e, em 2019, essa taxa passou para 2,8/mil nascidos vivos. Esse aumento pode ser explicado, em parte, pela ampliação do diagnóstico no pré-

-natal e a melhoria da vigilância na prevenção da transmissão vertical do HIV. A tendência de aumento também se verifica em todas as regiões do Brasil, sendo que as regiões Norte e Nordeste foram as que apresentaram maiores incrementos na taxa, ambos de 83,3% nos últimos dez anos (Brasil, 2020).

Em relação à razão entre os sexos, (número de casos em homens dividido pelo número de caso em mulheres), no Brasil vem diminuindo ao longo da história passando, no ano de 1989 a razão de sexos era de cerca de seis casos de AIDS no sexo masculino para cada caso no sexo feminino. No período de 2002 a 2009, a razão de sexos, manteve-se em 15 casos em homens para cada 10 casos em mulheres, em média. No entanto, a partir de 2010, observa-se um aumento na razão de sexos, que chegou a 23 casos de AIDS em homens para cada dez casos em mulheres em 2017, razão que se manteve em 2018 e em 2019 (Brasil, 2020).

Com base em dados estatísticos, no Brasil, apesar da preponderância masculina nos casos de HIV, ficam evidentes os impactos da desigualdade de gênero e das iniquidades sociais vivenciadas pelas mulheres. Percebemos que o HIV/AIDS chegou aos lares e passou, cada vez mais, a infectar mulheres independentemente de seu estado civil (casadas, namoradas, viúvas, adolescentes, jovens, idosas, solteira).

Logo, as mulheres são vulneráveis não só pelo aspecto biológico mas também pelo aspecto sociocultural. A AIDS continua compreendida como uma doença do outro, em que a confiança no parceiro fomenta a possibilidade de contaminação e o crescimento da vulnerabilidade em contrair a infecção da doença (Parcker, 2002). Portanto o caráter biológico de “ser mulher” a coloca numa dupla vulnerabilidade com relação ao vírus, se pesarmos que também a desigualdade de gênero se reforça por meio do determinismo entre o sexo.

Dessa maneira, como já foi mencionado nesse estudo as mulheres que estão se infectando são as mais pobres, menos escolarizadas, negras e pardas e com histórico de violências. De acordo com os dados do boletim epidemiológico do Ministério da Saúde, há diferença nos óbitos ocorridos de acordo com o quesito raça/ cor e gênero, ou seja,

mulheres negras sofrem maior impacto com a doença, tendo um índice maior de mortalidade. Quando distribuídos proporcionalmente os óbitos notificados no ano de 2019 por raça/cor, observaram-se 61,7% de óbitos entre negros (47,2% pardos e 14,5% pretos), 37,7% entre brancos, 0,3% entre amarelos e 0,3% entre indígenas. A proporção de óbitos entre mulheres negras foi superior à observada em homens negros: 62,1% e 61,4%, respectivamente. Realizando-se uma comparação entre os anos de 2009 e 2019, verificou-se queda de 21,0% na proporção de óbitos de pessoas brancas e crescimento de 19,3% na proporção de óbitos de pessoas negras (Brasil, 2020 p. 28).

Na esteira dessa discussão, Soares (2017), aponta que a feminização da AIDS expressa as contradições da inserção das mulheres nessa sociedade, principalmente se associamos a classe social e seus segmentos mais pauperizados. De acordo com estudos de Vieira (2018) essas mulheres que denotam uma taxa de crescimento de mortalidade são as que abandonam o tratamento, como também sinaliza que há um “caráter desigual que extrapola a questão socioeconômica, incidindo sobre as mulheres, ou seja, sobre as pessoas que sofrem preconceitos e discriminação, como também os negros” (Vieira, 2018, p. 82).

Diante do exposto, observamos as desigualdades postas às mulheres, sobretudo, as negras, resultando em menos acesso a emprego, educação, moradia e renda. Discutir sobre essas questões é fundamental para dar visibilidade à dificuldade dessas mulheres, no tange ao acesso aos serviços, aos direitos sociais, ao emprego e renda dignos para a sua manutenção e de sua família. Estudos indicam que há uma crescente feminização e pauperização da doença, traçada em uma opressão não apenas com base na classe e etnia, mas também atrelada à questão de gênero (Parker; Camargo Jr., 2000; Barbosa Filho; Rocha, 2018; Fernandes, 2020).

Ao relacionarmos a infecção das mulheres pelo vírus HIV sob o prisma das relações de gênero, problematizamos de que forma o cotidiano dessas mulheres, fortemente induzido pela dominação de gênero, faz com a mulher esteja mais vulnerável a doença. As relações de poder

a que estão submetidas às mulheres e a própria significação social do papel que elas possuem na sociedade as tornam mais propícias a se contaminarem pelo HIV/AIDS.

Um nítido exemplo da dominação de gênero, nesse contexto é a escolha ou não do uso de preservativo durante a relação sexual, costumeiramente determinado pelo homem. Segundo Garcia e Souza (2010) em pesquisa comparativa realizadas nos municípios de Recife e São Paulo, constata-se o baixo uso do preservativo, em ambas cidades, por parte das mulheres entrevistadas. Grande parte das mulheres revelou que a negativa do parceiro foi uma das principais razões. Tal fato fortalece a assertiva de que as relações de gênero mascaram vigorosamente o fenômeno de feminização, visto que, debilitam a independência da mulher em seus relacionamentos afetivo-sexuais.

Outro exemplo a ser ponderado, nesse contexto, o prazer sexual que ainda é algo priorizado, via de regra pelo homem numa relação sexual, e apesar da quebra de muitos tabus sexistas, este fato, aparentemente simples, tem um claro sentido de continuidade dos padrões patriarcais socialmente construídos. Nesse contexto, convém ainda ressaltar que nos serviços públicos de saúde, o diagnóstico e o tratamento das mulheres ocorrem em estágios mais avançados da doença, quando comparado à população masculina. As mulheres têm menor taxa de sobrevivência em relação aos homens, uma vez que tendo que cuidar dos seus parceiros doentes, tem menos tempo para o tratamento, chegando mais debilitadas aos serviços especializados Tunala (2002) e Reis e Santos (2004).

Dessa forma, o fenômeno de feminização da AIDS também se dá pela falta de informação das mulheres em relação aos meios de prevenção do HIV, pelo parco recursos e ações governamentais de combate à infecção. Assim como pela constante violação dos direitos sexuais das mulheres, afinal frequentemente elas são vítimas de violência sexual por seus parceiros, o que torna este público ainda mais vulnerável ao HIV/AIDS.

Referências

AYRES, José Ricardo de. **Sobre o risco**: para compreender a epidemiologia. In: *Sobre o risco: para compreender a epidemiologia*. 1997. p. 327-327.

ANDRADE, Regiane Freitas. do Nascimento; CRUZ, Maria Helena Santana. **Feminização da Aids**: uma análise sob a perspectiva de gênero. XX Encontro Internacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR), Salvador, 2018. Disponível em: <sintheseeventos.com.br/site/redor/GT3/GT3-18-Regiane.pdf>. Acesso em 28 jun. 2024.

BANDEIRA, Lourdes Maria. **Relações de gênero, corpo e sexualidade**. In: *Saúde sexual e reprodutiva no Brasil: dilemas e desafios*. 1999. p. 180-197.

BASTOS, Francisco Inácio; COUTINHO, Katia. **Tão longe, tão perto**: as pesquisas de aids no Brasil. In: *Saúde, desenvolvimento e Política: Respostas frente à aids no Brasil*, São Paulo: Editora 34, 1999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto Constitucional promulgado em 05 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 56/2007 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94. – Brasília: Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas, 2018.

BRASIL. **Boletim Epidemiológico HIV/Aids (2019)**. Brasília, Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, n. especial, dez., 2019. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2019/boletim-epidemiologico-de-hiv-aids-2019>>. Acesso em: 20 out. 2024.

BLEIER, R. **Ciência e gênero**: uma crítica de biologia e de suas teorias sobre a mulher. Oxford. New York: Pergamon Press. 1984.

CHAUÍ, Marilena. **Participando do debate sobre mulher e violência**. In: *Perspectivas antropológicas da mulher*, Rio de Janeiro: Zahar, v. 4, p. 23-62, 1984.

CRUZ, Maria Santana. **Matrizes teóricas nos estudos sobre mulher e trabalho**. In: *Trabalho, Gênero, Cidadania: tradição e Modernidade*, São Cristóvão: Editora UFS. 2008.

DOWSETT, Gary W. **Algumas considerações sobre sexualidade e gênero no contexto da AIDS**. In: *Questões de Saúde Reprodutiva*, v. 1, n. 1, p. 39-49, 2006.

DUARTE, Constância Lima Alcântara. **Feminismo e literatura no Brasil**. In: *Es-*

tudos Avançados, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 151-172, 2003.

DRUMMOND, Daniela Rocha. **A quarta onda do movimento feminista no jornalismo brasileiro e português**: um estudo sobre as coberturas jornalísticas da Folha de S. Paulo e do Público (2013-2018), 2020. Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Ciência Política) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil.

GARCIA, Sandra; SOUZA, Fabiana Mendes de. **Vulnerabilidades ao HIV/aids no Contexto Brasileiro**: iniquidades de gênero, raça e geração. In: Saúde e sociedade, São Paulo, v. 19, p. 9-20, 2010

LEMONS, Lígia Mara Dolce de; GURGEL, Ricardo Queiroz; DAL FABBRO, Amaury Lelis. **Prevalência da infecção por HIV em parturientes de maternidades vinculadas ao SUS**. In: Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia, Rio de Janeiro, v. 27, p. 32-36, 2005.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**. Vontade de saber. Tradução de ALBURQUERQUE, M. T e GUILHON A. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988

FOLLADOR, Kellen Jacobsen. A mulher na visão do patriarcado brasileiro: uma herança ocidental. In: Revista Fotos & Versões n. 2 v. 1, 2009. p. 3-16

GARCIA, Sandra; SOUZA, Fabiana Mendes de. **Vulnerabilidades ao HIV/aids no Contexto Brasileiro**: iniquidades de gênero, raça e geração. In: Saúde e sociedade, São Paulo, v. 19, p. 9-20, 2010.

GESSER, Marivete. **Gênero, corpo e sexualidade**: processos de significação e suas implicações na constituição da mulher com deficiência física. 2010. 296 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

HENNING, C. E. Gênero, Sexo e as Negações do Biologicismo: comentários sobre o percurso da categoria gênero. **Revista Ártemis**, [S. l.], n. 8, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/2306>. Acesso em: 13 nov. 2024.

LISBOA, Teresa Kleba. Gênero, feminismo e Serviço Social: encontros e desencontros ao longo da história da profissão. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 66-75, 2010.

LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado – pedagogias da sexualidade**. 2a. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010

MATOS, Marlise. “Quarta onda feminista e o Campo crítico-emancipatório das diferenças no Brasil: entre a destraditionalização social e o neoconservadorismo político”. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2014. **Anais...** Caxambu, 2014.

MATOS, Marlise. “Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global?”. **Revista Sociologia e Política**, v. 18, n. 36, p. 67-92, 2010.

PETERS, T.; BENNETT, G. **Construindo pontes entre a ciência e a religião**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

PADOIN, Isabel Graciele; VIRGOLIN, Isadora Wayhs Cadore. **A vulnerabilidade de social como uma dificuldade a participação política**. In: XV Seminário Interinstitucional de Ensino, Pesquisa e extensão. Cruz-Alta: UNICRUZ, 2010. Disponível: <http://www.unicruz.edu.br/15_seminario/seminario_2010/CC-SA/A%20VULNERABILIDADE%20SOCIAL%20COMO%20UMA%20DIFICULDADE%20A%20PARTICIPA%C3%87%C3%83O%20POL%C3%8DTICA.pdf>. Acesso em: 10 de ago. de 2024.

PARKER, R. **Na contramão da AIDS: sexualidade, intervenção, política**. Rio de Janeiro: ABIA, São Paulo: Editora 34, 2002.

PARKER, R. **Pobreza e HIV/AIDS: aspectos antropológicos e sociológicos**. In: Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro, 2004.

PEDROSO, Enio Roberto Pietra; OLIVEIRA, Reynaldo Gomes de. **Blackbook clínica médica: medicamentos e rotinas médicas**. In: Blackbook clínica médica: medicamentos e rotinas médicas. 2007.

POUGY, L. G. **Referências Teóricas Necessárias à Intervenção com Mulheres que Sofrem Violência**. R. EMERJ, Rio de Janeiro, v. 15, n. 57 (Edição Especial), p. 155-172, jan./mar. 2012.

REIS, J. M. A. de C.; SANTOS, M. R. G. **Ser mulher HIV + e ter sexualidade: Um constante recomeço**. 2004. Monografia (Graduação em Enfermagem) - Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, Sergipe, 2004.

ROCHA, S. *et al.* **Lutando por mais saúde: movimento feminista contra a epidemia de AIDS**. In: Desafios à Vida. Desigualdades e HIV/AIDS no Brasil e na África do Sul. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.p. 89.

SEGATO, Rita Laura. Os percursos do gênero na antropologia e para além dela. **Revista Semestral de Sociologia**, Brasília, 1998, V. 11 [on line]. Disponível em: <http://www.miniweb.com.br/Historia/artigos/i_antiga/pdf/serie236em-pdf.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2024.

SEIXAS, Ana Maria Ramos. **Sexualidade feminina: história, cultura, família-personalidade & psicodrama**. In: Sexualidade feminina: história, cultura, família-personalidade & psicodrama. São Paulo: Senac, 1998. p. 292.

SILVA, Aline Oliveira. **As Representações da Aids para a Terceira Idade, sob uma Perspectiva de Gênero: Significados e Repercussões nos Domínios da Vida do Idoso e Funcionamento Familiar**. 2016. 95 f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2016.

SOARES, R. et al. **Serviço de Assistência Especializada em HIV e AIDS de Recife no contexto de contrarreforma da Política de Saúde**. In: HIV AIDS e as Teias do Capitalismo, Patriarcado e Racismo: África do Sul, Brasil e Moçambique. Recife: Editora UFPE, 2016

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. In: Educação & realidade, Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul./dez., 1990.

Tunala, L. G. (2002). **Fontes de estresse cotidiano entre mulheres portadoras de HIV**. Revista de Saúde Pública, 36(4), 24-31

VIEIRA, A.; BARBOSA, E.; ROCHA, S. **Política de Saúde e HIV: direito à saúde e reformas regressivas**. In: Revista Argumentum, Vitória, v.10, n.1, p. 72-83, jan./abr. 2018.

VILLELA, Wilza Vieira; BARBOSA, Regina Maria. **Trajetórias de mulheres vivendo com HIV/aids no Brasil**. Avanços e permanências da resposta à epidemia. In: Ciência & Saúde, Coletiva [online], Rio de Janeiro, v. 22, n.1, p. 87-96, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v22n1/1413-8123-csc-22-01-0087.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2021.



CAPÍTULO 8

DESDE XICA HÁ RESISTÊNCIA: ENFRENTAMENTO À TRANSFOBIA ESCOLAR SOB UMA PERSPECTIVA TRANSFEMINISTA INTERSECCIONAL

Samuel Francisco Rabelo

1 Na insurgência, Nascemos: Caminhos Introdutórios

A transfobia escolar é um fenômeno alçado no sistema de gênero, agestado à cisheteronormatividade e que tem produzido específicas práticas de invisibilidades, segregação e esvaziamentos às experiências escolares de TransVestiGêneres ante a luta por uma inteligibilidade de gênero. Tais vidas são tidas como desertoras da norma, estrangeiras de si mesmas. Ao passo que reconhecemos as fragilidades históricas e a necessidade da construção diária de um projeto de educação para a vida, encontramos nos enfrentamentos à transfobia escolar o nosso objeto de estudo.

Assim, essa pesquisa tem como objetivo geral - promover o debate sobre o fenômeno da transfobia escolar e suas formas de enfrentamentos ante uma perspectiva transfeminista interseccional, enquanto possibilidade de práxis políticas que prosperem outros sentidos e possibilitem novos (outros) (des)caminhos de aprendizagens. Para tanto, contamos com a realização de uma pesquisa de natureza qualitativa do tipo bibliográfica e documental, tendo a abordagem transfeminista interseccional como eixo condutor de nossas reflexões.

Figura 1 – Arte do evento “criança viada travesti na escola” realizado na USP em 2017 ¹



Fonte: Esquerda Diário (2017, s/p)

Não vão nos matar agora porque ainda estamos aqui. Com
nossas mortas amontoadas, clamando por justiça, em becos
infinitos, por todos os lugares.
Nós estamos aqui e elas estão conosco, ouvindo esta conversa
e nutrindo o apocalipse do mundo de quem nos mata.
- Jota Mombaça -

O endereçamento dessa centelha transviada² surge ao ninar de
uma práxis transfeminista interseccional na/para a educação, quando

¹ Descrição da imagem: Imagem no formato quadrado, contendo a inscrição “ASTRONAUTA, PRINCESA, SAPATÃO, TRANS, CRIANÇA VIADA TRAVESTI NA ESCOLA” feita em régua de letras maiúsculas em diferentes tons de cinza, azul, rosa, vermelho, lilás, verde. Possui o desenho de uma pessoa em pé com as mãos na cintura e as pernas cruzadas. Possui algumas inscrições sobre o evento realizado pelo Coletivo de Diversidade de Gênero e de Sexualidade da Faculdade de Educação da USP. Possui um fundo cinza com degradê azul na parte de cima. A imagem remete a um debate sobre identidade de gênero e orientação sexual realizado no dia 23 de outubro de 2017 na USP, em São Paulo.

² O termo remete aos estudos transviados, proposto pela socióloga e escritora brasileira, Berenice Bento. O termo “transviado” carrega uma conotação de desvio das normas estabelecidas, sugerindo que esses estudos se afastam das abordagens tradicionais e heteronormativas, propondo novas formas de compreender a complexidade das vivências e identidades trans, queer e dissidentes.

nós, Insurgentes da *cisheteronormatividade*³, acordamos que não há mais espaços para a exclusão, invisibilidades e segregação de TransVestiGêneres⁴. No instante em que reconhecemos a resistência de Xica Manicongo⁵ (1591), sendo reencarnada em Adriana Lohanna dos Santos⁶ (2013). Só que dessa vez, para além de resistir, a mona⁷ tombou o sistema escolar com a docência, indecência, e resistência produzida por um corpo pobre, preto, nordestino, travesti - um corpo desertor da norma, vigiado pelo sistema - que já sangrou inimagináveis vezes ante a reafirmação do seu corpo-palavra, corpo-poesia, diante da sobrevivência de sua vida - fincando raízes e plantando sementes para um novo amanhã, em que TransVestiGêneres, parafraseando Linn da Quebrada (2019) - terão outros problemas e encontrarão novas soluções.

Mediados pelo processo ético do “eu” apreendido por Beauvoir (1970), afirmo em primeira pessoa como me autoidentifico. Sou um homem branco, cisgênero, adotado por mãe e pai negra/o, e que brinca com expressões de gênero sob o que é tido como masculino e/ou feminino. Sou o fruto de práticas (re)educativas de (des)obediências, feito de desmoronamentos. Retomando o coletivo, nosso lugar nasce

³ A ideia de cisheteronormatividade é apresentada por Eli Bruno Prado Rocha Rosa (2020) como uma conversão da heteronormatividade – que condiciona as experiências de gênero apenas à experiência heterossexual, e a cisheteronormatividade – que corrobora à inteligibilidade de gênero apenas para as experiências de gênero que performam a cisheteronormatividade.

⁴ Termo cunhado no ano de 2015 pela ativista transgênero brasileira, fundadora e coordenadora da CasaNem – Casa de Acolhimento para Pessoas LGBTI+ em situação de vulnerabilidade social, Indianarae Alves Siqueira. Remete a somatória dos termos travesti, transexual e transgênero – refutando a briga interna do movimento pelas definições. Desse modo, há a possibilidade de transitar entre os gêneros ou não ter gênero.

⁵ Considerada a primeira travesti não indígena escravizada do Congo para Salvador/BA em 1591. Fez resistência ante o genocídio da Inquisição no Brasil.

⁶ Natural da cidade de Propriá/SE, atua como professora na cidade de Lagarto há 11 anos. Ativista pelos Direitos Humanos e Minorias. Mestra em Educação (PPGED/UFS). Desenvolvedora *Back End*, Sexóloga.

⁷ Derivado do Bajubá (dialeto LGBTI+, comumente utilizado por pessoas TransVestiGêneres) – e que em nosso contexto de escrita significa mulher.

nas trincheiras, lugar esse “oriundo das camadas populares” (Almeida, 2020, p. 17), onde a educação não chega para todas as pessoas e ao menor cheiro de giz, só nos resta agarrar-se ao sonho de não ser mais um corpo pobre e periférico cooptado pelo tráfico, assassinado pelo Estado. Aqui, se perfaz uma cria de políticas públicas, oriundo de Ermelino Matarazzo - um bairro operário da zona leste de São Paulo, que há 33 anos é atravessado pela educação enquanto um projeto de vida, e que há 21 anos tem o nordeste sergipano como “casa de vó”.

Diante desse descortinar, caminhamos com o presente estudo tendo como objetivo geral – promover o debate sobre o fenômeno da transfobia escolar e suas formas de enfrentamentos ante uma perspectiva transfeminista interseccional, enquanto possibilidade de práxis políticas que prosperem outros sentidos e possibilitem novos (outros) (des)caminhos de aprendizagens. Parte-se do pressuposto de que a transfobia escolar é aguçada por expressões de violências que massificam as desigualdades ante as intersecções de gênero, raça/etnia, classe, sexualidades, o seja, “uma analogia com um cruzamento de avenidas em que os vários eixos de poder” (Lisboa; Oliveira, 2019, p. 349). Além disso, a emergência de uma abordagem crítica no contexto escolar desafia as narrativas dominantes sobre identidade, gênero e sexualidade, coopera com “um processo que provoca desarranjos e desajustes” (Louro, 2021, p. 13), promovendo o acolhimento, a escuta qualificada e a resolutividade de conflitos que por ventura venham surgir no interior das relações sociais.

A Escola, enquanto campo de disputas e poder, está diretamente vinculada à “escolarização de transvestigêneres, que em sua maioria é formulada à margem do processo educacional formal” (Rabelo; Porto, 2024, p. 3). Historicamente, espaços de produção do saber foram negados às existências de TransVestiGêneres, tendo as ruas (noturnas) como única possibilidade de presença/aceitação. Nesse interim, no contexto da estrutura escolar, onde “os corpos transexuais são cotidianamente segregados de todas esferas da sociedade” (Santos, 2017, p. 41, acordamos a exímia necessidade de se questionar o seu modus

operandi que se institui a partir do currículo escolar. É a partir desse contexto que nos vemos frente a seguinte questão norteadora: Como a transfobia perpassa a vida acadêmica de TransVestiGêneres em seus processos escolares? Quais as possibilidades de enfrentamentos podemos exercer no currículo escolar de modo a promover uma política de educação libertadora?

Metodologicamente, adotamos uma abordagem qualitativa conforme Denzin e Lincoln (2006); Godoy (2005) e bibliográfica e documental, à luz de Severino (2013); Gil (2008). Justificamos a nossa escolha pela pesquisa qualitativa, pois ela permite compreender fenômenos sociais a partir de uma perspectiva interpretativa, focando nas experiências, percepções e significados. Ao que concerne a pesquisa bibliográfica e documental, sua relação permite ao pesquisador acessar e revisar um conjunto amplo de materiais já produzidos sobre determinado tema, como livros, artigos e teses, o que facilita a compreensão do estado da arte da área de estudo. Além disso, possibilita um amplo acesso a fontes bibliográficas e digitais, possibilitando ainda identificar lacunas sob o objeto de pesquisa.

Não por acaso, partimos de uma práxis transfeminista, tendo como direcionamento, estudos e pesquisas de autoras fundamentais à categoria – Jesus (2014), Kass (2015), Nascimento (2021), entre outras/es/os que enfatizam o surgimento do transfeminismo no Brasil na virada do século XXI, tendo como mola propulsora as demandas e resistências da população TransVestiGêneres e a luta por sua emancipação e autonomia. O transfeminismo “[...] surge da necessidade de auto-organização e emancipação das pessoas trans*, cansadas de ocupar o lugar marginal nas políticas LGBT [...]” (Kass, 2015, p. 1) e visa não apenas garantir a igualdade de gênero, mas também combater todas as formas de discriminações interseccionais, como racismo, classismo e homofobia, entendendo que as opressões se sobrepõem e afetam de maneira única as pessoas TransVestiGêneres.

Conforme nos ensina a professora, intelectual e pesquisadora, Jaqueline Gomes e Jesus, o transfeminismo “pode ser compreendido

tanto como uma filosofia quanto como uma práxis acerca das identidades transgênero que visa a transformação dos feminismos” (Jesus e Alves, 2010, p. 14). Neste sentido, conforme apresentado pela transfeminista brasileira, Profa. Dra. Letícia Nascimento (2021) o transfeminismo se fundamenta em três pilares principais: a crítica à cisnormatividade, a interseccionalidade e a inclusão radical das identidades trans nas lutas feministas. Ou seja, ele visa desconstruir a ideia de que o gênero é um sistema fixo e imutável, e propõe que o feminismo abrace a diversidade de experiências de gênero, especialmente as de travestis e mulheres transexuais, como parte integrante de sua luta por igualdade e justiça social.

A autora argumenta que é necessário feminismos plurais e interseccionais que abracem todas as identidades de gênero, desafiando não só o machismo, mas também a transfobia e outras formas de opressão que afetam as mulheres trans. Para ela, o transfeminismo é uma luta por justiça social que reconhece a importância de incluir as vozes e experiências de pessoas trans dentro do movimento feminista (Nascimento, 2021). Cabe ressaltar que o transfeminismo não se limita às experiências de travestis e mulheres transexuais. Pensar a luta transfeminista é integrar, por exemplo, “o direito dos homens transexuais a gestação e a aborto seguros” (Jesus, 2014, p. 251). Por conseguinte, a presença de homens transexuais e pessoas transmasculinas deve se fazer presente no âmbito das reivindicações (Odara, 2020).

De modo que reconhecemos especificidades que são gerenciadas às violências contra TransVestiGêneres, assomamos a interseccionalidade em nossos fazeres epistêmicos e políticos. A interseccionalidade é um conceito desenvolvido pela teórica crítica da raça, Kimberlé Crenshaw (1989) que visa compreender como diferentes formas de opressão — como racismo, sexismo, classismo e outras discriminações — se entrelaçam e se sobrepõem, afetando a vida de indivíduos de maneira complexa.

Nesses contornos, somos provocados a refletir sobre as violências que perpassam a vida de TransVestiGêneres negres/as/os, por exemplo, que além das transfobias que estão diretamente ligadas à re-

pulsa, desprezo e negação das identidades de gênero dessas pessoas; há múltiplas formas de opressão do racismo que se reforçam mutuamente em contextos escolares diversos. A perspectiva transfeminista interseccional é uma abordagem teórica e política que combina os princípios do transfeminismo com a interseccionalidade, questionando como esses atravessamentos afetam pessoas TransVestiGêneres, levando em conta suas intersecções com questões de raça, classe, sexualidade e outros marcadores sociais. Ao adotar uma perspectiva transfeminista interseccional, é possível compreender como uma pessoa TransVestiGêneres, por exemplo, pode enfrentar opressões não apenas relacionadas à sua identidade de gênero, mas também ao racismo, à pobreza e à discriminação econômica. Isso permite um olhar mais complexo e inclusivo sobre as lutas por direitos sociais e igualdade de gênero.

Dividimos a pesquisa na parte introdutória que possibilita a compreensão das nossas intenções ante o campo dos estudos de gênero em educação, o objeto de estudo – a transfobia escolar, o objetivo geral e a metodologia. Na primeira discussão, intitulada: *Violência de Gênero e Transfobia: brevidades acerca da realidade escolar de TransVestiGêneres no Brasil*, buscamos problematizar como a realidade escolar tem se desenvolvido nas experiências de TransVestiGêneres. No segundo debate, intitulado: O que uma travesti preta pode fazer?: quando a travestilidade ocupa a docência, contamos refletir sobre a presença de travestis negras na educação e como essas ocupações insurgentes possibilitam o atravessamento de trincheiras à práxis transfeminista interseccional.

À Guisa de um até breve, reconhecemos como as experiências de TransVestiGêneres questionam e transgridem normas hegemônicas na educação. Apontamos a necessidade de reformular o currículo, incorporando uma perspectiva transfeminista e interseccional que valorize suas experiências. Para tanto, apostamos na formação docente continuada para que as/es/os educadoras/es sejam preparadas/es/os para lidar com a diversidade de gênero, criando um

ambiente reflexivo, crítico e inclusivo. A presença de travestis negras enquanto educadoras, é essencial para a visibilidade e acolhimento de identidades marginalizadas, contribuindo para uma educação mais justa e menos violenta.

2 Violência de Gênero e Transfobia: Brevidades Acerca da Realidade escolar de transvestigêneres no Brasil

Figura 2 – O Autor em uma palestra sobre Violência de Gênero na Escola⁸



Fonte: Acervo pessoal

A imagem acima foi registrada em 17 de agosto de 2018, durante uma atividade de extensão que contou com discussões acerca da violência de gênero na escola, realizada no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (CODAP/UFS), organizada pela Profa.

⁸ Descrição da imagem: Perfil do autor - um homem branco, cabelos escuros e curtos. Usa barba escura curta e está sorrindo. Usa uma camisa cinza, com bordados: Serviço Social e o símbolo de uma mão segurando um coração. Ele segura uma boneca de cor clara que usa um vestido cor de rosa. O brinquedo está com o vestido levantado e possui um pênis. Foi usado como recurso pedagógico na atividade de extensão citada para explicar que as diferenças anatômicas não definem quem somos.

Dra. Maria Helena Santana Cruz em parceria com alunas/es/os em nível de graduação e pós-graduação vinculadas/es/os ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre a Mulher e Relações de Gênero (NEPIMG). Na oportunidade, fui convidado para conversar com alunos do Ensino Fundamental II a respeito da violência de gênero com recorte à população LGBTQIAPN+. Propositamente, recorri ao uso da boneca da imagem para falar sobre diferenças anatômicas e que elas não definem quem somos. Para a minha grata surpresa, a recepção do corpo discente foi maravilhosa e conseguimos promover um rico debate, gerando dúvidas e buscando respostas com vista ao respeito à diversidade de no contexto escolar.

À vista disso, entrelaçamos essa seção com o objetivo de problematizar como a realidade escolar tem se desenvolvido nas experiências de TransVestiGêneres, ou seja, “aqueles e aquelas que rompem as regras e transgridem os arranjos” (Louro, 2021, p. 16). Inicialmente, se faz necessária uma breve discussão acerca da violência de gênero que, exponencialmente às experiências escolares de pessoas TransVestiGêneres, é uma questão complexa e estrutural, profundamente enraizada nas normas patriarcais e cisnormativas da sociedade que intensificam “[...] o apagamento de questões sobre gênero, sexualidade e diversidades dos currículos ou com a pouca direção de tais categorias na construção de aprendizagens significativas [...]” (Rabelo; Porto, 2024, p. 6). Em consequência disso, podemos citar a promoção de violências que se operacionalizam desde a agressão física, verbal, moral, psicológica e institucional, que ocorrem quando as identidades de gênero dissidentes são deslegitimadas e/ou marginalizadas. Sob essas previsões pode-se inferir ainda o chamado *bullying transfóbico*, ou seja, [...] “um ensaio ao apagamento e consequente morte social, e, por tantas vezes, na morte física de transvestigêneres” (Rabelo; Porto, 2024, p. 5).

No âmbito da legislação brasileira, contamos com uma série de leis e diretrizes que dão luz em sua gênese à defesa da diversidade de gênero no âmbito da educação e o respeito às pluralidades, bem como sob a ótica interseccional, o reconhecimento e a valorização da cultu-

ra afro-brasileira, africana, indígena, quilombola, de estudantes com deficiências, estudantes com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação; propiciando quando aplicadas corretamente, a criação de ambientes seguros, inclusivos e atentos ao combate das discriminações e contra todas as formas de violências, “tornando as relações de convivência mais leves e menos traumáticas” (Pevirguladez, 2024, p. 14). Para uma melhor apreensão, dispomos o quadro abaixo com alguns desses instrumentos de defesa:

Quadro 1 – Disposição de legislações

Referência	Dispositivo	Conteúdo
Constituição Federal de 1988	Art. 1º, III, da CF/1988	“III – dignidade da pessoa humana” (Brasil, 1988).
Constituição Federal de 1988	Art. 3º, IV, da CF/1988	“IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Brasil, 1988).
Constituição Federal de 1988	Art. 6º, da CF/1988	“São direitos sociais a educação [...]” (Brasil, 1988).
Constituição Federal de 1988	Art. 23º, V, da CF/1988 Art. 23º, X, da CF/1988	“V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação [...]; X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, [...]” (Brasil, 1988).
Constituição Federal de 1988	Art. 205º, da CF/1988	“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988).
Constituição Federal de 1988	Art. 206º, I, da CF/1988	“I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (Brasil, 1988).
Constituição Federal de 1988	Art. 227º, da CF/1988	“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, [...], além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (Brasil, 1988).

Referência	Dispositivo	Conteúdo
Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	Art. 3º, parágrafo único, da Lei nº 8.069/1990	“Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, [...]” (Brasil, 1990).
Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	Art. 53º, II, da Lei nº 8.069/1990	“II - direito de ser respeitado por seus educadores” (Brasil, 1990).
Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	Art. 54º, III, da Lei nº 8.069/1990	“III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (Brasil, 1990). ⁹
Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	Art. 70º, da Lei nº 8.069/1990	“Art. 70. É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente” (Brasil, 1990)
Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	Art. 70º, III, da Lei nº 8.069/1990	“III - a formação continuada e a capacitação dos profissionais de [...] educação [...] para o desenvolvimento das competências necessárias à prevenção, à identificação de evidências, ao diagnóstico e ao enfrentamento de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente” (Brasil, 1990).
Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	Art. 70º, XI, da Lei nº 8.069/1990	“XI - a capacitação permanente [...] dos profissionais nas escolas, [...] para que identifiquem situações em que crianças e adolescentes vivenciam violência e agressões no âmbito familiar ou institucional” (Brasil, 1990).
Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	Art. 70º, XIII, da Lei nº 8.069/1990	“XIII - o destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, dos conteúdos relativos à prevenção, à identificação e à resposta à violência doméstica e familiar” (Brasil, 1990)
Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)	Art. 3º, I, da Lei nº 9.394/1996	“I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (Brasil, 1996).

⁹ Os termo “portadores de deficiências” entrou em desuso no ano de 2006, passando a ser utilizado “Pessoa com deficiência” pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito das Pessoas com Deficiências (PCD), sendo modificado no Brasil sob efeito de emenda constitucional pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e promulgado pelo Decreto nº 6.949/2009.

Referência	Dispositivo	Conteúdo
Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)	Art. 3º, IV, da Lei nº 9.394/1996	“IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância” (Brasil, 1996).
Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)	Lei nº 10.639/2003, Alteração da Lei nº 9.394/1996	“ <u>Art. 26-A.</u> Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira” (Brasil, 2003).
Estatuto da Igualdade Racial	Art. 1º, III, da Lei nº 12.288/2010	“III - desigualdade de gênero e raça: assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre mulheres negras e os demais segmentos sociais” (Brasil, 2010).
Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado (AEE)	Art. 1º, III, do Decreto n. 7.611/2011	“III - não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência” (Brasil, 2008)
Conselho Nacional de Educação (CNE)	Art. 7º, VI, da Resolução nº 8/2012	“VI - promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, credo, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Brasil, 2012).
Plano Nacional de Educação (PNE)	Art. 2º, III, da Lei 13.005/2014	“III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação” (Brasil, 2014).
Plano Nacional de Educação (PNE)	Art. 2º, X, da Lei 13.005/2014	“X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental” (Brasil, 2014).
Plano Nacional de Educação (PNE)	Meta 2, Estratégia 2.4, da Lei 13.005/2014	“2.4) fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar [...] bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos (as) alunos (as) [...]” (Brasil, 2014)
Plano Nacional de Educação (PNE)	Meta 3, Estratégia 3.8, da Lei 13.005/2014	“3.8) estruturar e fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos e das jovens beneficiários (as) de programas de transferência de renda, no ensino médio, quanto [...] situações de discriminação, preconceitos e violências [...]” (Brasil, 2014).
Plano Nacional de Educação (PNE)	Meta 3, Estratégia 3.13, da Lei 13.005/2014	“3.13) implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão” (Brasil, 2014).

Referência	Dispositivo	Conteúdo
Plano Nacional de Educação (PNE)	Meta 4, Estratégia 4.9, da Lei 13.005/2014	“4.9) fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola [...] juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, [...]” (Brasil, 2014).
Plano Nacional de Educação (PNE)	Meta 7, Estratégia 7.23, da Lei 13.005/2014	“7.23) garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas [...]” (Brasil, 2014).
Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos dos Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT)	Art. 1º, da Resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2015	“Deve ser garantido pelas instituições e redes de ensino, em todos os níveis e modalidades, o reconhecimento e adoção do nome social àqueles e àqueles cuja identificação civil não reflita adequadamente sua identidade de gênero, mediante solicitação do próprio interessado” (Brasil, 2015).
Estatuto da Pessoa com Deficiência	Art. 8º, da Lei nº 13.146/2015	“É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação [...]” (Brasil, 2015).
Estatuto da Pessoa com Deficiência	Art. 27º, parágrafo único, da Lei nº 13.146/2015	“É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação” (Brasil, 2015)
Conselho Nacional de Educação (CNE)	Resolução CNE/CP nº 1, de 19 de janeiro de 2018	“Define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares” (Brasil, 2018).
Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)	Lei nº 14.986/2024, Alteração da Lei nº 9.394/1996	“incluir a obrigatoriedade de abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas nos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio; e institui a Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História no âmbito das escolas de educação básica do País” (Brasil, 2024).

Fonte: produção do autor

Pormenorizadamente, realizamos a reunião das principais legislações que evocam o princípio da dignidade da pessoa humana, o respeito à diversidade e combate à discriminação. Nossos olhares passam a se cruzar nas entrelinhas, onde a realidade incorporada às experiên-

cias escolares de TransVestiGêneres, propõe um conjunto de problematizações com vista a questionar como “os sujeitos e os corpos são compreendidos na escola e que vínculos estão sendo consolidados e reiterados cotidianamente” (Alexandre, 2020, p. 37). Nesse sentido, a partir s reportagem legal disposta no Quadro 1, chamamos a discussão às reflexões que seguem.

Inicialmente, partimos à Constituição Federal de 1988, que evidencia o pleno desenvolvimento para que a entrada, a permanência e o desempenho acadêmico no contexto escolar de todas/es/os as/es/os estudantes ocorra com vista ao progresso escolar e desenvolvimento técnico-científico. É possível pensar o pleno desenvolvimento quando “a escola é lembrada como um espaço de terror, onde os/as transexuais eram vítimas de todo tipo de preconceito” (Bento, 2017, p. 205) sob uma lógica narrativa do determinismo biológico? Segundo Maria Clara Araújo dos Passos, uma das principais pesquisadoras sobre afro-transfeminismos no Brasil, “pessoas que não se encaixam na definição de normalidade são enviadas à categoria de anormais” (Passos, 2022, p.12). Neste sentido, TransVestiGêneres em suas mais plurais noções de si acabam sendo, mesmo que involuntariamente, cooptadas/es/os por uma política de ódio, do mal presságio, do aniquilamento. Dificilmente por noções éticas de afetos.

Ainda na Constituição Federal de 1988, temos como premissa, assegurar de maneira prioritária a criança, ao adolescente e ao jovem, entre um conjunto de direitos, o direito à educação. Historicamente, TransVestiGêneres “forjam lutas em prol de suas existências, atravessando sobre seus corpos o não lugar legitimado pelas violências [...]” (Odara, 2020, p. 80). Falar do direito à educação formal é complexo, visto que há TransVestiGêneres que sequer alcançam a escolarização formal e quando alcançam, o processo de escolarização “[...] permanece como um sonho, enquanto a esquina (a margem) é ainda a realidade, local de espera dos fregueses para se prostituírem” (Andrade, 2012, p. 15). A prostituição compulsória ainda é uma realidade. Quantas pessoas TransVestiGêneres você se depara ou se deparou no con-

texto escolar? Consideramos importantes as mudanças ocorridas no perfil educacional brasileiro que já apresenta uma mínima quebra de paisagem.

Sejamos francos, e concordando com Maria Clara Araújo dos Passos, “Espere até às 23 hrs. Procure a avenida mais próxima. As encontrará. [...] é onde nós fomos condicionadas a estar por uma sociedade internalizadamente transfóbica” (Passos, 2022, p. 23). Nesse sentido, a entrada e permanência de TransVestiGêneres no contexto escolar, que floresce ao avanço dos movimentos sociais, provoca a criação de legislações no Brasil que abordem a questão do respeito à diversidade de gênero e sexual, refletindo assim um compromisso ético-político com os princípios de igualdade e não discriminação. Quando o ECA traz que “Art. 70. É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente” (Brasil, 1990), isso recai diretamente ao território da escola e no colo de seus operadores, visto que escolarização é uma responsabilidade coletiva e deve ser construída com vista ao avanço educacional e não ao chamado “fracasso escolar”, que na verdade é o nosso fracasso enquanto sociedade que não enxerga as diferenças pelo olhar das diferenças e aceita que uma criança, jovem ou adolescente não seja escolarizada/de/do adequadamente.

Como pensar em igualdade se uma simples ida ao banheiro correspondente a identidade de gênero da pessoa, por exemplo, se torna um calvário, obrigando alunas/es/os TransVestiGêneres a deixarem de usar o banheiro, correndo o risco ainda de passarem por mais situações vexatórias como a não possibilidade de conter suas necessidades fisiológicas, e, se conter, impulsionar o risco de contrair doenças do trato urinário? De acordo com Bento (2017), a escola, enquanto espaço de socialização e aprendizagem, deveria ser inclusiva e acolhedora, mas muitas vezes reforça as normas binárias de gênero, perpetuando a marginalização de TransVestiGêneres. Além disso, imersa à lógica cisheteronormativa, “[...] a educação acaba por tentar disciplinar as travestis de uma forma que vai contra sua liberdade [...]” (Andrade, 2012, p. 116). Isso afeta diretamente o bem-estar, a saúde mental e o desempenho

escolar das/es/os estudantes. O contexto do uso do banheiro por pessoas TransVestiGêneres envolve não apenas questões de privacidade e segurança, como também a garantia de dignidade, respeito e inclusão em espaços públicos.

Neste sentido, questionamos como é pensada a organização dos banheiros escolares, se baseada no bem estar e sociabilidade das/es/os alunas/es/os ou apenas considerando o perfil anatômico que `lógica cisheteronormativa define qual o banheiro devemos utilizar. Todo desenho do banheiro é composto por significados, desde a placa que dá a noção de alguém usando calças para o banheiro masculino ou alguém usando vestido para o banheiro feminino. Segundo a Profa. Luma Nogueira de Andrade, “há uma cartografia que define a organização das salas e dos banheiros que alunos e alunas, professores e professoras devem utilizar” (Andrade, 2012, p. 2018). Para além do determinismo biológico, coexistem relações de poder no uso dos banheiros.

É justamente ao reforçar o binarismo - homem/pênis e mulher/vagina, que estudantes TransVestiGêneres tornam-se alvo do ódio, da discriminação e da negação de direitos no contexto escolar. Isso se intensifica quando tais violências atravessam a escolarização de TransVestiGêneres negras/es/os, pois “o racismo potencializa a transfobia [...]” (Odara, 2020, p. 19). Neste sentido, a letalidade promovida pela transfobia no contexto escolar é dilatada às intersecções de gênero, raça/etnia, sexualidade, classe, corporalidades, dentre outras. Tal realidade perpassa a vida escolar de TransVestiGêneres em todos os níveis, partindo de expressões silenciosas às mais latentes e letais como a violência psicológica e a violência física. Refletimos que por mais que existam legislações - e elas são reais, com vista à promoção da diversidade escolar, “[...] a escola, que se apresenta como uma instituição incapaz de lidar com a diferença e pluralidade, funciona como uma das principais instituições guardiãs das normas de gênero e produtora da heteronormatividade” (Bento, 2008, p. 129).

Como operacionalizar o ECA no que tange a formulação de currículos que aprimorem à prevenção, à identificação e a resposta à vio-

lência, quando a Escola não está atenta para a criação de políticas públicas eficazes e de formação para todas/es/os as/os profissionais da educação sobre a diversidade de gênero? Esse vazio de preparo reflete e reforça as práticas transfóbicas, muitas vezes naturalizadas dentro das instituições de ensino. Dito isso, se faz preciso reconhecer as particularidades nas violências que são direcionadas as pessoas TransVestiGêneres, pois “é sob a interseção trazida pelas mulheres negras que ampliamos o debate da luta feminista, oportunizando vozes que, conseqüentemente, são atingidas por toda uma ordem patriarcal, racista, heterossexista” (Odara, 2020, p. 76).

Ao compreendermos que TransVestiGêneres são violadas/es/os de maneiras diferentes a cada atravessamento de leitura social, possibilitamos a superação da visão essencialista que universaliza as experiências humanas e promove narrativas do tipo: “somos todos iguais”. Não. É impossível haver igualdade quando TransVestiGêneres não são contempladas/es/os em suas intersecções. De maneira alguma podemos falar em igualdade quando a maioria das pessoas e, principalmente, as experiências que rompem a lógica cisheteronormativa continuam à margem, procurando trincheiras para acessar direitos fundamentais como a educação. Estamos todas/es/os no mesmo barco? Não. Enquanto poucos tem passagem para descansar em seus iates caríssimos, alguns remam em suas canoas e muitos estão à nado, insistindo em braçadas que legitimam o posicionamento dessas experiências “não reconhecidas pelo conhecimento hegemônico” (Odara, 2020, p. 27).

Há quem diga que nada tem sido feito, todavia, precisamos reconhecer os esforços que acompanham o trabalho docente e suas limitações políticas, filosóficas e econômicas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – Lei nº 9.394/1996, traz em seu Art, 3º, inciso IV, justamente o que mais temos proposto e lutado para que se operacionalize nos contextos escolares. Pensar o respeito à liberdade e a tolerância deveria estar acima de qualquer estigma ou preconceito resultante de convenções conservadoras. Quando consideramos as variações existentes nas intersecções de gênero, raça/etnia e sexualidade, com-

preendemos que “não podemos, de forma alguma, homogeneizar a diversidade [...] das pessoas, não existe um padrão absoluto” (Andrade, 2012, p. 122).

Quando cometemos o erro em acordar que todas as pessoas são iguais, silenciemos o reconhecimento das violências que atravessam a escolarização de TransVestiGêneres, sendo esse um clássico traço da transfobia estrutural. A transfobia, por sua vez, está profundamente entrelaçada com outras formas de opressão, como o racismo e o clasismo. Conforme apontado pela pesquisadora, Bruna G. Benevides “a identidade trans se torna uma marca imperdoável para a cisgeneridade” (Benevides, 2024, p. 58). Logo, garantir que essas experiências de vida não existam torna-se um imperativo da cisheteronormatividade. Agrava-se ainda, ao reconhecermos que TransVestiGêneres negras/es/os tendem a ser violadas/es/os em decorrência do asco à identidade de gênero e do racismo sistemático, pois “o racismo potencializa a transfobia, [...]”, ratificando o triste dado dos assassinatos da juventude negra no Brasil” (Odara, 2020, p. 19). À vista disso, reconhecemos a realidade na desigualdade de gênero e raça, tencionada no Estatuto da Igualdade Racial. A disparidade nas violências praticadas quanto aos marcadores sociais de gênero e raça são evidenciadas e suas consequências passam a alimentar não apenas a transfobia escolar como também o racismo.

Em síntese, conforme discorre Andrade (2012), estudantes TransVestiGêneres que são também negras/es/os e/ou pertencem a camadas sociais economicamente vulneráveis enfrentam uma violência ainda mais intensa no ambiente escolar. Isso evidencia a importância de uma abordagem interseccional, que leve em consideração que a cisheteronormatividade “[...] silencia as experiências de transvestigêneres de tal modo que suas vidas, lidas como “não-vidas” se tornam um tipo de alvo no entretenimento cruel e desumanizador no espaço escolar [...]” (Rabelo; Porto, 2024, p. 10) e evidencia as múltiplas camadas de discriminação que atuam simultaneamente sobre esses indivíduos. Dessa forma, o racismo, o machismo e a transfobia interagem para agravar a exclusão e o estigma.

Nesse mesmo movimento, a realidade de TransVestiGêneres com deficiências expõem dores e silêncios que precisam ser rompidos no contexto escolar. São vidas costuradas com “linhas fronteiriças territoriais, da pele, do não pertencimento, [...] , acrescidos de uma não obediência estética da perfeição anatômica” (Mendonça; Yamaguti, 2020, p. 7). Logo, ao refletirmos sobre o Decreto n. 7.611/2011, que dispõe acerca da Educação Especial¹⁰ e Atendimento Educacional Especializado, que no inciso III refere o dever do Estado quanto a “não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência” (Brasil, 2008), reconhecemos a diversidade de TransVestiGêneres com deficiências que estão sujeitas/es/os à violência capacitista para além da transfobia. A não adequação da escola às necessidades físicas e educacionais, a não presença de profissionais de apoio quando necessário e a segregação de TransVestiGêneres que são PCD nos diferentes espaços escolares figuram aquilo que nomeamos sob a nossa realidade brasileira como transcapacitismo.

O transcapacitismo está condicionado à retroalimentação de duas estruturas de violências em ocorrência simultânea: a transfobia e o capacitismo. Quando associadas, imputam às experiências de TransVestiGêneres noções específicas de segregação, exclusão e apagamento sistemático de direitos sociais. Desse modo, se faz importante reconhecer que ao realizarmos a intersecção de gênero e corporalidades, nos encontramos com TransVestiGêneres com deficiências que, “por apresentarem em seus corpos os signos de suas diferenças, devem sofrer maior discriminação, sendo submetidas a enfrentamentos constantes para permanecer na escola” (Andrade, 2012, p. 18). Ante a abordagem transfeminista interseccional tal reconhecimento é preciso para a produção de enfrentamentos às desigualdades que aceleram a exclusão e a evasão escolar de TransVestiGêneres com deficiências.

¹⁰ O movimento de pessoas com deficiências (PCD) evoca fortes críticas acerca do termo “especial” quando usado em Educação Especial e/ou Pessoas com Necessidades Especiais, visto que todas as pessoas são de alguma maneira especiais por aquilo que são e isso independe de viver ou não com deficiências.

A superação das desigualdades educacionais deve estar concentrada como uma meta de todo o conjunto escolar, visto que as experiências de TransVestiGêneres perpassam desde a chegada dessas pessoas à escola – que é quando elas/us/es se deparam com os olhares duvidosos, as piadas voltadas desde a estética à performatividade que se acentua na construção do corpo, defeitos impostos pela convenção cisnormativa; até percepções de raça/etnia e sexualidades antes mesmo das pessoas, alvos dos olhares, terem a chance de se anunciarem. Desse modo, produzem um intenso processo de “[...] exclusão de todas as pessoas que divergem do padrão hegemônico reproduzido em toda a educação básica” (Santos, 2017, p. 41). É possível promover o bem, conforme os arranjos do Conselho Nacional de Educação (CNE) sem estigmas e preconceitos em decorrência da origem, raça/etnia, sexualidade, corporalidades, ou qualquer outra dimensão constitutiva que subjetiva o ser social quando ainda precisamos insistir em questões básicas como o respeito ao nome social de TransVestiGêneres?

O nome social para pessoas TransVestiGêneres que ainda não realizaram a retificação de registro civil ou que não desejam realizar, visto que, ao refletirmos sobre o nome, não falamos de um movimento fixo de nomeação, mas, sobretudo, político; representa não apenas uma expressão da identidade de gênero ou expressão de gênero que a pessoa se identifique, mas a máxima que constrói cotidianos, memórias e práticas de resistências. É a partir da insurgência ao padrão hegemônico e adoção ou manutenção do nome que TransVestiGêneres “reivindicam o pertencimento a um gênero distinto daquele que lhe foi imposto” (Bento, 2008, p. 12). Com isso, se faz importante reconhecer o nome social de TransVestiGêneres em todos os espaços escolares - nos instrumentos físicos e digitais, como a lista de chamada, declarações, termos e certificados. A partir das reivindicações do movimento LGBTQIAPN+, o CNE estabeleceu a Resolução CNE/CP nº 1/2018, que “define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares” (Brasil, 2018). Mesmo com a existência da regulamentação, não é difícil encontrarmos TransVestiGêneres que não têm o seu nome

respeitado no contexto escolar. O nome está ligado não apenas ao acesso, mas, sobretudo, a permanência de TransVestiGêneres na escola (Andrade, 2012). Nesse sentido, não basta existir uma legislação se o exercício da cidadania não for executado.

De modo a combater as formas de discriminação e violência, a capacitação de educadoras/es é de fundamental importância. Ao identificar sinais de violências, as/es educadoras/es são capazes de gerenciar os conflitos e promover resoluções eficazes, desde o processo de orientação quanto o respeito à diversidade escolar, quanto a como proceder em casos latentes no âmbito fiscalizador/judicial. Posto isso, o Plano Nacional de Educação (PNE), dispõe na Meta 7, Estratégia 7.23 “garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas [...]” (Brasil, 2014). Portanto, o processo de formação complementar e continuada deve se fazer real em todo percurso de atuação profissional, e de uma maneira interseccional. Somente com o reconhecimento das violências, as/es educadoras/es e demais membros do contexto escolar poderão promover o seu correto processo de enfrentamento.

Recentemente, foi aprovada a Lei Nº 14.986/2024, que torna obrigatória a inclusão das perspectivas e experiências femininas no currículo escolar, ajudando a reduzir a desigualdade de gênero na educação. Além disso, institui a Semana de Valorização de Mulheres que Fizera História. Com a devida aplicabilidade da lei, é indiscutível a inclusão das demandas que se deslocam às experiências de TransVestiGêneres no contexto escolar, visto que tal mecanismo tende a promover o fortalecimento da cidadania e dos direitos humanos, o combate aos estereótipos de gênero, a criação de um ambiente educacionais mais inclusivo, e, conseqüentemente, tendo impacto direto na formação de professores e gestores escolares. Neste contexto, contamos com a oportunidade de consolidar uma política de educação com ênfase em uma perspectiva antirracista, anti-LGBTQIA+fóbica, anticapitalista e antissexista.

Ao integrar experiências femininas nos currículos escolares, a lei contribui para uma educação mais diversa e completa, que reflete diferentes perspectivas históricas e culturais, beneficiando a formação crítica dos estudantes. Temos em mãos uma oportunidade ímpar de considerar, por exemplo, a história de vida, os processos identitários e políticos de Xica Manicongo – primeira travesti no Brasil. No tocante os desafios para a aplicabilidade da Lei Nº 14.986/2024, reconhecemos com primor a **adequação curricular e a formação dos professores**. Incorporar as novas abordagens baseadas em experiências e perspectivas femininas demanda ajustes nos currículos escolares, algo que envolve a criação e adaptação de conteúdos específicos e contextualizados.

A cisheteronormatividade, portanto, sustenta a lógica hegemônica de que pessoas TransVestiGêneres no contexto escolar não são seres humanos, cidadãos e cidadãs de direitos. Seriam, pensam Eles, um fruto imaginário da contemporaneidade. Mal se dão conta de que tais experiências partem de um “movimento político e social que confronta o modelo educacional colonial vigente, que condiciona o processo de expulsão das travestis e transexuais dentro do processo educacional “dito formal” (Odara, 2020, p. 20). As rupturas que TransVestiGêneres provocam no chão das escolas por simplesmente existirem, acentua a necessidade constante de promoção da diversidade enquanto um processo de práxis político-pedagógica e contra-hegemônico à cisheteronormatividade. Consoante a isso, o movimento de TransVestiGêneres tem avançado cada vez mais “para que hoje travestis mais novas recebam títulos de licenciadas, mestras, doutoras e pós-doutoras” (Passos, 2022, p. 26). O lugar foi fissurado, sangrado, desmoronado. Não há mais volta!

3 O Que Uma Travesti Preta Pode Fazer?: Quando a Travestilidade ocupa a Docência

Figura 3 – Adriana Lohanna e Samuel Rabelo¹¹



Fonte: Acervo pessoal

A Escola enquanto espaço de poder precisa entender que já existimos. Precisa garantir a educação enquanto política de estado e direito fundamental para todas/es/os.

- Adriana Lohanna dos Santos -

A Revolução vai ser travesti?

Já está sendo! Olhe ao redor - nos corredores, no recreio, nos eventos escolares. A ocupação da escola, da docência por TransVes-

11 Descrição da imagem: Mostra Adriana Lohanna em pé sorrindo - uma mulher transexual negra, magra, cabelos cacheados à altura dos ombros, usando um vestido cinza sem mangas, sapato de salto alto na cor bege. Está com a bandeira do movimento LGBTQIAN+ nos ombros; ao lado do autor em pé - um homem de pele clara, cabelos escuros e curtos. Usa um terno preto, camisa na cor rosa claro e gravata na cor bordô, sapato social preto. Usa dois bottons, um fazendo referência ao movimento LGBTQIAPN+ com as cores da bandeira e o outro com a inscrição "Ditadura Nunca Mais".

tiGêneres (mesmo que tímida), desafia normas sociais enraizadas e promove uma resignificação dos papéis de gênero no ambiente escolar. As identidades TransVestiGêneres, historicamente marginalizadas, encontram na escola um espaço de lutas, mas também de resistência e afirmação. A Escola se pinta de povo no instante em que o povo passa a ocupar a Escola. Esse é o nosso imperativo. É para isso que Adriana Lohanna dos Santos tomba o sistema escolar diariamente e escancara o seu lugar sob uma docência transviada. É para isso que, por quantas vezes forem necessárias, sentaremos para ouvir e aprender enquanto uma travesti ensina. Seja no território escolar, na pesquisa científica, aqui em casa, na mesa de um bar, ou na esquina, onde o salto alto anuncia sua chegada, todo lugar com uma travesti se torna uma sala de aula.

A imagem acima foi eternizada após o meu exame de defesa no mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes (PPED/UNIT), ocorrida em 05 de setembro de 2022, em que sustentei a pesquisa: “A intolerável companhia que me faço: a presença das mulheres transexuais e travestis na educação”. O estudo que desenvolvemos (foram muitas mãos) teve como objetivo, analisar a presença das mulheres transexuais e travestis no campo da educação, pensando “a solidão que se constitui como dimensão ontológica da violência que marca os corpos de mulheres transexuais e travestis, atravessando seus processos educativos” (Rabelo, 2022, p. 12). Durante todo o percurso formativo, Lohanna (como carinhosamente a chamo) esteve comigo.

Dada a vida-poesia de Lohanna e como isso tem me feito debruçar ferozmente contra o sistema escolar, passo a enxergar na sua vida e em nossos incontáveis encontros, espaços sólidos de aprendizagens que me fizeram hoje, reconhecer a importância de pensar a docência sob uma perspectiva transfeminista interseccional. Desse modo, ao continuar nossas reflexões, afiamos essa seção com o objetivo de refletir sobre a presença de travestis negras na educação e como essas ocupações insurgentes possibilitam o atravessamento de trincheiras à práxis transfeminista interseccional. Neste sentido, “A escola é aqui entendi-

da como espaço de produção e reprodução de desigualdade, mas também como uma forte ferramenta política capaz de produzir, mesmo que comedidamente, alguns enfrentamentos [...]” (Alexandre, 2020, p. 20).

Antes de mais nada, consideramos os contextos que perpassam as experiências escolares de TransVestiGêneres que, condicionadas/es/os à uma política do aniquilamento – transfóbico, racista, heterossexista, capacitista e eurocêntrico – estão expostas/es/os à manutenção do sistema que prevê a continuidade dos fluxos cisheteropatriarcais, sendo lançadas/es/os a constante invalidação de suas noções éticas de (re)existências (Werneck, 2010). Logo, calçar o reconhecimento de que o fenômeno da transfobia escolar atravessa diretamente à docência e se acentua ao passo que interseccionamos as experiências dissidentes, nos convida ao exercício ético de supressão à uma verdade única, ou seja, aquela que nos apresentada como universal, única de catástrofe (Adichie, 2019), conseguimos reconhecer então a realidade da docência travesti.

Longe de nós negar que há TransVestiGêneres fora do contexto escolar, até porque, ao questionarmos as fragilidades da escola e como a evasão escolar de TransVestiGêneres, por exemplo, que não “[...]se sujeitam às imposições que as tornam normais e/ou iguais perante os demais” (Andrade, 2012, p. 117); adensa ainda mais a sua marginalização social, concordamos também que “a escola tem a sua estrutura profundamente normatizada, atribuindo a cada sujeito o seu devido lugar, e isso se aplica posteriormente para a vida social fora dela” (Alexandre, 2020, p. 29). Neste sentido, a presença de professoras travestis, além de enriquecer a pluralidade de vivências dentro das escolas, contribui para o questionamento das normas cisheteronormativas que regulam o corpo docente e possibilita “construir uma outra possibilidade de educação para as travestis educandas que virão” (Passos, 2022, p. 27).

Assim como Lohanna, outras travestis pretas passam a ocupar docência, e por mais que possuam formação e competência técnica para exercerem suas funções, “[...] são vistas como sinônimo de marginal e atentado ao pudor, uma espécie de afronta à moral e aos bons

costumes” (Andrade, 2012, p. 15). Neste sentido, a ocupação de travestis na docência é uma realidade e a educação passa a fazer sentido com pessoas TransVestiGêneres ocupando as salas de aula, e não mais tendo nas mazelas das ruas como estado finalístico às identidades TransVestiGêneres. A travestilidade preta na docência também permite que questões ligadas à diversidade de gênero, raça/etnia e sexualidade sejam abordadas de maneira mais direta e experiencial, dando abertura à “[...] pensar em formas de trazer uma abordagem antirracista mais consistente à rotina desses alunos” (Pevirguladez, 2024, p. 8)

Megg Rayara Gomes de Oliveira é reconhecida como a primeira travesti negra doutora em educação no ano de 2017, e a primeira travesti negra a se tornar professora universitária no Brasil em 2019. Em sua tese de doutorado: *“O Diabo em forma de gente: (Re)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação”*, Megg busca entender como experiências negras que não se encaixam na norma cis-heterossexual são moldadas e agenciadas dentro do contexto escolar. Em parte de sua discussão sobre o racismo, Megg reflete que, “a vida da população negra no Brasil, quando comparada com a vida de pessoas brancas, parece ter um valor muito menor, pois continua exposta a uma série de violências e exclusões” (Oliveira, 2017, p.34). À cargo disso, fortalecemos a compreensão de que, até mesmo entre as identidades TransVestiGêneres, há tensões e particularidades às intersecções de gênero e raça, por exemplo.

A presença de professoras travestis negras no contexto escolar, demarca um local de ocupação histórica e passível de fortalecimento com o avanço das discussões sobre gênero, raça/etnia e sexualidade na/para a educação. Ao refletir sobre o sentido de representatividade, Megg aponta que a falta de representatividade de pessoas negras e LGBTQIAPN+ em posições de destaque tende a agravar a marginalização dessas minorias (Oliveira, 2017). Dado o exposto, pensamos: Quantas professoras travestis nós tivemos na infância? Quantas professoras travestis negras nós nos deparamos durante o percurso acadêmico? É justamente com o rompimento da marginalização e entrada

de travestis negras enquanto docentes que prosperamos uma educação que não mas apagará as diferenças.

Por conseguinte, fazemos referência à Thiffany Odara - uma professora travesti preta e ativista pelos direitos da população LGBTQIAP+, especialmente no que se refere à visibilidade e inclusão de pessoas trans no ambiente educacional. Ela se destaca como uma das poucas travestis atuando na docência no Brasil, contribuindo de forma significativa para a promoção da diversidade de gênero nas escolas. Em sua obra: *“Pedagogia da Desobediência”*, Thiffany Odara (2020) propõe uma ruptura com as normas sociais e educativas que reforçam a cissheteronormatividade e marginalizam corpos e identidades dissidentes, especialmente de pessoas trans e negras. Segundo a autora, “o processo de discriminação recai de maneira bem violenta na vida de mulheres negras, que por sua vez atravessa em seus corpos as marcas das violências sexista e racista [...]” (Odara, 2020, p. 91). Ela defende uma pedagogia que valorize a insurgência contra as normas opressoras, promovendo uma educação que seja libertadora e acolha as subjetividades trans e racializadas.

Além das dificuldades estruturais, Thiffany Odara também enfatiza a importância de uma prática educativa que não apenas questione as estruturas de poder, mas que também legitime e amplifique as vozes daqueles que historicamente foram silenciados, destacando os desafios emocionais e psicológicos enfrentados por travestis negras na docência. Pensando nisso, a constante luta por legitimidade e respeito dentro do ambiente escolar afeta a saúde mental dessas profissionais, que precisam lidar com o peso das expectativas sociais e a violência simbólica de seus colegas e alunos. Posto isso, concebemos que “[...] há uma possível solidão epistêmica que atravessa as vidas de mulheres transexuais e travestis, acompanhada de uma solidão ontológica” (Rabelo, 2021, p. 5). Apesar dessas adversidades, a ocupação da docência por travestis negras representa uma forma de resistência e um caminho para a transformação educacional. Ao assumirem esses espaços, elas se tornam referências para outras pessoas trans e ne-

gras, abrindo portas para novas formas de ensinar e aprender, que valorizam a diversidade e desafiam as normas tradicionais de gênero e raça.

A partir dessas primeiras impressões, concebemos que as travestis negras enfrentam desafios multifacetados e que ao ingressarem na docência, “[...] tendem a romper com o sentido de não-pertencimento, advindo da matriz cishetenonormativa” (Rabelo, 2022, p. 91), principalmente devido à interseccionalidade entre transfobia e racismo. A exclusão começa já na formação acadêmica, onde essas mulheres são frequentemente marginalizadas, subestimadas ou desrespeitadas por suas identidades, pois a existência de travestis negras na docência é um ato de rebeldia em face da violência sistemática que busca o seu aniquilamento (Mombaça, 2021). Desse modo, chamamos a reflexão que, a transfobia enquanto mecanismo de violência da cisheteronormatividade tende a aumentar à resistência de corpos marginalizados, especialmente em contextos de opressão racial e de gênero como a escola.

Enquanto um devir político que opera em nossas plurais dimensões do ser (des)educador na/para a educação, tivemos a honra de conhecer a escrita da Profa. Dra. Letícia Carolina Pereira do Nascimento – uma mulher travesti, negra e gorda como essa sempre faz questão de demarcar nos diferentes espaços de acessos; e pessoalmente, durante o IX Encontro Sergipano da Educação Básica (ESEB), ocorrido entre os dias 28 e 30 de agosto deste ano na UFS, enquanto participávamos do minicurso: “Educação Somática na Educação Infantil: aprendendo a estar consigo para estar com as crianças”.

A Profa. Letícia (como ela carinhosamente se apresenta) é uma pesquisadora e ativista transfeminista negra, gorda, de axé, com destaque epistêmico no campo de estudos sobre raça, gênero e sexualidade. Seu trabalho foca na interseccionalidade dessas questões, especialmente no ambiente educacional. Ela é reconhecida por sua defesa dos direitos TransVestiGêneres, abordando temas como os desafios enfrentados por travestis negras na docência e a necessidade de uma educação mais inclusiva, que combata tanto o racismo quanto a trans-

fobia. Na percepção da Profa. Letícia, a transformação dessa realidade passa pela implementação de políticas inclusivas e pela desconstrução dos estereótipos de gênero dentro do currículo escolar. Segundo a Profa. Letícia, “o transfeminismo implica pensar o feminismo a partir das experiências de travestis e mulheres trans” (Nascimento, 2021, p. 71).

O ambiente acadêmico e escolar, marcado por uma estrutura cissheteronormativa e branca, tende a invisibilizar as travestis negras, “talhadas na vivência socioeconômica e cultural de sua classe social, raça/etnia, orientação sexual e de sua trans territorialidade entre lugares” (Lisboa; Oliveira, 2019, p. 345), criando barreiras que vão desde a discriminação explícita até a falta de políticas institucionais de apoio. Essa realidade torna o acesso e a permanência de travestis negras na carreira docente uma conquista árdua e solitária, evidenciando o preconceito enraizado nas instituições de ensino e destacando a resiliência dos corpos em resistência.

Contudo, mesmo diante de tantas adversidades, à docência de travestis negras se torna um ato de resistência e de subversão de normas. A presença de travestis negras na educação também contribui para a quebra de estereótipos sobre o que significa ser uma professora. Elas expandem o imaginário social sobre quem pode ensinar e o que significa ser uma educadora, enriquecendo a pluralidade de perspectivas dentro da escola. A partir de uma pedagogia insurgente, essas professoras trazem suas vivências pessoais para o currículo, desafiando as normas tradicionais e oferecendo às/aos alunas/es/os uma educação mais crítica e reflexiva. A presença dessas professoras não apenas desafia as estruturas de opressão, mas também oferece aos estudantes uma visão ampliada sobre diversidade, direitos humanos e respeito à diferença.

Nas palavras de Guacira Lopes Louro, “a impossibilidade é inerente ao percurso” (Louro, 2021, p. 16). O que uma travesti preta pode fazer? Ela pode ocupar a docência, ocupar o pensamento, formular rotas de fuga. Ela pode fazer revolução. Ela é a própria ressurreição. Ela é o próprio caos do *cistema*. Ela garante que corpos pretos sejam vistos

por fora da curva, ocupando os espaços, germinando sonhos e alcançando a liberdade.

4 À guisa de um até breve

Ao longo do tempo, passo a me perceber como um pedaço de papel que encontrou em experiências de TransVestiGêneres, a possibilidade de rabiscos, fissuras na/para a educação transgressora da norma hegemônica. É justamente no devir (des)educador e a partir desses encontros e possibilidades de desmoronamentos que somos convidadas/es/os à crítica dos locais que ocupamos e até mesmo de quem somos e quais produções de sentidos temos promovido no contexto escolar. Por conseguinte, nos deparamos com a violência de gênero que estrutura a transfobia e suas expressões – racismo, sexismo, classismo, capacitismo, e impossibilita o alcance de uma inteligibilidade de gênero às pessoas TransVestiGêneres.

A transfobia escolar afeta profundamente a vida acadêmica de pessoas TransVestiGêneres em seus processos escolares, manifestando-se de forma estrutural e cotidiana. Elas enfrentam discriminações no ambiente educacional nas mais variadas expressões de violências morais, físicas e psicológicas. Além disso, a falta de reconhecimento de suas identidades no currículo e no espaço escolar contribui para a sensação de exclusão e marginalização.

Para enfrentar essas questões e promover uma política de educação libertadora, é necessário repensar o currículo escolar de maneira crítica e inclusiva. Uma das primeiras ações é incorporar no currículo a perspectiva transfeminista e interseccional, valorizando as experiências e trajetórias das pessoas TransVestiGêneres. Isso significa rever os conteúdos abordados nas disciplinas, promovendo debates sobre diversidade de gênero e ampliando a representatividade de corpos trans nos materiais didáticos e na docência.

As políticas educacionais inclusivas são ainda escassas, e as travestis pretas professoras acabam sendo agentes solitárias na luta por

uma educação antirracista e antitransfóbica. Nesse sentido, a formação de professores é fundamental para criar um ambiente escolar acolhedor e com menos ocorrências de preconceitos. Educadoras/es devem ser preparados para lidar com a diversidade de gênero de maneira sensível e informada, promovendo o respeito e a inclusão no cotidiano escolar.

A presença de travestis negras contribui para a visibilidade de identidades que historicamente foram marginalizadas. Além das dificuldades de afirmação no espaço escolar, essas educadoras enfrentam o desafio de criar um ambiente inclusivo para seus alunos, muitas vezes sem o apoio institucional necessário. Isso ajuda a quebrar estereótipos e preconceitos, permitindo que mais pessoas reconheçam e aceitem a diversidade de gênero e raça. Por fim, a promoção de espaços seguros de discussão e acolhimento, onde questões de gênero possam ser debatidas, contribui para a construção de uma comunidade escolar mais justa e inclusiva.

Há um modo travesti de se fazer docência? Há um modo travesti de ocupação acadêmica? Ouso dizer que foi justamente isso que Xica Manicongo (1591) nos deixou enquanto política de sobrevivência para o movimento LGBTQIAPN+ e, sobretudo, para TransVestiGêneres. O que seria resistir ao genocídio da Inquisição no Brasil senão um imperativo à identidade considerada desviante, um modo de ensinar a transgredir? Mesmo tendo que destituir-se da expressão de gênero que fora perseguida pelo sistema, Xica continuou a existir. Xica continua a resistir. Xica Manicongo, presente.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019.

ALEXANDRE, Bruno do Prado. **Memórias Escolares de Travestis**: Narrativas de um “não lugar”. 1. ed. Curitiba: Appris, 2020.

ALMEIDA, Djamila Pereira de. Um intento de prefácio. In: OLIVEIRA, Megg Rarayara Gomes de. **O diabo em forma de gente**: (r)existências de gays afemina-

dos, viados e bichas pretas na educação. 1 ed. Salvador – BA. Editora Devires, 2020.

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na Escola**: assujeitamento e resistência à ordem normativa. 2012. 278 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/7600>. Acesso em 10 jul. 2024.

ARAÚJO, Gabriela Costa. **Bajubá**: memórias e diálogos das travestis. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: fatos e mitos. Tradução Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê**: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2024. 125p. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2024/01/dossieantra2024-web.pdf>. Acesso em 10 set. 2024.

BENTO, Berenice Alves de Melo. Transexualidade e as armadilhas dos gêneros. In: BENTO, Berenice Alves de Melo. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008. cap. 1. p.15-55.

BENTO, Berenice Alves de Melo. **Transviad@s**: gênero, sexualidade e direitos humanos. Salvador: EDUFBA, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-norma-pl.html>. Acesso em 4 set. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em 4 set. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 2 set. 2024.

BRASIL. **Estatuto da Igualdade Racial**: Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 21 jul. 2010.

BRASIL. **Decreto n.º 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/D7611.htm. Acesso em: 24 set. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. *Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012*. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 23, 21 nov. 2012.

BRASIL. *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014*. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá** outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 26 jun. 2014.

BRASIL. **Resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2015**. Estabelece diretrizes para assegurar o direito ao uso do nome social de pessoas travestis e transexuais nos sistemas e redes de ensino. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 8, 17 jan. 2015.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 7 jul. 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1, de 19 de janeiro de 2018**. Dispõe sobre o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares de instituições de educação básica e de educação superior, no âmbito do sistema nacional de educação. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 39, 23 jan. 2018.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. “Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics”. **The University of Chicago Legal Forum**, n. 140, p. 139-167, 1989.

Criança Viada Travesti na Escola: debate sobre gênero e sexualidade na FEUSP. **Esquerda Diário**, Online, 22 out. 2017. Disponível em: https://www.esquerdadiario.com.br/Crianca-Viada-Travesti-na-Escola-debate-sobre-genero-e-sexualidade-na-FEUSP?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=Newsletter. Acesso em 15 set. 2024.

DENZIN, Normam Kent; LINCOLN, Yvonna Sessions. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Normam Kent; LINCOLN, Yvonna Sessions. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, Arilda Schmidt. Refletindo sobre critérios de qualidade da pesquisa qualitativa. **GESTÃO.Org - Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v. 3, n. 2, p. 81-89, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/gestaoorg/about>. Acesso em 05 jun. 2024.

JESUS, Jaqueline Gomes de; ALVES, Hailey. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. **Cronos – Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN**, Natal, v. 11, n. 2, jul./dez. 2010. p. 8-19. Disponível em: <https://www.periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2150/pdf>. Acesso em 28 ago. 2024.

JESUS, Jaqueline Gomes de (org.). **Transfeminismo: teorias & práticas**. Rio de Janeiro: Editora Metanoia, 2014.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Xica Manicongo: a transgeneridade toma a palavra. **Capire**. Online, 20 nov. 2022. Disponível em: <https://capiremov.org/experiencias/xica-manicongo-a-transgeneridade-toma-a-palavra/>. Acesso em 20 ago. 2024.

KAAS, Hailey. **O que é Transfeminismo?** Uma Breve Introdução. 2ª Versão 2015. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/371874/mod_resource/content/0/Encontro%206%20-%20O-que-%C3%A9-Transfeminismo.pdf. Acesso em: 09 ago. 2024.

LINN DA QUEBRADA. **Oração (Clipe Oficial)**. YouTube: Nuance Filmes, 2019. 1 vídeo (5:59 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=y5rY2N1XuLI>. Acesso em 5 set. 2024.

LISBOA, Tereza Kleba; OLIVEIRA, Catarina Nascimento de. Serviço Social com perspectiva feminista: Interseccionando a(s) questão(ões) social(is). **Caderno Espaço Feminino** | Uberlândia, MG | v.32 | n.1 | seer.ufu.br/index.php/neguem | jan./jun. 2019 | ISSN 1981-3082. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/50719/26955>. Acesso em 8 set. 2024.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaio sobre sexualidade e teoria queer**. 3. ed. rev. amp.; 3. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

MENDONÇA, Viviane Melo de; YAMAGUTI, Emerson Takumi. **Ensaio sobre as travestis e mulheres transexuais com deficiência na Fronteira Anzaldúa**. Anais do 9º Coninter. Anais...Campos dos Goytacazes(RJ) UENF, 2020. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/coninter2020/>. Acesso em 15 set. 2024.

MOMBAÇA, Jota. **Não vão nos matar agora**. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente**: (R)Existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. 2017. Tese (Doutorado em Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação – UFPR, Paraná, 2017. Disponível em: <https://sigla.ufpr.br/siga/visitante/trabalhoConclusaoWS?idpessoal=17450&idprograma=40001016001P0&anobase=2017&idtc=1255>. Acesso em 10 jul. 2024.

ODARA, Thiffany. **Pedagogia da Desobediência**: travestilizando a educação. 1. ed. Salvador/BA: Editora Devires, 2020.

PASSOS, Maria Clara Araújo. **Pedagogias das Travestilidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

PEVIRGULADEZ, Allan. **Manual prático de educação antirracista**. São Paulo: Cortez, 2024.

RABELO, Samuel Francisco. Lembre de Mim: descortinando a solidão na experiência de mulheres transexuais e travestis. **Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação - SEPED**, [S. l.], n. 1, 2021. Disponível em: <https://eventos.set.edu.br/seped/article/view/14918>. Acesso em: 22 jul. 2024.

RABELO, Samuel Francisco. **“A intolerável companhia que me faço”**: a presença das mulheres transexuais e travestis no campo da educação. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2022. Disponível em: https://mestrados.unit.br/pped/wp-content/uploads/sites/2/2022/12/DISSERTACAO_SAMUEL_FRANCISCO_RABELO-2-1.pdf. Acesso em 10 jul. 2024.

RABELO, Samuel Francisco; PORTO, Cristiane de Magalhães. Solidão e resistência: Enfrentamento ao bullying transfóbico no ambiente escolar. **Revista**

Linguagem, Educação e Sociedade - LES, v. 28, n.58, 2024, eISSN: 2526-8449. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/5445/4696>. Acesso em 05 set. 2024.

ROSA, Eli Bruno Prado Rocha. “Cisheteronormatividade como instituição total”. **Cadernos PET-Filosofia**, Teresina, v. 18, n. 2, p. 59-103, 2020. Disponível em <https://revistas.ufpr.br/petfilo/article/view/68171/41349>. ISSN 2178-5880. Acesso em 15 set. 2024.

SANTOS, Adriana Lohanna dos. **Formação das pessoas transexuais na Universidade Federal de Sergipe: enfrentamento e resistência das normas de gênero no espaço acadêmico**. 2017. 90f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2017. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/9200/2/ADRIANA_LOHANNA_SANTOS.pdf. Acesso em 18 set. 2024.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo, SP: Cortez, 2013.

SIQUEIRA, Indianarae. Me perguntaram hoje como surgiu o termo Transvesti-gênero. *Instagram*, Rio de Janeiro, 18 ago. 2022. Disponível em: <https://www.instagram.com/indianaraesiqueira/p/ChZ4DfxrM1X/>. Acesso em 08 set. 2024.

WERNECK, Jurema. **Mulheres Negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Criola, 2007.



CAPÍTULO 9

A DESIGUALDADE DE GÊNERO NA REFORMA TRIBUTÁRIA SOBRE CONSUMO

Juliana Campos de Carvalho Cruz

1 Introdução

Em recente estudo sobre estatísticas de gênero realizado pelo IBGE (2024) foram levantados dados sobre a dura carga ocupacional das mulheres, notadamente pela necessidade de conciliação de dupla jornada de trabalho, em percentual muito superior à dos homens. Em 2022, 28% das mulheres estavam ocupadas em tempo parcial de até 30 horas semanais; enquanto apenas 14,4% foram verificados para os homens.

Na mesma pesquisa na parte de saúde e serviços relacionados, o IBGE (2024) detectou que a postergação da decisão de ter filhos para idades mais avançadas seria uma tendência de aumento de participação das mulheres no mercado de trabalho, e o aumento de escolarização. Porém, foi possível notar que as maiores retrações em relação à “prevalência contraceptiva” ocorreram entre as mulheres brancas e no Sul do país. Segundo o IBGE (2024),

A prevalência contraceptiva é um indicador de avaliação do acesso ao planejamento reprodutivo e que, sobretudo, acompanha o engajamento da sociedade em ações que garantam a igualdade de gênero, em particular, o reconhecimento de que a maior parte dos custos da reprodução humana recai sobre o corpo da mulher e sua convivência em sociedade.

O interessante da pesquisa divulgada pelo IBGE é que ela mostra a diferença estrutural no tratamento entre homens e mulheres em

diversos aspectos como educação, escolaridade, saúde, vida pública e tomada de decisões, direitos humanos e empoderamento econômico, demonstrando, sobretudo, a desigualdade de rendimentos do trabalho, maior entre os profissionais das Ciências e intelectuais, grupo nos quais as mulheres receberam 63,3% do rendimento dos homens (IBGE, 2024).

Baseadas em leis discriminatórias e exclusivistas que serviram de instrumento de consolidação da desigualdade e assimetria na relação entre homens e mulheres, as sociedades estabeleceram um patamar de inferioridade e submissão em relação ao homem, não somente na seara doméstica, no direito familiar, mas no cenário público a exemplo do que acontece no mercado de trabalho, no qual a remuneração da mulher é inferior à percebida pelos homens no exercício de funções semelhantes ou da dupla jornada de trabalho. A discriminação também foi sentida nos espaços de poder públicos e privados que refletiam a tímida participação política das mulheres, quase sempre limitada ou proibida.

De início, os próprios movimentos de direitos humanos ignoravam as bandeiras de luta do feminismo as quais reivindicavam a participação política, a igualdade no mercado de trabalho, o direito à educação e ao aborto, além da sexualidade das mulheres, dentre tantas outras reivindicações. Os direitos humanos, durante muito tempo, trataram a questão das mulheres de forma secundária, como se seus direitos, lutas e conquistas estivessem atrelados aos direitos do homem. O homem sempre foi o paradigma dos direitos humanos de toda humanidade, como se não existissem outros paradigmas ou setores sociais mais vulneráveis, como as mulheres, crianças, idosos, negros, índios, migrantes, homossexuais, transgêneros, transexuais, deficientes físicos e mentais.

Com base na perspectiva exposta, a Constituição Federal de 1988, embora tenha como fundamentos a proteção à dignidade da pessoa humana¹, a construção de uma sociedade livre, justa e solidá-

¹ Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: [...]; III - a dignidade da pessoa humana; (Brasil, 1988).

ria e a promoção do bem de todos, sem preconceito de origem, raça, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação², o impacto da tributação na vida das mulheres, entretanto, põe a nocaute a suposta igualdade³ e justiça social então prescritas.

A redução da desigualdade de gênero foi priorizada na reforma tributária sobre consumo, aprovada em 20 de dezembro de 2023, com a promulgação da Emenda Constitucional n. 132 cujo art. 9º (§§10-11) estabeleceu que a avaliação quinquenal de custo-benefício dos regimes diferenciados de tributação, aplicados de forma uniforme em todo o território nacional, deveria considerar o impacto da legislação tributária na promoção da igualdade entre homens e mulheres⁴ (Brasil, 2023).

Este estudo tem como **objetivo** analisar a relação ente tributação e a desigualdade de gênero enunciada pela referida reforma tributária. A abordagem adotada delimita o âmbito da desigualdade de gênero em seu aspecto geral, entre homens e mulheres, não se estendendo a fatores interseccionais como raça, cor, etnia, idade e outras formas de

² Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; ... IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (Brasil, 1988).

³ Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição; (Brasil, 1988).

⁴ Art. 9º A lei complementar que instituir o imposto de que trata o art. 156-A e a contribuição de que trata o art. 195, V, ambos da Constituição Federal, poderá prever os regimes diferenciados de tributação de que trata este artigo, desde que sejam uniformes em todo o território nacional e sejam realizados os respectivos ajustes nas alíquotas de referência com vistas a reequilibrar a arrecadação da esfera federativa. ... § 10. Os regimes diferenciados de que trata este artigo serão submetidos a avaliação quinquenal de custo-benefício, podendo a lei fixar regime de transição para a alíquota padrão, não observado o disposto no § 2º, garantidos os respectivos ajustes nas alíquotas de referência... §11. A avaliação de que trata o § 10 deverá examinar o impacto da legislação dos tributos a que se refere o *caput* deste artigo na promoção da igualdade entre homens e mulheres (Brasil, 1988).

discriminação, tendo em vista a prescrição normativa instituída pela Emenda Constitucional nº 132 que destaca tão somente a dimensão de gênero.

Nesta direção, **a hipótese** orientadora preconiza que a influência do sistema patriarcal sobre o campo do Direito, no ordenamento jurídico brasileiro, seja nas leis, seja na doutrina e na jurisprudência, e o quanto este pode atuar, por vezes, para a perpetuação daquele. Porém, a inovação trazida pela Emenda Constitucional 132/23 destaca a necessidade de o ordenamento jurídico brasileiro promover a igualdade entre homens e mulheres.

Com relação aos aspectos metodológicos, a construção deste estudo se orienta a partir do *método dedutivo* (do geral para o específico) com uma abordagem qualitativa, partindo do pressuposto de que esse método permite a interpretação de fenômenos, análise e síntese de ideias. De acordo com Marconi e Lakatos (2017), o método dedutivo é feito a partir de uma reformulação de modo explícito de alguma informação, já contida nas premissas, fazendo leitura em livros, artigos ou periódicos para desenvolver o tema. Dessa forma, o método utilizado tem o propósito de explicitar as informações essenciais.

Em coerência com a hipótese inicial orientadora, a **metodologia adotada** apresenta caráter descritivo e qualitativo, realizando-se por meio da *pesquisa bibliográfica* e documental. A pesquisa bibliográfica é de fundamental importância, uma vez que se tem acesso a uma gama considerável de textos dos quais foi possível obter aprofundamento sobre as teorias produzidas relacionadas ao assunto, com a exposição de dados, objetivando examinar a desigualdade de gênero na reforma tributária sobre consumo.

Quanto à estrutura o texto está subdividido em três tópicos. No primeiro será abordado o conceito de gênero; no segundo capítulo será analisada a desigualdade de gênero no Brasil e o seu reflexo na renda e mercado de trabalho; no terceiro, será estudado o impacto da nova tributação sobre a desigualdade de gênero, seguindo, ao final, para as conclusões.

2 Conceito de Gênero

As relações sociais historicamente construídas determinam as práticas sociais entre os diferentes grupos e segmentos sociais. A noção de gênero adotada neste estudo vai ao encontro da abordagem de Scott (1995), que se apresenta especialmente relevante como categoria analítica e pressuposto teórico-metodológico, considerando-a componente estrutural de valores, práticas e opiniões que engendram relações de poder.

O cerne da definição de gênero conforme Scott (1995, p 42) “repousa sobre a relação fundamental entre duas proposições articuladas entre si: i) o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos; ii) o gênero é uma forma básica de representar as relações de poder”, em que as representações dominantes são apresentadas como naturais e inquestionáveis. Sob esse prisma, o gênero se constitui de quatro elementos: i) os “símbolos culturais” colocados à disposição das pessoas, símbolos esses, que evocam representações simbólicas múltiplas (e frequentemente contraditórias); ii) os “conceitos normativos”, que expressam a interpenetração dos símbolos e determinam significados dominantes para esses símbolos. A religião, a educação, a ciência, a política expressam esses conceitos na forma típica de oposição dualista, categorizando o masculino e o feminino; iii) os complexos institucionais nos quais tais símbolos são enunciados, fazendo referência às instituições e à organização social; iii) e, finalmente, a maneira como símbolos, normas e instituições pertinentes estão envolvidos na construção subjetiva da identidade de gênero.

Gênero dá conta da diversidade da condição/experiência feminina em sociedades distintas, no tempo e espaço, o que possibilita pensar as relações entre os sexos no plano das relações sociais de gênero (entre mulheres e homens, bem como entre mulheres e mulheres e entre homens e homens (Sardenberg, 1998) observa que o conceito de gênero não substitui a categoria mulher, tampouco torna irrelevante pesqui-

sas/reflexões sobre mulheres enquanto um grupo social discriminado. Ao contrário, permite que se pense essa categoria como uma construção social historicamente específica e como é legitimada a situação de discriminação, exploração e subordinação das mulheres.

Não se pode esquecer que a abordagem de gênero se constitui numa ferramenta indispensável para compreender diversos processos sociais em educação, dentre eles o trabalho docente e a militância sindical. A partir do gênero, é possível perceber a organização concreta e simbólica da vida social e as conexões de poder nas relações sociais. É por este motivo que a temática de gênero, numa perspectiva transversal, precisa estar presente nos projetos de formação continuada dos dirigentes sindicais, especialmente nos sindicatos ligados à educação, pois as lutas empreendidas pelos sindicatos influenciam, de forma direta e/ou indireta, as políticas educacionais e os fazeres pedagógicos dos/as professores/as, contribuindo para a mudança das mentalidades que promovem as desigualdades sociais.

A questão sobre se o gênero continua ou não a ser uma categoria útil de análise — histórica, entre outras — parece não se basear na palavra em si, mas nos usos críticos que continuam sendo feitos dela. Com muita frequência, “gênero” conota um enfoque programático ou metodológico, em que os significados de “homens” e “mulheres” são considerados fixos; o objetivo é descrever papéis diferentes, não os questionar. Acredita-se que gênero continua a ser útil apenas se superar esse enfoque, se for considerado um convite para se pensar de forma crítica sobre como os sentidos de corpos determinados sexualmente são produzidos uns em relação com os outros, como esses sentidos são empregados e modificados. O foco deve estar não nos papéis atribuídos a mulheres e homens, mas na própria construção da diferença sexual.

O estudo dessa temática tenta contribuir com reflexões na área de pesquisas sobre a mulher, o Direito e as Políticas Públicas Sociais, buscando os elementos explicativos que se vinculam estreitamente e se refletem em obstáculos, os quais, por sua vez, são fruto de pau-

tas sociais. As políticas públicas sociais são um conjunto de medidas e diretrizes que o governo adota para garantir o exercício dos direitos sociais da cidadania. A relação entre as políticas públicas e os direitos sociais é importante, pois as políticas públicas são a forma de o Estado valorizar os direitos sociais.

A desigualdade de gêneros não é somente uma pressão moral e social, mas também um desafio econômico crítico. A igualdade sexual, ou igualdade de gênero, significa que as mulheres e os homens devem ter os mesmos deveres e direitos. Além disso, é considerada a base para a construção de uma sociedade livre de preconceitos e discriminações.

A literatura reitera que a desigualdade de gênero é um dos fatores que perpetua as heterogeneidades sociais, fundamentadas na diferença entre os sexos. Essa cristalização que circunda o senso comum subjugua as mulheres, favorece a imposição estigmatizante prevalentes nos contextos social, econômico, cultural e político, ganhando visibilidade nas constantes diferenças salariais, atribuições de cargos, funções e papéis (Cruz, 2005). Embora não pareça, a desigualdade de gênero está principalmente nas pequenas situações do dia a dia das pessoas, e até mesmo mulheres podem incentivar a segregação entre tarefas masculinas e femininas. Por outro lado, observa-se que as mulheres ocupam áreas, antes apenas disponíveis para o sexo masculino; mas não é o suficiente para acabar com o preconceito e estereótipos presente na sociedade

2 A Desigualdade de Gênero no Brasil

A desigualdade de gênero é a desigualdade de poder entre homens e mulheres, ocorre quando há privilégio de um gênero em detrimento de outro, reflexo de um sistema de opressão provocado pela desigualdade de gênero que impõe à mulher uma desvantagem econômica de renda e, se associado a outros marcadores interseccionais – como raça, etnia, origem, geração, orientação sexual –, entre outros fatores, de-

monstra o processo discriminatório no qual ela está inserida. Historicamente, os direitos e vontades do homem se sobrepuseram aos das mulheres e pessoas não-binárias. A desigualdade de gênero tem consequências graves nas relações sociais. Ela é usada como justificativa para a violência, reforça a falta de representatividade nos espaços e as diferenças salariais.

A diferenciação de gênero está enraizada na sociedade atual, principalmente devido ao machismo e à cultura patriarcal ainda vigente. A lógica prevalecente nas sociedades considerou, equivocadamente, que os homens assumiam o papel de provedor do sustento e seriam eles os únicos indicados para se tornarem os desenvolvedores de estratégias, planos e equipamentos que viabilizam a sobrevivência da humanidade. A posição binária fixa exclui a mulher desse papel, estabelecendo a elas o papel de fragilidade, submissão e dependência da ação masculina. Isso porque a estrutura familiar e as relações sociais de cunho patriarcal colocavam o gênero masculino no lugar mais elevado da pirâmide social.

Historicamente, os homens trabalhavam fora, tomavam as decisões e impunham suas vontades às suas esposas e filhos. Entretanto, desde crianças, também fomos ensinados a diferenciar as pessoas pelo gênero, o que reforça o preceito de que é preciso rotular as pessoas e, conseqüentemente, prejudicá-las. Conforme expressão que foi difundida desde os trabalhos de Raewyn Connell e Rebecca Pearsi (2015) a ‘ordem⁵ de gênero’ é autoexplicativa: designa, de maneira ampla, os arranjos que ordenam, ou seja, criam padrões e dão sentido às distinções de gênero nas sociedades contemporâneas e também atinge diretamente os homens, ainda que em intensidade bastante inferior. São também eles pressionados a assumirem papéis sociais por vezes não condizentes com seus reais desejos e suas aspirações de vida, pois enfrentam preconceitos caso desviem dos estereótipos criados em torno

⁵ A expressão foi difundida a partir dos trabalhos de Raewyn Connell e Rebecca Pearse (2015) e é autoexplicativa: designa, de maneira ampla, os arranjos que ordenam, ou seja, criam padrões e dão sentido às distinções de gênero nas sociedades.

da masculinidade, e se tornam vítimas da própria cultura de violência em que são criados.

A desigualdade frequentemente é experimentada pelas mulheres no mercado de trabalho, principalmente *com* rendimentos sistematicamente inferiores aos dos homens, inclusive quando comparados os níveis similares de escolaridade — ou seja, mesmo que, no mercado de trabalho, elas sejam a maioria que tem diploma de curso superior, no entanto recebem salários menores do que os homens que ocupam os mesmos cargos; observa-se, ainda, que as mulheres são vítimas de maior assédio sexual e moral por parte dos colegas homens, além de receberem mais pressão por resultados do que eles.

Além disso, as mulheres ocupam poucos cargos de liderança, pois precisam trabalhar menos horas para dividir a rotina profissional com a doméstica e encontram dificuldade para atuar em múltiplas jornadas, que inclui o direito aos estudos e à capacitação. As desigualdades de gênero, raça, classe entre outras, são eixos interseccionais estruturantes da matriz da desigualdade social no Brasil que, por sua vez, também está na raiz da permanência e reprodução das situações de pobreza e exclusão social. A busca por igualdade em oportunidades de trabalho e salarial continua sendo pauta em diversas discussões que buscam a diminuição da desigualdade de gênero.

Considerado um dos artigos mais importantes na Constituição Federal de 1988, o artigo 5º tem como principal objetivo as garantias e direitos fundamentais que todo cidadão possui. Sendo um dos mais importantes e polêmicos o direito da igualdade, “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (Brasil, 1988). Contudo, é grande a lista de alguns dos direitos das mulheres que estão sob risco, como por exemplo, o mundo da política, que continua sendo predominantemente masculino, o mercado de trabalho, o quanto as mulheres conseguem entrar e como são pagas uma vez que conquistam as vagas, dentre outros diversos direitos que lhes são barrados pela sociedade.

Na recente pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (2024), sobre os indicadores sociais das mulheres no Brasil, foram sistematizadas informações fundamentais das condições de vida das mulheres no país.

Segundo o IBGE (2024), desde 2012 o Brasil integra o Grupo Internacional de Peritos em Estatísticas de Gênero (*Inter-Agency and Expert Group on Gender Statistics – IAEG-GS*), coordenado pela Divisão de Estatísticas das Nações Unidas (*United Nations Statistics Division-UNSD*) e é composto por representantes dos programas de estatísticas de gênero de diversos países e organizações internacionais. Por meio dessa Divisão, em 2013 foi aprovado⁶ um guia para a produção nacional e compilação internacional de estatísticas de gênero, denominado Conjunto Mínimo de Indicadores de Gênero – CMIG (*Minimum Set of Gender Indicators – MSGI*), composto por 51 indicadores quantitativos distribuídos em cinco temas com o objetivo de monitorar as condições de vida das mulheres: i) empoderamento econômico (18 indicadores); ii) educação (11 indicadores); iii) saúde e serviços relacionados (11 indicadores); iv) vida pública e tomada de decisões (6 indicadores) e, por fim, v) direitos humanos das mulheres e das meninas (5 indicadores).

Os temas e as informações organizadas pelo CMIG são importantes referenciais internacionais sobre a garantia dos direitos e empoderamento de mulheres e meninas dos quais o Brasil é signatário, a exemplo da Plataforma de Ação de Pequim⁷ e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, promovida pelas Nações Unidas.

⁶ Essa aprovação ocorreu por meio da Decisão 42/102, conforme consta na 3ª edição da pesquisa publicada pelo IBGE, nº 38 de 2024.

⁷ A PAP – Plataforma de Ação de Pequim é um documento adotado na IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres, realizada em Pequim, em setembro de 1995, por via da Declaração de Pequim que os Estados-membros das Nações Unidas aprovaram. Por este documento, os Governos se comprometem a pôr em prática a Plataforma da Ação de Pequim de modo a garantir que a perspectiva de igualdade entre as mulheres e homens será refletida em todas as suas políticas e programas (ONU, 1995).

O resultado da pesquisa deixa evidente o tamanho da desigualdade entre homens e mulheres vivenciada no Brasil, nos mais variados aspectos.

No tópico empoderamento econômico, indica o número médio de horas semanais dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, viabilizando dados para aferir o percentual de mulheres que desenvolvem trabalho não remunerado. No Brasil, em 2022, as mulheres dedicaram quase o dobro de tempo de sua vida (21,3 horas) em relação aos homens (11,7 horas) aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos. No mesmo período, a taxa de participação das mulheres com 15 anos ou mais de idade no mercado de trabalho (ocupadas ou disponíveis para o trabalho) foi de 53,3%, enquanto entre os homens a medida chegou a 73,2% em média, uma diferença significativa de 19,9% (IBGE, 2024).

Os dados retro demonstram uma restrição à participação das mulheres no mercado de trabalho, o que acarreta consequências devastadoras tanto em relação à renda por elas obtida quanto em qualidade de vida.

Considerando a questão da obtenção de renda para custear a sobrevivência, a pesquisa do IBGE (2024, p. 2-3) demonstrou que, embora a participação das mulheres tenha crescido em 2022, o número médio de horas dedicadas ao trabalho doméstico não remunerado reduziu cerca de três horas para as mulheres ocupadas em trabalho remunerado. Todavia, considerando ambas as jornadas de trabalho, a carga horária total de trabalho das mulheres, por semana, foi de 54,4 horas e, para os homens, 52,1 horas.

O trabalho, por exemplo, está sendo redefinido ao mesmo tempo como estritamente feminino e como feminizado, seja ele executado, neste último caso, por homens, ou por mulheres. Ser feminizado significa tornar-se extremamente vulnerável; capaz de ser desmontado, remontado, explorado como uma força de trabalho de reserva; que as pessoas envolvidas são vistas menos como trabalhadores/as e mais como servos/as; sujeitos/as a arranjos do tempo em que a pessoa ora

está empregada num trabalho assalariado ora não, num infeliz arremedo da ideia de redução do dia de trabalho; levar uma vida que sempre beira a ser obscena, deslocada e reduzível ao sexo. Nesse sentido, Haraway (2019) analisa a feminização do trabalho e a economia do trabalho das mulheres nas sociedades industriais avançadas, com o declínio do estado de bem-estar. O sentido de feminização do trabalho, por exemplo, não se refere direta ou unicamente ao que seria próprio de sujeitos femininos, e sua compreensão é extremamente importante para seu manifesto feminista socialista.

A feminização do trabalho, seja do trabalho produtivo ou reprodutivo, é vista por Haraway (2019), alicerçado nas relações sociais entre ciência e tecnologia que operam pela estratégia histórica da desqualificação, agora renovada. Para ela, não há novidade no fato de que a manutenção da vida cabe às mulheres “[...] como parte de sua forçada condição de mães; o que é novidade é a integração de seu trabalho à economia capitalista global e a uma economia que progressivamente se torna centrada em torno da guerra” (Haraway, 2019, p. 182).

Interessante destacar que as mulheres que faziam parte dos 20% dos menores rendimentos dedicaram 7,3% horas a mais ao trabalho doméstico não remunerado que aquelas situadas nos 20% com os maiores rendimentos. Entre os homens, as diferenças por classes de rendimento praticamente não existem.

A diferença de renda evidencia um importante impacto no nível da desigualdade, inclusive, entre as próprias mulheres, ao possibilitar a contratação de outras mulheres para desenvolver o trabalho doméstico remunerado e, com isso, a delegação das atividades de cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, dado que 91,3% das pessoas ocupadas nessa atividade, em 2022, eram mulheres (IBGE, 2024, p. 3).

Em 2024, uma pesquisa desenvolvida pelo Departamento de Cardiologia da Mulher da Sociedade Brasileira de Cardiologia (DCM/SBC) em conjunto com a Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASCO) e Sociedade Interamericana de Cardiologia (SIAC) resultou na elaboração de diretrizes sobre a saúde cardio-

vascular no climatério e na menopausa (Oliveira *et al.*, 2024, p. 21). Na ocasião, foi constatado que as donas de casa experimentam uma pior qualidade de vida e mais sintomas da menopausa em comparação às mulheres empregadas. Na ocasião, foi evidenciado que uma condição financeira melhor propicia mais qualidade de vida na menopausa, por possibilitar mais acesso a serviços de saúde e aconselhamento sobre o controle dos sintomas da menopausa.

Nesse contexto, os indicadores de saúde e serviços relacionados possuem a finalidade de contribuir para a diminuição de desigualdades entre as mulheres e homens sob a perspectiva de uma vida saudável e promoção do bem-estar.

A pesquisa do IBGE (2024, p. 9) demonstrou a situação reprodutiva da mulher através do estudo da ‘prevalência contraceptiva’ que nada mais é do que um indicador de avaliação de acesso ao planejamento reprodutivo o qual acompanha a participação da sociedade em ações que garantem a igualdade de gênero, notadamente, o reconhecimento de que a maior parte dos custos da reprodução humana pesa sobre o corpo da mulher e sua convivência em sociedade. Por isso, a necessidade de políticas públicas para o acesso aos cuidados pré-natais emerge como necessária ao seu bem-estar.

Não bastando, no estudo da Saúde Cardiovascular no Climatério e na Menopausa de 2024 (Oliveira *et al.*, p. 22), com base em uma amostra de mulheres, foi verificado que aquelas com rendimentos mais baixos foram mais afetadas pelos fatores de risco cardiovasculares durante a transição menopáusica⁸. A alegada pesquisa mostra ainda a relação negativa entre o nível de conhecimento e a gravidade dos sintomas da

⁸ Segundo a Diretriz Brasileira sobre saúde Cardiovascular no Climatério e na Menopausa de 2024 (p. 59-60), a transição menopáusica “...determina o aparecimento de inúmeros sintomas que comprometem a qualidade de vida da mulher, dentre os quais podem ser citados os vasosmotores (ondas de calor e suores, geralmente noturnos), insônia, alterações do humor (com maior propensão à depressão), irritabilidade, confusão mental, alterações genitais (secura vaginal, dor durante a atividade sexual, diminuição da libido), sintomas do trato urinário, dores musculares/articulares e palpitações” (Oliveira *et al.*, 2024).

menopausa. De acordo com o texto, as mulheres com ensino superior apresentam melhores condições de saúde e menor morbidade, por serem mais conscientes dos sintomas da menopausa e das estratégias para seu enfrentamento adotam hábitos mais saudáveis (Oliveira *et al.*, p. 22).

Embora o resultado da pesquisa do IBGE (2024, p. 9) certifique que, proporcionalmente, a taxa de conclusão nos níveis de instrução mais elevados das mulheres apresentou uma vantagem do que em relação aos homens, quando se trata de ocupar cargos de liderança, persistem as barreiras estruturais na ascensão das mulheres no mercado de trabalho. Isso afeta a assimetria de gêneros, impactando na diferença de rendimentos e aposentadoria (IBGE, 2024).

Todas as pesquisas acima citadas, publicadas em 2024, corroboram para o entendimento segundo o qual o contexto social no qual a mulher está inserida se apresenta estruturalmente desigual, o que dificulta o exercício dos direitos a ela assegurados pela ordem constitucional, marginalizando o alcance da norma constitucional de constituir uma sociedade livre, justa e solidária, com redução das desigualdades sociais e regionais e promoção do bem-estar de todos, sem preconceito de sexo e quaisquer outras formas de discriminação⁹.

Avulta do panorama exposto a importância da reforma tributária para viabilizar os objetivos indicados, o que será explanado no próximo tópico.

3 Impacto da Reforma Tributária sobre o Consumo e a Desigualdade de Gênero

A constituição de uma sociedade justa, livre, solidária, sem preconceito de sexo e quaisquer outras formas de discriminação se compati-

⁹ Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de di

liza com a teoria de justiça defendida por John Rawls, filósofo americano que elaborou uma teoria baseada na ideia de justiça equitativa.

John Rawls (2016) propõe que os homens e mulheres estejam em posição original. Ninguém sabe quem é quem. Diferença de sexo, cor, raça, etnia, classe social, enfim qualquer qualificação que possa distinguir os indivíduos é anulada. Isto porque, há uma presunção de que eles estejam cobertos por um véu da ignorância, impedindo que cada indivíduo conheça as particularidades do outro. A partir dessa situação original, eles escolhem os princípios de justiça que devem reger toda a sociedade.

Para John Rawls (2016, p. 165-166), a ideia de uma posição original é estabelecer um procedimento equitativo com o objetivo de configurar como justos quaisquer princípios acordados nessa posição. Ele entende que é preciso anular os anseios individuais geradores de discórdias entre os eles. Para que isso aconteça, as partes devem ser cobertas por um véu da ignorância de modo a desconhecerem as consequências que as diversas escolhas possam ter sobre a situação de cada um, e são obrigadas a avaliar os princípios tão somente com fundamento em ponderações gerais.

Ao descrever a teoria de John Rawls, Michael J. Sandel (2024, p. 178) afirma que os indivíduos, ao definirem os princípios, não sabem qual categoria pertencem à sociedade porque estão cobertos pelo véu da ignorância e isso impossibilita-lhes saber quem realmente são. Não se sabe a classe social, gênero, raça, etnia, opiniões políticas ou crenças religiosas. Nesse contexto, com fundamento em uma posição original de equidade, a escolha do princípio de justiça seria mais adequada.

Apesar de predispor sobre a igualdade de condições, John Rawls não ignora a existência de possíveis desigualdades sociais e econômicas, porém, ele sustenta que a diferença pode ser nivelada através da distribuição desigual de renda e riqueza, beneficiando os membros menos favorecidos da sociedade.

Ao transpor a teoria de John Rawls (2016) para o contexto da dimensão de gênero, toda e qualquer diferença seria anulada, seja pelo fato de as partes estarem em uma situação original acobertadas pelo

véu da ignorância, isto é, os princípios da justiça seriam escolhidos por indivíduos que desconheceriam o seu gênero, logo, haveria uma igualdade de tratamento; ou por existir diversidade social, haveria uma distribuição de renda desigual, beneficiando os menos favorecidos, com o intuito de equilibrar a situação.

O destaque da teoria sustentada por Rawls (2016) teve o objetivo de retratar o quanto significativo é o estudo de políticas públicas que possam minimizar a desigualdade de gênero muito questionada no Brasil, a exemplo das pesquisas desenvolvidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Departamento de Cardiologia da Mulher da Sociedade Brasileira de Cardiologia (DCM/SBC) em conjunto com a Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASCO) e Sociedade Interamericana de Cardiologia (SIAC).

No Brasil, algumas políticas públicas foram desenvolvidas com o objetivo de assegurar uma sociedade mais igualitária, a exemplo da Bolsa Família, do Auxílio Emergencial, do Prouni e das cotas nas universidades públicas (Piscitelli *et al.*, 2020, p. 6), todavia, seria uma utopia acreditar que essas medidas validariam o ideal de justiça preconizado pela Constituição Federal de 1988.

Antes da reforma instituída pela Emenda Constitucional n. 132/23, o sistema tributário estava baseado em intensa regressividade que afetava, de forma mais específica, as mulheres.

A igualdade predisposta na Carta Republicana estabelecia o princípio da igualdade, proibindo tratamento diverso entre contribuintes que se encontrassem em situação equivalente, vedada qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos¹⁰.

¹⁰ Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: ... II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos; (Brasil, 1988).

Quando se trata de tributação indireta, sobre o consumo, a regressividade permitia que determinado produto fosse tributado da mesma forma para todos os contribuintes, sem distinção de gênero. Produtos essenciais para uma melhor qualidade de vida da mulher era tributado de forma geral, sem observar o impacto dos tributos na vida das mulheres e as particularidades e a imprescindibilidade deles, a exemplo: absorvente íntimos, fraldas infantis e geriátricas, anticoncepcionais ou mesmo medicação hormonal utilizada no tratamento de menopausa.

Para enaltecer a ordem constitucional, considerando as pesquisas mencionadas no tópico anterior, é significativo que o sistema tributário promova as alterações imprescindíveis na tributação sobre consumo de forma a afastar as desigualdades de gênero.

Neste toar, o art. 9º da Emenda Constitucional nº 132/23 estabelece que a lei complementar que instituir o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) poderá prever regimes diferenciados de tributação de que trata esse artigo, desde que sejam uniformes em todo o território nacional e sejam realizados os respectivos ajustes nas alíquotas de referência com vistas a reequilibrar a arrecadação da esfera federativa. O parágrafo dez do mesmo artigo prescreveu que tais regimes serão submetidos a avaliação quinzenal de custo-benefício, podendo a lei fixar regime de transição para a alíquota padrão, garantidos os respectivos ajustes nas alíquotas de referência. Contudo, o parágrafo seguinte determina que essa avaliação examine o impacto da legislação dos tributos na promoção da igualdade entre homens e mulheres (Brasil, 2023).

O regramento do IBS e CBS está sendo discutido através do Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 68/2024, aprovada em 10 de julho de 2024 pela Câmara dos Deputados e, posteriormente, em 12 de dezembro de 2024 pelo Senado. No momento, está aguardando a sanção presidencial.

Uma das medidas adotadas para ajustar a desigualdade aqui questionada foi a redução a zero das alíquotas do IBS dos produtos

de cuidados básicos à saúde menstrual¹¹, a exemplo de absorventes menstruais.

Outro avanço na legislação foi a redução de 60% (sessenta por cento) das alíquotas do IBS e da CBS incidentes sobre as operações com produtos de higiene pessoal e limpeza majoritariamente consumidos por famílias de baixa renda¹². Embora essa norma exija regulamentação, espera-se que bens e serviços voltados à economia do cuidado da família, indispensáveis à implementação de políticas públicas voltadas à desigualdade de gênero sejam incluídos, a exemplo de fraldas infantis e geriátricas, talco, sabonete, pomadas para assaduras.

Por ocasião das discussões das Propostas de Emenda Constitucional (PEC) nº 45/2019¹³ e 110/2019 e o Projeto de Lei (PL) nº 3.887/2020¹⁴, relacionadas à reforma tributária, foi apresentado pelo Grupo de Pesquisa sobre Tributação e Gênero da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo sugestões de alteração da norma tributária com a finalidade de contemplar a imprescindível dimensão de gênero, dentre as quais, a isenção dos tributos sobre fraldas infantis e geriátricas, justamente para prover uma melhor qualidade de vida às mulheres, visto que o trabalho de cuidado, seja nas profissões ou no doméstico, recai sobre elas (Piscitelli, 2020, p. 12).

O novo sistema tributário também inovou ao isentar os meios contraceptivos (desoneração de anticoncepcionais) de forma a possibili-

¹¹ Art. 143. Desde que observadas as definições e demais disposições deste Capítulo, ficam reduzidas a zero as alíquotas do IBS e da CBS incidentes sobre operações com os seguintes bens e serviços: ... IV - produtos de cuidados básicos à saúde menstrual; (Câmara [...], 2024).

¹² Art. 128. Desde que observadas as definições e demais disposições deste Capítulo, ficam reduzidas em 60% (sessenta por cento) as alíquotas do IBS e da CBS incidentes sobre operações com: VII – produtos de higiene pessoal e limpeza majoritariamente consumidos por famílias de baixa renda; (Câmara [...], 2024).

¹³ A EC 45/2019 e 110/2019 foram substituídas pela EC 132, aprovada em dezembro/2023.

¹⁴ Instituída a CBS – contribuição sobre bens e serviços e está aguardando a criação de comissão temporária pela mesa. Porém, a CBS está sendo regulamentada pelo PLP 68/2024.

tar a mulher ter mais autonomia sexual, o que reflete no planejamento familiar, prevenindo gravidez indesejada, além de efetivar o respeito à dignidade sexual e de reprodução.

O acesso facilitado aos medicamentos contraceptivos tem um forte impacto no ingresso das mulheres ao mercado de trabalho e, por consequência, no aumento de sua renda.

Um estudo efetuado pela economista norte-americana Claudia Goldin (2006), professora da Universidade de Harvard, sobre os rendimentos e a participação das mulheres no mercado de trabalho ao longo dos séculos, ensinou em 2023 a sua premiação do Prêmio Nobel de Economia. Na pesquisa, Goldin ressaltou a correlação entre sociedade e economia para explicar o crescimento de participação das mulheres no mercado de trabalho (*Ibid. Id.*).

A descoberta da pílula anticoncepcional e a multiplicação do seu uso possibilitaram as mulheres postergarem o início de sua vida familiar para investir na carreira profissional. De acordo com Claudia Goldin (2016, p. 15-16), a pílula promoveu a carreira profissional das mulheres de duas formas: efeito direto, reduziu o risco de gravidez, o que poderia comprometer a universidade por força do alto investimento no programa; segundo, efeito indireto, retardou a decisão de casar-se, o que, muitas vezes ocorria de forma precoce. Para Goldin (2016), o aparecimento da pílula anticoncepcional permitiu as mulheres jovens investirem nas suas carreiras iniciais.

O tratamento diferenciado deveria ser estendido para alcançar também a medicação hormonal para tratamento do climatério e menopausa, no entanto, tamanha inovação não foi englobada pela reforma de 2023. Apesar dos merecidos aplausos na sistematização de políticas públicas tributárias para dissipar a dimensão de gênero e equalizar as distorções trazidas pelo antigo regime, as mudanças são efêmeras diante da árdua realidade imposta ao gênero feminino.

Não obstante, até o momento, a reforma tributária de 2023 não ter regulamentado eventual benefício fiscal sobre o tratamento do climatério e menopausa, em agosto de 2023, antes da aprovação da

EC n. 132/23, o Senador Mecias de Jesus, do Partido Republicanos de Roraima, antecipou-se e achou por bem apresentar o Projeto de Lei nº 3.933/23 dispondo sobre o referido tratamento pelo Sistema Único de Saúde e instituindo a Semana Nacional de Conscientização para Mulheres na Menopausa ou em Climatério.

Como justificativa a essa proposta, o ilustre Senador ressaltou a importância do projeto como forma de garantir às mulheres qualidade de vida:

O principal tratamento para amenizar sintomas diversos do climatério não é ofertado pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Ainda, das várias opções disponíveis no mercado, que incluem hormônios injetáveis, em adesivo e gel, entre outros, o SUS tem um único medicamento que não atende às mulheres, consequentemente, elas terminam retirando útero e ovários. Desta forma, as mulheres convivem por anos com sintomas que causam grande impacto na saúde e na qualidade de vida. Eles começam com humor depressivo e fogachos, passam por infecções vaginais repetitivas e podem levar ao aumento do risco cardiovascular, à perda óssea e à demência” (Senado [...], 2023).

Algumas outras medidas foram adotadas para tornar mais justa a tributação, a exemplo do *cashback*¹⁵ para família com renda mensal per capita de até meio salário-mínimo¹⁶, da redução da alíquota para zero

¹⁵ Permite a devolução do IBS (imposto sobre bens e serviços) e CBS (contribuição sobre bens e serviços) para determinada pessoa quando adquire bens vitais, a exemplo de botijão de gás, água, energia elétrica, esgoto, etc. (art. 113 do PLP 68/2024)

¹⁶ PLP 68/24. Art. 113. O destinatário das devoluções previstas neste Capítulo será aquele responsável por unidade familiar de família de baixa renda cadastrada no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), conforme o art. 6º-F da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, ou por norma equivalente que a suceder, e que observar, cumulativamente, os seguintes requisitos: I - possuir renda familiar mensal per capita de até meio salário-mínimo nacional; (Câmara [...], 2024).

sobre os produtos da cesta básica¹⁷, da redução da alíquota para tantos outros medicamentos. Contudo, elas são voltadas para as pessoas com baixa renda, independentemente do gênero. Ainda assim, não podem ser esquecidas quando o assunto envolve redução de desigualdades.

De uma forma geral, o novo sistema procurou concretizar a justiça fiscal encartada pela nova ordem constitucional, promovendo a igualdade de gênero. Vários debates foram promovidos pelo Senador Izalci Lucas, do Partido Liberal do Distrito Federal, perante a Comissão de Assuntos Econômicos, para melhoramento do texto normativo. Se não o mais ideal, pelo menos, o texto aprovado desenvolveu uma política governamental capaz de reduzir essa desigualdade de gênero.

No momento da finalização deste artigo, o Projeto de Lei Complementar n. 68/2024 estava aguardando a sanção presidencial.

Longe de encerrar os entraves de vários setores da economia que buscam, de algum modo, obter justiça na condução da aprovação da lei complementar, resta confiar no Congresso Nacional para que a carga tributária incidente sobre as mulheres seja reduzida, pois somente assim os desígnios da República serão alcançados com êxito!

4 Considerações Finais

As questões abordadas neste texto refletem uma das discussões que cercam o tema da desigualdade de gênero na Reforma Tributária sobre o Consumo. As discussões acerca do conceito de desigualdade de gênero aqui apontados mostram alguns aspectos da questão, mas não a esgotam. A indagação da persistência das desigualdades de gênero continuarem existindo na sociedade. Espera-se que, aprovados os

¹⁷ PLP 68/24. Art. 125. Ficam reduzidas a zero as alíquotas do IBS e da CBS incidentes sobre as vendas de produtos destinados à alimentação humana relacionados no Anexo I desta Lei Complementar, com a especificação das respectivas classificações da NCM/SH, que compõem a Cesta Básica Nacional de Alimentos, criada nos termos do art. 8º da Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023 (Câmara [...], 2024).

projetos em tramitação no Congresso Nacional, a sociedade considere dirimidas, ou, pelo menos, substancialmente reduzidas as indagações quanto à persistência das desigualdades de gênero no ordenamento jurídico nacional. Este é o principal problema sob qual se debruça o artigo.

O mercado de trabalho brasileiro está marcado por significativas e persistentes desigualdades de gênero e esse é um aspecto que deve ser levado em conta nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas em geral, e, em particular, das políticas de emprego, e inclusão social. Enfrentar essas desigualdades significa tratar de uma característica estrutural da sociedade brasileira, cuja transformação é imprescindível para a superação dos déficits de trabalho decente atualmente existentes, assim como para o efetivo cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)¹⁸.

A Emenda Constitucional 132/23 trouxe em seu bojo a tão sonhada igualdade entre homens e mulheres. Neste momento a regulamentação da Emenda Constitucional está no Congresso Nacional para fins de aprovação dos respectivos projetos de leis. Espera-se que este tema seja cuidadosamente discutido de modo a efetivar a igualdade em toda a dimensão de gênero.

Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil** de 05 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Emenda Constitucional 132 de 2023. Altera o Sistema Tributário Nacional. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 21/12/2023, Página 1. Brasília, DF, 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei Complementar n. 68/2024**. Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens

¹⁸ Um conjunto de oito objetivos criados pela Organização das Nações Unidas (ONU), para serem alcançados até 2015. As metas do milênio foram estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2000, com o apoio de 191 nações, e ficaram conhecidas como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Os ODMs tinham como objetivo combater a pobreza extrema e outros problemas sociais.

e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 25 de abril de 2024.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero**: uma perspectiva global. Compreendendo o gênero – da esfera pessoal à política – no mundo contemporâneo. Trad.: Marília Moschkovich. São Paulo: Versos, 2015.

CRUZ, Maria Helena Santana. **Trabalho gênero e cidadania**: tradição e modernidade. Aracaju: Editora da UFS, 2005.

GOLDIN, Claudia. The quiet revolution that transformed women's employment, education, and family. **American Economic Review**, 2006, v. 96 (2, May), 1-21. Disponível em https://www.nber.org/system/files/working_papers/w10335/w10335.pdf. Acesso em: 13 set. 2024.

HARAWAY, Donna. “Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pen-samento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 157-210.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas de gênero**: indicadores sociais das mulheres no Brasil 2024. n. 38. 3 ed. ISBN 978-85-240-4605-6. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102066_informativo.pdf. Acesso em: 16 set. 2024.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. – 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

OLIVEIRA *et al.* Diretriz Brasileira sobre a Saúde Cardiovascular no Climatério e na Menopausa – 2024. **Arq. Bras. Cardiol.**, v. 121, n. 7, e202420478, jul. 2024. Disponível em <https://doi.org/10.36660/abc.20240478>. Acesso em 16 set. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres. Pequim, 1995. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_beijing.pdf. Acesso em: 16 set. 2024.

PISCITELLI, Tathiane; CASTILHO, Núbia Nette Alves de Oliveira; CÂMARA, Andalessia Lana Borges; CASTRO, Simone. (Coord.). **Reforma tributária e desigualdade de gênero**. São Paulo: FGV, 2020. Direito SP. Disponível em: https://direitosp.fgv.br/sites/default/files/2021-09/reforma_e_genero_-_final_1.pdf. Acesso em: 17 set. 2024.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça John Rawls**. Tradução Jussara Simões. Revisão técnica da tradução Álvaro de Vita. 4. ed. rev. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

SANDEL, Michael J. **Justiça – O que é fazer a coisa certa**. Tradução de Heloísa Matias e Maria Alice Máximo. 40. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024. p. 178

SARDENBERG, Cecília M. B. **O enfoque de gênero: fundamentos teóricos e aspectos práticos**. Salvador: Editora NEIM/UFBA, 1998.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 27 set. 2024.

SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei n. 3.933/2023**. Dispõe sobre o tratamento do climatério e menopausa pelo sistema único de saúde e institui a Semana Nacional de conscientização para mulheres na menopausa ou em climatério. Brasília: Senado Federal, 16 de agosto de 2023.



CAPÍTULO 10

A IMPORTÂNCIA DA PÓS-GRADUAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO JURÍDICA E O PROFISSIONAL DO DIREITO NO BRASIL

Jorge Flavio Santana Cruz

1 Introdução

O atual momento histórico deve ser visto como uma lenta transformação cultural, como uma mutação nas formulações e práticas da Modernidade. Na sociedade contemporânea, vivemos em um ritmo de modernidade, caracterizado por uma velocidade e dinamicidade que levam a transformações radicais em pouco tempo. O termo “moderno” se refere ao movimento Modernista, que ocorreu na primeira metade do século XX, enquanto o termo “contemporâneo” retrata o momento atual. Na caracterização do mundo moderno como “sociedade do conhecimento e da informação”, marcada pelos efeitos da globalização dos meios de comunicação de massa, parte-se do princípio de que, por um lado, “todas as informações aparecem contextualizadas”, mas, por outro lado, “oferecem a possibilidade de um modo diferente de olhar”. Nada mais é estabelecido por si mesmo.

O sociólogo Zygmunt Bauman (1998; 2007) preocupou-se com a questão da modernidade. Se, anteriormente, a sociedade dita moderna era vivida como sólida, com projetos sociais e ideologias condutoras de rumos para os homens, hoje não se tem mais isso. Vive-se, como Bauman denomina, uma espécie de modernidade líquida, fluida, desapegada de promessas ideológicas, compromissos sociais e políticos e com um consumismo exacerbado. Ele descreve a sociedade contemporânea como “líquida”, ou seja, mais dinâmica e veloz do que a modernidade “sólida” que a antecedeu. Para Bauman, a modernidade líquida é

um mundo repleto de sinais confusos, propensos a mudar com rapidez e de forma imprevisível.

Nessa direção, Giddens (1991) faz um alerta sobre as tendências globalizantes da modernidade que vinculam os indivíduos a sistemas de grande escala como parte da dialética de mudança nos polos local e global. Com o desenvolvimento dos sistemas abstratos, a confiança em princípios impessoais tornou-se indispensável à existência social. “A confiança pessoal não pode ser controlada por códigos fixos, ela tem de ser ganha, e o meio de fazê-lo consiste em abertura e cordialidade demonstráveis” (Giddens, 1991, p. 123).

As alterações significativas no capitalismo mundial, nas últimas décadas, também estabeleceram transformações profundas na dinâmica econômica nacional, inclusive nas relações de trabalho, onde observamos diversos movimentos contraditórios, desde um crescente impulso de qualificação do trabalhador médio, por meio da escolarização formal e técnica, a flexibilidade de contratos de trabalho, com a elevação do trabalho terceirizado e em tempo parcial, mudanças essas que se refletem tanto nas condições qualitativas quanto em alterações na jornada e na intensidade do uso da força de trabalho. Embora não seja objeto de estudo deste trabalho, sabemos que o taylorismo conseguiu atender aos interesses do capital – obter ganhos com a intensidade do trabalho enquanto ainda eram alinhavadas as relações entre o capital e o Estado que funcionaram tão bem posteriormente.

As inovações introduzidas pelo taylorismo se tornaram o ponto de partida que marca uma visão do fordismo (de caráter menos global), ou seja, um modo de acumulação que marca uma determinada fase do desenvolvimento do capitalismo nos países centrais – a “era do ouro” - também apresentado como um conjunto de princípios gerais de organização da produção (paradigma tecnológico, organização do trabalho e modelo de gestão. (Ferreira, et al. 1991).

Diante do esgotamento do modelo de acumulação fordista, surgiu então um novo modelo cuja principal característica é a *flexibilidade do capital, dos produtos, dos mercados e do processo de trabalho*. Em tor-

no dos anos 1960, o regime de acumulação fordista pareceu dar sinais de fadiga com o fim da era de ouro, sendo substituído pelo modelo de especialização flexível, quando o trabalho vivo passou a ser incorporado ao próprio modelo de produção, exigindo maior interação e cooperação dinâmica entre trabalhadores que não pode ser simplesmente prevista. Neste sentido, as organizações, processos, produtos foram e são constantemente renovados no regime flexível, as relações de trabalho também se modificaram.

Harvey (1994) é contundente ao afirmar que a acumulação flexível se apoia na exploração do trabalho vivo e no solapamento do trabalho organizado. Os trabalhadores perderam benefícios anteriormente garantidos como seguro, garantias de níveis salariais, além de terem que enfrentar o desemprego e a retração do mercado de trabalho com características cada vez mais competitivas. A qualidade, a produtividade e a flexibilidade do trabalho e a qualificação dos trabalhadores tornaram-se os elementos chave para a competitividade e sobrevivência capitalista. A introdução das inovações tecnológicas impulsionadas pelo advento da internet, representada pelo desenvolvimento tecnológico na área da inteligência artificial e robótica, se constituem como facilitadores da vida moderna e impactam o cotidiano das pessoas, no conteúdo do trabalho, na forma como se relacionam no trabalho.

O novo momento histórico, que parece iniciar-se para a humanidade, coloca para a universidade questões que nos desafiam e desafiam a tradição acadêmica da universidade, sua identidade e sua função na sociedade atual. As universidades são pressionadas a repensar o seu papel na sociedade, suas políticas e programas. Conforme Anthony Giddens (1991), com o advento da modernidade, a reflexividade passou a se inserir na base de reprodução do sistema, onde pensamento e ação estão invariavelmente refratados entre si. Nestes termos, entendemos que as práticas sociais são constantemente examinadas e redefinidas à luz de novas informações sobre as próprias práticas, alterando, assim, constitutivamente, seu caráter.

Com a transição para os tempos modernos, a reflexividade ganha um caráter diferente, “[...] ela é introduzida na própria base da reprodução do sistema, de forma que o pensamento e a ação estão constantemente refratados entre si” (Giddens, 1990, p. 45). Neste sentido, a reflexividade é institucional justamente por ser uma forma de pensar intrínseca ao período histórico moderno, às instituições modernas. É social por ser mais que uma forma de pensar, ou seja, um modo de vida. Assim, para se reproduzir, o sistema dá autonomia aos sujeitos, pede que estes façam escolhas, mas quando o sistema os interpela, eles acabam por possibilitar transformações significativas na vida pessoal e até mesmo na vida pública de cada um: “A reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformuladas à luz de informação renovada sobre essas próprias práticas, alterando assim seu caráter” (Giddens, 1991, p.45).

A inovação *tecnológica* e acadêmica é pensada para além da utilização de computadores ou equipamentos eletrônicos em sala de aula e no trabalho. A realidade se mostra muito mais profunda, envolve novas ideias, métodos, tecnologias propriamente ditas, as mais *diversas abordagens teóricas*, que integram o que conhecemos hoje por inovação acadêmica, e inúmeras possibilidades de aplicação no contexto acadêmico e geral, questões sobre os princípios fundantes da forma de produzir ciência, levando inevitavelmente a uma crise do paradigma do conhecimento tradicional tecnocrata, que, durante muitos anos, dominou mundialmente a construção de planos de ensino e currículos das escolas e universidades. Em outras palavras, o ensino e a pesquisa na universidade devem deixar de ser o aprendizado de pensar a partir de princípios rígidos, mas incorporar novas e mais abrangentes dimensões.

Também Morin (1999) argumenta que a postura sobre o conhecimento do mundo muda a postura da universidade frente ao conhecimento. O ensino passou a ser visto como a necessidade de articulação com a pesquisa e a pesquisa primordialmente vinculada a seus impactos no mundo, além da sua vinculação com a ciência e a tecnologia. Como a universidade trata especialmente das questões de produção

de conhecimento (epistemológicas), a polêmica trazida pelos questionamentos e pelas reflexões críticas feitas por vários estudiosos sobre os parâmetros do conhecimento na Modernidade podem ter significantes e relevantes implicações teóricas e práticas para a universidade (Pereira Neto; Mattos, 2002).

A fim de continuar colaborando para o desenvolvimento social, político, científico e cultural, a universidade busca entender quais são suas formas de responder a questões. Todo o leque de mudanças assumiu não um caráter paradigmático e totalizante, mas uma série de situações diferenciadas em cada país ou em cada região e instituição. Surgem questionamentos a respeito da importância de se retomar o debate sobre as configurações dos diversos campos do saber, diante das novas demandas de perfis profissional dotados de novas qualificações adaptáveis a ambientes imprevisíveis e menos estruturados, desenvolvendo a capacidade de buscar oportunidades de aprendizado.

2 A Educação Jurídica e a Pós-Graduação

Inserido no debate em comento, o presente artigo objetiva discorrer sobre a importância da pós-graduação para o Direito e a formação profissional, tendo em vista uma renovação do debate epistemológico¹ da Ciência Jurídica, que, por um ordenamento filosófico, recai sobre ela mesma e seus mecanismos de produção de saber. Adotamos como metodologia uma análise regrada pela pesquisa qualitativa, mediante o manuseio de bibliografias disponíveis sobre o tema em questão. Os elementos de análise foram extraídos de uma revisão da literatura que permitiu identificar, a partir das experiências descritas em artigos e do-

¹ Epistemologia, a grosso modo, é o ramo da Filosofia que estuda a natureza do conhecimento, incluindo o conhecimento científico o estudo da ciência ou a sua filosofia; e a Epistemologia Jurídica, então, é o estudo da ciência do Direito. Indaga-se se o Direito é mesmo uma ciência e, se o for, como se caracteriza. A epistemologia jurídica é o estudo do direito em sua plenitude, ou seja, a formação do conhecimento jurídico. É na reflexão sobre a epistemologia de um campo disciplinar do conhecimento humano que podemos desvendar seus limites, interpor novas questões e superar velhos obstáculos.

cumentos técnicos, as características específicas, o escopo dos programas de pós-graduação em Direito e alguns aspectos de positividade que instigam os leitores e, em especial, o profissional do campo jurídico que nele se insere.

O avanço tecnológico também revolucionou o campo jurídico e a educação jurídica, trazendo demandas para realinhar sua práxis com a práxis da pesquisa acadêmica, o que significa reconduzir o profissional ao mundo jurídico, ao primado da dúvida racionalista e da configuração histórica crítica, por alinhamento as mudanças sociais para manter a ordem e fomentar o progresso do mundo e do trabalho, resgatar o caráter autorreflexivo da formação e da pesquisa, para a construção de um ambiente acadêmico e institucional mais diverso e receptivo às inovações. Neste sentido, apresentamos algumas questões relacionadas à formação pós-graduada em contexto de mudanças paradigmáticas de novos direitos, num cenário em que as práticas do Sistema de Justiça e o ordenamento jurídico brasileiro mostram-se insuficientes para responder à demanda.

Nessa direção, a pós-graduação para a educação jurídica permite atualizar conhecimentos e a capacitação técnica. As escolas de Direito no Brasil, como sabemos, nasceram logo após a Independência, para atender as necessidades das elites dirigentes, numa subordinação aos interesses da elite, o que não é novidade em nenhum lugar do mundo (Figueiredo, 1996). Uma das especificidades do conhecimento jurídico (Neves, 2005) é o fato de que ele é visto como um conhecimento, no geral, positivado e, portanto, eminentemente teórico. Em razão disso, pode-se pensar que, para ser ensinado, basta que seja, simplesmente, transmitido aos alunos ou através da leitura de uma grande quantidade de informações, armazenadas nos manuais jurídicos, ou através da simples submissão a uma aula meramente transmissiva de conteúdo, no estilo de uma conferência na qual o papel do aluno é o de apenas ouvir aquilo que o professor tem a dizer.

A questão da cientificidade do conhecimento jurídico continua como um dos problemas basilares que enfrenta a comunidade jurídica

brasileira e a internacional. Destarte, demonstrar como o jurista pode trabalhar cientificamente, o Direito é uma tarefa que a metodologia moderna ainda enfrenta. Assim como muitos autores (Bourdieu, 2007; Fonseca, 2007; Pereira Neto e Mattos, 2005), podemos concordar que o conhecimento jurídico não é pura e simplesmente aquilo que está positivado nas normas jurídicas ou nos manuais dos mais renomados doutrinadores do Direito ou, ainda, nas construções jurisprudenciais daqueles que operam com essa norma. Ele não é um conhecimento meramente manualizado, mas, sim, um conhecimento vivo e dinâmico, que, mesmo positivado, pode acompanhar as evoluções e crises da sociedade que o sustenta.

Emile Durkheim (2001), ao definir as regras do método sociológico, propôs a análise dos Fatos Sociais como “coisas” externas ao indivíduo, iniciando o uso de metodologias estatísticas; para isto, a objetividade tornou-se um critério fundamental. A despeito dessa tradição de busca pela neutralidade e pela objetividade na ciência, a Ciência Jurídica tem argumentado em defesa de um posicionamento científico crítico, engajado e transparente (Löwy, 2000). Concordamos que a crítica das supostas características de neutralidade e de objetividade teriam servido para silenciar as vozes de grupos oprimidos e naturalizar o homem como sujeito do conhecimento.

Fonseca, Ciarallo, Cruz (2009); Veras (2006) exploram a importância de se alimentar a prática jurídica e toda a sua configuração, enquanto campo gerador de capital social e simbólico, com elementos e conteúdo que a pesquisa acadêmica produz. É a partir desse estreitamento entre o *habitus* e a pesquisa jurídica que surgem alternativas para a composição de um novo arranjo social do Direito contemporâneo, de modo que seja possível um alargamento do debate interdisciplinar entre o Direito e as outras áreas das Ciências Sociais.

Uma reflexão sobre a epistemologia do campo disciplinar de conhecimento jurídico faz-se fundamental no sentido de nos permitir a crítica da crítica, ou seja, uma autorreflexão das ciências sobre elas mesmas, num esforço contínuo de promover o que Bachelard (1958,

p. 28) chamou de “uma pedagogia da ruptura”, na medida em que o conhecimento científico instaurou o ponto de não retorno, alimentado pelo ideal cartesiano de que o conhecimento humano sobre o mundo e as coisas que o cercam deve sempre percorrer o caminho da observação, da experimentação e da contestação ininterrupta.

Compreendemos que os esquemas clássicos de conteúdos da graduação, devem ser mesclados com saberes de diversas disciplinas, sejam ou não jurídicas em uma perspectiva interdisciplinar. É adequado na área jurídica aliar o perfil profissional ao lado do perfil acadêmico, pois isso permite unir os aspectos teóricos aos práticos, o que enriquece o ensino e a educação, sendo necessário, contudo, que o docente saiba diferenciar sua posição enquanto profissional e acadêmico, pois possuem distintos perfis.

Sabemos que o mercado de trabalho está em constante atualização e alguns conceitos podem ter sido adicionados na grade curricular regular, seja pela criação de novas leis ou por debates pertinentes à sociedade que obrigam os profissionais do Direito a rever certas situações. A reforma do ensino jurídico, e sua adequação ao mercado de trabalho do advogado, se integra no contexto de exigências de reforma e consolidação de nossas instituições republicanas, com vistas à plena redemocratização do país. É o caso por exemplo do Direito Ambiental, Direito da Criança e do Adolescente, Direito do Trabalho e Direito Tributário. Por exemplo, a Reforma Tributária - recém-divulgada provocou um aumento nas buscas por esse tipo de profissional. A inserção do advogado em cursos de pós-graduação particularmente do tipo *stricto sensu*, permite o aprofundamento da pesquisa jurídica para o desenvolvimento da Ciência do Direito, como campo social de articulação e dinamização de saberes e comportamentos que pressupõem lidar com a harmonização das forças sociais.

Estudos pós-graduados devem ser necessariamente interdisciplinares e, muitas vezes, multidisciplinares. Sendo o Direito um conhecimento vinculado às humanidades, caracterizando-se como uma área das ciências sociais aplicadas, é até redundante destacar que suas

pesquisas devem ser voltadas ao estudo do homem, e não apenas das normas jurídicas - estas existem para permitir uma adequada convivência humana em sociedade. Logo, no centro dos estudos deve estar o homem em sociedade, cuja regulação se dá através de normas jurídicas, e isso, necessariamente, amplia o foco das análises. É insuficiente o estudo das normas jurídicas em si e por si (entropia) – é preciso destacar que elas existem em razão, e para viabilizar, a convivência humana em sociedade.

A atualização teórico metodológica e a familiaridade com novas epistemologias do campo social do Direito reforçam a ideia de que, enquanto área do conhecimento humano, tal disciplina faz parte da engenharia social de nosso tempo. Sustenta-se que o Direito visa à realização do bem comum, sendo este uma resultante do somatório da justiça geral, distributiva e social (Reale 1997). A partir de críticas teóricas, emergem discussões epistemológicas e metodológicas, em defesa de uma produção de conhecimento científico contra hegemônico. Conforme Giddens (1991), as Ciências Sociais, especialmente a Sociologia, desde sua emergência no século XIX, foi aproximada das Ciências Naturais, na busca por sua cientificidade.

A este respeito Donna Haraway (1995) desenvolveu uma crítica aos sistemas dualistas que contrapõem os aspectos biológico e social, corpo e mente, objetividade e subjetividade, animal e humano, racionalidade e emoção, verdade e mentira, homem e mulher etc. As dicotomias entre mente e corpo, animal e humano, organismo e máquina, público e privado, natureza e cultura, homens e mulheres, primitivo e civilizado estão, todas, ideologicamente em questão. Nesta direção, questiona-se a necessidade de uma nova epistemologia do direito (Veras, 2006) que seja integradora, plural e transdisciplinar, para que os institutos de direito possam ser aplicados de forma efetiva. É este grau de autocrítica da Ciência sobre ela mesma que nos atualiza sobre o caráter mutável e dinâmico do conhecimento.

3 A Expansão da Pós-Graduação em Direito no Brasil

Scaff (2021), ao registrar os 50 anos de pós-graduação em Direito no Brasil, em 2021, sustenta que antes não havia clareza sobre o que seriam cursos de pós-graduação, especialização, aperfeiçoamento e extensão que eram previstos no art. 69 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4.024/61, já revogada). Até aquela época, praticamente não existiam cursos regulares de pós-graduação no Brasil, servindo o curso de graduação para formar o profissional, o cientista e o tecnólogo. Originalmente a pós-graduação era organizada dentro do contexto dos departamentos, tal qual ocorria em diversas faculdades de Direito, promovendo um corte transversal epistemológico.

A experiência brasileira de pós-graduação em Direito é um projeto cuja formulação deita suas raízes nos anos 1970. A pós-graduação em Direito no Brasil transformou-se de modo radical nos últimos 15 anos. Sua consolidação e sua expansão atingiram elevados níveis de amadurecimento. Esse modelo, contudo, apresenta sinais de fadiga em razão dos câmbios ocorridos na sociedade brasileira, na graduação em Direito e no papel do jurista na contemporaneidade. De um instrumento de diferenciação profissional ou de formação de uma carreira docente profissionalizada e bem remunerada, como se dá na Alemanha e em Portugal, nossos cursos de mestrado e doutorado, paulatinamente, têm se convertido em auxiliares para a constituição de professores dos cursos de graduação em Direito.

Nas duas últimas décadas, conforme Martins e Carvalho (2003), houve uma expansão considerável dos cursos de Ensino Superior no Brasil (Inep, 2018). O mesmo se deu com a pós-graduação *stricto sensu*. A pesquisa de Marcelo Varela (2015) registrou 23 novos programas de pós-graduação em Direito na realidade brasileira de um país capitalista periférico. Embora o ensino de Direito seja um dos mais tradicionais no Brasil (Martins; Carvalho, 2003), o sistema de pós-graduação até fins da década de 1980 contava com apenas 14 cursos dessa natureza, na área, fato comumente associado à percepção do Direito como

um espaço marcado pela pouca diferenciação entre aplicadores (ou operadores do direito) e acadêmicos.

O conhecimento jurídico produzido no âmbito dos programas, assim como o conhecimento produzido no Brasil, em geral, historicamente apresentava pouca relevância acadêmica no contexto internacional. Contudo, os resultados da mais recente avaliação quadrienal da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes 2021) do Ministério da Educação (2017-2020) revelam uma evolução consistente dos programas de pós-graduação em Direito da USP avaliado com sete, a nota máxima atribuída pela Capes. Por exemplo, o Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Minas Gerais manteve o conceito cinco na avaliação quadrienal da Capes (2017-2020). A produção científica docente constitui um dado relevante no processo de avaliação da qualidade dos programas de pós-graduação brasileiros baseada em dados anuais fornecidos pelos programas sobre o seu desempenho.

Em 2013, o número de cursos de pós-graduação em Direito era de 5.618. Em 2022, este número era de 7.246, o que representa um crescimento de 29% em relação a 2013; havia 120 cursos de mestrado em Direito no Brasil, regulamentados e avaliados pela Capes (2013) um órgão vinculado ao Ministério da Educação (MEC). Em 2021, o Brasil tinha 7.163 cursos de pós-graduação *stricto sensu*, com uma média de 45 matriculados por curso.

A proliferação de faculdades e o excesso de bacharéis no mercado de trabalho, constatados a partir da década de 1960, decorreram de fatores econômicos e políticos. Pesquisa de Varella (2015) aponta a forte expansão pela qual vem passando a pós-graduação *stricto sensu*, com os cursos de mestrado em Direito no Brasil sendo majoritários na área jurídica. A expansão dos últimos 15 anos, que ganhou impulso com a chegada massiva de cursos privados, enfrenta agora um período de escassez econômico-financeira tanto no setor público quanto no setor privado. Embora o total de cursos tenha variações anualmente, eles são oferecidos predominantemente em instituições particulares. Os

parâmetros de sucesso dos modelos de pós-graduação, na perspectiva comparada, ressentem-se da necessidade de recursos (ou de uma boa gestão destes).

Quem opta pela carreira jurídica precisa acompanhar constantemente as mudanças legislativas, o entendimento das cortes e os posicionamentos doutrinários. Ao concluir a graduação na faculdade, o profissional da área do Direito tem um universo inteiro a ser explorado. Escolher o campo do Direito é, sem dúvida, uma questão de vocação, ou seja, a área do Direito é, de fato, para quem se identifica com as demandas da área. Nem todas as matérias e conteúdo são contempladas na grade curricular da graduação. Mesmo quando abordadas, elas não abrangem os tópicos de forma aprofundada e, por vezes, são distantes da realidade profissional, limitando-se à teoria e deixando de lado a prática. Diante dessa ampla gama de opções, os advogados, muitas vezes, se veem diante do desafio de escolher um ramo específico para direcionar suas carreiras.

No Brasil tem 319 mil estudantes de pós-graduação, número que vem se mantendo estável desde 2019 e registrou um aumento de mais de 35 mil ingressantes nos cursos de mestrado e doutorado nesse ano. Em 2021, o país contava com 322.969 mestrandos e doutorandos e 7.163 cursos de pós-graduação *stricto sensu*, o que significava uma média de 45 matriculados por curso. Já em 2023, foram 360.648 e 6.979, com aumento de 45 para 52 matrículas. Em 2024, o número de cursos de pós-graduação *stricto sensu* do Brasil superou o patamar de 350 mil matriculados em 2023, após ficar praticamente estável de 2021 a 2022.

Em um mercado de trabalho altamente competitivo, um pequeno adicional no currículo já tem a capacidade de impactar na posição ocupada pelo profissional em sua área. Entretanto, com o fluxo constante de novos advogados ingressando na área jurídica todos os anos, é preciso buscar um meio mais significativo de se destacar.

3.1 Diferentes tipos de pós-graduação no Brasil

No Brasil, há diferentes tipos de pós-graduação divididas em duas modalidades:

Os cursos de pós-graduação *stricto sensu* (cursos de mestrado e doutorado) abrigam formações mais voltadas para o desenvolvimento da capacidade e competências técnico-científicas nacional, por meio de pesquisas que respondem às diversas demandas da sociedade. São cursos avaliados pela Capes e até pouco tempo atrás eram destinados a pessoas que queriam seguir a carreira acadêmica com atividades de docência e pesquisa. Recentemente, a categoria *stricto sensu* ampliou suas possibilidades e hoje oferece a modalidade denominada mestrados profissionais diretamente voltadas para o mercado, desenvolvendo conhecimentos não só para a Academia, mas também para contribuição direta na sociedade. Nesta modalidade o estudante atua diretamente conectado ao mercado e desenvolve pesquisas aplicadas às necessidades da sociedade.

Já doutorados com foco profissional são raros, mas existem. Por exemplo, a PUCPR — Pontifícia Universidade Católica do Paraná — oferece uma modalidade de doutorado empresarial, em que o projeto é desenvolvido junto a uma empresa, entidade ou organização parceira, com um representante dividindo a orientação do trabalho com um professor da Universidade. Além da produção científica, essa categoria de doutorado também resulta em um produto, processo ou tecnologia com características inovadoras e impacto direto na sociedade. Tanto no mestrado quanto no doutorado, o programa profissional tem o mesmo peso de um acadêmico.

Nos cursos de mestrado e doutorado são exigidos créditos em disciplinas e em dissertação (para o mestrado) e em tese (para o doutorado). Todo aluno tem um professor orientador, nos prazos estabelecidos em cada curso. Para ser um orientador de mestrado ou doutorado, exige-se o título de doutor e comprovação de significativa produção acadêmica. A duração máxima de um curso de mestrado ou doutorado varia de programa para programa. Hoje,

predominantemente nas universidades brasileiras, o tempo gasto para se formar mestre chega a ter duração de 24 meses (dois anos) e, para se formar doutor, tem duração média de 48 meses (quatro anos) e normalmente requer o dobro do número de créditos de um mestrado. É possível validar disciplinas cursadas no mestrado como créditos de doutorado.

Para ingressar em um mestrado, o candidato precisa de conhecimento em ao menos uma língua estrangeira. Já para o doutorado, são necessários dois idiomas. O mais comum a ser exigido em ambos os programas é o inglês, já que grande parte dos resultados científicos ao redor do mundo são divulgados nesta língua, e a fluência facilita o processo de estudos. Ter um projeto de pesquisa é um pré-requisito nas duas pós-graduações do *tipo stricto sensu* – mas é mais comum no segundo caso. Nem sempre é necessário ter feito um mestrado antes de ingressar em um doutorado. Nos casos em que o estudante já tem boa formação de iniciação científica, ou mesmo uma formação profissional que possibilite conhecimento na área, é possível optar pela entrada direta em um doutorado. Contudo, isto não é comum, pois o nível de exigência para a situação é, geralmente, muito elevado. Essa prática é mais observada nas áreas de saúde e de exatas.

Os processos seletivos para os cursos de mestrado e doutorado são rigorosos e, via de regra, a relação candidato/vaga é muito superior à relação de candidato/vaga encontrada nos cursos de graduação, havendo exigências quanto à apresentação prévia de projetos de pesquisa, fluência em uma ou mais línguas estrangeiras, realização de provas específicas, avaliação de currículo pessoal, entrevistas, disponibilização mínima de tempo para os estudos e pesquisas, etc. Para concluir um curso de mestrado, o estudante deve desenvolver uma dissertação, defendendo-a diante de uma banca examinadora composta por três acadêmicos; por outro lado, para conclusão do curso de doutoramento, o estudante desenvolve uma tese, defendendo-a diante de uma banca composta por cinco ou sete acadêmicos doutores especialistas na área

A partir de 2025, a pós-graduação na Universidade de São Paulo² (USP) e em mais cinco³ instituições públicas de ensino superior paulistas (estaduais e federais) vai ficar mais rápida e menos voltada para a academia. O estudante poderá mudar diretamente para o doutorado depois de um ano de mestrado, o que deve reduzir o tempo para se formar doutor. No fim do primeiro ano do mestrado, os estudantes farão um exame de qualificação e terão seu projeto de pesquisa avaliado. Se aprovados, nesse momento poderão optar por seguir no mestrado (para conclusão em um ano) ou convertê-lo em doutorado (para conclusão em até quatro anos).

A medida autoriza a reformulação dos cursos, algo inédito desde a década de 1960, mas não obriga que todos os programas de pós dessas instituições façam essa flexibilização. A intenção é também a de atrair mais estudantes para a pós, cujo número de matrículas vem caindo cerca de 5% nos últimos anos na instituição. Mesmo assim, a USP é responsável pela maior parcela de doutores formados no País. O novo modelo que será implementado foi inspirado em países como Austrália, Alemanha e Inglaterra. A reformulação dos programas também exige que haja um primeiro ano de curso interdisciplinar, ou seja, que envolva outras áreas de conhecimento que não só a que o aluno cursou na graduação.

Os docentes são recursos humanos fundamentais para a engrenagem de educação e ensino jurídicos, pois formarão condições e experiências capazes de identificar o justo, dentro da ordem jurídica, e apresentá-las aos alunos de graduação ao longo de cinco anos de convívio, nem sempre amigável e fraterno. A função docente é uma das

² Fonte: **Estadão**: Educação. USP e mais 5 universidades vão encurtar caminho para o doutorado. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/educacao/usp-e-mais-5-universidades-va-encurtar-caminho-para-o-doutorado-saiba-o-que-muda/Acdsso> em: 12 de nov. de 2024

³ Também assinam o protocolo: Universidade Estadual Paulista (Unesp); Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); Universidade Federal de São Paulo (Unifesp); Universidade Federal do ABC (UFABC); Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

mais difíceis em toda essa engrenagem, pois implica um processo de ensino e aprendizagem, onde um dos atores tem que, primordialmente, se comprometer a ensinar, e, o outro, essencialmente, em querer aprender. O conhecimento pedagógico é um diferencial na prática do ensino, melhorando o desempenho e os resultados.

A exigência de titulação prevista em lei é positiva e benéfica para a qualidade da educação superior no país; é um fator positivo na avaliação das instituições de ensino de seus cursos, fortalece a imagem da instituição, permite estabelecer indicadores de evolução para o sistema educacional brasileiro. Entretanto, a lei necessita de adequações, de forma a garantir que as instituições de ensino se sintam estimuladas a melhorar a qualidade de seu corpo docente, além de incentivar que os professores se desenvolvam continuamente em busca de aperfeiçoamento e especialização. No ensino superior é exigido que o profissional tenha, no mínimo, curso de pós-graduação *lato sensu* (especialização).

Dentro da profissão jurídica docente, particularmente, merece destaque os docentes de pós-graduação *stricto sensu*, *locus* da formação dos formadores, isto é, os mestrandos e doutorandos de hoje serão os qualificados professores das faculdades de Direito. Os cursos de pós-graduação agregam um corpo docente com elevada titulação, geralmente possuem diplomas de mestrado e doutorado, desenvolvem habilidades de ensino e de aprofundamento na pesquisa científica, e, por seu turno, passam a ter maior reconhecimento na comunidade acadêmica, não somente em termos de capacidade intelectual e histórico de realizações científicas. Os alunos têm assegurado que a titulação *stricto sensu* de seus professores traz para a prática pedagógica, profissionais com estudos complementares e específicos em sua área de atuação, no ensino e no desenvolvimento de pesquisa.

3.2 Os tipos de curso *lato sensu*

Os cursos de modo *lato sensu* – Os cursos de especialização ou aperfeiçoamento, abrangem formações mais focadas naquilo que o mercado espera, são capacitações mais práticas, são chamados *lato*

sensu e são regulados por resoluções específicas. Atualmente, observa-se o crescimento significativo da modalidade de ensino a distância (EAD) no Brasil, por meio do expressivo aumento de matrículas. Não existe curso de Direito 100% EAD e nem parcialmente. O sistema digital de aprendizagem vem se popularizando a cada dia porque atende à rotina corrida do profissional, contudo, existe a normativa para que parte do seu conteúdo curricular possa ser ofertado de forma não presencial digital na formação e na qualidade do ensino jurídico no Brasil.

A especialização se apresenta não apenas como uma opção, mas como uma estratégia crucial para atingir os propósitos profissionais e pessoais. Se, no passado, o comum era parar de estudar ao conquistar um cargo e alguma titulação (ensino médio e graduação), atualmente os profissionais seguem se aprimorando ao longo da vida. A quantidade de profissionais que buscam cursos de especialização em nível superior tem aumentado tanto que, na cabeça de muita gente, continuar com estudos em nível de pós-graduação já é um rito obrigatório. Ao se especializar, o profissional se torna referência naquela área específica, fortalece sua reputação profissional, mas também gera maior confiança por parte dos clientes, que buscam por advogados com expertise no assunto que enfrentam. Ainda que os profissionais bacharelados tenham conhecimento das questões de variados segmentos, aquele que investe em uma pós-graduação na carreira jurídica tem a vantagem de ser, de fato, especializado naquele assunto.

Para além das competências técnicas, as instituições de ensino superior também estão apostando e valorizando e novas características de qualificação para o trabalho, as chamadas *soft skills*⁴, *competências* e *habilidades comportamentais*, emocionais relacionadas a aspectos subjetivos, à forma como o profissional lida com o outro e consigo mesmo, particularmente no trabalho em equipe. As chamadas “Habilidades do Século XXI” são fundamentais para o sucesso pessoal e profissional, e vão muito além do conhecimento técnico.

⁴ São basicamente os conhecimentos pessoais de um profissional, os quais estão ligadas ao comportamento e reações imprevistas diante de situações cotidianas.

Para Helena Hirata (1992), as competências comportamentais passam a ser o diferencial competitivo entre os profissionais, pois o mundo contemporâneo exige o desenvolvimento de habilidades e competências que lhes auxiliam a autogerenciar e aprimorar suas carreiras; elas envolvem competências sociais, emocionais e cognitivas, que são altamente valorizadas, além de empatia, liderança, pensamento crítico, resolução de problemas, *criatividade*, adaptabilidade, *empatia*, habilidades emocionais, essenciais para lidar com um mundo cada vez mais complexo e dinâmico no cenário atual.

As mudanças estruturais na relação entre trabalho e educação, na produção futura, remetem para as discussões sobre ‘trabalho qualificante’. Primeiramente, compreende-se que a ampliação das qualificações e capacidades dos trabalhadores assumirão uma nova qualidade, fala-se em competências integrais (Markert, 2000). Mas os pesquisadores críticos vinculam a possibilidade de desenvolver novas competências com a necessidade da existência de estruturas de trabalho que qualificam. Os conhecimentos podem ser superados diferentemente das competências e habilidades. Conforme Markert (2000), as situações e vivências tornaram-se bem mais complexas nos dias atuais, hoje existem muitos fatores que influenciam no processo de tomada de decisão que não existiam no passado. Desse modo, as tarefas complexas exigem conceitos de educação que consigam equacionar a prática de educar e de preparar para o trabalho. A busca pelo aprendizado é um fator fundamental para quem deseja alcançar o desenvolvimento pessoal. Ou seja, é preciso estar constantemente se desafiando e adquirindo novos conhecimentos, habilidades e competências.

4 A Pós-Graduação e contexto Internacional

Conforme Otavio Luiz Rodrigues Junior (2017), não se pode imaginar a pós-graduação desvinculada do contexto internacional, dos desafios externos, que se ligam à internacionalização, a qual tem servido de elemento para aferir a eficiência e a competitividade dos cursos de pós-

-graduação em quase todas as áreas, no mundo contemporâneo. No Direito, isso não é diferente. Internacionalizar pressupõe circulação de pesquisadores, publicações coletivas com autores de diferentes nacionalidades, congressos, redes de pesquisa e periódicos abertos a textos de outros idiomas. Ainda aqui a internacionalização não subsiste sem alguns dos elementos que foram identificados como determinantes do êxito de modelos de formação jurídica. Um deles é o fluxo contínuo de recursos que permitam a circulação de pesquisadores, a integração de pesquisas, o acesso a grandes bancos de dados e de repositórios (hoje preponderantemente eletrônicos) e a participação (ou a organização) de eventos que congreguem investigadores nacionais e estrangeiros.

Em geral, o ingresso no contexto de uma pós-graduação possibilita conhecer novos profissionais, pessoas, que poderão ajudar a trilhar uma carreira de sucesso que também estão interessados nessa área — sejam outros alunos, coordenadores ou professores.

Significa também construir uma rede de contatos sólida dentro da sua área de especialização, buscar mentores e colegas que já possuam experiência na área, pois a troca de conhecimento e experiências pode ser extremamente enriquecedora com a pós-graduação na carreira jurídica. As relações sociais construídas na trajetória da pós-graduação, contribuem para solidificar a posição atual do profissional, mas também abre oportunidades de crescimento, incluindo convites para palestras, participação em casos de maior complexidade e até mesmo o ingresso em escritórios renomados que buscam expertise na área de domínio profissional.

A consultora de carreira, Márcia Oliveira (2024) cita pesquisa da Catho Online, segundo a qual, uma pesquisa da Catho Online, de agosto de 2017, mostrou que cargos gerenciais ocupados por pessoas com Pós-graduação ou MBA recebem 90% a mais do que os apenas graduados. Para isso, é importante ter um projeto de vida bem elaborado. Os gestores por exemplo, compreendem que quem passou por um curso de especialização é mais qualificado para exercer determinadas funções, de modo que o seu currículo se torna muito mais valorizado

depois de completar essa etapa. Por conta disso, a remuneração oferecida também pode aumentar consideravelmente. *As organizações cada vez mais precisam de uma liderança criativa, capaz de lidar com pessoas e entendê-las para fomentar o desenvolvimento humano que gera resultados.*

Dessa forma, profissionais, notadamente gestores, têm reconhecido a importância da pós-graduação como elemento essencial para uma formação estratégica, inovação, assertividade nos processos e soluções inteligentes que dependem, e muito do envolvimento de pessoas. A decisão de cursar uma pós-graduação deve sempre estar alinhada ao planejamento de carreira, para que haja coesão na trajetória de formação. São vários os benefícios nesse sentido: tornar-se um especialista, atualizar os conhecimentos da abrangente graduação e construir a tão sonhada carreira. A especialização é bem-vista no ambiente de trabalho, pois passa a imagem de um profissional que não se acomodou e segue buscando maior qualificação. Ao possibilitar mais aprendizado, a pós-graduação enriquece o currículo, pois quem se especializa passa mais credibilidade como profissional na área escolhida e, assim, abre portas.

5 Apreciações Conclusivas

As reflexões contidas neste trabalho constituem um importante passo para se repensar o estudo do Direito, especialmente nesta quadra da história, em que o desafio que se coloca é repensar a formação jurídica, particularmente mediada pela pós-graduação. Esse contexto acadêmico apresenta-se como um importante espaço de mediação, de repensarmos os paradigmas teóricos tradicionais que tinham dando suporte as nossas ações, possibilitando familiarização com novos conceitos e epistemologias que permitem criticar a ideia de universalização da verdade, feita através do método tradicional da epistemologia analítica e das ciências, frequentemente ditas como neutras ou não corporificadas.

O discurso dos tempos atuais exige profissionais bem preparados (autodeterminados) e comprometidos com o sentimento de solidariedade social, necessários para o projeto de construção de uma sociedade um pouco menos injusta para todos. É necessário superar os obstáculos epistemológicos que se colocam diante dos processos de conhecimento do Direito. Uma consciência crítica e reflexiva precisa ser desenvolvida e praticada por todos os agentes do Direito. A inserção do advogado nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, além de favorecer a atualização de novos conceitos, fortalece a capacidade crítica, alimenta a prática jurídica e toda a sua configuração, enquanto campo gerador de capital social e simbólico, com os elementos e conteúdo que a pesquisa acadêmica produz.

Retomar o debate sobre a configuração atual do campo jurídico e resgatar o caráter autorreflexivo da pós-graduação e da pesquisa parece-nos fundamental, isto porque, atribuímos à pesquisa uma função primordial de permitir a uma dada ciência a sua autocrítica e reorganização. É necessário superar os obstáculos epistemológicos que se colocam diante dos processos de conhecimento do Direito. Uma consciência crítica e reflexiva precisa ser desenvolvida e praticada por todos os agentes do Direito.

Destarte, demonstrar como o jurista pode trabalhar cientificamente o Direito é uma tarefa que a metodologia moderna ainda enfrenta. Observamos que a segurança e a justiça constituem o fim precípua do Direito, neles incluídos a paz social e o bem comum (sob a ótica do desenvolvimento social). Podemos, grosso modo, dizer que a justiça deve ser entendida, ao menos até onde caminhou o desenvolvimento da ciência e da filosofia jurídica, como uma das finalidades do Direito. Cabe a nós o papel de teorizar e operacionalizar uma nova mentalidade para o Direito, sendo a epistemologia uma ferramenta imprescindível para o sucesso desta jornada, pois se constitui em um grande desafio que se nos coloca estes tempos globalizados.

Referências

BACHELARD, Gaston. **O novo espírito científico**. São Paulo: Tempo Universitário, 1958.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

FALCÃO, Joaquim de Arruda. **Os Advogados: ensino jurídico e mercado de trabalho**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana, 1984.

FERREIRA, Cândido *et al.* Alternativas sueca, italiana e japonesa ao paradigma fordista: elementos para uma discussão sobre o caso brasileiro. **Cadernos do CESIT**. Instituto de Economia. Universidade Federal de Campinas. Campinas: CESIT/ UNICAMP, 1991. 33p. 5.

FIGUEIREDO, Luís Claudio. A Lei é Dura..., mas para uma Clínica do “Legalismo” e da Transgressão. *In: Sociedade e Estado*. Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Brasília, p. 57-74. 1996.

FONSECA, Dirce M. da; CARVALHO, Gilson; CRUZ, Tânia C. Paradigmas epistemológicos e práticas jurídico-científicas: uma análise da ideologia. 2007. *In: CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, XVII*. Brasília. **Anais [...]** 2009, p. 3969-3983. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4541121/mod_resource/content/1/FONSECA_CIALLO_CRUZ_Epistemologia%20do%20campo%20jur%C3%ADdico_reflexoes%20acerca%20do%20papel%20da%20pesquisa%20juridica.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Relatório de Avaliação 2010-2012**: Trienal 2013. 2013. Disponível em: <<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=Y2FwZXMuZ292LmJyfHRyaWVvYWwtMjAxM3xneDo5NWRiMjBlOGY2ZDQ5ODA>>. Acesso em: 20 set 2024.

FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (Capes). **Relatório de Avaliação 2017-2020**, quadrienal 2021.

Disponível em: <https://www.gov.br/documentos/avaliacao-pdf>. Acesso em: 2 nov. 2024.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991

HARVEY, David. **A Condição pós-moderna**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1994. 349p.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, v.5. Campinas SP, 1995. Ed. Unicamp, p.7-41. 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 9 out. 2024.

HIRATA, Helena. “Da Polarização das Qualificações ao Modelo da Competência”. In: FERRETTI, Celso *et al.* (org.). **Novas tecnologias, trabalho e educação** – Um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1992.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep). **Censo da Educação Superior** 2018: notas estatísticas. Brasília, 2019. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacaosuperior/censo_superior/documentos/2019/censodaeducacaosuperior_2018-notas_estatisticas.pdf. Acesso em: 30 set. 2024.

LÖWY, Ilana. Universidade da ciência e conhecimentos “situados”. **Cadernos Pagu**, Gênero, ciências, história, v.15, p. 15-38, 2000. Disponível em: <[https://ieg.ufsc.br/storage/articles/October2020//Pagu/2000\(15\)/Lowy.pdf](https://ieg.ufsc.br/storage/articles/October2020//Pagu/2000(15)/Lowy.pdf)>. Acesso em: 24 out. 2024.

MARTINS, Carlos Benedito; CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. Mestres e doutores em Direito. In: VELLOSO, Jacques (org.). **A pós-graduação no Brasil: formação e trabalho de mestres e doutores no país** (volume 2). Brasília: Capes, 2003.

MARKERT, Werner. Novos paradigmas do conhecimento e modernos conceitos de produção: Implicações para uma nova didática na formação profissional. **Educação & Sociedade**, vol. 21, núm. 72, agosto, 2000, pp. 177-196. Centro de Estudos Educação e Sociedade. Campinas, Brasil. Disponível em: (<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87313698010>). Acesso: 27 out 2024

MORIN, Edgard. **Complexidade e transdisciplinaridade**: a reforma da universidade e do ensino fundamental. Natal, Ed. UFRN, 1999.

OLIVEIRA, Márcia. Especialização garante salários até 90% mais altos. In: *Produtiva*. (março/2024). Disponível em: <https://produtiva.com.br/especializacao-garante-salarios-ate-90-mais-altos/>. Acesso em: 14 nov. 2024.

NEVES, Rita de A. **O ensino jurídico e o reconhecimento de sua crise.** — Rio de Janeiro: Companhia. Forense. 436p. 2005.

PEREIRA NETO, Caio Mário da S.; MATTOS, Paulo T. L. **A crise da pesquisa em Direito no Brasil:** armadilhas e alternativas ao formalismo jurídico. 2002. Disponível em: http://www.law.yale.edu/documents/pdf/sela/CaiodaSilvaPereiraandPauloTodescanLessaMattos__Portuguese_.pdf. Acesso em: out. 2024.

REALE, Miguel. **Filosofia do direito.** 15 ed., São Paulo: Saraiva 1997.

RODRIGUES JÚNIOR, Otavio Luiz Rodrigues. **Pós-graduação em Direito no Brasil: o universal pelo regional.** In: Consultor Jurídico. 15/11/2017. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/Colunas>. Acesso: 03 out. 2024.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica:** guia para a eficiência nos estudos. 3ed. São Paulo: Atlas, 1995.

SCAFF, Fernando Facury. 50 anos de pós-graduação em Direito no Brasil: ponto de partida e um olhar para o futuro. **Revista da Faculdade de Direito**, Universidade de São Paulo, [S. l.], v. 116, n. 1, p. 277–298, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/192239>. Acesso em: 7 nov. 2024.

VARELLA, Marcelo. Quem influencia a pós-graduação em direito no Brasil? Uma análise empírica da nucleação acadêmica. **Revista de Direito Brasileira**, v.12; n. 5; pp. 111–127, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2358-1352/2015.v12i5.2817>. Acesso em: set, 2024.

VELLOSO, Jacques (org.). **A pós-graduação no Brasil:** formação e trabalho de mestres e doutores no país (volume 2). Brasília: Capes, 2003.

VERAS, R. R. O. A epistemologia jurídica sob enfoque: uma abordagem sistêmica. **Revista Juristas**, João Pessoa, a. III, n. 92, 2006. Disponível em: http://www.juristas.com.br/mod_revistas.asp?ic=658. Acesso em: 10/08/2024.



TEMPOS DE CRISE ESTRUTURAL E NOVAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO: ALGUNS DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL

Wallison Hipólito de Meira
Kathleen Pimentel dos Santos

1 Introdução

A sociedade capitalista se apresenta como um sistema econômico constituído por crises, sendo estas intrínseca a sua dinâmica. Denota isso, o cenário existente nos anos 1970 com a instabilidade do modelo de produção do período, o fordismo; o advento do neoliberalismo; e da reestruturação produtiva, reconfigurando a organização do mundo trabalho e trazendo consequências negativas para os/as trabalhadores/as até o tempo presente.

Com a crise do modelo fordista, o capitalismo necessitou encontrar uma nova forma de acumulação para recuperar a produtividade e as taxas de lucro superiores. Para cumprir esse papel adota-se um processo de reestruturação produtiva em que inicia uma era de acumulação flexível através da utilização do modelo de produção japonês, o Toyotismo (Montenegro, 2007).

Como nomeia Harvey (2003), a “acumulação flexível”, irá determinar os novos padrões no processo de produção e nas relações sociais, sempre tendo como direção a flexibilização de três fatores: os processos de trabalho, o mercado e os produtos.

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de traba-

lho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novo mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvida (Harvey, 2003, p. 140).

Consequentemente a esse processo, ocorreu também um rompimento da relação do pacto social entre capital e trabalho com intermédio do trabalho, ressurgindo o liberalismo através de uma nova roupagem por meio do neoliberalismo aliado à reestruturação produtiva como forma de nova fórmula para acumular o capital, que ganhou proporções mundiais. Com estas mudanças, existiu uma flexibilização da produção e ao mesmo tempo a intensificação do trabalho, e por conseguinte a desregulamentação dos direitos sociais conquistados pelos trabalhadores (Duarte, 2000).

A partir da adesão ao ideário neoliberal e em uma nova forma de acumulação por meio da acumulação flexível, o que influi em uma substituição na tecnologia utilizada na produção anteriormente adotada no fordismo para uma mais flexível, permitindo rápidas mudanças no processo produtivo. Já no sentido da gestão adota-se o “just-in-time”, ou seja, o fluxo de produção basicamente depende da demanda, sem precisar de estoques (Filgueiras, 1997).

Perante essa nova dinâmica de produção voltada para algo flexível algumas exigências se apresentaram para o/a trabalhador/a, a exemplo de uma maior qualificação e o entendimento sobre diversos tipos de tarefas. No mercado de trabalho isso contribui para uma maior competitividade, e ao mesmo tempo, para uma responsabilização maior do

trabalhador e menor para a empresa, além da não intervenção e regulamentação por parte do Estado (Filgueiras, 1997).

No Brasil, esse processo de reestruturação produtiva se deu de forma posterior, já próximo do final da década de 1980 e início dos anos 1990. Duarte (2000, p. 56) aponta que “no final dos anos 80, chegou ao nosso país a reestruturação dos processos produtivos e suas implicações econômicas e políticas, que já era vivenciada nos países centrais”. Neste período o estado brasileiro e a sociedade civil vivem momentos de profundas transformações no mundo do trabalho produtivo, o que gera novas configurações. Os efeitos advindos dessas transformações consistem no aumento nas taxas de desemprego, condições precárias de trabalho, diminuição do acesso aos direitos sociais pelos trabalhadores/as e por conseguinte, o crescimento da exclusão social para grande parcela da sociedade.

No Brasil o processo de transformações no mundo do trabalho é conduzido por vertentes ideológicas, pensadas e executadas pela classe hegemônica que lançam pacotes de ações político-ideológico com a finalidade de ampliar a lucratividade do capital. O processo de apassivação da super exploração no universo do trabalho tem se intensificado cada vez mais nos dias atuais, corroborando de forma maciça com a barbárie na sociedade contemporânea (Antunes, 2018).

O país tem vivenciado nos últimos anos uma combinação de instabilidade econômica, reformas trabalhistas e mudanças na dinâmica global que, não diferentemente, reverte os tímidos direitos trabalhistas e amplia cada vez mais as condições de precarização de muitos/as trabalhadores/as. O ápice recente desse cenário se deu com a Reforma Trabalhista (PL n. 13.467/2017)¹, transcorrida sob o discurso

¹ De acordo com Fontainha, Rodrigues e Fernandes (2021, p. 798), o “Projeto de Lei (PL) 6.787/2016 foi encaminhado à Câmara dos Deputados, pelo Poder Executivo, em 23 de dezembro de 2016. Após o período de debates na Câmara, o projeto foi aprovado em 24 de abril de 2017, seguindo para a tramitação no Senado Federal, onde foi aprovado em 11 de julho de 2017. O projeto foi sancionado pelo ex-presidente Michel Temer, em 13 de julho de 2017, transformando-se na Lei 13.467 de 2017, conhecida como a ‘Reforma Trabalhista de 2017’”.

de desenvolvimento econômico e redução do desemprego, além de ser apresentada como uma “adaptação necessária às dinâmicas globais e como um caminho para a modernização do mercado de trabalho” (Santos, Pereira, 2024, p. 2-3). A reforma estabeleceu novas modalidades de vínculo (como o trabalho intermitente e a ampliação da terceirização), concomitante, elevou a redução do papel dos sindicatos e flexibilizou normas protetivas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Esse processo reflete um movimento global, em que políticas neoliberais — incentivadas por instituições como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) — impulsionam a liberalização dos mercados de trabalho, especialmente em países da periferia do sistema capitalista (Santos, Pereira, 2024, p. 3).

Para Antunes (2018), está é a face do capitalismo contemporâneo, perpassado por uma lógica destrutiva que consolida a ampliação mercadológica de forma complexa, fortalecendo a hegemônica já existente e fragmenta cada vez mais a classe trabalhadora. Sua materialização reverte o caráter anteriormente formal e regulamentado, substituindo-o por diferentes vínculos fragilizados de trabalho, desproteções trabalhistas, em uma onda de precarização que oculta o trabalho assalariado no que ele nomina de “a nova era de precarização estrutural do trabalho”.

É necessário reconhecer as mudanças ocorridas nas relações sociais e trabalhistas sofridas por toda classe trabalhadora, usando como base de análise, o movimento sócio-histórico e o modelo de trabalho advindo do sistema de produção capitalista. A intensificação da precarização das condições do trabalho e a fragmentação dos direitos trabalhistas, atinge diversas categorias profissionais, alcançando os/as assistentes sociais, que estão inscritos na divisão sociotécnica do trabalho, sendo estes, atingidos de forma direta pela flexibilização que se é gerada no universo do trabalho, no tocante a reestruturação produtiva (Negri, 2011).

Por essa razão, este capítulo se propõe a abordar os principais impactos gerados para os/as trabalhadores diante dessa nova organização do trabalho, advinda da reestruturação produtiva e da ideologia neoliberal. Dando ênfase a realidade da sociedade brasileira e os desafios da atuação profissional nos diversos espaços sócio-ocupacionais para os/as assistentes sociais no Brasil, que têm seu exercício profissional influenciado pelas transformações no mundo do trabalho.

2 Breves considerações sobre as novas formas de organização do trabalho

Desde 1970, o capital globalizado tem direcionado esforços para alavancar novas formas de organização, controle e gerenciamento do trabalho sob a guisa de favorecer a ampliação dos seus lucros (Netto, 1996). Para Serra (2001, p. 151) “o fator desencadeador dessas mudanças foi a crise capitalista iniciada em meados dos anos 70 do século passado, determinada pela queda da taxa de lucros do capital, [...] que provocou índices baixos de crescimento da produção [...]”². Essa década, que marca a ascensão da crise estrutural do capital, ocorreu devido ao boom da crise do petróleo aliada a crise capitalista de superprodução. Em razão disso, iniciou-se a reestruturação produtiva, como resposta dos setores produtivos a partir das últimas três décadas do século XX.

O mundo do trabalho entrou em um processo de transformação, como parte do projeto de restauração do capital. Houve um desmon-

² Ao citar a crise, podemos considerar que no capitalismo ela se manifesta de forma diversificada, pois como aponta Fontes (2017, p. 411) “esta é uma sociedade que produz recorrentemente crises, pelo fosso entre necessidades sempre renovadas por novas mercadorias e a impossibilidade concreta da satisfação sequer das necessidades essenciais pela grande maioria”. À medida que essa crise toma proporções inimagináveis devido à superprodução, os efeitos se expressam a partir da exploração do trabalhador.

te dos mecanismos de base keynesiana, e o padrão fordista-taylorista³ que dominava a produção foi substituído pela chamada acumulação flexível. Esse novo modo de produção está sintonizado com a lógica neoliberal, que ganha terreno após a ascensão da crise do petróleo, e, juntos, buscam o reestabelecimento da dominação de classe, tanto econômica como política, do capital (Netto, 1996).

Nesse contexto, a produção em massa para o consumo em massa, característica do binômio taylorismo/fordismo, é trocada por uma produção voltada e conduzida pela demanda (estoque mínimo), denominada toyotismo. Essa nova dinâmica produtiva é sustentada no trabalho em equipe, com multivariada de funções, e no trabalhador polivalente, ou seja, na atuação simultânea do operário/trabalhador com várias máquinas (Andrade, 2006).

Logo, há um aumento da produção, mas este não é acompanhado por um crescimento do número de trabalhadores. Por conseguinte, há uma redução drástica da mão-de-obra empregada, provocando altos níveis de desemprego estrutural, e uma intensificação da exploração do trabalho.

O toyotismo penetra, mescla ou mesmo substitui o padrão fordista dominante, em várias partes do capitalismo globalizado. Vivem-se formas transitórias de produção, cujos desdobramentos são também agudos, no que diz respeito aos direitos do trabalho. Estes são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se à sua nova fase. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção. (Antunes, 2006, p. 24)

³ A indústria Ford exige uma discriminação, uma qualificação, para os seus operários que as outras indústrias ainda não exigem, um tipo de qualificação diferente, nova, uma forma de consumo de força de trabalho e uma quantidade de força consumida no mesmo tempo médio mais onerosa e extenuante do que as outras empresas, força que o salário não consegue reconstituir em todos os casos, nas condições determinadas pela sociedade. (Gramsci, 1976, p.406)

Parafraseando Andrade (2006), é evidente o ataque aos direitos dos trabalhadores provocado pela reestruturação produtiva, diante da ampliação da precarização do trabalho com o surgimento das formas de contratação flexíveis (parciais, terceirizadas, temporárias, trabalho informal, trabalho feminino dupla jornada, entre outros), fundamentado pela horizontalização da produção e pela diminuição do proletariado em função da Revolução Tecnológica e da transferência de capitais ao mercado financeiro. Guerra (2005, p. 15) aponta que para os trabalhadores/as assalariados/as a precarização do trabalho se expressa feroz e nitidamente em mudanças na relação contratual que elevam a insegurança no trabalho. Nesse escopo, são implantadas, entre as ações mais flexíveis nas relações trabalhistas, “alterações na legislação trabalhista, transformação do trabalho assalariado em temporário, parcial, subcontratado, terceirizado”.

Além das repercussões no mundo do trabalho, a reestruturação produtiva provocou um redimensionamento do papel do Estado, que foi culpabilizado pelas mazelas sociais daquele contexto. Assim, o neoliberalismo postula a quebra da ação reguladora do Estado e defende a liberdade do mercado como forma de recuperar o crescimento econômico e a virtuosidade do capital. Dessa forma, é proposto um formato mínimo de Estado, através da eliminação da intervenção estatal na economia, e do corte dos gastos sociais, que respondem pelas políticas sociais.

A reconfiguração no papel do Estado tornou-se imperante pois, conforme afirma Raichelis (2013, p. 612) “para que essa dinâmica seja garantida, tornase central a intervenção ativa dos Estados nacionais que, por meio do fundo público financia a acumulação e as altas taxas de lucratividade do capital em detrimento do trabalho”. O Estado de Bem-Estar, que vigorava no período dos trinta anos gloriosos, é substituído por um modelo de Estado mínimo para o social e máximo para o capital. Em decorrência do ataque aos sistemas públicos de seguridade social, as políticas sociais assumem um caráter compensatório, focalista e temporário, o que acarreta na redução do provimento das necessidades básicas da sociedade, “[...] aumentando a exclusão das

massas sobrantes, que cada vez mais são de característica estrutural, ou seja, tem suas causas fundadas na estrutura da produção” (Teixeira, 2003 *apud* Andrade, 2006, p. 4).

No Brasil, as transformações advindas da reestruturação produtiva aconteceram no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, em que o Estado adotou políticas macroeconômicas, que aumentaram o desemprego e levou à desregulamentação dos mercados de trabalho (Duarte, 2000). Mesmo não alcançando a consolidação de direitos sociais através de um bem-estar social, essas medidas impactam fortemente a classe trabalhadora.

É preciso destacar que as políticas neoliberais instauradas nos países chamados periféricos, e aqui o Brasil está inserido, foram firmadas por meio do Consenso de Washington, documento esse, que possuía uma agenda a ser cumprida. O Brasil não chegou a implementar de início esse receituário, devido à força dos movimentos sociais e trabalhistas. Essa agenda é efetiva no país nos anos 1990, no governo de Fernando Collor, interrompida pelo impeachment, mas que recebeu continuação no governo Itamar Franco, em que as privatizações e a deslegitimação dos sindicatos sociais e movimentos sociais foram o foco (Filgueiras, 1997).

No período do governo Fernando Collor (1990-1992), acontece a abertura econômica no país com a adoção de novas formas de gestão da produção, como um processo de estabilização e a subvalorização do dólar em relação ao real, exigindo transformações em ritmo acelerado e associação com capitais estrangeiros para sobreviver (Filgueiras, 1997). Não a como perder de vista que esse cenário não encontrou-se alheio ao contexto mundial, que imprimia, por parte dos países centrais, regras a serem adotadas pela periferia do capital, para retomada de lucratividade em meio a recessão da crise econômica.

Em tempos de mundialização do capital, em que prevalece a especulação financeira mundial, o Estado ao subordinar-se aos interesses do grande capital acaba renunciando a importantes

graus de soberania nacional, resultado de sua desregulamentação. (Negri, 2011, p.25)

Com as mudanças ocorridas nas formas de organização e relações do trabalho, aumentam a desproteção do trabalhador, altos processos de informalização, novas formas de contratação da força de trabalho, por meio de trabalhos terceirizados, subcontratados, contratos temporários, que afetam diretamente os assistentes sociais nos seus campos de atuação profissional e na vida privada, por também serem parte da classe trabalhadora (Raichelis, 2013).

Destarte, que as mudanças sucedidas, fazem parte de um projeto político-ideológico que está interligado com o neoliberalismo, sendo este fruto da reestruturação produtiva estabelecida pelo mundo do trabalho. Esta mesma, que fragiliza as relações de trabalho, onde os/as assistentes sociais realizam as suas intervenções junto a classe trabalhadora, e por consequência sofrem os impactos diretos dela, por também serem parte pertencente a esta mesma classe trabalhadora, que padece com as implicações do estado mínimo.

3 Avanço capitalista e os reflexos e desafios aos/as Assistentes Sociais

Segundo Iamamoto (2000), as mudanças no campo econômico e tecnológico criam uma nova configuração para o cenário laboral, impondo novas formas de contratação, precarização e intensificação das jornadas de trabalho, sendo estes frutos do neoliberalismo. Em concordância, para Netto (1996) as transformações societárias incidem diretamente na divisão sociotécnica do trabalho e no complexo técnico, prático, político e cultural de cada profissão. Portanto, as alterações profissionais ocorrem devido a necessidade de adequação as demandas da conjuntura vigente.

Por essa premissa, considera-se que a “articulação entre a reestruturação produtiva e a instituição de um Estado neoliberal se

traduz em consequências nefastas para o conjunto dos trabalhadores, impactando, também, o trabalho e a própria vida dos assistentes sociais (Santos, Stampa, 2020, p. 3). Os resultados da reestruturação produtiva, aprofundaram as desigualdades existentes no campo dos direitos trabalhistas e sociais. Tendo em vista, que a ampliação do modelo de acumulação flexível, fortalece o projeto político-ideológico atrelado ao neoliberalismo, que ganhou forças e se consolidou, por meio do processo de exploração da força de trabalho, latente no capitalismo (Negri, 2011). Santos, Stampa (2020) ressaltam que a reestruturação produtiva, altera as configurações do mundo do trabalho e da sociedade, estes fatores fazem com que exista a necessidade da intervenção dos profissionais do Serviço Social, visto que, a fragilização existente, amplia e deixa mais complexa as necessidades da classe trabalhadora, bem como complexifica também a nossa própria atuação profissional.

Cabe salientar, que o Serviço Social alcançou legitimidade como profissão, se reconhecendo como especialização do trabalho coletivo, inscrita na divisão social e técnica o trabalho, que dispõe de uma Lei de Regulamentação (Lei n. 8662/93) e de um Código de Ética (1993), bem como de um Projeto Ético Político Profissional e de Diretrizes Curriculares (1996) que imprimem uma direção estratégica, que asseguram a profissão e dão base consistentes para os profissionais da área.

O Serviço Social enquanto uma expressão do trabalho coletivo “é uma profissão requisitada pelo Estado e suas instâncias para atender às necessidades sociais - via políticas públicas - decorrentes das expressões da questão social” (Torres, 2017, p. 2). Como profissão liberal os assistentes sociais detêm relativa autonomia, que permite aos assistentes sociais alinharem suas atividades junto ao defendido pela profissão. Todavia, estes não se encontram alheios as exigências e imposições do capital, uma vez que são profissionais que na sociedade capitalista vendem sua força de trabalho, ou seja, possuem valor de troca. Isso porque “a força de trabalho do assistente social contém contradições típicas de toda a mercadoria entre trabalho concreto e abstrato

que preside a sociabilidade capitalista” (Iamamoto, 2012, p. 215). Nesta direção, Iamamoto, caracteriza a dupla dimensão do trabalho

a) enquanto trabalho útil atende a necessidades sociais (que justificam a reprodução da própria profissão) e efetiva-se através de relações com outros homens, incorporando o legado material e intelectual de gerações passadas, ao tempo em que se beneficia das conquistas atuais das ciências sociais e humanas; b) mas só pode atender às necessidades sociais se seu trabalho puder ser igualado a qualquer outro enquanto trabalho abstrato - mero coágulo de tempo do trabalho social médio -, possibilitando que esse trabalho privado adquira um caráter social (Iamamoto, 2007, p. 421).

Os processos flexibilização do trabalho, ocasionados pelo fluxo do mercado na reestruturação produtiva, fortalecem o método da precarização do trabalho através de ações que destituem direitos trabalhistas. O reflexo desse processo culminou em uma série de violações que desencadeiam o que muitos/as estudiosos/as chamam de desproteção social, que atinge de forma abrupta a classe trabalhadora. Das muitas categorias profissionais impactadas pelas mudanças do mundo do trabalho, os/as assistentes sociais não se encontram alheios, pois

A dinâmica de flexibilização/precarização atinge também o trabalho do assistente social, nos diferentes espaços institucionais em que se realiza, pela insegurança do emprego, precárias formas de contratação, intensificação do trabalho, aviltamento dos salários, pressão pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos, ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, ausência de políticas de capacitação profissional, entre outros. (Raichelis, 2011, p. 422).

Os/as Assistentes Sociais trabalham de forma propositiva frente as expressões da questão social, geradas pelas manifestações do modelo de produção no cotidiano, tendo o projeto ético-político profissional⁴ como norte da sua intervenção profissional. Todavia, enquanto categoria profissional, não se encontram isentos/as aos rebatimentos do neoliberalismo, que corrobora de forma direta com a reconfiguração do mundo do trabalho. Como assegura Iamamoto e Carvalho, (2006, p. 72), o “cotidiano da vida em sociedade, o modo de viver e de trabalhar, de forma socialmente determinada, dos indivíduos em sociedade, envolve a reprodução do modo de produção”.

Com o surgimento de novas demandas relacionadas ao campo de trabalho, a atuação profissional da/o assistente social passou por mudança no tocante as configurações dos espaços sócio-ocupacionais, muitas dessas mudanças estão relacionados aos avanços na esfera da seguridade social, advindos a partir da Constituição Federal de 1988 que foi fruto de um processo histórico vivido no Brasil. Concernente aos novos formatos nos espaços de atuação do assistente social, as mudanças tecnológicas levam à incorporação da cultura do gerencialismo, acabam diminuindo o teor reflexivo e criativo do trabalho para um mero processo de metas de controle de qualidade e produtividade. As requisições para os assistentes sociais acabam se tornando em tarefas automatizadas de preenchimento de formulários e planilhas colocando em risco o caráter crítico da profissão (Raiche-lis, 2013).

Além desses aspectos, temos a introdução das Tecnologias da Informação e comunicação (TIC), que levantam debates acerca da sua incorporação nos espaços ocupacionais dos/as assistentes sociais. Essa questão considera a natureza profissional do Serviço Social, considerando que sua prática-interventiva não pode declinar apenas a

⁴ Conforme Netto (1999), enquanto profissão institucionalizada o projeto profissional do Serviço Social é indissociável dos projetos societários que conferem matrizes e valores, e expressam um processo de luta pela hegemonia existente entre as forças sociais presentes na sociedade capitalista.

processos burocráticos, o que pode comprometer o desenvolver de um lado mais crítico e reflexivo da sua atuação.

Segundo Veloso (2011), as TIC fazem parte de um conjunto de uma determinada base de dispositivos, compostos por sistemas, softwares e outros, que com a sua capacidade instalada processam e distribuem informações para a camadas da sociedade. Para o Serviço Social, esse processo de inserção das TIC se torna um desafio diante do cenário de trabalho, pois como afirma Cesar (2022, p. 105) “sua aplicação pela empresa flexível e enxuta diminui o trabalho vivo, concentrando maior volume de trabalho morto, a fim de gerar maiores índices de produtividade e lucratividade na concorrência intercapitalista”. O cenário também levanta preocupação acerca da ampliação de formas de subcontratações de serviços individuais dos/as assistentes sociais, que requisitam mudanças nas atribuições profissionais em função dos novos modelos e formatos dos programas e serviços sociais.

Desta forma, evidenciam o caráter precarizado dos vínculos de trabalho como consequência da terceirização (Raichelis, 2013). Com a expansão das TIC, ocorrem mudanças no trabalho do assistente social que se tratam do redimensionamento da informação, em que as informações produzidas pelo Serviço Social passam a ser utilizadas pela gerência para definir a tomada de decisões, o não significando que o profissional terá participação na definição das políticas. Não significa que a adoção dessas tecnologias impacte apenas negativamente o processo de trabalho do assistente social, pois por um lado facilita a realização de determinadas atividades, porém pela sua rapidez acaba gerando uma intensificação maior do ritmo de trabalho (Cesar, 2022).

Em documento recente da categoria profissional, produzido pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), nominado de “Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: Formação, Condições de Trabalho e Exercício Profissional”, são apresentados dados sobre as principais características do exercício profissional do assistente social, esses dados são referentes ao cadastramento realizado no período de 2016 a 2019. A pesquisa busca compreender o perfil profissional dos/as as-

sistentes sociais no Brasil e alcançou o universo de pesquisa de 44.212 participantes, o que corresponde a 25,04% do total de 176.524 assistentes sociais inscritas/os ativas/os ao final da pesquisa. O documento também apresenta o recorte de gênero, apontando que a profissão continua predominantemente feminina, com o total de 41.083 dos participantes do gênero feminino, o que representa 92,92%. Em relação ao gênero masculino aparece com 3.083 participantes, o que representa 46% da amostra total. Por fim, 46 participantes se identificam com Outras Expressões de Gênero, o que corresponde a 0,10% do público total participante (CFESS, 2022).

No tocante aos participantes se identificam com Outras Expressões de Gênero, a pesquisa identificou as seguintes identidades de gênero: 05 profissionais transexual feminino; 07 transexual masculino; 05 Travesti; e 29 se identificam como Outras Expressões de Gênero (CFESS, 2022). A questão de gênero pode se valer do pensamento de Scott (1996, p. 289), ao afirmar que “o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças que distinguem os sexos e, por outro lado, é uma forma primária de relações significativas de poder”. Para evidenciar que enquanto categoria profissional o Serviço Social é uma profissão que predominante é composta pelo gênero feminino, logo, enquanto categoria profissional, sofremos os rebatimentos do machismo, sexismo e do patriarcado no decorrer das vivências do nosso laborar.

Dentre os dados apresentados no documento, o índice dos vínculos empregatícios que aponta as consequências das novas formas de organização do trabalho e do conservadorismo para os assistentes sociais. A partir das informações, observou-se que 71,56% dos profissionais demonstraram possuir apenas um vínculo de trabalho; 10,08% possuem dois vínculos; e três e quatro vínculos aparece com o percentual de 0,46% e 0,17%, respectivamente. Além disso, 17,73% apontaram que não possuíam nenhum vínculo e sem renda, ou seja, em situação de desemprego (CFESS, 2022).

De acordo com os dados anteriormente mencionados, é possível identificar alguns aspectos relacionados à realidade vivida pelos

assistentes sociais, a exemplo dos vínculos fragilizados de contratação de trabalho. Isso porque, apesar da esfera pública ainda ser a maior forma de vínculo, com 59,8%, as formas de contratação apontam para o crescimento de contratações por seleção pública simplificada, 10,91%; indicação, 8,07%; convite, 6,93% e cargos comissionados 4% (CFESS, 2022). Tais características indicam que a tendência é cada vez mais eliminar o que é público, e aderir a formas de contratações voltadas a flexibilidade dos contratos de trabalho, representando os impactos da nova forma de organização do trabalho advindas do ideário neoliberal. Ou seja, um aumento de contratos temporários, que influenciam na terceirização das atividades (CFESS, 2022).

No que diz respeito as horas trabalhadas a pesquisa pode verificar que 19.616, 44,37% dos respondentes, possui uma jornada semanal entre 25 e 30 horas. O segundo maior percentual está na jornada de 31 a 40 horas semanais, com 9.552 pessoas, ou seja 21,60%, que pode estar relacionado à ocupação de cargos de chefia ou coordenação por parte dos profissionais. Dos participantes, 4.220, que representa 9,55%, tem jornadas superiores a 40hs, o que se mostra contrário a lutas do conjunto CFESS pelo estabelecimento de jornadas de 30 horas semanais. O menor volume é o de profissionais que possuem jornada inferior a 20 horas, sendo apenas 2,71% dos respondentes, totalizando 1.200 profissionais, acompanhado de perto por 2.519 de assistentes sociais que possui jornada de trabalho de 20 a 24 horas por semana (CFESS, 2022).

Em relação a remuneração dos/das assistentes sociais, a pesquisa evidencia a péssima remuneração em que a categoria profissional está inserida

É possível verificar que a maior percentagem de rendimentos se situa na faixa de 2 a 3 mil reais, perfazendo 10.840 respondentes (24,52%), seguida dos 7.979 (18,05%) que auferem rendimentos irrisórios de 1 a 2 mil reais; apenas 5.394 (12,20%) recebem entre 3 a 4 mil reais e 3.815 (8,63%) recebem entre 4 a 5 mil

reais. Salários acima de 5 mil reais são a realidade de apenas 16,14% e as/os que auferem mais de 10 mil reais contabilizam inexpressivos 2%. E acima de 15 mil reais encontramos apenas 194 assistentes sociais (0,44%). Considerando-se o intervalo de 1 a 4 mil reais, tem-se quase 55% de assistentes sociais⁴⁷, o que expressa a intensa precarização dessa força de trabalho, se considerarmos que se trata de uma profissão de nível universitário, com exigências de qualificação técnica e educação continuada cada vez mais complexas. São dados que revelam um processo de rebaixamento do nível salarial e de empobrecimento da categoria profissional, que se insere no processo mais amplo de precarização e degradação das condições de vida da classe trabalhadora, mesmo que assistentes sociais façam parte do segmento de profissionais qualificadas/os com nível de formação universitária (graduação) (CFESS, 2022, p. 118).

Outro desafio para os/as assistentes sociais diz respeito ao adoecimento proveniente das condições de trabalho que este profissional é submetido ao lidar com as múltiplas expressões da questão social, além da elevação das cargas de trabalho nos espaços em que atuam, levando à exaustão desse trabalhador (Raichelis, 2013). Estudos sobre a relação entre trabalho, saúde e adoecimento mental⁵, destacando que exercício profissional pode ocasionar um processo de desgaste a saúde física e mental do trabalhador. A Organização Internacional do Trabalho (OIT), elucida que os fatores psicossociais são uma das principais preocupações do mundo do trabalho na contemporaneidade, considerando que os fatores psicossociais podem afetar a saúde, o desempenho e a satisfação no trabalho.

O adoecimento relacionado ao âmbito do trabalho, possui implicações oriundas das atuais configurações do mundo do trabalho que

⁵ Cf. Simões, Hashimoto (2013); Pereira; Scatolin (2013); Lourenço (2020).

Se massificam entre os diversos segmentos da classe trabalhadora por intensidades metamorfoseadas por questões atinentes ao sexo, idade raça/etnia, as quais, historicamente têm influenciado nas condições de trabalho dos indivíduos, atribuindo-lhes situações diferenciadas em termos de inserção, permanência e remuneração. (Vasconcelos et al., 2017, p. 722).

Ilustra que neste sentido, o adoecimento do/a trabalhador/a atinge de forma aligeirada a todos aqueles que compõem a classe trabalhadora, entretanto, existem recortes desta classe que sofrem de forma mais esmagadora, com os rebatimentos do modelo de produção apresentado na contemporaneidade, vivenciada no sistema neoliberal.

Um dos principais desafios para o/a assistente social no enfrentamento desse cenário de devastação e precarização do trabalho, consiste na luta e resistência, seja no cotidiano profissional, seja na participação de espaços de controle social e de organização da categoria, além do investimento na qualificação continuada no intuito da defesa ampla das políticas sociais e da profissão.

Conclusão

As transformações no mundo do trabalho culminam de um processo sócio-histórico, advindo do desenvolvimento da sociedade humana, tendo as suas transformações como fonte teórica, a exploração da força de trabalho do homem, o que caracteriza o processo produtivo. A partir do período de crise estrutural do capital nos anos 1970, este necessitou adotar medidas para reverter a queda na acumulação, dando início à adoção de estratégias de recuperação da lucratividade, como a reestruturação produtiva e o neoliberalismo, que juntas trouxeram diversos desafios para os trabalhadores.

A ideia de acumulação flexível trouxe para a nova organização do trabalho uma fragilidade para os vínculos empregatícios, pois exigiu uma maior qualificação dos que estavam à frente dos processos de

produção, além da desregulamentação do mercado de trabalho. Com novas formas de trabalho, evidenciou-se a precariedade dos vínculos empregatícios, a exemplo da informalidade ou por meio da terceirização. Inclusive para os/as profissionais do Serviço Social.

Localizar os impactos das mudanças no mundo na atuação e sua conformação no perfil profissional é atestar que os/as assistentes sociais não se encontram alheios a dinâmica capitalista. A precarização nos vínculos empregatícios, o crescimento da terceirização e, conseqüentemente, a redução de cargos públicos com estabilidade, atinge inegavelmente a classe dos/as assistentes sociais, vez que ainda é o Estado seu maior empregador.

O discurso neoliberal, sustentado pelas alternativas dos processos produtivos e pela versão mundializada do capital, impõe barreiras a quaisquer progressos trabalhistas, significando o empenho em retroceder ou se negar possibilidades de avanço concernente aos direitos dos/as trabalhadores/as. Esse pode ser o cenário que confronta a luta por um piso salarial para a categoria de assistentes sociais que tem o Projeto de Lei nº 1827/2019 (dispõe sobre o piso salarial da/o assistente social para uma jornada de 30 horas), sua principal materialização, mas que mesmo depois de alguns anos e com reivindicações por parte da categoria profissional ainda segue tramitando.

Outro fator que tem se apresentado aos/as profissionais do Serviço Social se refere à inserção das novas tecnologias da informação e comunicação. Abordar essa questão, mesmo que brevemente, dado o enfoque dessa produção, permite refletir sobre as requisições, desafios e limitações que estão postas nos espaços ocupacionais dos/as assistentes sociais que demandam a rápida adoção dos processos mais automatizados, considerando se a incorporação das TICs aproximam, afastam ou dão conta de uma intervenção crítica, presente no atual projeto profissional do Serviço Social.

Por conseguinte, o/a assistente social como participante da classe trabalhadora assalariada se vê nesse conflito entre responder aos ditames da acumulação capitalista, a fim de sobreviver, ao mesmo

tempo em que precisa estar inserido em processos de resistência no seu cotidiano profissional para que participe ativamente dos processos de decisão sem precisar se subalternizar.

Neste sentido conclui-se, que o trabalho do/a assistente social é socialmente indispensável, sendo necessário a compreensão do movimento sócio-histórico e da realidade social construída através do modelo de produção capitalista, visto que, os/as assistentes sociais estão diretamente interligados na trama do capital/trabalho, pois ao mesmo tempo que atendem as demandas advindas da classe trabalhadora, atendem também as oriundas do capital, sentindo de forma avassaladora as curvaturas ocasionadas pela transformação no mundo do trabalho.

Referências

ANDRADE, Fabrício Fontes de. Reestruturação produtiva: dos novos padrões de acumulação capitalista ao novo parâmetro de políticas sociais. **Revista Urutágua**, n. 10, Ago/Set/Out.Nov, p. 1-8, Maringá, Paraná, 2006. Disponível em: www.urutagua.uem.br/010/10andrade.htm. Acesso: nov, 2024

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do Mundo do trabalho**. 8ª Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BOTELHO, Adriano. Do fordismo à produção flexível: a produção do espaço em um contexto de mudança das estratégias de acumulação de capital. **Revista GEOUSE Espaço e Tempo**. São Paulo, v. 5, n. 2, p. 113-126, 2001. Disponível em: <https://revistas.usp.br/geousp/article/view>. Acesso: dez, 2024

BRASIL. **Lei nº 8.662 de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm. Acesso: 10 de out. 2024

CFESS. **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil**: formação, condições de trabalho e exercício profissional. Brasília: CFESS, 2022.

DUARTE, Adriana Maria Cancelli. A crise do fordismo nos países centrais e no Brasil. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, MG. v 7, n.7, p. 48-61, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9203>. Acesso em: 22 dez, 2025.

FILGUEIRAS, Luiz Antônio Mattos. Reestruturação produtiva, globalização e neoliberalismo: capitalismo e exclusão social neste final de século. In: V Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, 1997. **Anais [...]**, 1997.

FONTAINHA, Fernando; RODRIGUES, Paulo; FERNANDES, Pedro de Araújo. **A Reforma Trabalhista de 2017 e seus efeitos**: análise do fluxo processual do TRT1. Opinião Pública. Campinas, SP, v. 27, n.25, p.798, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-01912021273797>. Acesso em: jan/2025

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 19ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela; SANTOS, Cláudia Mônica. **A história pelo avesso**: a reconceitualização do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo, SP: Cortez, 2021.

GONÇALVES, Marylda. O Plano Beveridge e o Sistema de Bem-Estar Social no Brasil 1945– 1954. 2001, 122f. Monografia. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia). Universidade Estadual Paulista (UNESP). Araraquara/ SP, 2001.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1976.

FONTES, Virginia. Capitalismo, crises e conjunturas. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 130, p. 409-425, set./dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/sssoc/PDF>. Acesso em: nov 2024.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 12ª Ed., São Paulo: Editora Loyola, 2003.

LOURENÇO, Beatriz. **A expansão do adoecimento mental relacionado ao trabalho e seu impacto às instituições trabalhistas e sistema de saúde**. Trabalho de Conclusão de Curso de bacharel em Enfermagem. 2020. 15f. Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral-FAEF. Garça – SP, 2020.

MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

MONTENEGRO, David Moreno. Reestruturação produtiva, neoliberalismo e crise. In: III Jornada Internacional de Políticas Públicas, 3, 2007, Maranhão. **Anais [...]**. Maranhão: UFMA, 2007.

NEGRI, Fabiana. **O Exercício Profissional do Assistente Social e a Precarização no Mundo do Trabalho**: Ensaios Sobre sua Inserção no Sistema Único de Assistência Social. 2011. 243 f. (Dissertação de Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2011.

PAULO NETTO, João. A construção do projeto ético político do serviço social. In: MOTA, Elizabete Ana. et al (orgs). **Serviço social e saúde**: formação e trabalho profissional. 1.ed. São Paulo: Cortez, p 1-22, 2022. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/2992>. Acesso 12 nov 2024

PEREIRA, Letícia Rossetti. SCATOLIN, Henrique Guilherme. Saúde Mental e Trabalho: Do sofrimento ao adoecimento psíquico nas organizações frente às tecnologias e formas de gestão. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 05, Ed. 03, Vol. 09, pp. 139-152. Março de 2020. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/saude-mental-e-trabalho>. Acesso em 18 jan. 2025

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 107, p. 420-437, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/sssoc> PDF. Acesso dez 2024.

RAICHELIS, Raquel. Proteção Social e trabalho do Assistente Social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 116, p.617, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/sssoc> PDF Acesso em: 15 dez 2024

SANTOS, Pedro; PEREIRA, Ricardo. O impacto da reforma trabalhista brasileira de 2017: políticas neoliberais, precarização e alienação do trabalhador. **Revista Tópicos**. v. 2, n. 15, 2024. Disponível em: <https://revistatopicos.com.br/artigos/o-impacto-da-reforma-trabalhista-brasileira-de-2017-politicas-neoliberais-precariizacao-e-alienacao-do-trabalhador>. Acesso em: 08 jan. 2025

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade. Porto Alegre, v. 2, n. 20, p. 71-100, 1996. SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 2, n.

20, p. 71-100, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: de3z 2024.

SIMÕES, F. I. W.; HASHIMOTO, F. Adoecimento no trabalho: Um estudo de caso. **Revista Laborativa**. v. 2, n. 2, p. 73-85, out. **São Paulo** (SP), 2013. Disponível em: <http://ojs.unesp.br/index.php/rlaborativa>. Acesso: 20 de3z 2024

TORRES, Mabel Mascarenhas. Exercício profissional do assistente social: analisando a dimensão técnico-operativa e as atividades desenvolvidas. *In: Colóquio Internacional, 1, Colóquio Nacional Sobre o Trabalho do/a Assistente Social, 4., 2017, Maceió. Anais [...]*. Maceió, 2017.

VASCONCELOS, Iana; RAMOS, Sâmia Rodrigues; SOUSA, Aione Maria Costa; SILVA, Kleylenda Linhares; GRACIN, Aline Câmara Macedo. Condições de trabalho e saúde de assistentes sociais no âmbito das políticas públicas. **Revista de Políticas Públicas**, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Brasil, v. 21, n. 2, p. 719-738, 2017. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321154298009>. Acesso em: nov. 2024.

VELOSO, Renato. **Serviço social, tecnologia da informação e trabalho**. São Paulo: Cortez, 2011.

YAZBEK, Maria Carmelita. EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL BRASILEIRA EM TEMPOS DE DEVASTAÇÃO DO TRABALHO. **Temporalis** (ABEPSS), Brasília, (DF), v. 21, n. 42, p. 16–30, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/37164>. Acesso em: 12 dez. 2024.



CAPÍTULO 12

GÊNERO ENQUANTO CATEGORIA ANALÍTICA FRENTE ÀS QUESTÕES DA SEXUALIDADE E IDENTIDADE DE GÊNERO: EM DEFESA DAS PESSOAS LGBTQIAPN+

Silmere Alves Santos
Matheus Andrade de Moraes

1. Introdução

Neste artigo, a população LGBTQIAPN+ é considerada um grupo excluído, histórica e socialmente, desde os primórdios da Grécia ou mesmo no Brasil, no contexto da colonização, o que se perpetua ainda na sociedade hodierna. Para nos aproximarmos da raiz das expressões da questão social, das relações sociais hierarquizadas e dos processos de exclusão social aos quais são submetidas pessoas LGBTQIAPN+, questiona-se: quem define o sexo biológico e quem define o padrão heterocisnormativo como válido e único?

Sobre a exclusão, Santos (2008) explica que:

Se a desigualdade é um fenômeno socioeconômico, a exclusão é sobretudo um fenômeno cultural e social, um fenômeno de civilização. Trata-se de um processo histórico através do qual uma cultura, por via de um discurso de verdade, cria o interdito e o rejeita. Estabelece um limite para além do qual só há transgressão, um lugar que atira para outro lugar, a heterotopia, todos os grupos sociais que são atingidos pelo interdito social, sejam eles a delinquência, a orientação sexual, a loucura, ou o crime (p. 280-281).

Ou seja, a exclusão social tem aspectos do androcentrismo, do eurocentrismo, do colonialismo e do patriarcalismo onde a participação política era, e ainda é, restrita a homens brancos, detentores do poder econômico e, conseqüentemente, do poder político, estabelecendo relações sociais de mando e obediência, do servo e do senhor, ainda fundamentadas no pátrio poder familiar, no sexismo, no racismo e no elitismo.

Na particularidade do objeto deste artigo, considera-se também a conjuntura brasileira de acirramento do conservadorismo, os extremismos, o surgimento de grupos neonazistas, discursos de ódio e a polarização política. Analisando-se que, quanto à proteção dos grupos excluídos socialmente, não bastam a garantia formal da lei e a execução de políticas públicas, este é apenas o começo. As relações sociais hierarquizadas se materializam em todos os âmbitos, uma vez que o Estado e a Sociedade se mostram como braços dos sistemas capitalista, patriarcal, racista, heterocisnormativo, também reproduzindo-se por meio de suas estruturas e de seus agentes públicos, configurando violências primária, secundária/institucional e terciária.

Evidenciando que, na sociedade brasileira, as respostas às questões estruturais, culturais e institucionais relacionadas à violência contra grupos em condição de exclusão social só começam a sofrer deslocamentos mediante recorrência, agravamento, denúncias e, infelizmente, muitos feminicídios e transfeminicídios.

Nesse contexto, a violência, a discriminação e o preconceito, que ocorrem nos equipamentos públicos/instituições sociais, se reproduzem socialmente e agudizam as desigualdades sociais, potencializando a formação sócio-histórica brasileira pautada no conservadorismo e em extremismos, amplificando a coisificação do ser destituído de sua dignidade enquanto pessoa humana.

A realidade social já fala por si só, porém, o movimento do concreto pensado, ou seja, a compreensão dessa realidade a partir de fundamentação teórica que favoreça aproximação com a dimensão da totalidade do fenômeno, possibilitará a formação de profissionais mais

qualificados e comprometidos ética e politicamente, inclusive no Serviço Social. Certamente, uma das saídas para o Serviço Social é ampliar seus fundamentos teóricos e desenvolver uma prática reflexiva.

2 Gênero: categoria analítica

Antes de adentrar nas definições teóricas das categorias/conceitos de gênero, sexualidade e identidade de gênero, é importante apresentar elementos teórico-epistemológicos que fundamentam o objeto desta pesquisa e possibilitam tirar da invisibilidade sujeitas (os, es) historicamente excluídos (os, es), buscando evidenciar que o método materialista histórico-dialético¹ se apresenta como válido e coerente para esta abordagem.

Para Marx, ao contrário, o papel do sujeito é essencialmente ativo: precisamente para apreender não a aparência ou a forma dada ao objeto, mas a sua essência, a sua estrutura e a sua dinâmica (mais exatamente: para apreendê-lo como um processo), o sujeito deve ser capaz de mobilizar um máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los e deve ser dotado de criatividade e imaginação (Netto, 2011, p. 25).

Trazendo a discussão sobre a categoria trabalho, sobre o desenvolvimento das relações sociais e os complexos sociais na contemporaneidade, Lessa (2007) compreende o trabalho como a categoria que funda o desenvolvimento dos homens como uma esfera distinta

¹ O paradigma científico que embasa as análises neste artigo é o materialismo histórico-dialético, tomando como princípios a historicidade, a totalidade e a contradição. Cujos procedimentos envolvem: 1) a contemplação do fenômeno (observação, singularidade, características, os significados para a sociedade; 2) a análise do fenômeno (relações sócio-históricas, situações no tempo e espaço, determinações de aspectos quantitativos e qualitativos etc.); 3) compreensão da realidade concreta do fenômeno em seus aspectos essenciais: fundamentos, possibilidades, conteúdo, descrição, classificação, análise, síntese) (Triviños, 1987, p.49-75).

da natureza, entretanto, a reprodução do mundo dos homens e a historicidade nele presente apenas são possíveis pela gênese e construção através das relações sociais — existe uma necessidade de desenvolvimento da sociedade (mesmo que apresentando contradições) pelas próprias relações sociais.

Para o referido autor, essas relações são mediadas através de complexos como a ideologia, a filosofia, a arte, a educação, a sexualidade, a alimentação, o Estado, o Direito, a política, entre outras (Lessa, 2007). Marx não desconsidera a ação e o movimento na história de outros complexos sociais, ao contrário, sendo apenas, em última análise, fundados pelo trabalho. É que tais complexos sociais, apesar de distintos do trabalho, podem se relacionar com ele, consubstanciando o complexo processo dos homens que é a reprodução social — ao tentarem reduzir o mundo dos homens ao trabalho, ou ao contrário, acontece uma generalização, uma vez que não há forma única de práxis social, consequentemente, são produzidas teorias que não refletem o ser social em sua complexidade.

Ao serem consideradas as referências acima, apresenta-se a necessidade de evidenciar relações sociais, apontando complexos sociais que se sobrepõem e atingem diferentes grupos sociais nem sempre demarcados somente pelas determinações do capitalismo, mas também por outras, pertinentes à formação sócio-histórica brasileira, cujas raízes estão imersas no patriarcalismo/heterocisnormativo, no racismo, no sexismo e no colonialismo eurocêntrico, dentre outras formas de dominação-opressão.

Determinações essas que realizam um nó com as expressões da questão social, adensadas por expressões de violências simbólicas, características da complexidade das relações sociais, que se materializam sobre corpos de sujeitas (es, os) excluídas (es, os) histórica, social, política e culturalmente.

Assim, defende-se inicialmente que a sociedade não comporta uma única contradição, são três as fundamentais a serem consideradas, conforme Saffiotti:

[...] são três as contradições fundamentais que devem ser consideradas [...] a de gênero, a de raça/etnia e a de classe. Com efeito, ao longo da história do patriarcado, este foi fundindo com o racismo e, posteriormente, com o capitalismo, regime no qual desabrocharam, na sua plenitude, as classes sociais. [...] O nó formado pelo patriarcado-racismo-capitalismo constitui uma realidade bastante nova, que se construiu nos séculos XVI-XVIII, e que não apenas é contraditória, mas também regida por uma lógica igualmente contraditória. Não é possível pensar o econômico desvinculado do político (2004, p. 73).

Com mais detalhes, a autora explica que:

[...] há cerca de 6500 -7000 anos, os homens começaram a implantar seu esquema de dominação-exploração sobre as mulheres. Diferentemente do que a maioria pensa, ou melhor, acha, a ordem patriarcal de gênero é uma verdadeira recém-nascida. Com efeito, o que são sete milênios na história de uma humanidade de 250000-300000 anos? Foi nas sociedades de caça e coleta, nas quais reinava a igualdade de gênero, que os homens, desfrutando de tempo livre (a caça sendo atividade praticada uma ou duas vezes por semana), criaram os sistemas simbólicos que inferiorizam socialmente as mulheres. Tais sistemas operacionalizam-se, materializando-se em práticas sociais, em mercadorias, em rituais religiosos, além do infanticídio de meninas, do aborto seletivo de fetos femininos, etc” (Saffioti, 2004, p. 72).

O exercício é observar dinâmicas sociais, sob a perspectiva de um paradigma que propõe aproximação da totalidade, analisando contradições em um movimento crítico, histórico e dialético — ou seja, considerando as imposições burguesas que exploram a classe trabalhadora, mas também considerando que esta mesma classe trabalhadora pos-

sui gêneros, sexualidades, raças, etnia e deficiências que demarcam singularidades e particularidades.

Assim, faz-se necessária a aproximação da essência dos fenômenos pesquisados, uma vez que complexos sociais estão enraizados nas contradições entrelaçadas e enraizadas por determinações histórico-culturais do heterocispatriarcado, o que demanda constante apropriação teórica, olhar atento para a realidade social e ampliação dos fundamentos teórico-metodológicos.

Na particularidade das desigualdades sociais entre homens e mulheres, mulheres e mulheres, Beauvoir explicita que:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino (1967, p. 9).

Através dos escritos de Scott (1995), é possível compreender a visão sobre gênero enquanto categoria analítica, oriunda do movimento feminista marxista. A compreensão da autora relaciona a interação entre os sexos, o que forma sistemas que são analisados por essa categoria, que influencia nas relações sociais organizadas por simbologias, história, poder e subjetividade. As teóricas do patriarcado têm dirigido sua atenção à subordinação das mulheres e encontrando a explicação dessa subordinação na “necessidade” masculina de dominar as mulheres (Scott, 1995).

A história do pensamento feminista é uma história de recusa da construção hierárquica da relação entre masculino e feminino; nos seus contextos específicos é uma tentativa de reverter ou deslocar seus funcionamentos. Os(as) historiadores(as) feministas estão atualmente em condições de teorizar as suas práticas e de desenvolver o gênero como uma categoria de análise (Scott, 1995, p. 19).

Ao serem ressaltadas essas proposituras analíticas, apresentam-se críticas nos embates daquilo ordenado pela estrutura do patriarcado. Nos termos de Scott (1995 *apud* Santos, 2012), existem quatro elementos importantes para a operacionalização da categoria analítica *gênero*, são eles:

- 1) Os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas. Para os/as historiadores/as, a principal questão é: que representações simbólicas são invocadas, como, e em quais contextos?
- 2) Os conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos contidas nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas trazem a oposição binária fixa do significado do homem e da mulher, do masculino e do feminino. Aqui, a questão deveria preocupar os/as historiadores/as, deveria ser quando e em quais circunstâncias os conceitos normativos são contestados. Entretanto, a história é construída como se essas posições normativas fossem produto do consenso social e não do conflito.
- 3) Incluir uma concepção de política, bem como, uma referência às instituições e à organização social. O desafio ao/a historiador/a seria fazer explodir essa noção de fixidez, descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva à aparência de uma permanência intemporal na representação binária do gênero. Há necessidade de uma visão ampla que inclua o parentesco (especialmente para as complexas sociedades modernas), o mercado de trabalho (um mercado de trabalho sexualmente segregado faz parte do processo de construção de gênero), a educação (as instituições de educação somente masculinas, não mistas, ou de coeducação fazem parte do mesmo processo), o sistema político (o sufrágio universal masculino faz parte do processo de construção do gênero).

4) Identidade subjetiva que leva a refletir sobre a construção da identidade generificada. Joan Scott concorda que a psicanálise fornece uma teoria importante sobre a reprodução do gênero, mas discorda da pretensão universal da psicanálise, pois homens e mulheres reais não cumprem sempre, nem literalmente, os termos das prescrições de sua sociedade ou de nossas categorias analíticas. Faz-se necessário examinar as formas pelas quais as identidades generificada são substantivamente construídas e relacionar seus achados com toda uma série de atividades, de organizações e representações sociais historicamente específicas (Scott, 1995 *apud* Santos, 2012, p. 65-66).

Os destaques teóricos anteriormente expostos demonstram que Scott (1995) amplia as possibilidades para compreensão da sociedade e de seu funcionamento, o que traz à tona estruturas sociais situadas histórica, social e culturalmente, que se perpetuam no tempo. Tal apropriação é relevante para o enfrentamento da marginalização dos estudos de gênero na academia, por provocar rachaduras e questionamentos à Ciência Moderna, que se coloca como hegemônica, e questionar o viés de classe no marxismo.

Nos termos de Heilborn e Rodrigues (2018), a partir de análise de Scott, a categoria analítica gênero permite questionar como os modos de vida e de interação social e humana funcionam nas relações sociais a partir das diferenças sexuais, reforçando, inclusive, a rejeição de explicações biológicas para as relações sociais.

Saffioti (1991) destaca, sobre relações de gênero do ponto de vista heterocisnormativo, posições entre os pontos de vista masculinos e femininos, produtos de relações dialéticas em conjunto com processo da reificação, e que tal hora as mulheres estariam com possibilidades de menos alienação que os homens pelos próprios homens.

A sociabilidade masculina não é igual a feminina exatamente em função da organização social de gênero. Isto equivale a dizer que

as mulheres vivenciam as experiências de vida diferentemente dos homens. Esta situação permite que às mulheres construir um *ponto de observação* a partir do qual o processo do conhecer científico ganha novas dimensões. Evidentemente, muda a natureza do compromisso entre a produtora (ou o produtor que vier a ocupar o mesmo ponto de observação) de conhecimento, vivendo processos epistemológicos novos na tentativa de conhecer o ser social também concebido de maneira inédita, e a realidade estruturada em classes, gênero e etnicidade que ela (e) deseja transformar [...] (Saffioti, 1991, p. 151, grifos no original).

Saffioti (2015) e Scott (1995) dedicam-se aos estudos e produções teóricas situadas historicamente, as quais abarcam homens e mulheres da matriz social heterocisnormativa. Deste ponto, trata-se, naquele momento histórico, de uma abertura dentro dos sistemas opressivos que abandonam e violentam mulheres da classe trabalhadora. Portanto, entender que gênero também abraça o processo de sociabilidade que demanda trabalho intelectual e que, para tal, são necessárias transformações e a ampliação de seus estudos, onde outras (os, es) sujeitas (os, es) ganham as cenas teórica e acadêmica.

Neste trabalho, considera-se uma fundamentação teórica importante para compreender as origens do patriarcado, entretanto, do ponto de vista das produções que buscam as singularidades e particularidades vivenciadas pelas pessoas trans, travestis, não binárias entre outras, existem limitações, uma vez que as identidades de gênero ultrapassam relações sociais binárias. Entender a historicidade é agregar seus significados como uma ampliação teórico-metodológica entre a vivência das experiências das identidades de gênero e da sexualidade, para qualificar a produção acadêmica compreendendo estas experiências enquanto relações sociais e complexos sociais.

“É importante destacar a compreensão de que o sujeito atual que intenta plasmar na sociabilidade do mundo contemporâneo é cada vez mais egóico, autocentrado, descrente das esferas coletivas, compe-

titivo, eficiente, eximido das responsabilidades sociais e morais. [...]” (Duarte, 2010, p. 19). Tais características impostas pelos padrões capitalistas vão deslegitimando as existências do “ser” e, conseqüentemente, provocam sobreposição das desigualdades sob sujeitos (as, os), além de envolverem cultura, formação histórica, política e complexos sociais com outras estruturas.

Do ponto de vista da moralidade patriarcal, significa reforço, manutenção de sexismos, machismos e valores LGBTQIAPN+fóbicos que buscam manter no silenciamento ou nos “armários” sujeitas (os, es) histórica, social e culturalmente silenciadas(os, es) e, para tanto, usam expressões neofascistas e fundamentalistas religiosas, que violentam e assassinam corpos(as) tidos como “anormais”, necessitados de “cura gay”, os(as) quais não estão sobre a proteção do “Grande Pai”, jogadas(os, es) à prostituição, expulsas(os, es) do seio da família tradicional conservadora.

Tudo isso implica que pensar que as subjetividades são exclusivamente individuais é apagar a importância da coletividade, da historicidade e da cultura para enfrentar o poder hegemônico da mercadoria, da burguesia, da academia, da coisificação, desfigurando assim a consciência social (Duarte, 2010). Bem como avançar no nível de ruptura com padrões impostos pela heterocisnormatividade, o que se entende como tronco do patriarcado.

Logo, Butler (2003) pontua que a linguagem da racionalidade universal constitui normas e estruturas culturais que estão estritamente limitando as possibilidades dos discursos de gênero, sendo desses debates uma aproximação com as culturas hegemônicas, ou seja, que as análises nem sempre chegam nas experiências.

Os limites da análise discursiva do gênero pressupõem e definem por antecipação as possibilidades das configurações imagináveis e realizáveis do gênero na cultura. Isso não quer dizer que toda e qualquer possibilidade de gênero seja facultada, mas que as fronteiras analíticas sugerem os limites de uma experiên-

cia discursivamente condicionada. Tais limites se estabelecem sempre nos termos de um discurso cultural hegemônico, baseado em estruturas binárias que se apresentam como a linguagem da racionalidade universal (Butler, 2003, p. 28).

Nestes termos, ratifica a necessidade de aproximação das vivências/singularidades, o que não se apresenta incongruente com o método materialista histórico-dialético, mas exige esforços teóricos de imbricações e apropriação das consubstancialidades entre as categorias de classe, gênero, raça e sexualidade, por exemplo.

A mão de obra barata e/ou escravizada sempre foi a mais cotada para obter lucratividade na sociedade capitalista. Enquanto a classe trabalhadora é entendida (pela classe dominante) como a massa de manobra passível de ser excluída, ela também é desumanizada. Ao passo que a classe trabalhadora é segregada para não se reconhecer como a produtora do lucro, ela é desumanizada (inclusive por si) para não se reconhecer no outro e, neste ponto, se encontra “distante” do(a) outro(a) corpo(a), ainda mais se a outra pessoa for LGBTQIAPN+. Nesse caso, o(a) outro(a) nem deve ser levado em consideração, mas abafado, silenciado, apagado.

É nessa teia de totalidade que as pessoas LGBTQIAPN+ se encontram, enquanto classe trabalhadora que precisa, através da organização coletiva e da luta no movimento social, ainda apresentar como pauta o direito de existir, de ser e estar econômica, social, política e culturalmente.

Analisar as contradições existentes no seu movimento dinâmico é recorrer a uma teoria concreta, que preza pela cientificidade, e aproximá-las das raízes do processo de exploração-dominação-opressão. Uma possibilidade para aprofundamento apresenta-se através do debate sobre a sexualidade, aqui também situada, desde os primórdios da humanidade, pelo padrão da heterossexualidade.

3 A sexualidade

Entender que a sexualidade pode estabelecer relação de força e poder para dominar socialmente liga-se à existência de grupos majoritários que, historicamente, criam estratégias para deturpar outras formas de amor e subversão. Ao longo dos séculos, existiram grupos que impuseram não somente como deveriam ser as práticas sexuais, mas também quais são as *performances* sociais oriundas e aceitas.

Existem sociedades² que foram constituídas por práticas homossexuais, por exemplo, porém, com a dominação do conservadorismo orientado por religiões, isso passou a ser abafado e retirado da normalidade. Segundo Foucault (1999), durante o século XVIII existiu uma aliança legítima para regulamentar as práticas sexuais que deveriam se encaixar dentro do que era tido como lícito — até mesmo para cônjuges, que possuíam regras matrimoniais, romper com elas era o mesmo que aceitar condenações.

Foucault (1999) ainda direciona seu estudo para o que chamou de sexualidades periféricas, as quais incomodavam, uma vez que eram consideradas perversões sexuais. Para resolver o tido como socialmente problemático, começou a existir um sistema de repressão a essas novas práticas e quem fosse desviante da norma deveria submeter-se às determinações biológicas, morais e religiosas, ou seja, na sociedade o sexo deve ocorrer desde que entre o masculino e feminino.

Tais fatores oprimem, em termos de norma, tudo que não é heterossexual: não deve existir sexo entre pessoas do mesmo gênero, homens não podem trocar afetividade, mulheres não podem formar casais entre si (aqui implica exceção: desde que sejam para satisfazer

² Na Grécia antiga, as mulheres eram postas na posição de reprodução social, tidas como intelectual, física e emocionalmente inferiores, enquanto as práticas homossexuais eram postas como comuns e pedagógicas — por exemplo: em Esparta os casais amantes entre homens eram incentivados como treinamento militar, em Tebas existia uma tropa de elite composta apenas por casais homossexuais, em Atenas as relações também eram consideradas como privilegiadas (Corino, 2006).

figuras masculinas), pessoas que gostam de outras de vários gêneros são impostas às violências através do estupro corretivo, não se pode expressar explicitamente que você é homossexual, entre outras regras. “A regulação binária da sexualidade suprime a multiplicidade subversiva de uma sexualidade que rompe as hegemonias heterossexual, reprodutiva e médico jurídica” (Butler, 2018, p. 37).

Desse modo, existe um padrão cultural conservador heterossexual que reflete, inclusive, nas ciências médicas, nas leis, nas estruturas do Estado, enfim, em toda a sociedade, que empurra outras sexualidades para o campo de doença física e mental, amparado por um sistema que historicamente modelou a heterocisnormatividade.

Desde o medievo, os pensadores cristãos relacionavam o ato sexual com algo negativo (um mal necessário para reprodução), logo, qualquer prática sem caráter de procriação era vista como pecado, principalmente as práticas homossexuais (Celestino, 2020).

[...] A instituição de uma heterossexualidade compulsória e naturalizada exige e regula o gênero como uma relação binária em que o termo masculino diferencia-se do termo feminino, realizando-se essa diferenciação por meio das práticas do desejo heterossexual. O ato de diferenciar os dois momentos opacionais da estrutura binária resulta numa consolidação de cada um de seus termos, da coerência interna respectiva do sexo, do gênero e do desejo (Butler, 2018, p. 41-42).

Quando Butler refere-se às questões de sexo, gênero, desejo e sexualidade, demonstra que existe um laço mais íntimo do que se pensa e no qual são colocadas apenas soluções entre o masculino e o feminino, sem considerar a existência de outras formas de expressão da sexualidade.

Ao se observar a sexualidade também como estrutura impositiva, olha-se para uma estrutura de exclusão social que também exprime preconceitos, dominação, opressão, onde “A homossexualidade era descrita como expressão do mal, demonizada, uma prática pecamino-

sa e antinatural, portanto, reprovável [...]” (Oliveira, 2017, p. 128). Ademais, segundo Oliveira (2017), ao se pensar na homossexualidade, é através da imagem de casais cis brancos, mas não na afetividade entre bichas³ negras (pardas ou pretas); portanto, existem lutas que abrangem o circuito de sexualidade e nos adentram de formas estruturantes.

Esses mesmos rapazes recusam a companhia de sujeitos homossexuais que expressem condutas afeminadas, de viado, de bicha mesmo, reproduzindo em partes a conduta opressora da qual são vítimas. A pressão que recai sobre eles para que modifiquem a forma de se vestir, de cortar e arrumar os cabelos, de falar e de gesticular e, assim, estabelecer uma distância da imagem do suposto criminoso é similar à que exercem sobre os negros gays afeminados de quem cobram atitudes viris, mais adequadas para alguém do gênero masculino e da raça negra (Oliveira, 2017, p. 97).

De acordo com a autora (Oliveira, 2017), existe também um emaranhado que envolve a questão racial, ainda acrescentada uma postura elitista perante as sexualidades exercidas nas periferias, aquelas não distantes das quais Foucault (1999) havia destacado. Sendo assim, evidenciam-se preconceitos e processo de discriminação raciais e elitistas, rivalidade feminina etc., dentro da própria população LGBTQIAPN+, comprovando as contradições existentes.

Esse “desvio” cultural, social e sexual não deve fazer parte do que é tido como regra dentro das *performances* sexuais. Nesse momento, determinados governos conservadores coadunam com interesses re-

⁴ Uma atenção especial para os termos “bicha”, “sapatão” e “viado”, entre outros, que devem ser usados como linguagem comunicativa dentro da população LGBTQIAPN+, como dispositivos linguísticos de reconhecimento entre comunidades que se veem enquanto iguais. Tais termos, nos parâmetros da sociedade heterocisnormativa, deve ser abandonados por não existir legitimidade, muito menos quando utilizados com objetivos discriminatórios e violentos.

ligiosos, culturais e sociais, uma vez que, seguindo as normas cristãs fundamentalistas, conservadoras e coloniais, a homossexualidade é considerada fora do padrão de dominação heterocispatriarcal. A luta pela diversidade sexual coloca o sistema em xeque, evidenciando a existência de outras formas de expressão da sexualidade, pois são nesses momentos que as rachaduras no sistema/cistema⁴ são criadas.

4 Identidade de gênero

Outra possibilidade para ampliação da fundamentação teórica exige analisar o conceito de identidade de gênero, com significado além da aparência corpórea. No entendimento de Jesus (2012, p. 6), “Sexo é biológico, gênero é social. E o gênero vai além do sexo: O que importa, na definição do que é ser homem ou mulher, não são os cromossomos ou a conformação genital, mas a autopercepção e a forma como a pessoa se expressam socialmente.”

Na contramão, temos a Biologia e a Medicina, que, fundamentadas pelo padrão heterocisnormativo, decidem, observando a genitália da pessoa que acabou de nascer, se esta é do sexo masculino ou feminino, sem considerar o tempo necessário para o desabrochar da identidade de gênero, ou mesmo os processos que o ser em si necessita para se expressar. Este é um dos poderes do patriarcado, que normatiza corpos, e um dos poderes da Ciência Moderna, que se apresenta com padrões de produção de conhecimento científico, tidos como hegemônicos, uma Ciência Androcêntrica.

Nos termos de Bento (2008, p. 19), também adentrando nas questões das identidades de gênero: “A transexualidade é um desdobramento inevitável de uma ordem de gênero que estabelece a inteligibilidade dos gêneros nos corpos [...]”. Nesse sentido, existe um distanciamento entre o que é estabelecido pela norma e as proposições da transexualidade.

⁴ O termo “cistema” é utilizado como forma de afirmar que existe um complexo de regras orientadas pela cisnormatividade.

A experiência transexual destaca os gestos que dão visibilidade e estabilidade aos gêneros e estabelece negociações interpretadas, na prática, sobre o masculino e o feminino. Ao mesmo tempo quebra a causalidade entre sexo/ gênero/ desejo e desnuda os limites de um sistema binário assentado no corpo-sexuado (o corpo-homem e o corpo-mulher) [...] (Bento, 2008, p. 21).

É importante salientar que ser transexual ultrapassa essa “experiência” descrita pela autora. É uma identidade de gênero que existe, *não apenas* que se provoca no corpo para experimentar, mas sim uma complexa teia de autodescoberta sobre a melhor forma de *ser*.

“A matriz cultural por meio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de “identidade” não possam “existir” — isto é, aquelas em que o gênero não decorre do sexo e aqueles em que as práticas do desejo não “decorrem” nem do “sexo” nem do “gênero” [...]” (Butler, 2018, p. 35).

O enunciado “eu me sinto uma mulher”, proferido por uma mulher, ou “eu me sinto um homem”, dito por um homem, supõe que em nenhum dos casos essa afirmação é absurdamente redundante. [...] Essa conquista exige uma diferenciação em relação ao gênero oposto. Consequentemente, uma pessoa é o seu gênero na medida em que não é o outro gênero, formulação que pressupõe e impõe a restrição do gênero dentro desse par binário [...] (Butler, 2018, p. 40-41).

Ao se relacionar o campo teórico de gênero com outras mulheres, geram-se tensionamentos e questionamentos que necessitam de ampliação teórica e da apropriação de fenômenos sociais que, na contemporaneidade, buscam sair do silenciamento. Nessa existência de corpos(as), as relações de poder se fazem presentes e em disputa epistemológica.

O conceito de gênero, quer entendido como performance ou, de outro modo, como construção cultural, deveria ser suficiente para haver mulheres transexuais e travestis no feminismo – afinal, não se nasce mulher, torna-se mulher. A questão que me parece limitante é: quem pode se tornar mulher? Ora, se apenas corpos com vagina podem se tornar mulheres, não seria essa concepção uma essencialização de categorias tão marcadas pela cultura, pela história e pelas relações de poder como as mulheridades e as feminilidades? (Nascimento, 2021, p. 28)

Logo, pensar em identidade de gênero como essas possibilidades externas ao masculino e feminino é possível, para que tanto o movimento feminista e o movimento de trabalhadores quanto o movimento LGBTQIAPN+ estejam articuladas(os, es), tendo como uma de suas pautas unitárias a luta contra o patriarcado/heterocisnormatividade, o racismo, o capitalismo, respeitando as diversidades/singularidades de trabalhadoras(es) lançadas(os, es) à própria sorte, muitas vezes expulsas(os, es) do ambiente familiar, sem conseguir alcançar inserção em trabalhos formais ou mesmo permanecer na escola/universidade sem sofrer violências, tirando os recursos para sua sobrevivência, muitas vezes, da prostituição, por exemplo.

5 Considerações finais

Nos termos de Sardenberg (2001), para algumas feministas, pensar em uma ciência feminista — ou em qualquer outra possibilidade de ciência politizada — requer a desconstrução dos pressupostos iluministas quanto à relação entre neutralidade, objetividade e conhecimento científico. Ademais, as Feministas Radicais, através de suas críticas, defendem que as causas da opressão e subordinação das mulheres são estruturais e determinantes, e que sua origem está na reprodução da estrutura patriarcal. Entretanto, a abordagem científica feminista radical não endossa postura relativista ou do relativismo feminista (ou

pós-moderno), por considerá-lo tanto política como intelectualmente perigoso, uma vez que solapa as próprias assertivas feministas. Tampouco defendem, como as feministas socialistas, que a primazia dessa opressão-subordinação esteja na estrutura capitalista de produção, considerando o sexismo e a divisão sexual do trabalho de cada época histórica determinada pelo sistema econômico do período.

Diante disso, compreende-se a necessidade de ampliação da fundamentação teórica, mas também é possível compreender que o caminho teórico se faz ao encarar todos os argumentos e críticas. Assim, defende-se que há consubstancialidades, imbricações entre estruturas histórica, social e culturalmente que recaem concomitantemente sobre determinadas pessoas, mas que têm raízes específicas, surgidas em diferentes momentos históricos da humanidade; acredita-se que o método materialista histórico-dialético permanece válido para as análises, mas não interpretações e aplicações ortodoxas economicistas; defende-se que o padrão heterocisnormativo é anterior à estrutura capitalista e origina-se de estruturas, processos e mediações culturais interconectados às religiões, ao Poder do Pai e ao apagamento da Mãe, que historicamente se faziam e se fazem presentes em diversas culturas.

Por fim, demarca-se que, dentre as demandas das pessoas LGBTQIAPN+, estão expressões de desemprego, pauperização, exclusão das escolas, expulsão da família e da sociedade, por exemplo, impossibilitando sua participação política e social de modo equitativo e/ou igualitário; mas também demandas de enfretamento da LGBTQIAPN+fobia que violenta corpos e assassina pessoas por sua condição de serem diferentes.

Ainda que Organizações não-governamentais (ONG's) ofertem trabalhos sociais para a população LGBTQIAPN+, é necessária também a defesa por políticas sociais que respeitem a diversidade. É necessário construir uma defesa da cidadania pela perspectiva de um Serviço Social contemporâneo que atue em diálogo com todos os movimentos sociais, uma vez que estes também devem fazer parte da luta coletiva em favor da vida, da dignidade humana, do respeito a identidades e subjetividades.

Referências

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo**: a experiência vivida. Paris: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BENTO, B. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BUTLER, J. O parentesco é sempre tido como heterossexual? **Cad. Pagu**, Campinas, n. 21, p. 219-260, 2003.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CELESTINO, C. de J. **Corpos em Chamas**: masculinidades e práticas sexuais desviantes no medievo ibérico. Aracaju: Edise, 2020.

JESUS, J. G. de. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. Goiânia: Ser-Tão – Núcleo de estudos e pesquisas em gênero e sexualidade; UFG, 2012.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

NASCIMENTO, L. C. P. do. **Transfeminismo** São Paulo: Jandaíra, 2021.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, M. R. G. de. **O diabo em forma de gente**: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na Educação. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

SAFFIOTI, H. I. B. Novas perspectivas metodológicas de investigação das relações de gênero. In: SILVA, M. A. de M. (org.). **Anais do seminário temático II: Mulher em seis tempos**. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras; UNESP, 1991. p. 141-176.

SAFFIOTI, H. I. B. Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento? **Crítica Marxista**, São Paulo, Boitempo, v.1, n. 11, 2000, p. 71-75.

SAFFIOTI, H. I. B. Diferença ou Indiferença: gênero, raça/etnia, classe social. GODINHO, T.; SILVEIRA, M. L da (Org.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. p. 35-42.

SAFFIOTI, H. I. B. Quantos sexos? Quantos gêneros? Unissexo/Unigênero? **Cadernos de Crítica Feminista**, Recife, ano III, n. 2, 2009.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SARDENBERG, C. M. B. Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista? *In*: ENCONTRO DA REDOR, 10. Salvador, 29 out. – 1 nov. 2001. **Anais...** Salvador: NEIM/UFBA, 2001.



CAPÍTULO 13

200 DIAS DE IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ATENDIMENTO À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA (CRAM) ARACAJU/SE: AVANÇOS E DESAFIOS¹

**Elissandra Barboza Santos Mariano
Edlaine da Silva Sena
Talita Silva Menezes
Silmere Alves Santos**

1 Introdução

A violência contra mulheres tem suas raízes no sistema patriarcal e envolve diversos tipos de agressões e violações dos direitos femininos. Juntamente com os marcadores de classe e raça, estrutura e hierarquiza as relações sociais, ratificando processos de exploração-dominação-opressão contra as mulheres.

Atualmente, a luta contra a violência de gênero tem ganhado destaque em diversas frentes, incluindo a criação de políticas públicas voltadas à proteção e ao atendimento das mulheres em situação de vulnerabilidade. Em Aracaju/Sergipe (SE) essa realidade se materializa com a implantação do Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CRAM) em novembro de 2023, uma iniciativa que busca oferecer suporte psicológico, social e jurídico às vítimas, além de fortalecer a rede de enfrentamento à violência contra a mulher

¹ Este trabalho é uma versão revisada e ampliada do artigo apresentado pelas pesquisadoras no 22º Congresso Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR), realizado de 6 a 8 de novembro de 2024, em São Luís do Maranhão.

Aqui, a interseccionalidade é considerada enquanto forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas, bem como os modos em que, em determinada sociedade e período, as relações de poder que envolvem raça, classe e gênero não se manifestam como entidades distintas e mutuamente excludentes. Ao contrário, são categorias que se sobrepõem e funcionam de maneira unificadas, geralmente são invisíveis, mas afetam todos os aspectos do convívio social (Collins; Bilge, 2020).

2 Violência Contra Mulheres e a Rede de Enfrentamento em Aracaju/Se

As mulheres sofrem diversos tipos de violência, apesar de serem economicamente ativas. Homens autores de violência contra mulheres são encontrados há séculos e nas mais variadas conjunturas sócio-históricas. De acordo com Urra (2014, p. 125), quanto mais a cultura reproduz relações desiguais de gênero, maior a probabilidade de serem exercidas masculinidades violentas, “de modo a obter lucro, poder e sucesso a qualquer custo”.

Para Saffioti (2013), o patriarcado é o sistema de dominação e exploração que está há mais tempo determinando e estruturando as relações sociais, seguido do racismo, que emerge a partir dos conflitos por territórios entre as sociedades, ampliando o sistema de dominação-exploração dos homens sobre as mulheres. Com a advento do capitalismo, o sistema perverso se complexifica e põe a mulher numa posição de maior desvantagem.

De acordo com Duarte (2003), as primeiras reivindicações feministas emergiram no século XIX, quando as mulheres começaram a lutar pelo direito à educação formal, até então restrita aos homens. Posteriormente, a pauta foi ampliada para a busca de inserção no mercado de trabalho. No século XX, o movimento feminista começa a se organizar tendo como principais pautas o direito ao voto, a inserção em cursos superiores e a ampliação do campo de trabalho para além da sala de aula.

O movimento feminista organizado, segundo Alves e Alves (2013), inicia-se internacionalmente nos anos de 1960, nos Estados Unidos, e no Brasil nos anos de 1970, conjuntura histórica em que muitas mulheres participaram ativamente na luta contra o sistema ditatorial.

As reivindicações contra as disparidades baseadas no gênero se complexificaram, pois já não era suficiente a conquista de direitos civis e sociais, era necessário ampliar para a busca pela liberdade dos corpos femininos. Os anos de 1980 foram significativos, pois a agenda feminista incidiu diretamente em políticas públicas com recorte de gênero e legislações no Brasil. Para Farah (2004, p. 51), as “[...] políticas que reconhecem a diferença de gênero e, com base nesse reconhecimento, implementaram ações diferenciadas para mulheres”.

As políticas públicas para mulheres deram um salto após os anos 2000, pois até então as principais ações de enfrentamento à violência eram as Delegacias de Atendimento à Mulheres (1985) e as Casas Abrigo (1985). Conforme Sardenberg e Costa (2012), no Brasil desse período foram significativas as criações e implantações de instituições, regulamentos e eventos. Em 2003, na gestão do presidente Lula, fundou-se a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM), análoga a um ministério, a qual realizou, no ano de 2004, a I Conferência Nacional de Políticas para Mulheres (I CNPM), com intenção de elaborar o I Plano Nacional de Políticas para Mulheres (I PNPM). Em 2006 a Lei Maria da Penha foi sancionada e em 2007 aconteceu a II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (II CNPM), que projetou o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

Assim, o desenvolvimento das Políticas de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres tem influência direta das ações dos movimentos de mulheres e feministas por direitos e contra a desigualdade de gênero.

Prudência, Mariano e Barroso (2022) apontam que a violência doméstica contra mulheres foi invisibilizada pelo poder público e naturalizada por séculos pela sociedade. Assim, com o intuito de fortalecer a rede de enfrentamento a violência, estados e municípios, juntamente

com órgãos e entidades da sociedade civil, embasados em diretrizes nacionais, mas de acordo com sua realidade, constroem seus Planos de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

No que diz respeito a Aracaju/SE, Prudência, Mariano e Barroso (2022) indicam que tanto a elaboração quanto a revisão do Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher (PMEVM) surgiram após várias discussões coletivas, sendo apresentados em 2020 pela Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social (SEMFAS), através da Coordenadoria Municipal de Políticas para Mulheres (CMPM).

Para Saffioti (2015), as violências doméstica e intrafamiliar (que vai além do domicílio) são os tipos mais praticados contra mulheres e têm a rotinização como peculiaridade, uma vez que tendem a ser direcionadas sempre para a(s) mesma(s) pessoa(s). A autora afirma ainda que “[...] violência doméstica tem um gênero: o masculino, a qualquer que seja o sexo físico do(a) dominante” (Saffioti, 2015, p. 18).

A Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher (DataSenado, 2023) revelou que um quantitativo maior que 25,4 milhões de brasileiras — ou seja, cerca de 30% das mulheres brasileiras — já sofreram violência doméstica ou familiar provocada por homem em algum momento da vida, e 1% provocada por mulher. Assim, permanece a tendência de que homens, principalmente os parceiros íntimos ou ex-parceiros, são os maiores autores de violência contra mulheres.

Em Sergipe, de acordo com o Mapa da Mulher Sergipana (Sergipe, 2024), entre 2023 e maio de 2024, cerca de 18.869 (100%) mulheres sofreram violência doméstica ou intrafamiliar. Deste universo, 11.233 (59,53%) ocorrências se deram nas residências. O ambiente doméstico deveria ser o local onde a mulher se sentiria mais segura, porém, há maior tendência a sofrer violência por parte de parceiros ou ex-parceiros íntimos. Em Aracaju, no mesmo período, 6.204 (100%) mulheres sofreram violência doméstica, 4.028 (64,92%) delas vitimadas em suas residências, ou seja 5,39% a mais que a média do estado.

O feminicídio é o ápice da violência contra mulheres, caracterizado como a maior forma de violação dos direitos humanos. Em Sergipe

(Sergipe, 2024), dos 16 (100%) casos ocorridos em 2023, 02 (12,5%) aconteceram em Aracaju, um no bairro Farolândia (Zona Sul, população de classe média) e o outro no Getúlio Vargas (Zona Leste). Ambas as mulheres foram vitimadas em um domingo, uma em sua residência e outra em via pública.

Até maio de 2024, das seis mortes de mulheres em decorrência do gênero em Sergipe, duas ocorreram na capital, uma no bairro Dezesete de Março (periferia da Zona Sul, com predominância de pessoas em situação de pobreza) e outra no bairro Luzia (classe média da Zona Sul), ambas mortas nas suas residências.

Em relação ao perfil étnico racial, de acordo com a Coordenadoria de Estatística e Análise Criminal (CEACrim, 2024), das 4 mulheres mortas entre 2023 e maio de 2024, 3 eram pessoas negras, sendo duas de cor parda e uma preta. Importa mencionar que uma delas não teve esse dado informado. Os números seguem a tendência nacional de que mulheres negras estão mais sujeitas a sofrerem esse tipo de crime.

No que se refere à faixa etária, duas tinham entre 30 e 34 anos e duas eram pessoas idosas, com mais de 65 anos de idade. Quanto ao tipo de arma utilizada, há similaridade, pois todas as mulheres foram vítimas de arma branca (objeto cortante ou perfurante, como faca etc.), diferentemente da propensão nacional, que aponta metade dos feminicídios ocorridos entre 2012 e 2020 envolvendo armas de fogo (G1, 2022).

A maior ocorrência de crimes foi na zonal sul, o que sugere a necessidade de maior atenção do poder público na ampliação de estratégias de prevenção e divulgação dos serviços para todas as classes sociais. Importa pontuar que nenhuma das vítimas de feminicídio tinha sido atendida no Cram ou estava com medida protetiva ativa no ato, seja por medo ou por diversos outros motivos, constata-se que o acesso à Rede de proteção precisa ser o mais precoce possível.

Cabe ressaltar que a capital sergipana apresenta a maior população do Estado, com cerca de 602.757 mil pessoas, sendo 55,37% delas pardas e 14,36% pretas. 54,11% da população é composta por

mulheres (IBGE, 2022). Além disso, concentra o maior número de equipamentos de atendimento à mulher. Atualmente, conta com uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM); duas Casas Abrigo (sendo uma municipal e uma estadual), um Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CRAM); Serviços de Saúde Especializados para o Atendimento dos Casos de Violência Contra a Mulher, a exemplo das duas maternidades: Nossa Senhora de Lourdes, desde de 2003, e Maternidade Municipal Lourdes Nogueira, que desde de março de 2023 são referências e prestam assistência especializada a pacientes em situação de violência sexual; além dos 16 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e 04 Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS). No âmbito municipal, a rede inclui ainda a Coordenadoria de Políticas Públicas, a Patrulha Maria da Penha e o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher; no âmbito estadual, conta com a Coordenadoria da Mulher do Tribunal de Justiça, o Centro de Apoio Operacional Direitos da Mulher do Ministério Público de Sergipe, o Núcleo Especializado em Defesa da Mulher da Defensoria Pública do Estado de Sergipe, o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher.

Embora várias políticas públicas e instituições de proteção, assistência e atendimento às mulheres vítimas de violência tenham sido criadas ao longo dos tempos, mulheres ainda vivenciam diversos tipos de violência em todos os espaços.

Assim, tendo em vista fortalecer a rede de atendimento e dar atendimento prioritário às mulheres vítimas de violência, sobretudo as vítimas de violência doméstica, em novembro de 2023 foi inaugurado o Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência em Aracaju, em caráter emergencial, apresentado como estrutura essencial do programa de prevenção e enfrentamento. O Centro visa promover a ruptura da situação de violência e a construção da cidadania, por meio de ações globais e de atendimento interdisciplinar (Brasil, 2006, p. 13).

De acordo com a Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (Brasil, 2006), os serviços precisam acolher integralmente as mulheres que necessitem de atendimento, monitorando e acompanhando as ações desenvolvidas pelas instituições (governamentais e não-governamentais) que compõem a Rede, instituindo procedimentos de referência. Assim, as ações devem ser direcionadas para reflexões sobre as relações desiguais baseadas no gênero, tendo em vista desnaturalizar a inferioridade imposta histórica, social e culturalmente, às mulheres.

2 Panorama dos serviços desenvolvidos nos primeiros 200 dias de Implantação do CRAM Aracaju

O CRAM Maria Otávia Gonçalves de Miranda, situado na Rua Campo do Brito, nº 109, B. 13 de Julho, está vinculado à Coordenadoria Municipal de Política para Mulheres (CMPM), ligada à Diretoria de Direitos Humanos (DDH) da SEMFAS, criado sob o Decreto nº 7.410 de 21 de novembro de 2023. Apresenta como principal objetivo fortalecer a rede de enfrentamento à violência contra mulheres da capital, respeitando a autodeterminação das mulheres, pactuando alternativas de fortalecimento da autoestima e tomada de decisão no processo de ruptura do ciclo de violência vivenciada; tendo em vista também prevenir, por meio de intervenções multidisciplinares, que novos atos de agressão aconteçam.

Os serviços estão de acordo com as orientações da Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (Brasil, 2006). Assim, atualmente o CRAM funciona das 07h às 17h, de segunda-feira a sexta-feira, e a equipe está composta por: 01 coordenadora; 01 recepcionista; 02 assistentes sociais; 02 psicólogas; 02 advogadas (orientadoras jurídicas); 02 educadoras; 01 ajudante-geral; 01 estagiária de Serviço Social; 01 estagiária de Administração; 01 estagiária de Pedagogia; 01 mulher motorista; além dos 02 vigilantes. Para que a equipe mínima sugerida no projeto esteja completa, faltam ainda duas auxiliares. Cabe frisar que

todas as profissionais que realizam atendimentos são mulheres, pois supõe-se que assim as usuárias se sentiriam mais confortáveis para dialogar sobre sua situação de vulnerabilidade decorrente da violência sofrida. Entretanto, nem todas as profissionais passaram por processo de formação continuada nas áreas de gênero e raça antes de iniciar o trabalho no CRAM, o que se apresenta como um desafio.

Após sua implantação, o CRAM se tornou a porta de entrada para o atendimento às mulheres em situação de violência, redirecionando os encaminhamentos de órgãos governamentais e não-governamentais, antes enviados para os CREAS. Logo nos primeiros dias de implantação, foram registrados 100 atendimentos, do dia 19 de novembro ao dia 31 de dezembro de 2023, com 12 mulheres demandando acompanhamento sistemático. No ano de 2024, de janeiro a julho, 410 usuárias receberam atendimento e acolhimento, 192 (46,82%) delas entraram em acompanhamento.

Diversos atendimentos já foram realizados pela equipe multidisciplinar do CRAM Aracaju/SE nesses poucos mais de 200 dias desde a inauguração, conforme pode ser visto na Tabela 1:

Tabela 1 – Registros mensais de atendimento, CRAM Aracaju/SE (jan.-jul. 2024)

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Total
Psicossociais particularizados	110	134	100	201	118	65	137	865
Busca Ativa	166	108	36	54	52	17	213	646
Orientações Jurídicas	54	70	56	69	140	105	87	581
Recepção	38	31	32	44	27	13	20	205
Visitas domiciliares	13	32	27	36	36	36	17	197
Visitas institucionais	3	8	15	39	39	3	10	117
Atendimento em grupo	0	12	15	22	25	0	15	89

Fonte: produzida pelas pesquisadoras com base nos Registros Mensais de Atendimento (RMAs)² de jan. a jul. de 2024.

² O Registro Mensal de Atendimentos (RMA) é um sistema onde são registradas mensalmente as informações relativas aos serviços ofertados e o volume de atendimentos nos CRAS, CREAS e Centros POP. Seu principal objetivo é uniformizar essas informações e, dessa forma, proporcionar dados qualificados que contribuam para

Diante da complexidade do fenômeno da violência, uma mulher demanda mais de um atendimento e serviço. Quando a mulher é atendida pela primeira vez no CRAM, são traçadas estratégias, de forma conjunta, para seu acompanhamento sistemático, verificando como suas demandas emergenciais poderão ser atendidas, quais os serviços e benefícios serão disponibilizados e/ou direcionados para rede. Assim, é possível perceber que o maior número de atendimentos particularizados (865) foi o de psicossociais, ou seja, aqueles realizados pelas assistentes sociais e psicólogas. Tais atendimentos foram efetuados tanto de forma presencial quanto *on-line* (telefonemas, mensagens e vídeos chamados via *WhatsApp*). “O atendimento psicossocial tem o objetivo de promover o resgate da autoestima da mulher em situação de violência e sua autonomia, auxiliar a mulher a buscar e implantar mecanismos de proteção e/ou auxiliar a mulher superar o impacto da violência sofrida” (Brasil, 2006, p. 11).

Foram realizadas 646 buscas ativas às mulheres encaminhadas via ofício por órgãos e instituições governamentais e não-governamentais. Tendo em vista localizá-las, inicialmente a equipe realiza tentativa de contato por meio eletrônico (ligação, mensagens e *WhatsApp*), a fim de informá-las sobre os serviços disponíveis no CRAM e, mediante aceite, é feito o agendamento para atendimento presencial. Quando a equipe não tem êxito eletronicamente, é realizada visita domiciliar para identificar possíveis demandas de atendimento e/ou acompanhamento.

o desenvolvimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) [...] é possível mapear tanto a oferta de determinados serviços, quanto o volume de atendimento. Assim, o RMA tem um papel essencial no planejamento e na tomada de decisões no campo das políticas públicas de Assistência Social. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/gestao-do-suas/vigilancia-socioassistencial-1/registro-mensal-de-atendimentos-2013-rma#:~:text=O%20Registro%20Mensal%20de%20Atendimentos,e%20Centro%20de%20Refer%C3%AAncia%20Especializado>. Acesso em: set. 2024. Como está vinculado à SEMFAS, embora não esteja previsto no SUAS, o RMA do CRAM tem o mesmo objetivo de auxiliar no mapeamento e planejamento da gestão no desenvolvimento dos serviços. O instrumental apresenta algumas particularidades (como a pergunta se a usuária tem MPU etc.), que, em virtude do tempo, não serão detalhadas neste trabalho.

Também foram realizadas 581 orientações jurídicas, tanto de modo presencial quanto *on-line*, objetivando tirar dúvidas sobre os procedimentos jurídicos e acerca de seus direitos. Além disso, realizam o acompanhamento daquelas que demandam atendimentos na Defensoria Pública e DEAM, por exemplo. Conforme a Norma Técnica de Uniformização dos CRAMs (Brasil, 2006, p. 12), o primeiro contato das mulheres é com o sistema de justiça e segurança pública, consequentemente, com o objetivo de evitar que volte a ser vítima, oferece aconselhamento jurídico e acompanhamento nos atos administrativos de natureza policial e nos procedimentos judiciais.

Cabe mencionar que foram realizados 205 atendimentos pela recepção, 197 visitas domiciliares e 117 visitas institucionais. Além disso, 89 mulheres participaram de atendimentos em grupo.

O projeto piloto de intervenção grupal com as usuárias foi desenvolvido em fevereiro de 2024, com 12 encontros realizados semanalmente, com duração de 2 horas e participação de 20 mulheres por atividade, sob mediação direta da psicóloga, mas também com a participação da equipe multidisciplinar e convidadas externas. Apesar das características terapêuticas, não se configura como terapia e tem o objetivo de estimular as participantes a refletirem sobre sua realidade e, a partir da escuta de outras mulheres em situações semelhantes, levá-las ao diálogo, à trocas de experiências com propósito de quebrar o ciclo de violência e construir novas perspectivas de futuro, abordando temáticas como: Lei Maria da Penha; os papéis de gênero na sociedade; saúde da mulher; sinais e impactos das relações violentas; entre outras. Para Ramos e Altramari (2010), em grupo, as mulheres ensinam e aprendem, através de trocas de experiências, pela homogeneidade e heterogeneidade das ideias de cada uma.

As demandas das usuárias requerem, por vezes, articulação e encaminhamentos para Rede, a fim de que possam acessar serviços e benefícios. Analisa-se que o trabalho de articulação em rede é fundamental (Brasil, 2006), pois pressupõe a existência de uma política pública impulsionadora dos agentes locais e facilitadora ou mobilizadora

das relações entre órgãos governamentais e não-governamentais, que, ao mesmo tempo, atribua a um órgão específico o papel de articulador dos serviços, fomenta ações intersetoriais e crie condições favoráveis à implementação e à continuidade do trabalho.

No CRAM, conforme os detalhes apresentados nas Tabelas 2 e 3, temos os quantitativos de encaminhamentos.

Tabela 2 – Articulação e encaminhamentos para a Rede realizados pelo CRAM

Encaminhamento	Total
Encaminhamentos para acesso ao benefício estadual CMAIS Mulher ³	59 (30,7%)
Encaminhamentos para outros equipamentos da REDE	45 (23,4%)
Encaminhamentos para órgãos do Sistema de Justiça	39 (20,3%)
Solicitação de avaliação do setor de habitação (auxílio moradia transitória)	21 (10,9%)
Encaminhamentos para DEAM	19 (9,8)
Encaminhamentos para inserção ou atualização do CadÚnico	16 (8,3%)
Encaminhamentos para acesso ao Benefício Municipal Emergencial (AME)	09 (4,6)
Encaminhamentos para atendimento do CRAS de referência	05 (2,6%)
Encaminhamentos para atendimento no CREAS	03 (1,5%)
Concessão de benefícios eventuais (cestas básicas, colchões, cobertores, kits higiene e limpeza)	83 (43,22%)

Fonte: produzida pelas pesquisadoras com base nos Registros Mensais de Atendimento (RMAs) de jan. a jul. de 2024.

³ Instituído pela Lei Estadual nº 9.110, de 25 de novembro de 2022, o CMAIS Mulher tem o objetivo de prestar assistência econômica, social, jurídica e psicológica. Consiste no repasse pecuniário de R\$ 500,00 durante seis meses às mulheres em situação de violência que estejam com MPU em vigor, Cadastro Único atualizado e tenham renda *per capita* de até R\$ 218,00, ou seja, que se encontrem em situação de pobreza. É gerido pela Secretaria Estadual de Políticas para Mulheres, ao CRAM cabe a mediação e orientação sobre as inscrições às mulheres em situação de violência de Aracaju.

Sobre encaminhamentos recebidos pelo CRAM, os dados apontam que:

Tabela 3 – Articulação e encaminhamentos para a Rede realizados pelo CRAM

Demanda/instituição	Total
Demandas Espontâneas	46 (23,9%)
Poder Judiciário	35 (18,2%)
CRAS	31 (16,4%)
CREAS	25 (13%)
DEAM	16 (8,3%)
Defensoria Pública	11 (8,3%)
Rede de Estado ou Municipal de Saúde	08 (4,1%)
Secretaria de Estado da Mulher	08 (4,1%)
Equipamentos de outros municípios	05 (2,6%)
Equipamento municipal de acolhimento institucional	03 (1,5%)
ONGs (terceiro setor)	01 (0,5%)
Patrulha Maria da Penha	01 (0,5%)
Diretoria de Direitos Humanos	01 (0,5%)
CRAM de outro estado	01 (0,5%)
TOTAL	192(100%)

Fonte: produzida pelas pesquisadoras com base nos Registros Mensais de Atendimento (RMAs) de jan. a jul. de 2024.

Chama atenção o fato de a demanda espontânea ser a maior porta de entrada das mulheres em situação de violência inseridas em acompanhamento sistemático, mesmo no curto período da inauguração do CRAM em Aracaju, dado que pode estar atrelado às campanhas midiáticas realizadas quando da implantação do equipamento. Em seguida, percebe-se que o sistema judiciário, principalmente a Vara da Violência Doméstica, tem sido responsável pelos encaminhamentos.

Sobre o perfil das mulheres das 192 (100%) usuárias compuseram a haja vista que no instrumental Registro Mensal de Atendimentos (RMA) há maior detalhamento das situações de acometem pessoas que entram em acompanhamento sistemático mensalmente, trazendo mais elementos que possibilitam conhecer as nuances do fenômeno.

Das 192 (100%) usuárias acompanhadas, 127 (66,1%) são Beneficiárias do Programa Bolsa Família, ou seja, encontram-se em situação de pobreza; e 126 (65,6%) dispõem de Medidas Protetivas de Urgência (MPU) em vigor; 09 (4,62%) usuárias são pessoas com deficiência, 05 delas com deficiência física (02 possuem deficiência visual; 01 mental e 01 apresenta diagnóstico de fibromialgia).

No que se refere à faixa etária, 134 (69,7%) possuem entre 30 e 59 anos; 54 (28,1%) mulheres encontram-se com idades entre 18 e 29 anos; e apenas 4 (2%) usuárias contam com 60 anos ou mais. É possível perceber que há diferenças entre os índices nacionais e os dados do CRAM Aracaju, haja vista que há maior incidência de violência em mulheres adultas, entre 30 e 59 anos, do que em jovens adultas

Segundo o relatório “Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil”, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (Brasil, 2023), a prevalência de violência contra mulheres diminui com o avanço da idade. No ano de 2023, 43,9% das mulheres na faixa etária de 16 a 24 anos relataram ter sido vítimas de violência, enquanto entre as mulheres com 60 anos ou mais a taxa é de 17,4%.

O baixo percentual de pessoas idosas atendidas no CRAM pode estar relacionado ao fato dos CREAS continuarem responsáveis pelo atendimento desse público, ou pode ainda se dar em decorrência da subnotificação de denúncias por parte desse grupo etário.

No que se refere ao perfil étnico-racial das mulheres em acompanhamento sistemático, 163 (84,8%) são negras, 114 (59,3%) pardas e 49 (25,5%) pretas; 27 (14%) das usuárias se declararam brancas e 02 (1%) amarelas. Tais dados revelam um aspecto importante da violência de gênero, a vulnerabilidade acentuada contra mulheres negras. No mesmo sentido, o relatório “Visível e Invisível” (Brasil, 2023) confirma que a violência contra mulheres negras é mais prevalente e que elas representam a maioria das vítimas de feminicídios no Brasil. Em 2022, mais de 61% dos feminicídios tiveram mulheres negras como vítimas, evidenciando a grave desigualdade racial na questão da violência de gênero.

Esse dado reforça a necessidade de uma abordagem interseccional nas políticas de enfrentamento à violência, considerando como fatores de gênero, classe e raça/etnia intensificam o risco de violência, especialmente em contextos de relações afetivas. O que evidencia a urgente necessidade de formação continuada para profissionais que trabalham nos serviços.

Conteratto e Martins (2016, p. 23) indicam que

Incluir um recorte de gênero em políticas públicas, de maneira geral, auxilia na promoção de autonomia das mulheres e na busca efetiva da igualdade dos sexos reconhecida pela Constituição brasileira. Caso contrário, o empenho para que se erradique a violência contra a mulher se tornará cada vez mais alto e, uma vez que só abarca o ciclo já instaurado, mas não a prevenção, por meio de um trabalho educativo e de formação, pode vir a impactar menos no longo prazo.

Outra característica relevante está associada ao fato de que 188 (97,9%) mulheres foram vitimadas por parceiros ou ex-parceiros íntimos. Além disso, constata-se que as usuárias sofreram mais de um tipo de violência, as mais pontuadas tendo sido a psicológica, com 170 (88,5%); seguida da violência física, com 148 (77%); depois a violência patrimonial, atingindo 84 (43,7%) delas; a negligência atingiu 83 (43,2%) delas; e por último a violência sexual, relatada por 68 (35,4%) delas. Há uma tendência, entre os discursos das mulheres atendidas no CRAM, de que a violência psicológica precedia ou acontecia paralelamente a outras formas de violência. Com exceções, geralmente nos casos em que prevalecem violências praticadas por pessoas estranhas, a exemplo de casos de estupro.

Ainda considerando os relatos das mulheres atendidas no CRAM Aracaju, diante de relacionamentos com vários episódios de violência, inclusive tentativa de feminicídio, expõem que reataram as relações tanto por medo, dependência (física e emocional), mas também pelo

fato dos companheiros prometerem que mudariam de atitude. Consequentemente, a situação ficava aparentemente bem, por algum tempo, mas as agressões voltavam a se repetir. Assim, infere-se que sair de um relacionamento violento não é algo fácil e permanecer não significa gostar de ser agredida, o que pode explicar o fato de as mulheres demorarem a denunciar ou decidir romper o ciclo de violência.

A psicóloga Walker (2023) afirma que o ciclo da violência ocorre porque dificilmente uma agressão acontece uma única vez, pois a violência é iniciada sutilmente, com tendência a ser repetida e evoluída, com chances a aumentar sua gravidade. Além disso, as fases podem se entrelaçar, ocorrendo ao mesmo tempo, por meio de demonstrações de afeto e de arrependimentos.

Considerações Finais

A implantação do CRAM em Aracaju representa um marco importante na rede de enfrentamento à violência contra a mulher, oferecendo espaço de acolhimento e suporte às vítimas. Nos primeiros 200 dias de funcionamento, o Centro demonstrou sua relevância ao realizar centenas de atendimentos e articular diversas ações em prol das mulheres em situação de vulnerabilidade. No entanto, apesar dos avanços, ainda existem desafios significativos a serem superados, como a necessidade de ampliação dos recursos disponíveis, o fortalecimento contínuo da rede de atendimento e a garantia de formação continuada para a equipe.

O CRAM Aracaju enfrenta alta demanda de atendimentos, como evidenciado pelo número significativo de mulheres atendidas nos primeiros 200 dias. Isso reflete a crescente necessidade de suporte para mulheres em situação de violência, o que pode sobrecarregar a capacidade da equipe e dos recursos disponíveis. Sua implantação trouxe avanços, como: 1) ao propiciar a existência de espaço específico para o atendimento às mulheres em situação de violência potencializou a interação com a Rede, ao ser firmado fluxo único para o encaminhamento das mulheres atendidas na DEAM, no Juizado Especializado e na De-

fensoria Pública, entre outros serviços de atendimento; 2) a garantia do sigilo, a equipe e o acompanhamento sistemático são elementos que favorecem a maior vinculação das mulheres ao serviço, uma vez que são acolhidas, atendidas e acompanhadas aos demais serviços por uma profissional de referência do CRAM, o que auxilia diretamente na efetivação do plano de acompanhamento, pois são diversas as dificuldades que elas encontram pelo caminho; 3) o suporte disponibilizado pela equipe, inclusive de transporte, favorece o fomento para reflexão de novas perspectivas de futuro.

Entretanto, sobre os desafios destaca-se que: 1) como ainda se trata de um equipamento recente, grande parte da população desconhece a existência de um serviço público exclusivo para o atendimento às mulheres em situação de violência, o que dificulta o acesso de quem mais precisa, sobretudo daquelas que não efetivam a denúncia ou acessam outros serviços. Muitas são encaminhadas apenas quando sofrem uma agressão mais séria, o que as obriga a procurarem um serviço médico; assim, o equipamento recebe a notificação compulsória. Consequentemente, a divulgação a respeito CRAM nos diversos setores da sociedade é extremamente necessária, pois o tempo da mulher não espera; 2) faz-se necessário refletir sobre estratégias que fomentem a formação continuada das profissionais sobre gênero, raça, classe e violências; 3) também avaliar se os processos de atendimento e de gestão estão atingindo os objetivos de garantia de acesso aos direitos das mulheres em situação de violência. Como pensar na possibilidade de implantação de um sistema de monitoramento e eficácia dos planos de acompanhamento sistemático. 4) Outro desafio é ampliação de recursos financeiros e humanos; 5) ampliação da rede de atendimento; 6) ultrapassar o enfrentamento do ciclo de violência já instaurado, com maior investimento em ações de prevenção, por meio de campanhas educativas e de formação.

O trabalho realizado até o momento aponta um caminho promissor, mas exige esforços contínuos e colaborativos para garantir que todas as mulheres possam viver livres de violência e com pleno exercício de seus direitos.

Referências

ALVES, A. C. F.; ALVES, A. K. dá S. As trajetórias e lutas do movimento feminista no Brasil e o protagonismo social das mulheres. **Seminário CETROS**, 4., 2013, Fortaleza. Anais [...]. Fortaleza, 2013. Disponível em: http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/69-17225-08072013-161937.pdf. Acesso em: jul. 2024.

ARACAJU. **Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Contra Mulher**. Aracaju, SE, 2021.

BRASIL. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2023.

BRASIL. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Relatório Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil**. 4. ed. São Paulo: FBSP, 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. O que é Registro Mensal de Atendimento (**RMA**). Brasília, DF, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/gestao-do-suas/vigilancia-socioassistencial-1/registro-mensal-de-atendimentos-2013-rma#:~:text=O%20Registro%20Mensal%20de%20Atendimentos,e%20Centro%20de%20Refer%C3%AAncia%20Especializado>. Acesso em: set. 2024.

BRASIL. **Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília, DF, 2011.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Norma Técnica de Uniformização Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006. CETROS, 2013.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. Tradução Rone Souza. São Paulo: Boitempo, 2020.

CONTERATTO, D.; MARTINS, C. H. B. Transversalidade e integração em políticas públicas de gênero: análise da Rede Lilás no Rio Grande do Sul. **Texto Para Discussão FEE**, 144, 2016. Disponível em: <https://arquivofee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2016/04/20160414td-144-transversalidade-e-integracao-em-politicas-publicas-de-genero.pdf>. Acesso em: set. 2024.

DUARTE, C. L. Feminismo e literatura no Brasil. **Estudos avançados**, v. 17, n. 49, p. 151-172, 2003.

FARAH, M. F. S. Gênero e políticas públicas. **Estudos Feministas**, v. 12, p. 47-71, 2004. **Movimento feminista no Brasil e o protagonismo social das mulheres**. IV Seminário

PRUDÊNCIO, W. T. L.; MARIANO, E. B. S.; BARROSO, M. F. Feminismo e a Política de Enfrentamento à Violência Contra Mulher no Município de Aracaju/SE. **Revista Labor**, Ceará, 2022.

RAMOS, M. E.; ALTRAMARI, L. C. Atividade Reflexiva com Mulheres que Sofreram Violência Doméstica. **Psicologia, Ciência e Profissão**, v. 30, n. 2, p. 418-427, 2010. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v30n2/v30n2a15.pdf>. Acesso em: set. 2024.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SERGIPE. Coordenadoria de Estatística e Análise Criminal (CEACrim). **Feminicídios em Aracaju**. Aracaju, 2024.

SERGIPE. **Mapa da Mulher Sergipana**. Aracaju: Observatório Beatriz Nascimento; Secretaria Especial de Políticas Para Mulheres, 2024.

TISCOSKI, G. Arma de fogo é instrumento mais utilizado em assassinatos de mulheres no Brasil. **Portal G1**, Brasília, DF, 17 nov. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/11/17/arma-de-fogo-e-instrumento-mais-utilizado-em-feminicidios-no-brasil.ghtml>. Acessado em: 10 out. 2024.

URRA, F. Masculinidades: a construção social da masculinidade e o exercício da violência. In: BLAY, E. A (Org.). **Feminismos e masculinidades**: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

WALKER, L. **Como conversar com homens sobre violência contra meninas e mulheres**. [S.l.:s.e.], 2023. p. 31-33. Disponível em: <https://institutopdh.com.br/wp-content/uploads/2023/11/Como-conversar-com-homens-3010-compress.pdf>. Acesso em: set. de 2024.



QUESTÕES SOBRE AS DESIGUALDADES DE GÊNERO E A *SAÚDE MENTAL*: PANORAMA DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS NOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO DO BRASIL NO CAMPO DO SERVIÇO SOCIAL

**Victoria Hellen Feitoza Luz
Maria Helena Santana Cruz**

1 Introdução

A loucura passou a ganhar maior visibilidade entre os séculos XVII e XVIII, época, em que acontecia a exclusão social do portador de transtorno mental, mendigos, prostitutas e desvalidos. Nos séculos XVIII e XIX foram divulgados os primeiros estudos do chamado “Pai da Psiquiatria”, Phillipe Pinel, denunciando as formas desumanas de cuidado com aquelas pessoas que eram marginalizadas devido à sua condição de saúde mental. Vale ressaltar que, até o século XX, essa forma de exclusão era realizada de maneira explícita na sociedade (Amarante, 1995). Assim, “A ideologia psiquiátrica teria nascido para tornar possível classificar como doente mental, todo aquele comportamento inadaptável aos limites da sociedade burguesa” (Tundis, 1997, p. 12).

Em 1923, apresenta-se uma nova perspectiva acerca da Saúde Mental, mediante a ruptura com conceitos e práticas morais antigos. Nos anos de 1940, a partir da Política Nacional de Saúde, tem-se o início da efetivação de ruptura, com a reorganização do Departamento Nacional de Saúde, com continuidade no ano de 1941, para o controle de endemias e formação de profissionais técnicos em saúde. Nesse contexto, é importante ressaltar, o papel significativo da Igreja no processo de institucionalização dos hospícios. Com o crescimento dos

movimentos de lutas contra os tratamentos utilizando torturas nos pacientes com transtornos mentais (1940), os hospitais psiquiátricos do estado de Sergipe, a exemplo da Colônia Eronildes Carvalho e do Hospital (?) Garcia Moreno, perderam força diante da Luta Antimanicomial (Amarante, 1995; Oliveira, 2011).

Com relação àquelas pessoas que possuem alguma doença mental de cunho grave, destaca-se a dimensão do estigma em relação à saúde mental com rebatimentos nos âmbitos da vida social, considerado um impedimento significativo para a recuperação dos(as) usuários(as), uma vez que dificulta a qualidade do atendimento e qualidade de vida; favorece o autoestigma, derivado da internalização de processos discriminatórios e preconceituosos externados e alimentados pela sociedade, nos mais diversos âmbitos da vida social. A concretude dessa realidade expressa-se em pesquisas com indicadores de que, em cada quatro famílias, uma tem – no mínimo –, um membro com doença mental (Rocha; Hara; Paprocki, 2015). O combate à reprodução social do estigma e, conseqüentemente, a estimulação do autoestigma tornam-se essenciais, não somente entre as instituições de atendimento e acolhimento, mas também entre os profissionais de saúde e as famílias dos usuários(as) da política de saúde mental.

O estigma é uma “[...] forma de construção social para indicar a marca distintiva de desgraça social [significando] uma diferenciação negativa relacionada a membros da sociedade que são afetados por alguma condição ou estado particular” (Rocha; Hara; Paprocki, 2015, p. 592; acrescentamos). Caracteriza-se por diferenciar, de maneira negativa e muitas vezes pejorativa, determinados grupos sociais por possuírem alguma particularidade. Inicialmente, se reconhece a diferença, e, posteriormente, inferioriza-a perante as demais. Estar inserido nessa cultura frequentemente acarreta a autoestigmatização por parte do indivíduo que sofre de transtorno mental, marginalização e isolamento social advindos da sociedade. A autoimagem dessas pessoas é diretamente afetada pelas trajetórias sucessivas de negações de direitos e práticas violentas de cuidado (Rocha; Hara; Paprocki, 2015, p. 591).

2 A Perspectiva da Saúde Mental e Gênero

As reflexões que versam sobre a correlação entre saúde mental e gênero redirecionam e fomentam a construção e ampliação de políticas públicas de cuidado em saúde mental. Mesmo com a ampliação de estudos e conhecimentos sobre o gênero, este ainda é alvo de confusões com termo “sexo”. O conceito de gênero é introduzido para reafirmar algo mais amplo do que o sexo, e como um produto resultante de relações sociais aprendidas e apreendidas; institucionalizado e transmitido de geração a geração é utilizado para analisar as características socialmente construídas que estruturam a definição do que é masculino e do feminino, os diferentes lugares de poder que mulheres e homens ocupam em distintos espaços da sociedade e que devem ser identificados para compreender as repercussões diferenciadas na vida dos indivíduos, de acordo com o sexo.

Segundo Joan Scott (1995, p. 86; suprimimos) define gênero como “[...] um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e [...] o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”. O núcleo dessa definição relacional reside em uma hierarquia de poder que estabelece os diferentes níveis de relações sociais existentes na sociedade, e possibilita tornar visíveis as inquietudes nos diferentes âmbitos, para estimular, assim, o conhecimento sobre as influências recíprocas entre as dimensões econômica, política, cultural, além de constituir uma contribuição significativa e oportuna para a análise de uma das desigualdades fundamentais do desenvolvimento humano e dos direitos humanos (Cruz, 2005). É a partir da observação e do conhecimento das diferenças sexuais do que acreditam e devem ser o masculino e o feminino, que a sociedade estrutura as representações de gênero. A compreensão dessa diferença não somente das terminologias, assim como das suas representações, é de suma importância para as discussões sobre igualdade.

O Relatório sobre a Saúde Mental no Mundo (2001 *apud* Santos, 2009) informa que “[...] as mulheres se encontram numa condição de

maior risco de desenvolver transtornos mentais, manifestando sofrimento psíquico”. O documento em análise apresenta a contribuição dos mais diversos papéis sociais “[...] de esposas, mães, educadoras e cuidadoras [...]”, impostos e esperados, que as mulheres executam em seus cotidianos, para o desenvolvimento de transtornos mentais e comportamentais. As mulheres além serem expostas a violência e vulnerabilidades, também são vítimas de discriminação sexual, concomitante à pobreza, à fome, à desnutrição, ao excesso de trabalho e à violência doméstica e sexual (Santos, 2009, p. 1178).

Segundo Zanello, Fiuza e Costa (2015), as produções referentes à saúde mental articulada com a perspectiva de gênero ainda são exordiais, entretanto, alguns estudos sinalizam a relevância de propor essa articulação, visto que algumas experiências de transtornos mentais são construídas socialmente. Lourdes Bandeira e Anália Batista Sória (2002) consideram indispensável pensar o preconceito, uma vez que este pode se constituir como expressão de violência ensejando diversas formas de discriminação e exclusão. Os estereótipos de gênero são ideias generalizadas sobre as características e comportamentos, crenças que podem ser compartilhadas ou individuais. Os estereótipos, alteram-se de acordo com os valores culturais perpassados pela sociedade, e influenciam diretamente as visões que os sujeitos têm das outras pessoas e de si próprios, tal como no âmbito do seu sofrimento mental.

As vivências de transtornos/sofrimento psíquico atribuem uma carga cultural e social perpassada e construída em sociedade, ou seja, não é apenas algo restrito a subjetividade individual, apropriada de maneira diferente, de acordo com sociabilidade de homens e mulheres (Zanello; Fiuza; Costa, 2015). No adoecimento feminino a “[...] questão da repressão sexual, ou seja, da vigência de normas sociais que estabelecem uma dupla moral sexual, a qual ‘freia’ as sexualidades femininas” (Santos, 2009, p. 1180).

No contexto brasileiro, Santos (2009) destaca com base em estudos de Berquó e Cunha (2000), que as internações psiquiátricas apre-

sentarem maior significância em homens comparativamente às mulheres. As internações em hospitais psiquiátricos para os serviços do CAPS enriquecem as reflexões que fomentam a produção de estudos na busca pela correlação entre gênero e saúde mental (Zanello; Fiuza; Costa, 2015).

Nesse sentido, o interesse em estudar a temática da saúde mental, inicialmente, surgiu da inquietação despertada na academia. A familiaridade teórico metodológica com a temática de saúde mental, inicialmente em pesquisa sobre saúde mental como voluntária no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, e, posteriormente, no Trabalho de Conclusão de Curso de bacharel em Serviço Social. Os dados expostos neste texto, integram resultados da pesquisa de Mestrado em Serviço Social na Universidade Federal de Sergipe (UFS) sobre “Diferenciais de gênero no adoecimento mental da população do município de Aracaju/SE.”

3 Breve Contextualização da Reforma Psiquiátrica no cenário brasileiro

A partir de 1978, o modelo de atenção em saúde mental no Brasil vem sofrendo um redirecionamento influenciado pelo Movimento da Reforma Psiquiátrica. As pessoas com transtornos mentais foram se tornando marginalizadas, pois não se “enquadravam” no padrão moral vigente da época. A loucura era assimilada à pobreza e à “vagabundagem”; uma pessoa que não correspondia a um padrão moral vigente na época era confinada. Com a ascensão do capitalismo, a dita “boa” sociedade queria esconder os problemas que estavam surgindo com o novo sistema organizacional (Foucault, 1978). Com início na segunda metade do século XX, os moldes da Reforma Psiquiátrica no Brasil foram impulsionados mediante visitas do Psiquiatra italiano Franco Basaglia. Em 1970, instituiu-se um grupo de trabalho para estudar a reformulação da assistência psiquiátrica, pela Previdência Social e, com o “Manual de Serviço para a Assistência Psiquiátrica” de 1973, criou-se o

discurso preventivista inspirado na psiquiatria norte-americana e francesa que condenava a exclusão social das pessoas com transtornos mentais, propondo reforçar a assistência ambulatorial.

Em 1970, ocorreram as primeiras denúncias contra os maus tratos em relação aos pacientes com transtornos mentais (Amarante, 1995; Mateus, 2013). Depois de um longo contexto e de variados processos de contestação e de intervenção na área psiquiátrica, foi somente no ano de 1971 que o psiquiatra Franco Basaglia iniciou um processo de desmonte dos manicômios, levando em consideração o contexto histórico e o novo espaço em que já se encontrava inserida a doença mental e o tema da loucura (Amarante, 1995).

A experiência de Basaglia influenciou o movimento de psiquiatria democrática, mesmo ele não participando do movimento que visou à revogação da lei psiquiátrica em vigor. Desde 1904, o novo projeto de lei colocado em referendo, inspirava-se fundamentalmente em suas ideias; assim, em 13 de maio de 1978, foi aprovada a Lei Basaglia, na Itália, no mundo, particularmente no Brasil. Assim, iniciou-se o movimento de luta – antimanicomial, que surgiu marcado pela ideia de defesa dos direitos humanos, e do resgate de cidadania das pessoas internadas em manicômios que há séculos foram hostilizadas e maltratadas. O movimento da reforma psiquiátrica começou a denunciar manicômios e instituições que faziam o uso da violência para com os(as) doentes mentais. Enquanto que a reforma propôs a construção de uma rede de serviços que liberte os(as) doentes mentais, garanta sua cidadania e preserve a sua dignidade. A luta pelos direitos dos(as) usuários(as) ganhou maior impulso na década de 1970, mediante a definição de um grupamento de leis e regulamentações, com vistas à garantia da promoção à saúde e cidadania dos(as) portadores(as) de transtornos mentais. Intensificaram-se as pressões para o Estado assumir a responsabilidade de implementar uma política de saúde para todos(as) os(as) cidadãos(ãs).

Nesse contexto, surgiu o Movimento dos Trabalhadores de Saúde Mental (MTSM), em 1978, logo após a grande repressão da ditadura

militar no Brasil, tendo como bandeira de luta a ruptura com os antigos paradigmas, em busca de desinstitucionalizar os manicômios no país. Esse movimento propôs ações voltadas a assegurar os direitos dos(as) pacientes com transtornos mentais, mediante críticas e reivindicações, a exemplo do modelo autoritário das instituições e suas estruturas administrativas baseadas na hierarquia e verticalização; críticas ao modelo médico assistencial e impedimento do uso de recursos disponíveis para o tratamento das doenças mentais; a insuficiência de profissionais especializados; a falta de higiene e comodidade para os pacientes internados, entre outros (Amarante, 1995; Mateus, 2013).

Com o surgimento do MTSM, ocorreram as primeiras movimentações da Reforma Sanitária no Brasil, repercutidas mediante o Programa Nacional dos Serviços Básicos de Saúde (PREV-Saúde), voltado para integração e hierarquização institucional e reorganização do atendimento. As reivindicações estavam pautadas em termos salariais, no que diz respeito à proximidade com as regras da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); formação de recursos humanos a partir da criação de centros estudantis para a formação de profissionais especializados com certificado do Ministério da Educação (MEC); bem como algumas das reivindicações supracitadas (Amarante, 1995; Mateus, 2013).

Com o fim da Ditadura Militar, os movimentos sociais do Brasil retomaram a expressividade, contribuindo para as conquistas, tanto para a saúde em termos gerais quanto para a saúde mental. Desse modo, algumas dessas conquistas, a exemplo das que foram alcançadas no ano de 1987, no II Congresso Nacional do MTSM, na cidade de Bauru (SP), com o lema “Por uma sociedade sem manicômios”. O Congresso instituiu o dia 18 de maio como o Dia Nacional da Luta Antimanicomial, constitui-se na 1ª Conferência Nacional de Saúde Mental, na cidade do Rio de Janeiro, com proposta pautada na revisão e reformulação de toda a legislação de saúde mental e a rescisão das leis reunidas no decreto nº 24.559 de 1934, contribuindo para alavancar a luta por uma saúde mais humanizada, assim como a criação, em 1988, do Sistema Único de Saúde (SUS), que se constitui como um dos

mais importantes e completos sistemas de saúde do mundo (Amarante, 1995; Mateus, 2013).

A bandeira do Movimento de Luta Antimanicomial focaliza o fim dos manicômios, dos maus tratos às pessoas com transtornos mentais. No ano de 1986 surgiu o primeiro Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), em São Paulo, com o objetivo de oferecer atendimentos entre regime ambulatorial e a internação hospitalar, com uma equipe interdisciplinar. A Rede de Atenção Psicossocial foi constituída com o objetivo de ampliar a oferta de serviços dos usuários e atender ao princípio da integralidade do SUS, ou seja, baseado no atendimento às necessidades de saúde dos sujeitos (Brasil, 2004b; Mateus, 2013).

O Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) reafirmou seu papel potencializador de atos em benefício da inclusão em sociedade, com o trabalho de profissionais de distintas áreas do saber, que desenvolvem tratamentos visando a englobar os sujeitos em sua completude, almejando modificar as rotinas dos usuários, das pessoas que compõem seu ciclo familiar, além dos profissionais e instituições (Salles; Barros, 2013). A atenção em CAPSs apresenta alternativas de cuidado para as pessoas com transtornos mentais, previne internações, inclui a família no tratamento, oferece liberdade de ir e vir e facilita a criação de uma rede social, além de outras tantas diferenças em relação aos hospitais psiquiátricos (Salles; Barros, 2013, p. 332).

A rede de atenção conta com alguns equipamentos de apoio, tais como as unidades básicas de saúde, postos de saúde da família, clínicas psiquiátricas, residências terapêuticas, com o objetivo de fortalecer os vínculos do usuário, família e comunidade. Além disso possui na sua estrutura CAPS I e CAPS II, para atendimento diário de adultos, com transtornos mentais severos e persistentes; CAPS III, para atendimento tanto diário quanto noturno de adultos com transtornos severos e persistentes durante sete dias da semana; CAPS Ad, para usuários com transtornos mentais decorrentes de álcool e outras drogas; CAPS I especializado em serviços à saúde mental infanto-juvenil. Os serviços ofertados têm por base o regime de atenção diária nos espaços que

possuem atividades terapêuticas, distribuição de medicamentos, reuniões realizadas com os usuários para discutirem o atendimento (Brasil, 2004b; Mateus, 2013).

Em 1989, o deputado federal Paulo Delgado apresentou o Projeto de Lei Antimanicomial, com vistas à regulamentação dos direitos das pessoas com transtornos mentais e à reabilitação psicossocial como princípio da cidadania. Em 1991, os CAPSs foram regulamentados por meio da Portaria nº 189, efetivando-se enquanto espaço responsável por oferecer serviços aos usuários de saúde mental. Em 2001, foi sancionada a Lei nº 10.216 mais conhecida como Lei Paulo Delgado que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental, constituindo-se um dos marcadores da Reforma Psiquiátrica no país, objetivando proporcionar tratamento mais humanizado, garantir direitos aos pacientes com transtornos mentais (Brasil, 2001; Brasil, 2004b; Mateus, 2013).

A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), a partir da Portaria nº 3.088 de 23 de dezembro de 2011 apresenta os seguintes componentes: Atenção Básica em Saúde; Atenção Psicossocial Especializada; Atenção de Urgência e Emergência; Atenção Residencial de Caráter Transitório; Atenção Hospitalar; Estratégias de Desinstitucionalização; Reabilitação Psicossocial (Brasil, 2011). A RAPS tem em suas diretrizes a incorporação da política de saúde mental pelas equipes de atenção básica, a articulação com outras redes de serviço visando a atender as necessidades de saúde dos usuários em sua totalidade. Essa rede integra o Sistema Único de Saúde (SUS), visando a fornecer um modelo de atenção que garanta o cuidado da pessoa com transtornos mentais, na sua comunidade (Mateus, 2013).

A portaria n 106 de 11 de fevereiro de 2000 do Ministério da Saúde introduz os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT) no Sistema Único de Saúde (SUS) para egressos de longas internações. Nesses espaços, os usuários que permaneceram por longos períodos internados em hospitais psiquiátricos são inseridos em casas, que contam com equipe técnica especializada, formada por profissionais da área da saúde e

cuidadores especializados em reabilitação psicossocial (Pinto; Oliveira Filho, 2016). A partir da construção da política de saúde mental foram preconizadas mudanças estruturais na atenção ao cuidado em saúde que versam desde o atendimento envolvendo o adoecimento mental das pessoas bem como “[...] no modelo teórico e técnico-assistencial que organiza e sustenta as práticas dos profissionais; que orienta e sustenta o arcabouço jurídico e o universo de práticas e valores culturais” (Yasui; Costa-Rosa, 2008, p. 28).

Sobre os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT) regulamentados pela Portaria nº 106/2000 instituída pelo Ministério da Saúde enquanto instituições como uma ponte no processo de inserção social de pessoas que permaneceram anos institucionalizadas em hospitais psiquiátricos, Pinto e Oliveira Filho (2016) recomendam que esses espaços precisam ter na equipe técnica a) 01 (um) profissional de nível superior da área da saúde com formação, especialidade ou experiência na área de saúde mental, denominado Técnico de Referência (RT); b) 02 (dois) profissionais de nível médio com experiência e/ou capacitação específica em reabilitação psicossocial, denominados ‘cuidadores’ (Brasil, 2000; Pinto; Oliveira Filho, 2016, p. 276).

Tais mudanças no âmbito da prática, no arcabouço teórico, além da questão que envolve a ética profissional e questão política pode ser entendida enquanto Estratégia Atenção Psicossocial (EAPS) que foi inspirada na Estratégia Saúde da Família (ESF), a qual data seu surgimento no ano de 1994 e, anteriormente, era nomeada como Programa de Saúde da Família (Yasui; Costa-Rosa, 2008; Amarante, 2007). A Reforma Psiquiátrica e a Reforma Sanitária ocorreram em um contexto permeado de grande complexidade, composto por diversos atores sociais desde profissionais de saúde até pacientes do antigo modelo de cuidado. Ocorria disputa de poder orientada por valores e interesses sobre paradigmas de cuidado: o antigo modelo e a nova proposta de cuidado, que seriam respectivamente, “[...] o Paradigma Psicossocial e o Paradigma Psiquiátrico Hospitalocêntrico Medicalizador” (Yasui; Costa-Rosa, 2008, p. 28).

Reverberam ações do antigo modelo realizadas em pessoas em crises, buscando a contenção, aplicação de medidas dolorosas, violentas, severas e desumanas. As pessoas em sofrimento psíquico eram submetidas a relações hierarquizadas, nas quais “[...] o poder e o saber são estratificados [e] os usuários estão excluídos de qualquer participação que não seja de objeto inerte e mudo” (Salles; Barros, 2013, p. 325; acrescentamos). O tratamento dado às pessoas com transtornos mentais ocorria mediante a exclusão social, reclusão e privação do contato com os mais diversos distintos ambientes que compõem a vida em sociedade. Nesse cenário, os denominados hospitais psiquiátricos surgiram na qualidade de espaços destinados ao recolhimento dos reclusos, sob a prerrogativa de que o tratamento e suas práticas ofertadas apresentariam melhora na saúde mental dos pacientes (Salles; Barros, 2013).

O antigo modelo tradicional apresenta característica hospitalocêntrica¹, pauta-se no “[...] princípio doença-cura e compreende de forma predominantemente orgânica o processo saúde-doença, além de ser estratificado e hierarquizado por níveis de Atenção” (Yasui; Costa-Rosa, 2008, p. 29). Tem como pressupostos ações de cuidado baseadas nos sintomas, utilização de medicamentos como única opção de tratamentos aos pacientes.

Na modalidade de cuidado retro descritas, “[...] as ações tendem a ser funcionalistas por proporem uma adaptação de indivíduos queixosos, ‘desequilibrados’ ou desajustados” (Yasui; Costa-Rosa, 2008, p. 29). A Psiquiatria apresenta um olhar higienista e, de acordo com Rocha (2017, p. 54), com base nas reflexões de Amarante (1995, p. 92), correlaciona-se com o nascedouro de “[...] um projeto de medicalização social, em que a psiquiatria surge como instrumento técnico-científico de poder, no bojo de uma medicina que se autodenomina social [...]”,

¹ No paradigma hospitalocêntrico “Mudam formas, linguagens e competências, mas o processo de cerco à loucura e exclusão à desrazão continua. O manicômio é uma variável independente das condições socioeconômicas do país onde se encontra, é o lugar destinado a zerar a troca” (Salles; Barros, 2013, p. 327).

ou seja, o conhecimento médico psiquiátrico torna-se um instrumento para legitimar determinadas práticas ditas de “cuidado”, com vistas ao controle social daqueles corpos abjetos, considerados fora da normalidade. Em contrapartida ao modelo tradicional de cuidado, a perspectiva psicossocial compreende a questão da crise enquanto:

[...] resultado de uma série de fatores que envolvem terceiros, sejam estes familiares, vizinhos, amigos ou mesmo de desconhecidos. Um momento que pode ser resultado de uma diminuição do limiar de solidariedade de uns para os outros, de uma situação de precariedade de recursos para tratar a pessoa em sua residência, enfim, uma situação mais social que puramente biológica ou psicológica. Também por este motivo trata-se de um processo social (Amarante, 2007, p. 81-82).

A proposta da atenção psicossocial visa à construção de uma rede relacional entre os profissionais que fazem parte do processo de cuidado e escuta, nas mais diversas áreas, “[...] com os sujeitos que vivem as problemáticas – os usuários e familiares e outros atores sociais [...]” (Amarante, 2007, p. 82). No modelo de atenção psicossocial, os transtornos mentais são considerados fenômenos sociais e, dessa maneira, não devem ser excluídos, mas assimilados na condição de parte constitutiva do ser social. A centralidade incide na reinserção desses indivíduos em sociedade, reconstituição de suas vidas na qualidade de cidadãos detentores de direitos (Salles; Barros, 2013). A Reforma Psiquiátrica constitui um papel primordial nessas transformações e pode ser sintetizada, no contexto brasileiro, enquanto:

Um processo que surge mais concreta e principalmente a partir da conjuntura da redemocratização, em fins da década de 1970, fundado não apenas na crítica conjuntural ao subsistema nacional de saúde mental, mas, também e principalmente, na crítica estrutural ao saber e as instituições psiquiátricas clássicas, no

bojo de toda movimentação político-social que caracteriza essa mesma conjuntura de redemocratização (Amarante, 1995, p. 91, *apud* Rocha, 2017, p. 53).

Os profissionais atuantes nessa área de saúde deparam-se com o cotidiano de trabalho desafiador com demandas para incorporar e amplificar as mudanças do modelo psicossocial ao atendimento de pessoas que utilizam os serviços de saúde mental e necessitam de instrumentos para amparar tais demandas como:

Formação permanente, que faculte a redefinição e reorganização de seu processo de trabalho, e a articulação das alianças, ou mesmo forças antagônicas entre os diferentes setores da sociedade; em suma, que viabilize a criação e expansão concretas de uma rede de atenção e cuidados baseada em um território e pautada nos princípios de integralidade e participação popular (Yasui; Costa-Rosa, 2008, p. 29).

As EAPS surgem enquanto um conjunto de mudanças que busca suplantiar as práticas tradicionais, com o objetivo de compreender o novo formato de perspectivas que

[...] situe a Saúde Mental no campo da Saúde Coletiva, compreendendo o processo saúde-doença como resultante de processos sociais complexos e que demandam uma abordagem interdisciplinar, transdisciplinar e intersetorial, com a decorrente construção de uma diversidade de dispositivos territorializados de atenção e de cuidado (Yasui; Costa-Rosa, 2008, p. 29).

Um ponto fundamental na construção dessa nova modalidade de cuidado é o entrelaçamento da subjetividade dos indivíduos, promoção de saúde, conforme constatado no documentário “Hotel da Loucura”,

conforme os depoimentos dos profissionais e dos próprios usuários do Hospital Psiquiátrico Dom Pedro II, atual Instituto Municipal Nise da Silveira. A instituição é entendida como local de acolhimento fruto do estudo da obra de Nise da Silveira, baseado no diálogo sem medo como forma de minimizar o sofrimento das pessoas, além de promover manifestações artísticas a partir dos próprios sentimentos dos usuários.

A busca dessa alternativa de cuidado proposta por Nise em meados de 1946 almejava o uso mínimo medicamentoso como opção de tratamento. Os desafios para o fortalecimento desse processo se concentram no âmbito da formação profissional, que, tradicionalmente, é estruturada pela fragmentação das disciplinas e muitas vezes pela ausência de relação entre as mesmas. Esses aspectos apresentam rebatimentos na visão do/a profissional ao atuar em campo de trabalho, posto que tal visão também se materializa de maneira fragmentada sobre o contexto social em que está inserido assim como no contexto dos pacientes, muitas vezes alvo dos traços do modelo hospitalocêntrico (Yasui; Costa-Rosa, 2008). Nesse sentido, Amarante (2007) sinaliza a característica hiperespecialista que se refere à fragmentação de especialidades médicas para os diferentes órgãos presentes no organismo de um ser humano e para determinado tipo de doença. Além disso, esse autor enfatiza o papel da medicina em diminuir o prisma da prevenção das doenças, supervalorizando a cura.

Diante de uma hierarquização de saberes na qual o conhecimento médico é considerado superior aos demais, se reproduz a fragmentação característica do Modo de Produção Capitalista (MPC), em que as tarefas são compartimentalizadas, como se não houvesse relação entre elas e o todo (Yasui; Costa-Rosa, 2008). Desse modo,

Não há dúvidas de que, sem uma crítica radical à divisão do trabalho e ao processo de produção da Atenção vigente no campo da Saúde Mental, não poderemos obter avanços na superação da estratégia asilar e preventivista ainda dominantes. A EAPS exige um modo de organização de divisão do trabalho mais coe-

rente com a lógica dos modos de produção de cooperação uma vez que, para o Modo Psicossocial, não se distinguem o processo produtivo dos efeitos da produção e dos beneficiários de tais efeitos (Yasui; Costa-Rosa, 2008, p. 32).

Ao se levar em conta a questão da indissociabilidade entre a produção de saúde e a produção de subjetividade, é possível visualizar cenários na contramão do paradigma hospitalocêntrico medicalizador presente na área da saúde, além de superar barreiras presentes na multidisciplinaridade que, ao somar os saberes de diversas especialidades, por vezes, acaba por não dialogar entre elas, reforçando esse paradigma (Yasui; Costa-Rosa, 2008).

Segundo Rocha, Hara e Paprocki (2015), apesar dos avanços, a dificuldade no acesso à saúde é demonstrada em pesquisas que apontam países considerados subdesenvolvidos apresentando até 85,4% do total de portadores de transtornos mentais de alta gravidade sem tratamento adequado e não se inserindo nos serviços do sistema de saúde. Os dados revelam ainda que, a cada ano, um milhão de pessoas comete suicídio, o que serve de indicativo para reflexões com relação à fatalidade ocasionada pela negligência em cuidados nos casos de sofrimento psíquico.

Como nas engrenagens de um relógio, os cotidianos de vida individuais constituem e são constituídos pelo cotidiano da sociedade em que se vive. Assim, as pessoas com transtornos mentais se percebem inseridas em uma história social marcada pela exclusão da loucura, e veem seu cotidiano e sua história de vida particular transformada pelas marcas do preconceito e da discriminação (Salles; Barros, 2013, p. 325).

Salles e Barros (2013, p. 332), a partir das discussões propostas por Amarante (2007, p. 88), apontam para a questão inicial da “[...] organização de equipes multiprofissionais, cujo objetivo é acompanhar

as pessoas, ajudando-as a construir autonomia e independência”. Nesse cenário repercute em um campo de forças repleto de desafios,

[...] especialmente aos profissionais de saúde que cotidianamente têm a tarefa de expandir e consolidar essa mudança. Para isso, seus principais instrumentos são: sua formação permanente, que faculta a redefinição e reorganização de seu processo de trabalho, e a articulação das alianças, ou mesmo forças antagônicas, entre os diferentes setores da sociedade; em suma, que viabilize a criação e expansão concretas de uma rede de atenção e cuidados baseada em um território e pautada nos princípios de integralidade e participação popular (Yasui; Costa-Rosa, 2008, p. 29).

Entende-se que, para a promoção do caminho que propõe reabilitar pessoas em condições de doença mental, existem alguns alicerces como “o morar, a rede social e o trabalho”. Nesse sentido, o sujeito desenvolve capacidades para criar novas relações com outras pessoas além do seu próprio reconhecimento enquanto pessoa que, além de deveres, possui direitos e desejos (Pinto; Oliveira Filho, 2016).

O breve retrospecto acerca da Reforma Psiquiátrica permite, não somente a contextualização da saúde mental ao longo da história, como também, refletir sobre outros aspectos que permeiam esse contexto, a exemplo do estigma e da exclusão social de sujeitos em sofrimento psíquico, além dos enfrentamentos cotidianos vivenciados por profissionais nessa área da saúde, frente à desconstrução do modelo hospitalocêntrico de cuidado, tanto em ações efetivas quanto em reprodução de falas que estigmatizam e reduzem o sujeito apenas ao seu transtorno mental.

4 Política de Saúde Mental em Nível Nacional e Municipal: Facetas de Operacionalização

Esta subseção apresenta os conteúdos dos documentos referentes à Política de Saúde Mental Nacional e Municipal, com o objetivo de verificar as determinações sobre a questão de gênero. A política nacional, normatizada pela Lei nº 10.216 de 06 de abril de 2001 - mais conhecida como Lei Paulo Delgado – Reforma Psiquiátrica -, traz em seu texto original o art. 1º, considerado o pontapé inicial para inclusão e reflexões sobre futuras perspectivas de gênero nessa política. O artigo destaca os direitos e a proteção das pessoas acometidas de transtorno mental, os quais são assegurados sem qualquer forma de discriminação quanto à raça, cor, sexo, orientação sexual, religião, opção política, nacionalidade, idade, família, recursos econômicos e ao grau de gravidade ou tempo de evolução de seu transtorno, ou qualquer outra (Brasil, 2001, p. 1).

No seu bojo, a Lei considera uma série de direitos relativos ao usuário de saúde mental, assim como apresenta os tipos de internações e deveres do Estado na promoção e ampliação desses direitos, e, contempla as ações necessárias para a ampliação do cuidado. Ainda em nível nacional, destaca-se a criação da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, em março de 2003. As políticas para as mulheres têm avançado sempre na perspectiva do diálogo e da construção coletiva com os movimentos de mulheres, feministas e demais movimentos sociais, revertendo lógicas desiguais presentes há séculos em nossa sociedade. Em julho de 2004, fomentada pela SPM, realizou-se a 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (1ª CNPM), com 1.787 delegadas que debateram as suas agendas e elaboraram o I PNPM. (Fonte?)

A 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (3ª CNPM) ocorreu em dezembro de 2011, com 200 mil participantes em todo o país e 2.125 delegadas na etapa nacional. No PNPM ocorreu entre 2013-2015, uma maior inserção das temáticas de gênero em diver-

das frentes do governo. Apesar desse avanço considerável, concordamos com Alves e Rosa (2016, p. 446) que em relação à saúde mental “[...] a temática do gênero ou, pelo menos, a menção às masculinidades/feminilidades em documentos oficiais em políticas públicas de saúde ainda é insuficientes”.

Em 2002, o município de Aracaju foi pioneiro no estado de Sergipe ao implementar a rede de atenção e serviços em saúde mental a partir das “[...] experiências dos municípios de Campinas e Santos e da reforma psiquiátrica italiana [...]”. Seguindo essa experiência, foram implantados os ambulatórios dentro do Programa de Saúde da Família (PSF) e CAPS enquanto equipamentos substitutivos de saúde mental (Fundação Estadual de Saúde, 2011, p. 36). Em 2002, a inauguração do primeiro CAPS da rede pública, o CAPS II – David Capistrano Filho é reconhecido como o principal divisor de águas na transformação do cuidado às pessoas com transtornos mentais em Aracaju (SE). Após esse marco, também foram implementados o CAPS AD para atendimento de pessoas usuárias de substâncias psicoativas, além do CAPS III. Assim,

os leitos de urgência se somaram aos leitos de acolhimento noturno do CAPS III, acolhendo os usuários com descompensação de sal doença tanto de Aracaju quanto de outros municípios. No ano seguinte, o CAPS David Capistrano Filho passou também a funcionar 24h com leitos de acolhimento noturno para moradores da cidade (Fundação Estadual de Saúde, 2011, p. 36).

O município oferece atendimento aos usuários da política de saúde mental nos três níveis de atenção: disponibiliza atendimento psicológico inicial em 10 a 11 unidades básicas de saúde (UBSs) que direcionam o usuário, de acordo com a demanda, para os demais espaços da rede. Os atendimentos aos adultos são feitos nas unidades Santa Terezinha, Celso Daniel, Humberto Mourão, Marx de Carvalho, Dona Sinhazinha, Joaldo Barbosa, Edelzio Vieira de Melo, Francisco Fonseca e Anália Pina de Assis. Os atendimentos pediátricos são realizados nas

unidades Ministro Costa Cavalcante, João Cardoso e Marx de Carvalho (Agência Aracaju de Notícias, 2020, p. 1).

Em 2017, o município foi reconhecido em âmbito nacional pelo Programa “Como Será?” da Rede Globo, na condição de rede de saúde mental referência no país. Na ocasião, foram apresentados os serviços ofertados na rede de atenção do município, além de ressaltar que este configura-se dentre outros municípios que possuem a estrutura de atendimento para pessoas com transtornos mentais, prevista pelo Ministério da Saúde (PCdoB, 2017). Em 2017, a partir de informações concedidas pela Prefeitura de Aracaju, o município possuía, em sua organização da rede de atendimento, o quantitativo de seis CAPS. Ademais, compreendia uma estimativa de 1.500 usuários que faziam acompanhamentos nesses espaços de cuidado.

Em contexto pandêmico da COVID, a partir de 2020, surgiu a necessidade de ampliação dos atendimentos ofertados pela Rede de Atenção Psicossocial de Aracaju (REAPS). Esses atendimentos têm início em “[...] Unidades Básicas de Saúde (UBS) e alcança até mesmo atendimento remoto, para dar conta da demanda decorrente da crise sanitária que tem afetado, ainda, o emocional da população” (Prefeitura [...], 2021, p. 1). Conforme explicação à Infonet, a então coordenadora da REAPS, Chenya Coutinho, existem seis CAPS em Aracaju, que tratam de casos crônicos e funcionam com equipes multidisciplinares “[...] compostas de psiquiatras, psicólogos, terapeutas ocupacionais, psicopedagogos, educadores físicos, entre outros profissionais.” O regime de funcionamento de cinco CAPSs é de plantões diários de 24 h e estão na categoria 3; enquanto um deles funciona em horário comercial de segunda a sexta-feira, e estão na categoria 2. Ressalte-se, entretanto, que quatro desses centros têm por especialidade o tratamento de “[...] pessoas em sofrimento psíquico e transtorno mental [ao passo que] dois atendem casos decorrentes do uso abusivo de álcool e outras drogas”. (Prefeitura [...], p. 1; acrescentamos).

Em 2002, os CAPSs foram regulamentados por meio da Portaria nº 2841, efetivando-se enquanto espaço responsável por oferecer ser-

viços aos usuários de saúde mental. Em 2001, foi sancionada a Lei nº 10.216 mais conhecida como Lei Paulo Delgado que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental, constituindo-se um dos marcadores da Reforma Psiquiátrica no país, objetivando proporcionar tratamento mais humanizado, garantir direitos aos pacientes com transtornos mentais (Brasil, 2001; Brasil, 2004b; Mateus, 2013).

O município² conta com o serviço ofertado na Urgência Mental do Hospital São José, e as ações e atendimentos fomentados nesse espaço seguem as perspectivas preconizadas pela Reforma Psiquiátrica e pela Lei Paulo Delgado. Em 2020, a proposta de expansão dos atendimentos, devido à pandemia, configura-se na criação do Serviço de Apoio Psicológico na modalidade remota, cinco dias por semana em horário de 7h às 19h. O usuário que deseja esse tipo de atendimento realiza contato telefônico usando o número disponibilizado pela prefeitura. Ressalta-se que, de maneira inicial, esse serviço foi ofertado para os profissionais de saúde e, posteriormente, a partir da análise das demandas, houve a ampliação para o restante da população (Prefeitura [...], 2021).

O desenvolvimento de um projeto entre a Secretaria Municipal de Saúde e o Instituto Cactos, mediante uma parceria que visa a construir os indicadores que possibilitem identificar a população com transtorno mental no município. Dados revelam que 42% da população atendida nos serviços de saúde mental compostos na REAPS sofrem do transtorno de esquizofrenia (Instituto Cactos, 2021). Essa iniciativa apresenta um avanço significativo para a produção de futuras pesquisas sobre o tema, visto que o município de Aracaju terá um agrupamento de indicadores próprios. No entanto, esperamos que, além da identificação dos transtornos mentais e comportamentais mais incidentes a partir do diagnóstico e do quantitativo dos usuários dos serviços, esses indi-

² Estão distribuídos nos seguintes bairros da Capital: Atalaia, Coroa do Meio, Cirurgia, Siqueira e Suíssa. Outro ponto trata-se dos atendimentos relacionados aos casos de surtos psicóticos e demandas para urgências psiquiátricas.

cadores apresentem desagregação dos marcadores gênero, raça/cor/etnia, faixa etária.

5 Resultados e Discussões

A presente subseção traz o resultado do percurso metodológico realizado para localizar as produções acadêmicas em nível de teses e dissertações sobre a produção do conhecimento relacionado ao tema de Saúde Mental na área de Serviço Social. As fontes consultadas abrangem bancos de teses e dissertações dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social utilizando o recorte temporal de 2017-2020, para mapear o estado do conhecimento produzido sobre o entrelaçamento dos temas de gênero e saúde mental no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), provavelmente a fonte mais utilizada, no Brasil, para a elaboração do estado da arte, por constituir uma Fundação do Ministério da Educação (MEC), que agrega a produção científica dos programas de Pós-Graduação das universidades públicas e privadas do Brasil, sendo os seus arquivos o local mais indicado para esta coleta de dados.

No mapeamento das produções acadêmicas do Portal CAPES sobre o tema Saúde Mental (2017-2020), foram identificados sessenta e seis (66) trabalhos a partir do recorte temporal indicado, aplicando-se os critérios de busca no referido banco de dados, com o intuito de refinar os resultados obtidos: tipo de trabalho (dissertação e tese); ano do trabalho; grande área de conhecimento (Ciências Sociais Aplicadas); área de conhecimento/de avaliação e de concentração (Serviço Social). Foram utilizadas palavras-chaves na busca dos documentos, para sistematização dos resultados em um quadro com informações sobre: tipo de documento, programa, autor, ano, temas abordados no título e objetivo.

A palavra-chave utilizada foi saúde mental, em letras minúsculas e os mesmos filtros das buscas anteriores também foram aplicados. Os critérios para análise dos títulos foram: a) trabalhos com título sobre saú-

de mental e temas correlatos na área do Serviço Social; b) trabalhos com título de saúde mental e temas correlatos em outras áreas do conhecimento e c) trabalhos que versam sobre a temática de saúde, mas não apresentam como centralidade a abordagem da saúde mental. Na identificação do primeiro critério obtiveram-se 38 trabalhos, sendo 11 teses de doutorado e 27 dissertações de mestrado; o segundo critério revelou o total de 19 trabalhos, deles, 12 dissertações de mestrado e sete teses de doutorado nas áreas de políticas públicas e desenvolvimento social, política social, políticas públicas, política social e direitos humanos.

Com relação ao tema de saúde, foram localizados nove trabalhos na área de Serviço Social que não tratam do enfoque sobre saúde mental. Diante disso, optamos por apresentar os dados referentes ao critério 1 que correspondem a “trabalhos com título sobre saúde mental e temas correlatos na área do Serviço Social”. Com relação às temáticas estudadas, podemos destacar: as experiências de usuárias no uso de crack; os direitos referentes às pessoas com transtorno mental; constituição dos serviços institucionais ofertados às pessoas que usam drogas; a política de saúde mental em âmbito social; experiências de idosos usuários de álcool e outras drogas; dimensões da Rede de Atenção Psicossocial – RAPS; o papel e inserção da família das pessoas com transtornos mentais em espaços de acolhimento e serviços de saúde mental; além da dinâmica das drogas no modo de produção capitalista.

Em 2018, as produções acadêmicas se concentram nas regiões Nordeste, Sul e Sudeste assim como o ano de 2017. Existem outras temáticas abordadas na produção do conhecimento, tais como: trabalhadores e uso de drogas; o adoecimento mental e a alienação no âmbito do trabalho em fábricas; os rebatimentos na saúde de fetos devido ao uso de álcool; contexto do trabalho profissional do assistente social em um Hospital de Custódia (HC); a questão espiritual e religiosa em instituições de cunho protestante no acolhimento de usuários de drogas; rebatimentos e dinâmica de exploração massiva do capital na saúde mental de servidores públicos; dimensões de atuação do assistente social na saúde mental.

A temática do trabalho vem sendo abordada em diversos enfoques tanto do Serviço Social quanto de outras áreas disciplinares, pela lógica capitalista de produção. Em 2019, são encontrados temas referentes ao contexto da Reforma Psiquiátrica na sociedade capitalista; trabalho do assistente social em consultório de rua e o papel das comunidades terapêuticas, enquanto espaços sócio-ocupacionais de atuação. Constatamos a predominância dessas produções no Sul e Sudeste do país. Em 2020, as teses e dissertações versam sobre a precarização do trabalho e o processo de adoecimento mental de servidores no ensino superior; reconfiguração da saúde mental; religiosidade em saúde mental e o trabalho de assistentes sociais em CAPS AD, nos âmbitos dos programas de pós-graduação nas regiões Centro-Oeste, Nordeste, Sul e Sudeste.

Para este estudo, também foi realizado o mapeamento no período abril/2021 com a palavra-chave gênero, utilizando-se filtros para refinar a pesquisa: tipos (tese e dissertação), ano 2017-2020, grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas, área do conhecimento e avaliação: Serviço Social. A partir dessa busca obteve-se o resultado de 212 trabalhos.

Com relação às produções acadêmicas relacionadas ao tema Gênero, em 2017-2020, no percurso metodológico, buscou-se caracterizar esse universo concernente às produções sobre o entrelaçamento do tema gênero e saúde mental referentes ao Serviço Social. Realizou-se a separação desses trabalhos considerando os seguintes critérios: a) trabalhos com título sobre gênero e temas correlatos na área do Serviço Social; b) trabalhos com título de gênero e temas correlatos em outras áreas do conhecimento; e c) trabalhos com título que não abordam a temática de gênero, constatando-se 107 trabalhos. O segundo critério apresenta 65 trabalhos com a temática de gênero, nas seguintes áreas: políticas públicas e desenvolvimento social, política social, políticas públicas, economia doméstica, política social e direitos humanos, política social e Serviço Social. O terceiro critério revelou 43 trabalhos com títulos que não correspondem com a temática estudada nesse projeto em tela.

Alguns dos temas se relacionam, no entanto, possuem objetos de pesquisa e enfoques diferentes de acordo com o contexto e dimensões estudadas pelos autores. Cabe reconhecer, com base nos dados extraídos na CAPES que a temática da saúde mental vem sendo trabalhada no campo do Serviço Social de maneira ampla e com temas de profunda perspectiva crítica nos programas de pós-graduação. Mas, não somente de maneira ampla, também observamos um crescimento desses estudos nos programas tanto a respeito da saúde mental em si, quanto do tema gênero e correlatos.

Estudos sobre gênero, saúde mental e Serviço Social são importantes para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A abordagem da face feminina do debate sobre saúde mental e Serviço Social lança luz sobre como a condição da mulher na sociedade pode afetar a sua saúde e as singularidades no cuidado com as mulheres, desvelando as múltiplas determinações desse fenômeno, compreendendo-o como uma complexa expressão da questão social no contexto do capital.

As discussões de gênero no Serviço Social brasileiro começaram a tomar forma somente em finais dos anos 1990. Adquiriu certa importância nas diretrizes curriculares para os cursos de graduação de Serviço Social, aprovadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 1996), sendo considerada uma discussão que devia perpassar a formação profissional. Contudo, apesar dessa constatação, não foi assim que a formação profissional foi se dando efetivamente. A temática de gênero tem conquistado espaço e crescido na profissão, principalmente a partir da constituição dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs), que compõem os estudos e pesquisas da ABEPSS.

6 Notas Conclusivas

O mapeamento da produção do conhecimento sobre gênero e saúde mental dos cursos de pós-graduação em Serviço Social no Bra-

sil possibilita visibilizar a inserção da perspectiva de gênero na Política Nacional de Saúde Mental e na Política Municipal de Saúde Mental de Aracaju. É apresentado o contexto da saúde mental, a partir dos seus moldes iniciais de conhecimento, formas de tratamento e as questões do estigma desencadeado e fomentado pela sociedade, ao lidar com pessoas em sofrimento psíquico. Evidenciam-se as possibilidades e desafios da operacionalização dessa política na prática cotidiana de profissionais que procuram direcionar sua atuação em consonância com as propostas da Reforma Psiquiátrica, mas também é considerado os desafios para legitimar o processo de desconstrução de perspectivas medicamentosas, de reclusão e punitivas.

Na sociedade brasileira, as questões de gênero seguem carregadas de preconceito e violências, perpetuando mecanismos de opressão e/ou exclusão dos corpos fora de padrões hegemônicos. Pesquisas dos movimentos feministas e da luta antimanicomial apontam a importância de investirmos nas reflexões entre gênero e saúde mental, analisando seus atravessamentos nos processos de cuidado. e mulheres. A equidade de gênero na saúde mental é importante porque as desigualdades de gênero podem impactar a saúde mental de homens e mulheres. O Serviço Social pode ajudar a promover a saúde mental e a reduzir preconceitos.

Após o processo de efetivação, a Política de Saúde Mental sofreu ameaças de desmonte da sua rede constitutiva a partir de medidas e ações impostas por determinadas gestões em período de governo. Na gestão do Governo Temer, houve diversos ataques diretos a essa política, a exemplo da privatização de alguns serviços como dos Centros de Atenção Psicossocial – CAPSs no país, ato que gera rebatimentos na oferta de serviços de saúde mental aos usuários dessa demanda, principalmente no que se refere à continuidade do seu tratamento.

O desenvolvimento da pesquisa proporcionou a ampliação do conhecimento sobre a temática, além da compreensão do entrelaçamento das questões de saúde mental com as relações de gênero bem como o papel configurador e constitutivo posto pelas determinações sociais

nas condições que permeiam o adoecimento mental de homens e mulheres.

Concordamos com Zanello (2014) sobre a importância do recorte oferecido pelos estudos das relações de gênero para o campo da saúde mental, de maneira a compreender que o adoecimento mental de pessoas (homens e mulheres) perpassa por inúmeras questões sociais, históricas e culturais produzidas e reproduzidas pelo machismo e patriarcalismo que se configuram para além da manifestação dos sintomas pelos pacientes. Cabe aos profissionais reconhecerem esses aspectos, interpretá-los e compreendê-los para construção de um diagnóstico que englobe toda a universalidade, particularidades e singularidades que permeiam a sociabilidade dos sujeitos com transtornos mentais.

Referências

AGÊNCIA ARACAJU DE NOTÍCIAS. Rede de atenção psicossocial de Aracaju oferta atendimentos em três níveis. 2021. **A8SE.com**, [s.l.], 02 dez. 2020. Disponível em: <https://a8se.com/noticias/sergipe/rede-de-atencao-psicossocial-de-aracaju-oferta-atendimentos-em-tres-niveis/>. Acesso em: 20 abr. 2022.

ALVES, T. M.; ROSA, L. C, dos. S. Uso de substâncias psicoativas por mulheres: a importância de uma perspectiva de gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 2016, v. 24, n. 2, p. 443-462, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/ nkvT95KzLpLjjgZb3hPVtdw/?lang=pt#:~:text=As%20mulheres%20com%20problemas%20voltados,Gu%C3%ADa%20informativa%3A%20g%C3%A9nero%20y%20drogas>. Acesso em: 13 abr. 2022.

AMARANTE, P. **Loucos pela vida**: A trajetória da Reforma Psiquiátrica no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1995.

AMARANTE, P. **Saúde mental e atenção psicossocial**. 20 ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

BANDEIRA, Lourdes; BATISTA, Soria Analía. Preconceito e discriminação como expressões de violência. **Revista Estudos Feministas**, vol. 10, núm. 1, jan., 2002, pp. 119-141 Universidade Federal de Santa Catarina Santa Catarina, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=38110107>, Acesso em: 14 2025'

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 106, de 11 de fevereiro de 2000. Cria os Serviços Residenciais Terapêuticos em Saúde Mental, no âmbito do Sistema Único de Saúde, para o atendimento ao portador de transtornos mentais. **Diário Oficial da União** de 24/02/2000 (nº 39-E, Seção 1, pág. 23). Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgltclefindmkaj/https://cetadobserva.ufba.br/sites/cetadobserva.ufba.br/files/106_0.pdf. Acesso em: 15 fev. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.216 de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - Eletrônico - 9/4/2001, Página 2. Brasília, DF: Presidência da República, 2001. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10216-6-abril-2001-364458-norma-pl.html>. Acesso em: 15 fev. 2025.

BRASIL. Secretaria de Atenção à Saúde. **Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Saúde Mental no SUS: os centros de atenção psicossocial**. 1. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004b. Disponível em: http://www.ccs.saude.gov.br/saude_mental/pdf/sm_sus.pdf. Acesso em: 16 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 106, de 11 de fevereiro de 2000. Cria os Serviços Residenciais Terapêuticos em Saúde Mental, no âmbito do Sistema Único de Saúde, para o atendimento ao portador de transtornos mentais. **Diário Oficial da União** de 24/02/2000 (nº 39-E, Seção 1, pág. 23). Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgltclefindmkaj/https://cetadobserva.ufba.br/sites/cetadobserva.ufba.br/files/106_0.pdf. Acesso em: 15 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 3.088**, de 23 de dezembro de 2011 Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html. Acesso em: 15 fev. 2025.

CARELLI, Felipe; VENRURI, Flávia. Hotel da Loucura. Documentário apresentado com o apoio de Fuligem, Comunicação e Arte. Apresentado pelo YouTube. 14 de março de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KMloGGwUoTc>. Acesso em: 15 fev. 2024.

CRUZ, Maria Helena Santana. **Trabalho, gênero, cidadania: Tradição e Modernidade**. – 1a. ed. – São Cristóvão: Editora UFS, Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2005.

INSTITUTO CACTOS. Gerando sentido para quem está na ponta da saúde mental: dados de indicadores na RAPS de Aracaju. **Instituto Cactos**, [s.l.], 28 set. 2021. Disponível em: <https://institutocactus.org.br/gerando-sentido-para-quem-esta-na-ponta-da-saude-mental-dados-e-indicadores-na-raps-de-aracaju-2/>. Acesso em: 16 jun. 2022.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE SAÚDE. **Atenção psicossocial no Estado de Sergipe** – saberes e tecnologias para implementação de uma política. Aracaju: FUNESA 2011.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na idade clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

MATEUS, M. D. (org.). **Políticas de saúde mental**: baseado no curso políticas públicas de saúde mental, do CAPS Luiz R. Cerqueira. São Paulo: Instituto de Saúde, 2013.

OLIVEIRA, A. da E. F. *et al.* **Atenção psicossocial no estado de Sergipe** - Saberes e tecnologias para implantação de uma política. Aracaju: FUNESA, 2011.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Aracaju é referência nacional em rede de atendimento em saúde mental. **PCdoB**, [s.l.], 28 ago. 2017. Disponível em: <https://pcdob.org.br/noticias/aracaju-e-referencia-nacional-em-rede-de-atendimento-emsau-de-mental/>. Acesso em: 20 abr. 2024

PINTO, I. A; OLIVEIRA FILHO, P. de. Entre o cuidar e o excluir: cuidadores falando sobre o trabalho nos serviços residenciais terapêuticos. *In*: VELÔSO, T. M. G; EULÁLIO, M. do. C.(org.). **Saúde mental**: saberes e fazeres. Campina Grande: EDUEPB, 2016. p. 275- 297.

PREFEITURA amplia atendimentos na Rede de Atenção Psicossocial. *In*: **Infonet**, Aracaju, 21 maio. 2021. Disponível em: <https://infonet.com.br/noticias/saude/prefeitura-amplia-atendimentos-na-rede-de-atencao-psicossocial/>. Acesso em: 16 jun. 2022.

ROCHA, F. L; HARA, C; PAPROCKI, J. Doença mental e estigma. **Revista Med. Minas Gerais**, [s. l.], 2015, v. 25, n. 4, p. 590-596, out./dez. 2015. Disponível em: <http://www.rmmg.org/artigo/detalhes/1876>. Acesso em: 24 mar. 2021.

SALLES, M. M.; BARROS, S. Transformações na atenção em saúde mental e na vida cotidiana de usuários: do hospital psiquiátrico ao Centro de Atenção Psicossocial. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, 2013, v. 37, n. 97, p. 324-335,

abr./jun. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/hNyyHsFKnqK-W7bq3Fz4sXgr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 jun. 2023.

SANTOS, A. M. C. C. Articular saúde mental e relações de gênero: dar voz aos sujeitos silenciados. **Ciência & Sociedade Coletiva**, [s. l], 2009, v. 14, n. 4, p. 1177-1182. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/9wRPZFx-33WbWTM4FjrsPLTp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 abr. 2024.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p.71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: dez 2024.

TUNDIS, Silvério Almeida. **Cidadania e loucura**: políticas de saúde mental no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1997.

YASUI, S.; COSTA-ROSA, A. A estratégia atenção psicossocial: desafio na prática dos novos dispositivos de Saúde Mental. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, 2008, v. 32, n. 78/79/80, p. 27-37, jan./dez. 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4063/406341773003.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2021.

ZANELLO, V. Saúde mental, mulheres e conjugalidade. In: STEVENS, C; OLIVEIRA, S. R. de.; ZANELLO, V. (orgs.). **Estudos feministas e de gênero**: articulações e perspectivas. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2014. p. 108-118.

ZANELLO, V.; FIUZA, G.; COSTA, H. Saúde mental e gênero: facetas gendradas do sofrimento psíquico. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, 2015, v. 27, n. 3, p. 238-246, set./dez 2015. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/19541>. Acesso em: 24 set. 2024.

APRESENTAÇÃO DAS/OS AUTORAS E AUTORES

ADRIANE ALVES DOS SANTOS – Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe, bolsista CNPq/PIBIC- UFS, estagiária do Hospital de Urgências de Sergipe (HUSE) e participante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos, Formação em Serviço Social e Políticas Sociais (GEPSSO). Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5716158233498541>; E-mail: adrianea403@gmail.com; ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0001-5420-5859>.

ANA CAROLYNA RIBEIRO SALES – Mestranda em Serviço Social na Universidade Federal de Sergipe. Bolsista CAPES. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos, Formação em Serviço Social e Políticas Sociais (GEPSSO). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3035586126053146>; E-mail: carolynaribeirosales@gmail.com; ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-0502-4979>.

ANA PAULA LEITE NASCIMENTO – Assistente social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS), lotada no Campus Lagarto desde 2009. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (UFS/2009). Especialista em Escola e Comunidade (UFS/2010). Mestra em Serviço Social (UFS/2014). Doutora em Educação (UFS/2019). Pós-doutora em Educação (UFS/2021). E-mail: paulajcbrasil@yahoo.com.br; Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1996685014561195>; ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-2050-1596>.

DÉBORA LIMA SIQUEIRA – Atua como Psicóloga no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS), Campus Lagarto. Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Sergipe. Especialista em Psicodrama pela PROFINT. Especialista em Psicologia Organizacional e do Trabalho pela Universidade Católica Dom Bosco.

Mestranda em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano na Universidade de São Paulo. E-mail: deboralimase@gmail.com; Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3991270000259188>; ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-7611-6646>.

EDLAINE DA SILVA SENA – Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PROSS) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), possui pós-graduação *lato sensu* em Projetos Sociais; Direitos Humanos das Mulheres e Políticas Públicas. E-mail: edlaine.sena@aracaju.se.gov.br; Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/1469173080396687>; Orcid iD: <https://orcid.org/0009-0009-4745-4740>.

ELISSANDRA BARBOZA SANTOS MARIANO – Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PROSS) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (PROSS/UFS), possui pós-graduação *lato sensu* em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e em Serviço Social, Ética e Direitos Humanos pela Faculdade Fetal de Caarapó (FETAC). Assistente Social no Centro de Referência de atendimento à Mulher em Situação de Violência (CRAM) em Aracaju/SE. Pesquisadora discente no Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos, Formação em Serviço Social e Políticas Sociais (GEPSSO/PROSS/UFS). E-mail: elissandrabarbozasantosmariano@gmail.com; Lattes iD: <https://lattes.cnpq.br/9534570305057726>; ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-2742-8395>.

FÁBIO KALIL DE SOUZA – Pedagogo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS), no Campus Lagarto de 2008 a 2024, atualmente está lotado no Campus Aracaju. Doutor em Educação pela Universidade Federal de Sergipe-UFS (2023). Mestre em Educação pela Universidade Federal da Bahia-UFBA (2010). Especialista em Educação e Tecnologias da Comunicação e Informação pela Uni-

versidade do Estado da Bahia-UNEB (2007). Graduado em Pedagogia pela UFBA (2005). E-mail: fabioksouza@gmail.com. Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/2515453769726536>; ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-0323-5791>.

ISABELLE PINTO MENDONÇA – Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. Mestra em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe. Graduada em Serviço Social e em Direito. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa: “Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero” (UFS/CNPq). E-mail: isabellepmendonca@gmail.com; Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3901567546413592>; ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-7928-1778>.

JORGE FLAVIO SANTANA CRUZ – Doutorando em Direito pela PUC Minas; Mestre em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Sergipe (UFS); Especialista em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Direito Tributário IBET/BA); Bacharel em Direito pela Universidade Tiradentes (UNIT); Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Sergipe (UFS); Membro titular do Conselho de Contribuintes da Secretaria da Fazenda do Estado de Sergipe (SEFAZ/SE); Advogado e Sócio fundador do escritório Carvalho Cruz Advocacia, atuando com ênfase na recuperação de créditos fiscais e no contencioso administrativo e judicial tributário, nas áreas do Direito Financeiro, Administrativo e do Direito Empresarial. Pesquisador dos Grupos de Pesquisa CNPq: Epistemologia e Direito (UFS) e do Grupo Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero (UFS). E-mail: jorgeflavio@carvalhocruz.adv.br; Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/6047391190493516>; Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-7730-5617>.

JOSÉ RODOLFO SILVA SIQUEIRA – Trabalhou como Psicopedagogo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS),

no Campus Lagarto de 2022 a 2024. Professor da Educação Básica da EMEF Oviedo Teixeira em Aracaju SE. Graduado em História - Universidade Leonardo da Vinci (2008-2011). Graduado em Pedagogia - Faculdade de Ciências de Wenceslau Braz (2017-2019). Especialista em Educação do Campo e Práticas Pedagógicas em EJA (2018-2020); em Psicopedagogia Institucional, Clínica e Educação Especial (2018-2019); em Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (2013-2014). E-mail: rodolfo.professor2008@yahoo.com.br; Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8566171116606428>; ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0001-9863-7338>

JULIANA CAMPOS DE CARVALHO CRUZ – Mestre em Direito pela Universidade Federal de Sergipe (UFS); Especialista em Direito Tributário pelo MEC/IBET Instituto Brasileiro de Estudos Tributários; Graduada em Direito pela Universidade Tiradentes. Ex-Conselheira titular do CARF (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais da Receita Federal) da 2ª Seção, 3 Câmara, 2 Turma Ordinária; Ex-Conselheira titular do Conselho de Contribuintes da Secretaria da Fazenda do Estado de Sergipe; Advogada; Sócia-fundadora da Carvalho Cruz Advocacia; Autora de diversos artigos na área de Direito Tributário; Participante do Grupo de Pesquisa Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relação de Gênero certificado pelo CNPq/UFS. E-mail: juliana@carvalhocruz.adv.br; Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/3214360052189705>; Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-5425-2148>

KATHLEEN PIMENTEL DOS SANTOS – Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe. Bolsista CAPES. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos, Formação e Políticas Sociais (GEPSSO). Participa do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Marxismo e Serviço Social (NEPMAS). Publicações em periódicos, capítulos de livros, trabalhos completos em anais com ênfase Serviço Social, Política Habitacional e Movimentos Sociais de Moradia. Mestranda em Serviço Social vinculada a linha de pesquisa Políticas Sociais, Mo-

vimentos Sociais e Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: pimentelk18@hotmail.com. Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/2001797241024867>; ORCID iD: <https://orcid.org/0000-2-6539-6056>.

LUSITÂNIA SECUNDO BORGES – Professora Adjunta da Universidade Federal da Bahia (UFBA) do curso de Serviço Social do Instituto de Psicologia (IPS) e professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UFBA). Possui Mestrado e Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) com doutorado sanduíche na Universidade do Porto/Portugal; Especialização em Ativação de Processo de Mudança na Formação Superior de Profissionais de Saúde pela ENSP/FIOCRUZ e Especialização em Saúde da Família pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Possui experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Serviço Social na área de saúde, atuando fundamentalmente nos seguintes temas: Saúde, Trabalho, Formação Profissional/qualificação. Identidade Profissional. E-mail: lusitaniabor-ges@gmail.com; Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/7663229974756924>; ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-3313-9976>.

LARISSE MIRANDA DE BRITO – é Graduada em Serviço Social. Mestra em Estudos Interdisciplinares Sobre Universidade. Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia (PPGEDU/UFBA). Mestra em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade pela Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). Realizou Estágio Científico Avançado de Doutorado na Universidade do Minho (Braga- Portugal). Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Atuou como pesquisadora do grupo de Pesquisa Observatório da Vida Estudantil (OVE/UFBA/UFRB). Compõe o corpo de pesquisadores do Grupo de Pesquisa FORMACCE em Aberto (FACED/UFBA). E-mail: britolarisse@gmail.com; Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/7029121264061416>. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-5097-2412>.

MARIA EDILMA DE JESUS SANTOS – Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (PPGSS/UFS) Graduada em História pela Universidade Tiradentes e bacharel em Serviço Social pela UFS. Atualmente tem profissional como assistente social na Universidade Federal de Sergipe (UFS). Possui Pós-Graduação em Gestão e Políticas Públicas com Foco em Gênero e Raça pela Universidade Federal de Sergipe UFS, Educação e Patrimônio Cultural pelo Instituto Superior de Educação Avançada-Masterideia, Gestão em Saúde Pública com ênfase em Saúde da Família pelo Instituto Superior de Educação Avançada-Masterideia e Residência em Saúde do Adulto e Idoso no Hospital Universitário da Universidade Federal de Sergipe. Membro do Grupo do Diretório de Pesquisa do CNPq: “Educação, Formação, Processos de Trabalho e Relações de Gênero”. Desenvolve estudos nas áreas História e Serviço Social, com ênfase nas temáticas: gestão pública, educação, gênero, saúde, direitos humanos, Trabalho, formação profissional, políticas públicas, criança e adolescente e movimentos sociais. E-mail: edilmaufs@yahoo.com.br; Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/7104580155317801>; ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0005-3039-2935>.

MARIA DA CONCEIÇÃO VASCONCELOS GONÇALVES – Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (1972), mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1977) e doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1994). Atualmente é docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe. Vice-Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos, Formação em Serviço Social e Políticas Sociais (GEPSSO), e pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas do Envelhecimento Humano (GEPEH), certificados pelo CNPq. Faz parte do Núcleo de Pesquisas e Ações da Terceira Idade (NUPATI/UFS). Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/4401214857813413>; E-mail: licavasconcelos@gmail.com; ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-3902-3990>.

MARCELO RIBEIRO SANTANA – Foi Pedagogo-área do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (IFAL). Atualmente é Pedagogo-área do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS), no Campus Lagarto. Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS/2016). Especialista em Política e Gestão Educacional pela Cruzeiro do Sul. E-mail: marcelogse@yahoo.com.br; Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/3003860461971855>; ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0008-4378-0349>.

MATHEUS ANDRADE DE MORAES – Mestrando do Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PROSS/UFS). Tem experiência na Coordenação de Perícias do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe e na Coordenação de Políticas Públicas para Mulheres da Prefeitura Municipal de Aracaju/SE). Militante na pauta LGBTQIA+. Membro do Grupo do Diretório de Pesquisa do CNPq: Educação, Formação, Processos de Trabalho e Relações de Gênero (2017 - presente). Foi Colaborador do Núcleo de Estudos Interdisciplinares de Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero (NEPIMG) da Universidade Federal de Sergipe (2017 - 2018). Trabalhou voluntariamente na CasAmor LGBTQIA+ (2018 - 2020). Tem pesquisas em cursos de extensão e participação nas pautas LGBTQIA+, gênero, sexualidade, saúde mental e teatro. E-mail: mmoraes12@gmail.com; Lattes iD: <https://orcid.org/0000-0003-1025-9318>; ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-1025-9318>.

RANAELLE SOUZA SILVA – Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal da Bahia. Mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Bahia (PPGSS-UFBA), vinculada à Linha de Pesquisa 2: Teoria Social, Trabalho e Serviço Social. Desenvolve pesquisa sobre questão agrária e o trabalho profissional de assistentes sociais na Bahia. Endereço eletrônico: E-mail: ranaellesouza@gmail.com; Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/6235509369100063>; ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0009-2495-3459>.

SAMUEL FRANCISCO RABELO – Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Licenciado em Letras Português/Espanhol pela Universidade Tiradentes. Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Tiradentes (PPGD/UNIT). Mestre em Educação pela UNIT. Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Sergipe (PPGA/UFS). Especialista em Gênero, Raça/Etnia e Sexualidade na Formação de Educadoras/es pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Especialista em Atendimento Educacional Especializado (AEE) e em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Iguaçu. Especialista em Educação a Distância: Gestão e Tutoria pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI). *Especialista em Gestão de Projetos Sociais pela Faculdade de Educação São Luís*. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relação de Gênero (UFS/CNPq). E-mail: samwrabello@gmail.com; Lattes iD:: <http://lattes.cnpq.br/7472638838527318>; ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-4969-9268>.

SUSANA ALMEIDA RODRIGUES – Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (2020), mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (2022) e especialização em Saúde do Adulto e do Idoso pela Universidade Federal de Sergipe (2024). Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/4137836006221023>; E-mail: susanarodrigues.jus@gmail.com; ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-8700-567X>.

TALITA SILVA MENEZES – Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PROSS) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Participou como bolsista do Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aprendizagem Profissional (PRODAP), junto ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre a Mulher e Relações de Gênero (NEPIMG/UFS, 2016-2018). Participa do Grupo de pesquisa “Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero”,

certificado pelo CNPq/UFS. Pesquisador das áreas temáticas: Serviço Social. E-mail: thaly162@gmail.com; Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/7920091132494168>; ORCID iD: <https://orcid.org/my-orcid?orcid=0009-0008-8387-5625>.

VICTORIA HELLEN FEITOZA LUZ – Mestra em Serviço Social e Política Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (PROSS/UFS). Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Possui experiência de pesquisa na área de Serviço Social, com ênfase em Gênero e Saúde Mental. Participa do Grupo “Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero” certificado pelo CNPq. E-mail: victoriafeitoza-luz@gmail.com; Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/8609212782449705>; ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-7276-0637>.

WALLISON HIPÓLITO DE MEIRA – Mestrando em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe. Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Tiradentes. e em Pedagogia pela Faculdade Jardins. Conselheiro/Vice-Presidente do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS-18 Região-SE). Tem Especialização em Coordenação Pedagógica; Foi Gestor de Campo do Instituto de Pesquisas em Tecnologia e Inovação (IPTI-2016); Secretário de Assistência Social de Santa Luzia do Itanhi-SE; Coordenador da Proteção Social Básica na Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e do Trabalho de Lagarto; Coordenador da Vigilância Socioassistencial na Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e do Trabalho (2021-2024). Foi Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Lagarto/SE; Conselheiro/Tesoureiro e Vice-Presidente do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS-18 Região Sergipe; Conselheiro Titular do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Sergipe (CONSEAN) e do Conselho Estadual de Assistência Social de Sergipe (CEAS); Participa do Grupo de pesquisa “Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero”, certificado pelo CNPq/UFS. Pesquisador das

áreas temáticas: Serviço Social, Assistência Social, Vigilância Socioassistencial. Tem artigos publicados em revistas científicas e capítulos de livros. E-mail: wallisonhipolito@hotmail.com; Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/1284783566056892>; ORCID: iD: <https://orcid.org/0009-0000-5436-5951>.

WESLANY THAISE LINS PRUDÊNCIO – Mestranda em Serviço Social na Universidade Federal de Sergipe. Bolsista CAPES. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos, Formação em Serviço Social e Políticas Sociais (GEPSSO). Integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Marxismo e Serviço Social (NEPMASS). E-mail: weslany45@hotmail.com. Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/1184245568730336>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7729-7100>.

APRESENTAÇÃO DAS ORGANIZADORAS

MARIA HELENA SANTANA CRUZ – Professora Emérita da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Pós-doutorado em Sociologia da Educação. Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Especialista em Psicologia; Modelos de Práticas nos Campos de Aplicação do Serviço Social e em Ciências Sociais. Docente dos Programas de Pós Graduação em Educação e Serviço Social. Foi Coordenadora e Vice coordenadora do Programa de Pós-graduação em Educação (Mestrado e Doutorado PPGED/UFS). Orientou diversas teses e dissertações; produziu/ e publicou inúmeros, livros, capítulos de livros e artigos em revistas científicas brasileiras e estrangeiras, sobre Educação, Sociologia, Serviço Social e Política Públicas. Líder do Grupo do Diretório de Pesquisa certificado pelo CNPq/UFS: “Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero”. Coordenou em duas gestões a Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas Sobre a Mulher e Relações de Gênero (REDOR) e o Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre a Mulher e Relações de Gênero (NEPIMG/UFS). E-mail: helenacruz@uol.com.br. Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/4620908024396665>; ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-7794-278X>.

VERA NÚBIA SANTOS – Assistente social. Mestrado e Doutorado em Serviço Social (PUC/SP). Docente da graduação e pós-graduação em Serviço Social da UFS. Coordenação de Graduação da Regional Nordeste e do GTP Serviço Social: fundamentos formação e trabalho profissional da ABEPSS (2023/2024). Representante suplente da UFS no Conselho Estadual dos Direitos da Mulher de Sergipe. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos, Formação em Serviço Social e Políticas Sociais (GEPSSO). Coordenadora da Rede de Pesquisa sobre o Trabalho do/a Assistente Social (2023/2024). Pesquisadora do Gru-

po de Estudos e Pesquisas do Envelhecimento Humano (GEPEH) e do Grupo de Pesquisa Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero. Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/4068015375518960>; E-mail: venus_se@uol.com.br; ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-9040-7140>.

SILMERE ALVES SANTOS – Pós Doutora em Educação, mestre e doutora em Educação pela Universidade Federal de Sergipe. Possui pós-graduação *lato sensu* em Estratégias de Enfrentamento à Violência e graduação em Serviço Social e Direito. Docente efetiva do Departamento de Serviço Social (DSS/UFS). Atualmente é docente colaboradora do Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PROSS/UFS). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero (PROSS/UFS) e no Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos, Formação em Serviço Social e Políticas Sociais (GEPSSO/PROSS/UFS). Tem experiência na área de pesquisa, atuando, principalmente, com os seguintes temas: trabalho, educação, gênero, formação profissional, política social, ensino superior, entre outras. E-mail: silmere.alves@academico.ufs.br; Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/5373922709926451>; ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-4453-4592>.

A primorosa organização da coletânea nos brinda com 14 (catorze) capítulos enriquecidos por temáticas caríssimas ao tempo presente, em uma relação dialógica interdisciplinar entre serviço social, educação e direito, abordando questões em torno da exploração e das opressões étnico-raciais, de gênero, de intolerância religiosa, de sexualidade e temas conexos. É importante reconhecer o valor de um livro que representa a resistência feminista acadêmica em conjuntura marcada por restrições, cerceamentos e desafios políticos, evidenciados nas diretrizes políticas do governo Jair Bolsonaro, entre os anos de 2019 e 2022, com resquícios presentes até os dias de hoje.

O livro *Experiências de promoção da diversidade: saberes contra a discriminação e formas correlatas de intolerância* reflete o olhar prospectivo, interdisciplinar e sensível das organizadoras.

Não à toa esta coletânea traz consigo uma relevante contribuição teórica e histórica para os estudos feministas que se materializa partir da competência discursiva das/os distinguidas/os sujeitos do saber, autores/autoras da presente obra.

Vamos Conferir!

Profª Drª Elvira Simões Barretto
PPGSS/UFAL/REDOR

